

DIAGNÓSTICO REGIONAL

ETAPA BRASIL

**Pesquisa e proposta de itinerário formativo
para o Campus Guajará-Mirim/IFRO**



INSTITUTO FEDERAL
RONDÔNIA
Campus Guajará - Mirim



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**

DIAGNÓSTICO REGIONAL

ETAPA BRASIL

**Pesquisa e proposta de itinerário formativo
para o Campus Guajará-Mirim/IFRO**

Porto Velho - Rondônia

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

I59d

Diagnóstico regional etapa Brasil: pesquisa e proposta de itinerário formativo para o campus Guajará-Mirim/IFRO./ Rosa Martins Costa Pereira (org.); Andrelize Schabo Ferreira de Assis Carreira (rev.).— Porto Velho: Instituto Federal de Rondônia, 2019.

6840KB: PDF.

ISBN 978-65-5025-013-3 (e-book)

Inclui bibliografia

1. Diagnóstico regional. 2. Itinerário formativo. I. Título. II. Instituto Federal de Rondônia. III. Rosa Martins Costa Pereira. IV. Andrelize Schabo Ferreira de Assis Carreira.

CDD 001.4
CDU 001.87

RELATÓRIO FINAL

Relatório final do Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Porto Velho

2019

PRESIDENTE INTERINO DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITORIA DO IFRO

REITOR

Uberlando Tiburtino Leite

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Jéssica Cristina Pereira Santos

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Moisés José Rosa Souza

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Maria Goreth Araújo Reis

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Gilmar Alves Lima Júnior

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Débora Gonçalves de Lima

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Braulio Fernandes Gerhardt

Leonardo Sousa Araújo

Jardel de Souza Pereira

Patrícia Ferreira da Costa

DIRETOR DO *CAMPUS* GUAJARÁ-MIRIM

COORDENAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO IFRO

Rosa Martins Costa Pereira (PRODIN) 2016-2017/1

Tiago Lins da Silva (PRODIN) 2017//2

Braulio Fernandes Gerhardt 2018 - atual

**EQUIPE TÉCNICA DO GRUPO DE TRABALHO - OBSERVATÓRIO DO
PROJETO DIAGNÓSTICO REGIONAL GUAJARÁ-MIRIM – ETAPA BRASIL**

Braulio Fernandes Gerhardt (PRODIN)
Jardel de Souza Pereira (DPLAN/PRODIN)
Josélia Fontenele Batista (*Campus* Porto Velho Calama)
Leonardo Sousa Araújo (DPLAN/PRODIN)
Rosa Martins Costa Pereira (PRODIN)

**COORDENAÇÃO GERAL DO GRUPO DE TRABALHO
PROJETO DIAGNÓSTICO REGIONAL GUAJARÁ-MIRIM – ETAPA BRASIL**

Rosa Martins Costa Pereira (PRODIN)

EQUIPE DE PESQUISADORES - AUTORES

COLETA E TABULAÇÃO DE DADOS PRIMÁRIOS

Os pesquisadores foram selecionados
pelo Edital nº 106, de 01 de agosto de 2016.

Equipe Nº. 1

Equipe de Pesquisadores e Estudantes do *Campus* Guajará-Mirim

Local de pesquisa: Nova Mamoré e distrito de Araras

Coordenador da pesquisa: Jhordano Malacarne Bravin

Coordenador adjunto: Juliana Braz da Costa

Estudantes bolsistas: Tiago Ramos Rodrigues e Ana Vitória dos Santos Félix

Equipe Nº. 2

Equipe de Estudantes e Pesquisadores do *Campus* Guajará-Mirim

Local da pesquisa: Guajará-Mirim e distrito de Iata

Coordenador da pesquisa: Carla Betânia Reiher

Coordenador adjunto: Geovânia de Souza Andrade Maciel

Estudantes bolsistas: Álvaro Victor de Oliveira Aguiar e Kele Marques Cuervo

**COLETA E TABULAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS E ANÁLISE
PESQUISADORES POR SITUAÇÃO DE ESTUDO**

DIMENSÃO	SITUAÇÃO	PESQUISADORES
Dimensão Socioeducacional e Cultural	Populacional	Rosa Martins Costa Pereira, Leonardo Souza Araújo e Braulio Fernandes Gerhardt.
	Educacional	Clara Miranda Santos (Selecionada pelo Edital nº 105/2016)
	Étnico Racial, Cultural e Política Interveniente	Zenete Ruiz da Silva (Selecionada pelo Edital nº 105/2016)
Dimensão Econômica	Econômica	Sérgio Francisco Loss Franzin (Selecionado pelo Edital nº 105/2016)
	Mobilidade Intra e Intermunicipal e fatores de acessibilidade ao <i>Campus</i> Guajará-Mirim	Josélia Fontenele Batista Laura Borges Nogueira
	Moradia, localização e imobiliária interveniente	Jardel Souza Pereira
Dimensão Geopolítica-Institucional	Ordenamento territorial	Gilberto Paulino da Silva
	Sustentabilidade e Meio Ambiente	Josélia Fontenele Batista Maranei Rohers Penha Luiz Cleyton Holanda Lobato

Os pesquisadores não selecionados via edital são voluntários, pois não houve inscrição para todas as situações de estudo.

Organização e Preparação dos Manuscritos

Rosa Martins Costa Pereira

Revisão

Andrelize Schabo Ferreira de Assis Carreira

SUMÁRIO

Apresentação: o observatório do IFRO como ferramenta de diagnóstico e planejamento institucional 11

Uberlando Tiburtino Leite Reitor do IFRO

Dauster Souza Pereira Pró-Reitor de Administração e Pesquisador Responsável

Maria Fabíola Santos Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

O IFRO - *Campus* Guajará-Mirim 17

Vagner Schoaba Diretor do Campus Guajará-Mirim

O Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim: memórias e considerações metodológicas 25

Rosa Martins Costa Pereira

Josélia Fontenele Batista

Leonardo Sousa Araújo

Braulio Fernandes Gerhardt

Dimensão Socioeducacional e Cultural:

Situação Populacional 45

Rosa Martins Costa Pereira

Leonardo Souza Araújo

Braulio Fernandes Gerhardt

Dimensão Socioeducacional e Cultural:

Situação Educacional 75

Clara Miranda Santos

Dimensão Socioeducacional e Cultural:

Situação étnico-racial, cultural e política interveniente 111

Zenete Ruiz da Silva

Dimensão Econômica

Situação: Econômica 153

Sergio Francisco Loss Franzin

Dimensão Econômica

Situação: Mobilidade intra e intermunicipal e fatores de acessibilidade ao *campus* Guajará-Mirim (RO) **201**

Josélia Fontenele Batista

Laura Borges Nogueira

Dimensão Econômica

Situação: Moradia, localização e imobiliária interveniente **233**

Jardel de Souza Pereira

Dimensão Geopolítica-Institucional

Situação: Ordenamento territorial **251**

Gilberto Paulino da Silva

Dimensão Geopolítica-Institucional

Situação: Sustentabilidade e meio ambiente **277**

Josélia Fontenele Batista

Maranei Rohes Penha

Luiz Cleyton Holanda Lobato

Proposta de Itinerário Formativo 311

Ata da Sessão de Audiência Pública 321

Itinerário Formativo

Conclusões da Pesquisa/Observatório **327**

APRESENTAÇÃO

O Observatório do IFRO como ferramenta de diagnóstico e planejamento

Uberlando Tiburtino Leite
Reitor do IFRO

Dauster Souza Pereira
Pró-Reitor de Administração e Pesquisador Responsável

Maria Fabíola Santos
Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional



O observatório do IFRO como ferramenta de diagnóstico e planejamento institucional

Uberlando Tiburtino Leite¹

Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos²

Dauster Souza Pereira³

Os Institutos Federais foram criados no contexto do alinhamento entre as políticas públicas e a vida das pessoas, tendo por base e direção a vinculação orgânica entre as políticas educativas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e os arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões brasileiras. O desafio da rede de EPT é “constituir uma cultura de formação profissional e de trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação e possibilite a autonomia necessária na construção e democratização do conhecimento”, conforme lembra Pacheco (2008, p.03)⁴.

¹ Doutor em Produção Vegetal (Fitotecnia). Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

² Mestre em Fitopatologia, Doutoranda em Agronomia. Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

³ Mestre em Educação Escolar, Especialista em Informática em Educação, em Sistemas de Computação, em Metodologia do Ensino superior e em Administração de Redes Linux. Pró-Reitor de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

⁴ PACHECO, Eliezer. SETEC/MEC: bases para uma política nacional de EPT (2008). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_bases.pdf. Acesso em 11 de mar. 2016.

Com estrutura multicampus, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO) tem sua Reitoria sediada na cidade de Porto Velho - RO e oito *campi* instalados e em funcionamento em todo o Estado, sendo dois na capital, e um *Campus* Avançado, em Jaru. O IFRO continua em expansão e possui um novo *campus* em fase de implantação, localizado no município de Jaru.

Os *campi* têm perfil para atender as potencialidades socioeconômicas das localidades e entorno de onde estão inseridos? Esse é um dos grandes desafios que a instituição enfrenta atualmente.

Se a proposta dos Institutos Federais é agregar formação acadêmica à preparação para o trabalho, é importante que o IFRO esteja atento à compatibilidade entre oferta e procura de seus cursos, levando em conta não apenas os percentuais de oferta de vagas definidos pela Lei de criação dos IF's ou os indicadores pactuados no Termo de Acordo de Metas IFRO/MEC, mas também as características do Estado, os Arranjos Produtivos Locais e as oportunidades para o desenvolvimento regional.

As demandas por estudos sobre a realidade institucional do IFRO são inúmeras e permeiam desde as características que constituem o perfil predominante ou convergente de seus *campi* consolidado e em implantação, bem como de suas áreas de abrangência/influência, análise de indicadores regionais, locais e institucionais, de modo especial, relacionados ao ingresso/acesso, permanência, sucesso/insucesso, possibilidades de verticalização no ensino e inserção no mundo do trabalho/egressos.

Identificar e atuar em realidades tão complexas requer um esforço conjunto intersetorial entre todas as unidades administrativas da instituição. Entretanto, é necessário um trabalho de liderança que articule as responsabilidades e assegure a integração.

O Observatório do IFRO consiste nesse esforço intersetorial, coordenado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e im-

plementado pela Diretoria de Planejamento, em parceria inicialmente com a Pró-Reitoria de Extensão, servidores de diferentes *campi*, especialmente do *Campus* Guajará-Mirim, e com integração crescente com outras Pró-Reitorias e *campus*. Seguindo a tendência de outros Institutos Federais, iniciaram-se os estudos por meio de um projeto piloto desenvolvido na unidade do IFRO mais recente em 2016, que era o *Campus* Guajará-Mirim.

Portanto, o Observatório do IFRO constitui-se em um espaço institucional destinado à realização de pesquisas sobre o mundo do trabalho e sua interação com a Educação Profissional e Tecnológica de modo a apoiar o planejamento estratégico do IFRO.

Um dos maiores desafios enfrentados pela rede federal é planejar a atuação institucional diante de cenários fluídos da economia. O desafio se manifesta quando precisamos criar estruturas para itinerários formativos que possam ser adaptados conforme a necessidade de formação de médio e longo prazo. Assim, o conhecimento das dinâmicas socioeconômicas locais e regionais tem impacto direto na tomada de decisão para o planejamento quanto aos números de matrículas, índices de evasão e absorção de egressos pelo mercado.

É com satisfação que apresentamos à comunidade interna e externa o primeiro produto do Observatório do IFRO, com apenas um ano de atuação e ainda em fase de implantação, mas que tem mobilizado a instituição a olhar para si mesma e para seu entorno de forma responsável e com metodologias participativas. A pesquisa e a análise dos dados foram realizadas entre os anos de 2016 e 2017/1. Esse trabalho é um marco em estudos originais e importantes para a atuação não apenas do IFRO, mas de outras instituições. Parabéns à equipe do Observatório e a todos os pesquisadores e estudantes envolvidos. Vocês construíram a base para a oferta de cursos que atendam as demandas e potencialidades regionais e que sejam de fato relevantes para a sociedade.

O IFRO - *CAMPUS* GUAJARÁ-MIRIM

Vagner Schoaba

Diretor do Campus Guajará-Mirim



O IFRO – *Campus* Guajará-Mirim

O *Campus* Guajará-Mirim é uma Unidade de Ensino subordinada à Reitoria e com relativa autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, destinado a oferecer, no limite interposto pela sua vinculação ao IFRO e pela legislação vigente, cursos e serviços na região ou regiões onde atua.

Tem por finalidades e características produzir, disseminar e aplicar conhecimentos profissionais por meio do ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional e tecnológica (EPT), em todos os seus níveis e modalidades, para o desenvolvimento em geral, em conformidade com os princípios e finalidades estabelecidos no Estatuto e as projeções apresentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO.

O *campus* iniciou suas atividades no ano de 2015 e deve oferecer serviços que contribuam para o desenvolvimento global e profissional de pessoas e grupos, bem como para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e dos setores produtivos⁵.

⁵ CF. IFRO. **Regimento Interno do *Campus* Guajará-Mirim do IFRO**. Resolução nº 54, de 12 DE julho de 2016. Dispõe sobre o Regimento Interno do *Campus* Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Disponível em: <http://portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/2687-resolucao-n-54-regimento-interno-do-campus-guajara-mirim/file>. Acesso em 25 de mai. de 2017.

Histórico do *Campus*⁶

O *Campus* Guajará-Mirim teve sua concepção inicial idealizada em 2009, com a então gestão do professor Raimundo Vicente Gimenez, na ocasião como Magnífico Reitor do IFRO. O *campus* foi concebido para atender a população de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e a cidade de Guayaramirin, essa última trata-se de uma cidade boliviana, atuando como escola de fronteira, sendo que o *campus* possui possível perfil binacional.

No ano de 2011, a então senhora Presidente da República Dilma Rousseff, autorizou a implantação de novos *campi* dos IFs, iniciando o estreitamento das relações entre a gestão do IFRO e a Gestão Municipal para tratar da implantação do *campus*.

No ano de 2012, a Câmara Municipal de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do Instituto Federal de Rondônia, e o excelentíssimo prefeito sancionou a Lei de doação do terreno sob o número 1.548/2012, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados. Os procedimentos legais foram realizados e então a área que era ocupada pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura passou a ser propriedade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

⁶ Texto elaborado por servidores do *Campus* Guajará-Mirim.

Câmpus binacional é lançado em Rondônia

A nova unidade do Instituto Federal atenderá 1.200 alunos do Brasil e da Bolívia



O lançamento da pedra fundamental da construção da oitava unidade do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), em Guajará-Mirim, realizada na última sexta-feira, 07, foi comemorado por todos da comunidade como um marco para o município, por ser a primeira escola profissionalizante instalada na cidade. Serão investidos um total de R\$ 14 milhões na obra, que deverá ser concluída em dezembro de 2013, quando passarão a funcionar os cursos profissionalizantes de Informática, Eletrotécnica e de Licenciatura em Matemática. O novo Câmpus é considerado binacional, pois atenderá estudantes de Guayaramirim, na Bolívia.

O evento contou com a presença do reitor, Raimundo Jimenez, do senador, Valdir Raupp, da deputada federal, Marinha Raupp, dos prefeitos de Guajará-Mirim e Guayaramirim, Atalbio Pegorini e Alexander Gusman, respectivamente, além de Nanci Rodrigues da Silva, secretária de desenvolvimento ambiental do Governo do Estado e do bispo emérito de Guajará, Geraldo Verdier. “O que está acontecendo hoje aqui é resultado de um grande projeto iniciado no governo Lula em 2003, que é a expansão da Educação Profissional e Tecnológica. O fator primordial é a chegada desta expansão aos municípios brasileiros”, avaliou Jimenez.

Na oportunidade houve a assinatura do contrato com a construtora responsável pela obra. O reitor do IFRO, Raimundo Jimenez, fez uma apresentação em slides de como ficará a futura unidade. O evento aconteceu na sede da Câmara de Vereadores. Como contrapartida do município, a Prefeitura de Guajará-Mirim doou o terreno onde será construída a escola federal. “Depois do IFRO teremos uma nova Guajará, pois estará abrindo oportunidades que jamais teríamos para nossas famílias. Isso abriu portas para uma vida melhor”, afirmou Pegorini.



O polo binacional atenderá a um público de 1.200 alunos brasileiros e bolivianos, e criará cerca de 105 empregos diretos com a contratação via concurso público de professores e técnicos administrativos. Anunciada em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff, a nova unidade da Rede Federal de Educação Tecnológica faz parte da terceira etapa da expansão, que prevê a implantação de mais 120 unidades dos institutos federais, com prioridade para as microrregiões e cidades com mais de 50 mil habitantes.

A implantação da unidade no município vai suprir a necessidade das empresas da região por mão-de-obra qualificada, inserindo novos profissionais capacitados no mercado de trabalho. A escolha dos cursos que serão ministrados no Câmpus foi feita a partir de uma pesquisa da atividade econômica da região, além de uma audiência pública com a participação de vários setores da comunidade.

A estrutura física do Câmpus terá 02 blocos com dois pavimentos cada um, compostos de laboratórios da matemática, física, biologia/química, máquinas elétricas, salas de aula, área administrativa entre outros espaços.

No mês de fevereiro de 2012, o senhor Atalibio Pegorini, então prefeito da cidade de Guajará-Mirim, assinou o Termo de Compromisso para o credenciamento do município na condição de beneficiado com a instalação do oitavo *campus* do IFRO a ser instalado no estado de Rondônia. Neste mesmo período, com a implantação de um Polo EaD, o IFRO passou a ofertar ensino na modalidade a distância através de dez cursos técnicos subsequentes ao ensino médio.

Em janeiro de 2013 foram iniciadas as obras do novo *campus* através da Ordem de Serviço nº 17 de 20 de dezembro de 2012. Com o início das obras, foi projetado o início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim para o ano de 2014, bem como a transferência do Polo EaD para as instalações do IFRO.

Porém, no início do ano de 2014, a região foi assolada por grandes chuvas, o que isolou o município e impossibilitou a chegada de materiais de construção e demais mercadorias à região. Consequentemente, houve um atraso no andamento das obras e o novo cronograma passou a ser o segundo semestre de 2015.

No dia 29 de agosto de 2016, o IFRO firmou um termo de cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão, estreitando desta forma a relação com o país vizinho e seu sistema de ensino.

Cursos ofertados em 2015

- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Concomitante ao Ensino médio.
- Técnico em Finanças Subsequente ao Ensino médio
- Técnico em Informática para Internet Subsequente ao Ensino médio

- Cursos ofertados pelo Profucionário:
 - Alimentação Escolar
 - Multimeios Didáticos
 - Infraestrutura Escolar
 - Secretária Escolar

Total de alunos: 185 alunos em cursos na modalidade EAD e 40 alunos em curso presencial, totalizando 225 alunos.

Cursos ofertados em 2016

- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Concomitante ao Ensino médio;
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino médio;
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino médio;
- Técnico em Finanças - Modalidade em EAD;
- Técnico em Segurança do Trabalho concomitante ao Ensino médio – PRONATEC.

Cursos previstos para 2017

- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino médio - 70 vagas;
- Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino médio - 80 vagas;
- Licenciatura em Ciência com habilitação em Química e Biologia – 40 Vagas;

Incio do processo seletivo em outubro de 2016.



Figura 1: fotografia do *Campus* Guajará-Mirim.

**O PROJETO DIAGNÓSTICO
REGIONAL GUAJARÁ-MIRIM:
MEMÓRIAS E CONSIDERAÇÕES
METODOLÓGICAS**

Rosa Martins Costa Pereira

Josélia Fontenele Batista

Leonardo Sousa Araújo

Braulio Fernandes Gerhardt



O projeto diagnóstico regional Guajará-Mirim: memórias e considerações metodológicas

Rosa Martins Costa Pereira⁷

Josélia Fontenele Batista⁸

Leonardo Sousa Araújo⁹

Braulio Fernandes Gerhardt ¹⁰

Uma das grandes dificuldades no desenvolvimento de pesquisas institucionais é a utilização de procedimentos metodológicos adequados que não se restrinjam aos limites da pesquisa acadêmica, mas que promovam planejamento institucional eficiente que, no caso de instituições de ensino, sejam traduzidos em itinerários formativos alinhados aos cenários sociais atuais e suas perspectivas de mudança.

⁷ Doutora em Geografia, Coordenadora do Observatório do IFRO e do Grupo de Trabalho do Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim. Técnica em Assuntos Educacionais/PRODIN/Reitoria. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Tecnologias – GET/IFRO.

⁸ Doutora em Geografia, Coordenadora do Grupo de Trabalho do Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim/Etapa Bolívia, Professora EBTT, *Campus* Porto Velho Calama.

⁹ Mestre em Administração, Administrador e Diretor de Planejamento/PRODIN/Reitoria. Membro do Observatório do IFRO e do Grupo de Trabalho do Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim.

¹⁰ Especialista em Administração Pública e Orçamentária, membro do Grupo de Trabalho do Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim e Técnico em Informações Estatísticas do IBGE/UE-RO.

Esse texto tem como objetivo apresentar as escolhas metodológicas vivenciadas no Observatório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO) no âmbito do projeto-piloto que originou sua implantação em março de 2016, o Projeto de Pesquisa Institucional “Diagnóstico Regional Guajará-Mirim”, visando dar suporte inicial a ser aperfeiçoado pelos *campi* do IFRO na elaboração de seus projetos próprios de pesquisa institucional para alinhamento entre demandas sociais e oferta educacional de relevância para o desenvolvimento regional.

O observatório do IFRO: apontamentos históricos

As incursões para a criação de um Observatório no IFRO não são recentes. Entretanto, somente a partir de 2016 essas tentativas conseguiram materialidade. Já em 2015, porém, alguns servidores foram enviados a outros institutos federais que já possuem observatórios consolidados a fim de conhecer a metodologia e as formas de organização. Como fruto dessas visitas, a Diretoria de Planejamento, recém-criada à época, elaborou de setembro de 2015 a janeiro de 2016 a Síntese Informativa dos Municípios (SIM) de Rondônia, bem como dos municípios de outros Estados que compõem ou podem compor a área de influência dos *campi* do IFRO.

Em março de 2016, o IFRO deu início ao processo de implantação de seu Observatório. Com esse objetivo, instituiu-se o Grupo de Trabalho (GT) do Observatório do IFRO, por meio da Portaria nº 0439, de 11 de março de 2016. O GT foi formado pelos servidores Leonardo Sousa Araújo (Diretor de planejamento DPLAN/PRODIN), Bráulio Fernandes Gerhardt (Administrador DPLAN/PRODIN), Josélia Fontenele Batista (Diretora de Extensão/PROEX à época) e Rosa Martins Costa Pereira (Técnica em Assuntos Educacionais/PRODIN) designada como coordenadora do GT.

Posteriormente, constituiu-se o Grupo de Trabalho responsável pela tradução dos documentos vinculados ao Projeto de Pesquisa Diag-

n stico Regional do *Campus* Guajará-Mirim, composto pelas servidoras Laura Borges Nogueira (ARINT), Flávia Cristina do Nascimento Anziliero (ARINT), Andreia de Fátima Pinsan (*Campus* Ji-Paraná), Rosane Salete Sasset (*Campus* Colorado do Oeste) e Saulo Gomes de Sousa (*Campus* Porto Velho Calama).

Em outubro de 2016, por meio da Portaria n  2.070, de 26 de outubro de 2016, incluiu-se o servidor Jardel de Sousa Pereira no GT do Projeto em substitui o ao servidor Braulio Gerhard que assumiu concurso no Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Em outubro de 2016, foi criada a Coordena o do Observatório do IFRO, sendo designada como coordenadora a servidora Rosa Martins Costa Pereira por meio da Portaria n  2.151, de 10 de novembro de 2016.

O Observatório do IFRO desenvolveu paralelamente às a es do Projeto Diagnóstico Guajará-Mirim/etapa Brasil, iniciadas em maio de 2016, outras a es de planejamento, sele o e capacita o de pesquisadores, elabora o de cadernos de campo com tradu o, submissão ao Comitê de  tica em Pesquisa do IFRO, elabora o de instrumentos de coleta de dados, dentre outras que resultaram em produtos (documentos) e a es que extrapolam o âmbito do próprio projeto, mas contemplam toda a institui o, como, por exemplo, a formaliza o do Termo de Coopera o Técnica entre o IFRO e a Universidad Aut noma del Beni – Bolívia.

Com base na complexidade da região na qual o *Campus* Guajará-Mirim está localizado, o Observatório optou por desenvolver o estudo da área urbana em duas etapas: etapa Brasil e etapa Bolívia. Além dessas a es, iniciou-se o trabalho de planejamento da pesquisa no *Campus* Jaru para execu o em 2017, incluindo viagem de reconhecimento e elabora o do projeto.

Os observatórios na rede federal possuem a tarefa de estruturar as informa es do mundo do trabalho e suas rela es com a Educa o Profissional e Tecnológica. O desafio da nova institucionalidade dos

institutos federais é, portanto, atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constituindo-se, desse modo, como um centro de documentação e informações de referência que reflita de forma atualizada, permanente e contextualizada as várias dimensões do mundo do trabalho e de sua interação com a EPT, utilizando um portal eletrônico como mecanismo de disseminação das informações e comunicação com o universo da EPT e a sociedade em geral (REDENET, 2010; PACHECO, 2010; SILVA NETO, SERRA e BARRAL NETO, 2008).

Entre outras ações, o Observatório deve atender a um dos objetivos estratégicos da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), que consiste em manter a demanda de cursos oferecidos pelo IFRO compatível com as características do Estado, levando em conta os Arranjos Produtivos Locais, as oportunidades regionais e respeitando os percentuais de oferta de vagas definidos pela Lei de criação dos IF's, assim como os indicadores pactuados no Termo de Acordo de Metas IFRO/MEC.

Nesse sentido, o Observatório desenvolve, essencialmente, pesquisas institucionais de apoio à gestão. Uma das grandes dificuldades no desenvolvimento de pesquisas institucionais é a utilização de procedimentos metodológicos adequados que não se restrinjam aos limites da pesquisa acadêmica, mas que promovam planejamento institucional eficiente traduzido em itinerários formativos alinhados aos cenários sociais atuais e suas perspectivas de mudança.

O Observatório do IFRO constitui-se num espaço multidisciplinar e institucional destinado à realização de pesquisas sobre o mundo do trabalho e sua interação com a Educação Profissional e Tecnológica de modo a apoiar o planejamento estratégico da instituição. Desse modo, a atuação do Observatório visa apoiar a disseminação da cultura do planejamento na instituição que está entre os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional, possibilitando diferentes desdobramen-

tos das pesquisas realizadas e parâmetros para a tomada de decisões e a geração de novos resultados.

A criação do Observatório do IFRO teve como contexto propulsor o fato de que as políticas de expansão da rede federal de educação profissional e a conseqüente criação de cursos não foram acompanhadas de ações específicas de acompanhamento educacional e replanejamento institucional. Essas ações são recentes e ainda incipientes face aos indicadores acadêmicos preocupantes da EPCT no Brasil.

Portanto, o Observatório do Instituto Federal de Rondônia é um projeto institucional que foi criado com o objetivo de mapear demandas econômicas e sociais por cursos de formação profissional e tecnológica e seus fatores intervenientes na área de influência dos *campi* da instituição a fim de fornecer  gestão subsídios para tomada de decisão quanto as melhores alternativas de eixos de formação e cursos que se articulem com os vetores produtivos da região.

Considerando experiências de Observatórios consolidados, como já dito, o IFRO iniciou as ações do Observatório com um projeto piloto na unidade de implantação mais recente em 2016, por meio do Projeto de Pesquisa Diagnóstico Regional *Campus* Guajará-Mirim.

Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim

O primeiro projeto de pesquisa do Observatório do IFRO foi intitulado “Diagnóstico Regional Guajará-Mirim” e tinha a finalidade de delinear alternativas para o itinerário formativo (ensino, pesquisa e extensão) do *Campus* Guajará-Mirim, localizado na região das cidades-gêmeas Guajará-Mirim (Brasil)/ Guayaramerín (Bolívia).

O objetivo principal do projeto foi fornecer subsídios para tomada de decisão quanto às melhores alternativas de eixos de formação

e cursos que se articulem com os arranjos produtivos da região de Guajará-Mirim.

Já os objetivos específicos foram: realizar estudos sobre a configuração socioeconômica e seus fatores intervenientes na região de Guajará-Mirim; mapear as demandas econômicas e sociais por cursos de formação profissional e tecnológica; verificar as possibilidades de inserção dos profissionais egressos do *Campus* Guajará-Mirim; apresentar uma proposta de itinerário formativo (ensino, pesquisa e extensão).

De modo geral, a abordagem metodológica do Observatório não se reduz a um método definitivo. Cada método será utilizado a partir da definição dos objetivos e instrumentos de diagnósticos a serem construídos, sempre primando pela abordagem transdisciplinar de forma que cada área do conhecimento pertinente à investigação possa dar sua contribuição.

Para a definição da área de estudo e amostra partiu-se do pressuposto que os reflexos dos circuitos de produção e organização espacial em interação (o local e o global) se articulam e interagem, isto porque o território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. (SANTOS, 2005)¹¹.

Como não existem regionalizações definidas para as áreas de abrangência dos *campi* do IFRO e a regionalização estadual não foi considerada adequada, optou-se por partir do estudo do IBGE (Região de Influência das Cidades)¹², mas considerando a dimensão local em caso de conflito.

Definiu-se um raio de 100 km de distância do *Campus* Guajará-Mirim tanto para os municípios brasileiros quanto bolivianos. Assim, a área de estudo do projeto foi definida na área urbana dos municípios

¹¹ Santos, Milton. Da totalidade ao lugar. S. Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

¹² Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/regic.zip.

de Guajará-Mirim e distrito de Iata; Nova Mamoré e distrito de Araras e dos municípios bolivianos de Guayaramerín e Riberalta. Dada a complexidade da região em estudo, optou-se por realizar a pesquisa em duas etapas: Brasil e Bolívia. Os resultados aqui apresentados se referem à etapa Brasil.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos adotados foram desenvolvidos em três etapas:

A primeira etapa se refere ao **levantamento de dados secundários** que ocorrem conforme os indicadores descritos nas dimensões relevantes do estudo e seus indicadores da área de inserção do *campus*, disponíveis em sites oficiais e instituições públicas e privadas. Os indicadores são levantados por município, os quais serão analisados a partir de suas correlações na região de influência da cidade onde o *campus* está localizado.

A segunda etapa foi o **levantamento dos dados primários** que tinha como foco os seguintes grupos de população de interesse: estudantes do ensino fundamental e médio; gestores públicos; gestores de entidades de representação social, comercial e industrial relevantes para as localidades; sociedade civil organizada; representações civis; entre outros que forem identificados conforme Quadro 1:

Quadro 1: detalhamento da coleta de dados primários

GRUPOS	TÉCNICA DE COLETA	POPULAÇÃO-ALVO	TRATAMENTO DOS DADOS
Alunos do último ano do ensino fundamental e médio	Questionário aplicado numa amostra sistemática de	Escolas das áreas urbanas	Elaboração de gráficos e tabelas com as demandas e interesses, dificuldades e potencialidades.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Gestores Públicos	Entrevista semiestruturada	Prefeitos, Secretários Municipais de Educação e de Planejamento	Elaboração de Quadros Síntese com ênfase nas percepções dos gestores e fatores de incentivo e colaboração
Representações sociais e de produtores	Entrevista semiestruturada	Associações de cunho produtivo e/ou social	Elaboração de Quadros Síntese com as demandas e potencialidades locais e inserção dos cursos na realidade local para potencial de extensão, pesquisa e estágio.
Indústrias e maiores empregadoras	Entrevista semiestruturada	Indústrias e empresas	Elaboração de Quadros Síntese com as demandas e potencialidades locais e inserção dos cursos na realidade local para potencial de extensão, pesquisa e estágio.
População em geral	Questionário aplicado em amostragem aleatória simples, conforme amostra.	População em geral que tenha mais de 18 anos	Elaboração de gráficos e tabelas com ênfase na percepção social da realidade socioeconômica, suas demandas em termos de formação profissional e visão sobre o IFRO.
Empresas e profissionais que atuam no transporte	Entrevista semiestruturada	Uma pessoa responsável por cada tipo de transporte	Elaboração de Quadros Síntese e, se possível, gráficos, mapas de rotas e tabela de distância e valores.
Empresas do ramo imobiliário e hoteleiro	Entrevista semiestruturada	Duas empresas imobiliárias e cinco empresas da área de hotelaria	Elaboração de quadros sínteses e quadros com a disponibilidade de possíveis moradias, valores médios e condições.

A amostra foi definida com base em Silva (1997, p. 135 apud CANTO, 2008, p. 54) a seguir:

$$\text{Onde: } n = \frac{Z^2 pq N}{(N-1)E^2 + Z^2 pq}$$

n = tamanho da amostra,
Z = valor correspondente ao nível de significância α na distribuição normal padrão.
p = variabilidade positiva,
q = variabilidade negativa,
N = tamanho da população,
E = precisão ou erro.

Para facilitar o trabalho dos interessados em realizar pesquisas desse tipo há na internet vários sites de amostragem¹³, mas que precisam ser validadas pelo cálculo da fórmula acima. A pesquisa de 5% de erro, com grau de confiança de 95%.

Com relação aos procedimentos e instrumentais de coleta de dados primários, foram utilizados questionários estruturados e entrevistas com roteiros semiestruturados.

- a) *Questionários estruturados*: cadernos de campo específicos foram construídos para o estudo.
- b) *Entrevista Semiestruturada*: a realização de entrevista semiestruturada aplicada pelo critério de acessibilidade e em quantidade estimada com base em seleção prévia depende da disponibilidade dos respondentes. Quanto à quantidade, pode-se estimar, mas deve-se fazer um estudo prévio das áreas consolidadas e em expansão para mapear os principais atores. As entrevistas foram realizadas com os seguintes grupos, conforme a necessidade do estudo, disponibilidade dos pesquisados e natureza do serviço prestado: a) representações sociais; b) setor hoteleiro, setor de transporte, setor imobiliário e gestores públicos.

¹³ O cálculo amostral utilizado nessa pesquisa foi realizado com base em: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/>

A terceira etapa consistiu na **sistematização, análise e produção de relatório final** realizada por pesquisadores com experiência nas áreas temáticas de cada dimensão. Para o tratamento das informações foram utilizadas técnicas estatísticas e/ou de correlação que geraram gráficos, tabelas, imagens e cartogramas que permitiram análises que retrataram uma visão regional.

A análise dos dados e construção do relatório foi constituída, entre outras informações, da listagem de possíveis cursos e atividades de pesquisa e extensão alinhadas à realidade e seus condicionantes (formas de organização de tempos e horários, ênfases, situação de ingresso, etc.). A metodologia de análise dos dados pode contar com pesquisadores de áreas específicas, permitindo a interdisciplinaridade e o uso diferente de várias metodologias de tratamento das informações permitindo uma análise regional sob várias perspectivas.

De modo geral, os procedimentos de análise se referem à sistematização dos resultados alcançados nas dimensões de estudos em suas respectivas situações e no cruzamento de indicadores.

Além disso, houve o cruzamento dos dados primários e secundários, incluindo os resultados obtidos na elaboração de uma proposta de itinerário formativo com todos os servidores e representação de alunos do *campus*, e em audiência pública no município-sede do *campus* com convite para todas as instituições participantes da pesquisa e comunidade dos municípios envolvidos na pesquisa.

A intersecção de indicadores populacional, educacional e econômico foi um importante procedimento por conectar diferentes dimensões. O objetivo consistia em possibilitar uma análise comparativa e detalhada o melhor possível da realidade estudada.

Os resultados esperados dividiram-se em produtos e políticas institucionais.

Em termos de políticas institucionais pretende-se fortalecer o trabalho da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional enquanto espaço de organização e apoio à execução das mesmas e buscando subsidiar as decisões por meio de dados coletados por métodos consistentes, além de:

- a) aumentar o diálogo com os *campi* do IFRO a partir do conhecimento de suas realidades e do trabalho coletivo para a tomada de decisões em conjunto aumentando a transparência, a eficiência e eficácia das ações; e
- b) fomentar a consolidação do Observatório do IFRO, enquanto núcleo de organização, orientação e articulação entre as pesquisas atualmente realizadas pelo IFRO.

Em termos de produtos, além da própria metodologia que será uma *expertise* a ser aprimorada em vários outros estudos de interesse do IFRO, teremos ainda:

- a) relatório contendo proposta de itinerário formativo do *campus* (ensino – pesquisa – extensão); e
- b) base de indicadores para a criação de um boletim que se constitua em um instrumento para o monitoramento da realidade de inserção do IFRO de modo que possamos, enquanto instituição, planejar nossas ações a partir das mudanças dos cenários sociais e econômicos de Rondônia.

Dimensões de estudo e indicadores

O mundo do trabalho é permeado por diferentes tipos de fatores intervenientes. Dessa forma, para entender a inserção do IFRO/*Campus* Guajará-Mirim no cenário rondoniense, elegemos três dimensões que se correlacionam ao mundo do trabalho para uma análise holística da realidade, a saber:

- a) **Dimensão sociocultural:** diz respeito à realidade social, educacional e étnico-cultural com ênfase nos quantitativos, políticas e características das populaes envolvidas que influenciem sua inserção do mundo do trabalho regional e as possibilidades de interesse e restries ao acesso, permanência e êxito nos cursos do IFRO.
- b) **Dimensão socioeconômica e educacional:** aborda indicadores que retratem a realidade econômica local e regional na qual o IFRO/*Campus* Guajará-Mirim deve se inserir. A economia em termos de tendências produtivas locais e regionais, fluxos de transporte de mercadorias e passageiros, e infraestrutura de apoio ao crescimento econômico e que interfiram na implantação dos cursos, na absorção de egressos e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão do IFRO/*campus*.
- c) **Dinâmica Geopolítica e Institucional:** compreende o conhecimento dos vetores de organizao do território e seus principais agentes que podem atuar como forças ou fraquezas no sucesso da inserção do IFRO/*Campus* Guajará-Mirim de modo a construir propostas de atuação eficazes a partir de parcerias e potencializar as forças institucionais.

Indicadores por dimensão

Quando se fala em diagnósticos é importante destacar a importância e a pertinência de quais dados são importantes para o alcance dos objetivos, ou seja, estabelecer quais os indicadores qualitativos ou quantitativos que podem fornecer as evidências da situação/realidade a ser retratada.

Para a pesquisa na região de Guajará-Mirim, com base no conhecimento prévio das dinâmicas regionais, dividiu-se as Dimensões em Situaes de Estudo (Quadro 1), as quais continham os indicadores mínimos para coleta, tabulação e análise situacional.

Dimensões	Situações	Indicadores
DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL	<p>Situação Populacional: essa dimensão tem como base estudos sobre a caracterização, situação, migrações e dinâmicas populacionais da área de influência:</p>	<p>Quantitativos populacionais por situação (rural e urbana), população por faixa etária, taxas de crescimento populacional, fluxos migratórios, sexo, taxa de analfabetismo, grau de instrução da população por faixa etária, população abaixo da linha pobreza, população residente em aglomerados subnormais, caracterização de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agrossilvopastoris, entre outras;</p>
	<p>Situação Educacional: estrutura-se a partir dos indicadores educacionais nacionais, regionais e institucionais, incluindo as modalidades presenciais e a distância, bem como demandas externas ao IFRO, em especial, com relação à área de abrangência e influência do <i>campus</i>.</p>	<p>Número de matrículas por segmento da educação básica, técnica e superior; taxa de crescimento das matrículas por segmento da educação básica, com ênfase nos últimos anos do ensino fundamental e médio, e ensino superior; Instituições públicas e privadas de educação profissionalizante e superior, bem como cursos e vagas ofertadas e modalidades de ensino; demanda/interesses locais da sociedade civil; empresas e estudantes.</p>
	<p>Situação Étnico-Racial, Cultural e Política Interveniente: descrição e análises dos principais grupos humanos, suas redes de apoio, segundo sua etnia, modos de vida ou situações específicas que estão presentes na área de influência do <i>campus</i> e que constituem situações intervenientes na atuação do <i>campus</i>; descrição de políticas públicas implantadas na área de estudo; identificação da autonomia econômica por meio da inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e oportunidades de qualificação; descrever o acesso à assistência técnica, extensão rural e inovação tecnológica, de forma continuada e permanente para a população local.</p>	<p>Indicadores por município e área de estudo: número e tipos de organizações dos grupos; leis, decretos e regulamentos e infraestruturas criadas a partir das políticas existentes; levantamentos primários.</p>

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Dimensões	Situações	Indicadores
DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	<p>Situação Econômica: essa dimensão é constituída por estudos voltados ao setor primário, indústria, serviços, rentabilidade, empregabilidade, entre outros indicadores socioeconômicos; comercialização e inserção econômica de produtos de pequenos e médios produtores em mercados diferenciados e convencionais e nas cadeias produtivas.</p>	<p>Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita e Valor Adicionado por setor; Participação % no Valor Adicionado Bruto; pessoas de 10 anos ou mais de idade e situação de ocupação na semana de referência; evolução dos empregos formais por setor do IBGE; quantidade de empregos formais e quantidade de empresa por cidade; análise dos arranjos produtivos locais em relação a produção diagnóstica; tendências produtivas dos setores de serviços agropecuário (lavoura temporária, lavoura permanente e pecuária) e industrial; principais agentes financeiros locais e possíveis formas de comercialização e atividades econômicas informais.</p>
	<p>Situação da Mobilidade intra e intermunicipal e fatores de acessibilidade ao campus: diz respeito à estrutura de mobilidade intra e intermunicipal que influenciarão na acessibilidade das diferentes populações das áreas de influência e que poderão demandar novos arranjos curriculares a exemplo das populações indígenas, quilombolas, agrícolas, etc.</p>	<p>Principais vias de acesso, distâncias rodoviárias, tempo de viagem, transportes públicos e privados, valores, documentação exigida (deslocamento e saúde), horários e caracterização do funcionamento.</p>
	<p>Situação de moradia, localização, imobiliária interveniente: considerando o potencial atrativo que os cursos do IFRO tenham sobre a cidade de Guajará-Mirim descrever as possibilidades de moradia e impacto na atual estrutura da cidade.</p>	<p>Disponibilidade de imóveis para locação, alternativas de residência permanente e temporária, valores médios do custo de vida no município-sede e nos municípios da área de influência.</p>

Dimensões	Situações	Indicadores
DIMENSÃO GEOPOLÍTICA-INSTITUCIONAL	Situação do Ordenamento Territorial: essa dimensão estrutura-se em estudos relacionados à localização geográfica, aspectos geoambientais e política de ordenamento territorial para a área de estudo.	Localização geográfica; definição da abrangência do <i>campus</i> ; situação quanto ao zoneamento e vetores produtivos; áreas especiais de preservação e conservação; terras indígenas; estrutura de gestão para a área; principais instituições, atores e suas políticas para a área.
	Situação da Sustentabilidade e Meio Ambiente: diz respeito à caracterização e interações do ambiente natural e sociedade bem como a análise dos fatores geoambientais intervenientes na produção e na qualidade de vida das populações.	Tendências de usos do solo; taxas de desmatamento; situações problemas já detectadas para o desenvolvimento local como dados de saúde pública, saneamento, conflitos locais, etc.

Quadro 1: Indicadores por Situação e Dimensão de estudo
Fonte: Observatório do IFRO, 2016.

Para dar conta do levantamento de tantos indicadores, foi necessário construir um percurso metodológico com dados quantitativos e qualitativos por meio de instrumentais de coleta de dados diferentes.

A terceira etapa consiste na **sistematização e análise dos dados, incluindo os dados coletados na discussão do itinerário formativo com os servidores do *Campus* Guajará-Mirim e com a população em geral que participou da Audiência Pública para apresentação dos resultados, culminando na produção de Relatório Final.** Essa etapa será desenvolvida pela equipe técnica do Observatório, equipe local do *campus* e colaboradores, conforme a necessidade e sob a responsabilidade da coordenação do Observatório. Para o tratamento das informações serão utilizadas técnicas estatísticas e/ou de correlação que gerem gráficos, tabelas, imagens e cartogramas que permitam análises

que retratem uma visão regional a partir da contribuição de cada município. A análise dos dados e construção do relatório contem, entre outras informações, a listagem de possíveis cursos e atividades de pesquisa e extensão alinhadas à realidade e seus condicionantes (formas de organização de tempos e horários, ênfases, situação de ingresso, etc.). A metodologia de análise dos dados para ser efetiva deve integrar pesquisadores de áreas específicas, permitindo a interdisciplinaridade.

Considerações finais

Com a ausência de pesquisas institucionais “institucionalizadas”, isto é, que ocorram de forma sistêmica e alinhada ao planejamento estratégico, o Observatório do IFRO, que é um espaço com um ano de existência e ainda sem regulamentação, precisou e precisa construir caminhos e fluxos ainda inexistentes e, muitas vezes, pouco acolhidos internamente.

Muito se fala sobre a importância e necessidade de pesquisas de demanda regional, muitos informam que a executam antes de iniciar a oferta de cursos, mas o que se percebe é a ausência da divulgação dessas pesquisas, bem como os procedimentos metodológicos utilizados para fins de compartilhamento de experiência educativa.

A proposta metodológica utilizada no Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim não tem a pretensão de ser o único modelo e possibilidade de pesquisa de demanda regional para a elaboração de itinerários formativos. Nosso objetivo é socializar caminhos metodológicos com base nas escolhas e condições disponíveis, sem deixar de criar espaços antes inexistentes. É um texto aberto que se completará com a experiência de muitos educadores pesquisadores dos *campi* ansiosos por ver um horizonte além da vista, além do “eu acho”, mas buscar conhecer a multiplicidade de dimensões que podem interferir no itinerário

formativo do IFRO. Um conhecimento provisório e incompleto, mas amparado em critérios e indicadores sociais, demográficos, econômicos e institucionais.

Por fim, esperamos que essa experiência possa contribuir para clarificar os objetivos institucionais com relação ao campo científico, apropriando-se deste último para subsidiar práticas de pesquisa no contexto institucional.

Referências

BATEMAN, T.S. **Administração: Construindo vantagem competitiva**. Thomas S. Bateman, Scott A. Snell; tradução Celso A. Rimoli; revisão técnica José Ernesto Lima Gonçalves, Patrícia da Cunha Tavares. São Paulo: Atlas, 1998.

FREEMAN, R.E. STONER. J.A.F. **Administração/** James A. F. Stoner e R. Edward Freeman. Traduzido por Alves Calado. Revisão de Conteúdo Agrícola de Souza Bethlem. Rio de Janeiro. Editora Livros Técnicos e Científicos, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Região de Influência das Cidades. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/regic.zip. Acesso em 10 de mar.de 2016.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. S. Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

**DIMENSÃO
SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL**

Situação: Populacional



Do censo ao fluxo: dinâmicas demográficas de Guajará-Mirim e Nova Mamoré

Rosa Martins Costa Pereira¹⁴

Leonardo Souza Araújo¹⁵

Braulio Fernandes Gerhardt¹⁶

Resumo

Esse estudo foi produzido no âmbito do Projeto Diagnóstico Regional de Guajará-Mirim que tem como objetivo subsidiar decisões institucionais sobre o itinerário formativo e a inserção regional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO) – *Campus Guajará-Mirim* em sua área de abrangência. A situação estudada, objeto desse texto, é a dinâmica demográfica dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Esse estudo teve como pressuposto teórico e metodológico a compreensão de fenômenos demográficos tanto em seus aspectos estáticos (censos) quanto dinâmicos (fluxos migratórios, percepções dos pesquisados). A análise foi produzida a partir de dados secundários disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e de dados primários (questionários e entrevistas) coletados e tabulados por pesquisadores vinculados ao projeto.

¹⁴ Doutora e Mestre em Geografia, Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e em Metodologia do Ensino superior. Coordenadora do Observatório do IFRO em 2016. Técnica em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/IFRO.

¹⁵ Administrador e mestre em Administração Pública. Diretor de Planejamento na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/IFRO.

¹⁶ Administrador e especialista em Administração Pública e Orçamentária. Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE - UE/RO-GPS.

Espera-se que as interpretações das dinâmicas estudadas contribuam para a compreensão das características educacionais das populações, possibilitando assim, uma inserção progressiva, efetiva e relevante do IFRO naquela região.

Palavras-chave: Dinâmica Populacional. Guajará-Mirim. Nova Mamoré. IFRO.

1 Introdução

Dos 588 municípios brasileiros, 122 deles estão na linha divisória e 32 são consideradas cidades-gêmeas.

Sabe-se que Guajará-Mirim/RO/BR e Guayaramerín/Beni/RO formam o grupo das 32 cidades-gêmeas presentes em todo o território brasileiro. A Bolívia é o país que possui maior extensão de fronteira com o Brasil nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

De acordo com informações constantes no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, até 1950 o crescimento populacional de Guajará-Mirim era semelhante ou superior ao crescimento de Porto Velho. Entretanto, a falta de perspectivas políticas que proporcionassem a retomada do desenvolvimento do município gerou o decréscimo populacional.

Com a implantação da área de livre comércio de Guajará-Mirim (ALCGM) na década de 1990, a população voltou a crescer, mas “[...] a falta de gerência e de ofertas de capacitação por parte do poder público fez com que grande parte dos empreendimentos ali instalados, por conta da ALCGM falisse, o que mais uma vez afetou o crescimento populacional”. (PDRS, 2009, p.14).

De acordo com o último Censo Demográfico nacional, a população residente em Guajará-Mirim é de 41.656. Destes, 40.318 se declararam brasileiros natos, 291 brasileiros naturalizados e 947 estrangeiros

(IBGE, 2010). A realidade desse município fronteiriço é, entretanto, bem diferente do que apontam os dados oficiais.

“Esses censos não abrangem a totalidade das populações imigrantes, sejam ou não clandestinas. Essa subestimação há de ser importante no caso de populações que se caracterizam por suas dificuldades de integração socioeconômica no país de destino.” (CGEE, 2008, p.270). Conscientes dessa realidade, buscou-se analisar outros parâmetros e não apenas a contagem populacional.

Com relação à territorialização dos migrantes internacionais, ao considerar os locais de residência dos migrantes a partir dos censos nacionais de população constata-se o papel importante das fronteiras.

Nos últimos anos, observou-se o aumento de estudos sobre a migração boliviana no Brasil, entretanto, pouco se tem estudado sobre os migrantes brasileiros na Bolívia. Em Guayaramerín, por exemplo, estima-se que em 2002 havia 182 brasileiros residentes, mas no espaço fronteiriço das cidades-gêmeas Guajará-Guayara a visibilidade migratória fica a cargo dos bolivianos residentes no “lado” brasileiro.

A tipologia da migração internacional que ocorre no espaço de Guajará-Guayara é considerada como tipo espacial 1 ou a migração “fronteiriça de vizinhança recíproca” na qual:

[...] os migrantes procuram na zona imediata à fronteira internacional uma vantagem em termos de mercado de trabalho, de serviços (saúde, educação) etc. Ou seja, uma oportunidade para uma **inserção socioeconômica e de acesso a serviços**. É uma **migração de proximidade** (os migrantes podem vir de longe, mas vão perto da fronteira), é uma **migração diversificada** socialmente, antiga e **seus fluxos são reversíveis** (em função de evoluções conjunturais ou estruturais). Essa migração é, majoritariamente, urbana ou procura a proximidade de centros urbanos importantes. Importante, nesse caso, designa um **centro regional** que pode ser grande ou não em termos demográficos; o que importa é o ta-

manho do espaço organizado à volta desse centro e a posição fronteiriça desse território organizado. (CGEE, 2008, p.280, grifo nosso).

Assim, depreende-se que uma das características da população boliviana que circula em Guajará-Mirim não possui como indicador a representatividade demográfica, mas a posição que o município brasileiro ocupa como centro regional, isto é, com melhores oportunidades para acesso a serviços e à inserção socioeconômica.

A formação da população de Guajará-Mirim, com aproximadamente 1.500 pessoas na década de 1930, era composta por elementos das mais diversas nacionalidades: gregos, turcos, barbadianos, portugueses, ingleses, americanos e franceses (TEIXEIRA; FONSECA, 2001). Em outras palavras, foi uma formação diversificada desde o início. Na mesma época, Guayaramerín (na Bolívia) possuía uma população estimada em 400 pessoas.

De acordo com Teixeira e Fonseca (2001), até os anos finais do século XIX, Guajará-Mirim constituía-se apenas de alguns seringais sem nenhuma povoação que chamasse a atenção. Com a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré teve início a formação de um núcleo urbano a partir do ponto final da estrada de ferro. A região tinha seus seringais explorados pela *Guaporé Rubber Company*, então gerenciada pelo Coronel Paulo Saldanha.

A “Pérola do Mamoré” é provavelmente o município mais verde do Brasil e do mundo, pois possui mais de noventa por cento de “suas florestas de pé”, é rodeada por parques de preservação ambiental, reservas de conservação extrativista e ainda reservas indígenas. Guajará-Mirim se torna um exemplo em uma época na qual o desmatamento da Amazônia se massifica na mídia regional, nacional e internacional (GOMES, 2013)¹⁷.

¹⁷ GOMES, Emanuel. Guajará-Mirim: “A pérola do Mamoré”. **Gente de Opinião**, ago. 2013. <http://rondoniaempauta.com.br/nl/historia/18978/>

Entre as alternativas de delimitação para tratar sobre a situação populacional de um lugar complexo, optou-se por abordar duas questões:

- a) a questão fronteiriça;
- b) a questão indígena.

A questão fronteiriça caracteriza-se marcadamente pela condição de cidade-gêmea com um município boliviano ao qual se une pelo rio. Falar da questão fronteiriça é mais do que falar das relações entre Brasil e Bolívia, mas das próprias construções identitárias dos indivíduos e grupos como fronteiriços, isto é, ser fronteiriço é a unidade que caracteriza grande parte das relações com maior ou menor interação entre indígenas ou não indígenas, ribeirinhos, moradores da zona urbana ou rural.

A formação do jeito guajaramirense de ser passa, portanto, pelas trocas sociais entre as populações, dentre elas a reciprocidade da vizinhança com a Bolívia possui uma função social fundamental, pois segundo Fonseca e Teixeira, relatos de viajantes indicam uma histórica e intensa comunicação entre Guajará-Mirim e Guayaramerín com dezenas de embarcações de bandeira nacional e boliviana.

Outra situação característica não apenas da fronteira, mas do processo migratório internacional é a dificuldade de distinguir entre o crime e a criminalização. As facilidades para o transporte de produtos adquiridos por meio ilegal, além da “porta de entrada” para drogas e suas repercussões sociais muito facilmente determinam as estigmatização da nacionalidade como perfil criminoso. A materialização da noção de soberania nacional dos dois países também corrobora para essa situação.

Na década de 1930, por exemplo, Teixeira e Fonseca (2001) informaram que Guajará-Mirim tinha dez praças e um sargento da força estadual para uma população de 1.500 pessoas, enquanto que Guayaramerín dispunha de um quartel com 100 praças, além de oficiais e uma capitania do porto para uma população de apenas 400 pessoas. Em 1932 foram criados os Contingentes Especiais de Fronteira em Porto

Velho, Guajará-Mirim e Forte Príncipe da Beira, subordinados ao Capitão Aluízio Ferreira.

Com relação à questão indígena é preciso destacar que são pessoas que possuem territorialidade. Conforme Teixeira e Fonseca já destacaram, as pessoas pensam no indígena como um “outro povo”, diferente dos “brancos e civilizados”, mas os povos indígenas constituem-se em um conjunto diversificado de culturas, cuja única identidade inquestionável reside no fato de ocuparem a América antes da chegada do europeu.

Segundo estudiosos, como Teixeira e Fonseca (2001), no Norte do Brasil, na área dos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins existiam inúmeros povos indígenas nômades e sedentários e todos praticavam a agricultura. Os nômades ocasionalmente produziam excedentes para trocas com outros grupos e os sedentários dividiam o trabalho entre si e produziam artefatos para o comércio como, por exemplo, cerâmicas e tecidos de algodão. Comunicavam-se em várias línguas entre os grupos linguísticos tupi, aruak, karib, tucano, pano e jê.

O indígena da Amazônia era integrado ao seu meio, vivia da caça, da pesca e da agricultura, que dominava de forma suficiente e econômica. Alguns grupos possuíam características expansionistas e expulsavam ou dominavam grupos mais fracos, ou estabeleciam alianças políticas para defesa comum de grupos ameaçados.

O povoado que deu origem ao município de Nova Mamoré teve seu início a partir do deslocamento de moradores da Vila Murinho para a BR 425, após a desativação da ferrovia Madeira-Mamoré. O novo local escolhido pelos moradores recebeu o nome de “Vila Nova” ao qual foi acrescentado “do Mamoré” quando se tornou distrito de Guajará-Mirim. De Vila Nova do Mamoré, o município se tornou apenas “Nova Mamoré”, nome aprovado em plebiscito e sancionado pelo Governador

do estado de Rondônia, Jerônimo Garcia de Santana, através da Lei nº 207 de 06 de julho de 1988.

O Município de Nova Mamoré¹⁸ está localizado na porção no-roeste/norte do estado de Rondônia. Faz divisa com a República Federativa da Bolívia e o Rio Madeira, pela porção oeste; com os Municípios de Porto Velho e Buritis de Campo Novo, na porção leste; na porção sul, com o Município de Guajará-Mirim e, na porção norte, com o Município de Porto Velho. Sua área geográfica é de 10.072 km², o que o coloca como o 4º município do Estado em extensão territorial.

Em seu território encontram-se localizadas três reservas indígenas: Terras Indígenas Igarapé Ribeirão, Reserva dos Karipunas e Terras Indígenas Laje, bem como uma Unidade de Preservação Permanente, o Parque Estadual Guajará-Mirim que, apesar do nome, encontra-se com 95% de sua área em território de Nova Mamoré. Em seu território também se encontram parte do Parque Extrativista Jaci-Paraná, Parque Extrativista Preto, Parque Nacional Pacaás Novos e Terras indígenas Uru-eu-wau-wau. Suas vias de acesso: através de estrada: BR 425 e BR 421 (linha D). A BR 425 dá acesso à Porto Velho – 280 km de distância de Nova Mamoré e, a Guajará-Mirim, distante 48 km de Nova Mamoré. A BR 421 dá acesso aos Distritos de Palmeiras e Nova Dimensão, estendendo-se até o Parque estadual Guajará-Mirim, na divisa com os Municípios de Campo Novo Buritis.

De acordo com o último censo demográfico nacional, a população residente em Nova Mamoré é de 22.546, destes 22.397 se declaram brasileiros natos, 36 brasileiros naturalizados e 113 estrangeiros (IBGE, 2010).

A seguir serão apresentados os indicadores populacionais e análise dos municípios Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

¹⁸ Cf. PREFEITURA DE NOVA MAMORÉ. Cf. Histórico. Disponível em: <http://www.novamamore.ro.gov.br/municipio/historico>. Acesso em 18 de jan. de 2017.

2 Análise de indicadores populacionais

A análise dos indicadores, neste estudo, tem como base coletas de dados primários e secundários. Os dados primários, cuja análise será realizada no item posterior, foram coletados por equipes de pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/*Campus* Guajará- Mirim nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, no segundo semestre de 2016. Os dados secundários foram coletados por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Algumas considerações são importantes antes da apresentação dos dados.

Com relação às **Taxas de crescimento populacional não foi possível localizar** uma divulgação, dentro do SIDRA, de taxas de crescimento populacional para os municípios (apenas para estados e regiões). Por este motivo, a sistematização dos dados da população dos municípios pesquisados teve como referência os anos 2000 e 2010 (anos dos dois últimos censos) possibilitando, assim, o cálculo do crescimento populacional nesse período.

Quanto aos **Fluxos migratórios**, foram sistematizados dados da população residente por estado de nascimento e por nacionalidade, bem como dos emigrantes internacionais, segundo o continente e país de destino. No caso da nacionalidade, a população estrangeira não é classificada de acordo com o país de origem, apenas como estrangeira. E no caso das migrações internas (pessoas vindas de outros estados), não há dados sobre o município de origem, apenas sobre o estado de origem. Logo, também não foi possível identificar para onde as pessoas desses municípios migram, exceto quando se trata de emigração internacional.

Com relação à **População abaixo da linha de pobreza** não foram encontrados dados sobre essa classificação disponíveis no SIDRA. Desse modo, optou-se por apresentar dados de quantitativo populacional por classes de rendimento.

Por fim, quanto à **Caracterização de populações indígenas, bolivianas, quilombolas, ribeirinhas, agrossilvopastoris, entre outras**, com exceção dos indígenas os demais grupos mencionados não possuem nenhuma classificação especial dentro dos dados do IBGE (os bolivianos são classificados apenas como estrangeiros), logo, não há dados específicos disponíveis para esses grupos.

2.1 Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos de idade ou mais por sexo

Com relação à taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos de idade ou mais, em termos percentuais, considerando a variável sexo, observa-se que em Guajará-Mirim há um equilíbrio nos índices. Os homens apresentam o índice de 92,6% e as mulheres de 92,8%. Em Nova Mamoré, os homens apresentam uma taxa de alfabetização menor: 87,4% em relação ao índice de 89,2% para as mulheres.

Observa-se que a taxa de alfabetização de pessoas acima de 10 anos de idade é menor no município de Nova Mamoré do que em Guajará-Mirim, o que poderia indicar uma possibilidade de atuação educacional em cursos de alfabetização de adultos naquele município.

2.2 População residente por situação do domicílio e sexo

Com relação ao quantitativo populacional por situação de domicílio, observa-se uma predominância de domicílios na área urbana tanto de Guajará-Mirim quanto de Nova Mamoré.

Tabela 01 - População residente, por situação do domicílio

Ano – 2010			
Sexo – Total			
Variável - População residente (Pessoas)			
Unidade Territorial	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Guajará-Mirim (RO)	41,656	35,207	6,449
Nova Mamoré (RO)	22,546	13,067	9,479

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Observa-se que o município de Nova Mamoré apresenta um perfil populacional mais rural do que Guajará-Mirim. As demandas para formação técnica e profissional dessa população rural precisam de estudo específico, mas neste diagnóstico indica-se ser este um aspecto relevante para a atuação do IFRO, *Campus* Guajará-Mirim, naquela região.

2.3 População residente, por nacionalidade, sexo e grupos de idade

De acordo com o último Censo Demográfico nacional, a população residente em Guajará-Mirim é de 41.656, destes 40.318 se declaram brasileiros natos, 291 brasileiros naturalizados e 947 estrangeiros. Já a população residente em Nova Mamoré é de 22.546, destes 22.397 se declaram brasileiros natos, 36 brasileiros naturalizados e 113 estrangeiros (IBGE, 2010).

Na coleta de dados primários realizada nos Municípios de Guajará-Mirim e em Nova Mamoré, observa-se que 88,7% dos estudantes do ensino fundamental de Guajará-Mirim se declaram de nacionalidade brasileira e 11,3 de nacionalidade boliviana. Já os estudantes do ensino médio, 96,7% se declararam brasileiros e apenas 3,3% se declararam brasileiros e bolivianos.

No Município de Nova Mamoré, 100% dos estudantes do ensino fundamental se declararam brasileiros. 88,2% dos estudantes do ensino médio se declararam de nacionalidade brasileira e 11,8% se declararam de nacionalidade brasileira e boliviana.

Ainda que a pesquisa realizada não solicitasse identificação, sabe-se que há constrangimentos para a autodeclaração da nacionalidade boliviana, grande parte causada por estigmas e preconceitos por local de origem. Além disso, a população local é composta por muitas famílias mistas formadas na fronteira com trânsito contínuo entre as cidades-gêmeas cujos registros são ausentes nos censos. Para os filhos destas, a declaração do local de origem muitas vezes está relacionada a questões situacionais de conveniência.

2.4 População residente por sexo e lugar de nascimento

Com relação ao lugar de nascimento da população residente nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, observa-se os seguintes números:

Tabela 02 - População residente, por sexo e lugar de nascimento

Ano – 2010				
Sexo – Total				
Lugar de nascimento	Variável x Unidade Territorial			
	População residente (Pessoas)		População residente - percentual do total geral	
	Guajará-Mirim (RO)	Nova Mamoré (RO)	Guajará-Mirim (RO)	Nova Mamoré (RO)
Total	41.656	22.546	100,00	100,00
Região Norte	36.120	14.895	86,71	66,07
Rondônia	34.715	14.335	83,34	63,58
Acre	552	190	1,33	0,84
Amazonas	616	179	1,48	0,79
Roraima	18	41	0,04	0,18

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Pará	208	107	0,50	0,48
Amapá	10	23	0,02	0,10
Tocantins	-	20	-	0,09
Região Nordeste	2.079	2.096	4,99	9,30
Maranhão	321	351	0,77	1,56
Piauí	59	137	0,14	0,61
Ceará	871	580	2,09	2,57
Rio Grande do Norte	109	38	0,26	0,17
Paraíba	347	138	0,83	0,61
Pernambuco	136	59	0,33	0,26
Alagoas	49	16	0,12	0,07
Sergipe	25	17	0,06	0,07
Bahia	163	761	0,39	3,37
Região Sudeste	742	2.602	1,78	11,54
Minas Gerais	235	1.290	0,56	5,72
Espírito Santo	145	834	0,35	3,70
Rio de Janeiro	165	20	0,39	0,09
São Paulo	198	458	0,48	2,03
Região Sul	571	1.653	1,37	7,33
Paraná	359	1.420	0,86	6,30
Santa Catarina	36	125	0,09	0,56
Rio Grande do Sul	175	107	0,42	0,48
Região Centro-Oeste	646	1.076	1,55	4,77
Mato Grosso do Sul	73	220	0,17	0,98
Mato Grosso	492	595	1,18	2,64
Goiás	70	242	0,17	1,07
Distrito Federal	12	18	0,03	0,08
Brasil sem especificação	160	75	0,38	0,33
País estrangeiro	1.338	149	3,21	0,66
Exterior
Exterior naturalizados brasileiros
Exterior estrangeiros

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Guajará-Mirim apresenta um perfil populacional bastante regional, pois o local de nascimento prioritário é a Região Norte, especificamente o estado de Rondônia. Destaca-se a forte presença de migrantes oriundos da Região Nordeste, com destaque para o estado de Ceará e um baixo registro de população oriunda de países estrangeiros, que ainda é bem menor no município de Nova Mamoré.

Nova Mamoré, assim como Guajará-Mirim, possui um perfil regional prioritário do Norte e de Rondônia. Entretanto, apresenta uma forte presença de migrantes oriundos da Região Nordeste e Sudeste com destaque para os estados da Bahia e do Paraná.

2.5 População residente por sexo, situação e localização da área

Com relação à população residente por localização da área e sexo, observa-se:

Tabela 03 - População Residente, por Sexo, situação e Localização da Área.

Ano - 2010	Guajará-Mirim		Nova Mamoré	
	2000	2010	2000	2010
Sexo - Total				
Total	38.012	41.656	14.769	22.546
Homens	19.040	20.947	7.856	11.735
Mulheres	18.972	20.709	6.913	10.811

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

O crescimento populacional de homens foi maior que o de mulheres nos dois municípios no período de 10 anos. Com relação ao crescimento total da população, constata-se que Nova Mamoré apresentou expressivo crescimento enquanto em Guajará-Mirim o crescimento foi ínfimo.

2.6 Pessoas de 10 anos de idade ou mais por nível de instrução, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade

tabela 04 - Pessoas de 10 Anos de Idade ou Mais por Nível de Instrução, segundo a Situação do Domicílio, o Sexo, a Cor ou Raça e os Grupos de Idade

Nível de instrução							
		Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Su- rior com- pleto	Não determi- nado
Guaja- rá- Mirim (RO)	Total	33,017	19,374	5,749	6,233	1,504	158
	10 a 14 anos	4,602	4,561	33	-	-	8
	15 a 17anos	2,575	1,526	960	21	-	67
	18 a 19 anos	1,705	750	641	299	-	15
	20 a 24 anos	3,786	1,553	985	1,154	68	26
	25 a 29 anos	3,557	1,501	627	1,173	237	20
	30 a 34 anos	3,314	1,660	490	884	267	13
	35 a 39 anos	2,934	1,392	567	734	240	-
	40 a 44 anos	2,544	1,285	411	659	180	8
	45 a 49 anos	2,160	1,162	320	559	119	-
	50 a 54 anos	1,453	822	271	232	128	-
	55 a 59 anos	1,360	920	186	152	102	-
	60 a 69 anos	1,732	1,155	224	222	131	-
70 anos ou mais	1,295	1,086	33	143	32	-	

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Nível de instrução							
Nova Mamoré (RO)	Total	17,778	13,076	2,338	1,690	431	243
	10 a 14 anos	2,574	2,482	23	-	-	69
	15 a 17 anos	1,351	807	427	11	-	106
	18 e 19 anos	839	382	310	127	11	9
	20 a 24 anos	1,929	1,033	408	432	34	23
	25 a 29 anos	2,024	1,175	315	436	90	8
	30 a 34 anos	1,940	1,271	292	271	92	13
	35 a 39 anos	1,603	1,232	147	162	62	-
	40 a 44 anos	1,383	1,060	135	155	20	13
	45 a 49 anos	1,193	937	170	42	44	-
	50 a 54 anos	899	758	57	49	35	-
	55 a 59 anos	730	692	28	-	10	-
	60 a 69 anos	840	793	15	6	26	-
70 anos ou mais	473	453	11	-	8	-	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Com base no indicador nível de instrução por grupos de idade, constata-se que a população jovem apresenta baixa escolaridade, sobretudo na transição do ensino fundamental para o ensino médio. Verifica-se ainda que a problemática de continuidade de estudos e a consequente distorção idade-série acontecem tanto em Guajará-Mirim quanto em Nova Mamoré.

2.7 Pessoas de 10 Anos de Idade ou Mais por Classes de Rendimento Nominal Mensal - Universo

Tabela 05 - Pessoas de 10 anos de idade ou mais por classes de rendimento nominal mensal - Universo
Ano – 2010

Classes de rendimento nominal mensal	Variável x Unidade Territorial			
	Pessoas de 10 anos de idade ou mais		Pessoas de 10 anos de idade ou mais - percentual do total geral	
	Guajará-Mirim (RO)	Nova Mamoré (RO)	Guajará-Mirim (RO)	Nova Mamoré (RO)
Total	33.072	17.833	100,00	100,00
Até 1/2 salário mínimo	2.080	1.851	6,29	10,38
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	6.697	4.110	20,25	23,05
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4.950	2.448	14,97	13,73
Mais de 2 a 5 salários mínimos	3.022	975	9,14	5,47
Mais de 5 a 10 salários mínimos	899	226	2,72	1,27
Mais de 10 a 20 salários mínimos	198	35	0,60	0,20
Mais de 20 salários mínimos	46	9	0,14	0,05
Sem rendimento	15.180	8.179	45,90	45,86
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Com relação ao rendimento mensal, verifica-se que a faixa salarial predominante da população de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré é de até um salário mínimo e com uma porcentagem importante (45,90% e 45,86%) da população sem rendimento mensal.

2.8 Emigrantes Internacionais, por Sexo, segundo os Continentes e Países Estrangeiros de Destino

Tabela 06
Emigrantes internacionais, por sexo, segundo os continentes e países estrangeiros de destino
Ano - 2010

VARIÁVEL - EMIGRANTES INTERNACIONAIS (pessoas)						
Continentes e países estrangeiros de destino	Guajará-Mirim (RO)			Nova Mamoré (RO)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	178	83	95	57	24	33
África	1	-	1	3	1	2
África do Sul	-	-	-	-	-	-
Angola	-	-	-	3	1	2
Outras países da África	1	-	1	-	-	-
América Central	1	-	1	-	-	-
América do Norte	3	1	2	4	1	3
Canadá	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos	3	1	2	4	1	3
México	-	-	-	-	-	-
América do Sul	144	71	73	26	13	13
Argentina	1	-	1	-	-	-
Bolívia	141	70	71	20	10	10
Chile	-	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	-	-	2	1	1
Paraguai	-	-	-	-	-	-
Suriname	-	-	-	-	-	-
Uruguai	-	-	-	-	-	-
Venezuela	1	1	-	2	1	1
Outros países da América do Sul	1	1	-	2	1	1
Ásia	1	-	1	1	-	1
China	-	-	-	-	-	-
Japão	-	-	-	1	-	1
Outros países da Ásia	1	-	1	-	-	-

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Europa	27	10	17	23	9	14
Alemanha	1	1	-	-	-	-
Áustria	-	-	-	-	-	-
Bélgica	-	-	-	-	-	-
Espanha	15	6	9	2	-	2
França	4	1	3	2	1	1
Holanda	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-
Itália	2	-	2	5	2	3
Noruega	-	-	-	-	-	-
Portugal	2	1	1	13	6	7
Reino Unido	1	1	-	1	-	1
Suécia	-	-	-	-	-	-
Suíça	1	-	1	-	-	-
Outros países da Europa	1	-	1	-	-	-
Oceania	1	1	-	-	-	-
Austrália	-	-	-	-	-	-
Nova Zelândia	1	1	-	-	-	-
Outros países da Oceania	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE: Censo Demográfico

No registro realizado pelo Censo de 2010, o município de Guajará-Mirim apresentava 178 emigrantes internacionais, dos quais 141 são de nacionalidade boliviana. No total geral de emigrantes por sexo, as mulheres constituem um grupo maior do que de homens, entretanto, no tocante à emigração boliviana para Guajará-Mirim, a relação entre os sexos se apresenta bastante equilibrada.

Com um número bem menor de emigrantes registrados, o município de Nova Mamoré apresenta apenas 57 emigrantes, com predominância de mulheres, do mesmo modo como os emigrantes registrados em Guajará-Mirim. A Bolívia continua sendo um lugar importante

de origem desses emigrantes, mas já se mostra um fluxo ligeiramente maior de emigrantes oriundos da Europa, especialmente de Portugal.

2.9 Pessoas Indígenas, por Localização do Domicílio e Condição de Indígena

Com relação ao quantitativo de pessoas indígenas, observa-se a subcategorização na organização dos dados pelo IBGE entre pessoas que se declaram indígenas e as que não se declaram, mas se consideram indígenas.

Tabela 07 – Pessoas Indígenas, por Localização do Domicílio e Condição de Indígena

Localização do domicílio	Condição indígena	Unidade Territorial	
		Guajará- Mirim (RO)	Nova Mamoré (RO)
Total	Total	4.097	314
	Declaram-se indígenas	3.998	310
	Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	99	4
Em terras indígenas	Total	3.697	229
	Declaram-se indígenas	3.598	225
	Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	99	4
Fora das terras indígenas	Total	400	85
	Declaram-se indígenas	400	85
	Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	-	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Em Guajará-Mirim há um maior registro da presença de pessoas indígenas do que em Nova Mamoré, tanto dos que se consideram, mas não se declaram, quanto dos declarados.

3 Análise de dados primários

Os dados primários foram coletados e tabulados por pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia do *Campus* Guajará-Mirim, no segundo semestre de 2016.

Nesse estudo, os dados foram agregados nas seguintes composições:

- a) urbana e rural;
- b) sexo; e
- c) cor.

3.1 Composição urbana e rural

A maioria dos estudantes que participaram da pesquisa em ambos os níveis de ensino (fundamental e médio) reside na área urbana dos dois municípios. Na comparação, observa-se que a população de estudantes do ensino fundamental de Nova Mamoré é menor do que a de Guajará-Mirim. Já com relação ao ensino médio, a situação se inverte, há mais estudantes que moram na área rural em Nova Mamoré do que em Guajará-Mirim.

Município	Grupo	Composição	Detalhamento	Resultado
Nova Mamoré	Estudantes do último ano do ensino fundamental	Urbana	36 de 45	80%
		Rural	7 de 45	15,56%
	Estudantes do último ano do ensino médio	Urbana	35 de 51	68,63%
		Rural	13 de 51	25,49%

Guajará-Mirim	Estudantes do último ano do ensino fundamental	Urbana	45 de 62	75,58%
		Rural	16 de 62	25,81%
	Estudantes do último ano do ensino médio	Urbana	55 de 60	91,67%
		Rural	5 de 60	8,33%

Esse dado pode indicar o perfil da população atendida pelas respectivas escolas, mas também nos permite inferir que é necessário conhecer a demanda educacional para a população da área rural de Guajará-Mirim que possui tão baixa representatividade como local de residência dos estudantes desse município.

3.2 Composição por sexo

Município	Grupo	Composição	Detalhamento	Resultado
Nova Mamoré	Estudantes do último ano do ensino fundamental	Feminino	21 de 45	46,67%
		Masculino	24 de 45	53,33%
	Estudantes do último ano do ensino médio	Feminino	28 de 51	54,90%
		Masculino	23 de 51	45,10%
Guajará-Mirim	Estudantes do último ano do ensino fundamental	Feminino	31 de 62	50%
		Masculino	31 de 62	50%
	Estudantes do último ano do ensino médio	Feminino	36 de 60	60%
		Masculino	24 de 60	40%

Com relação à composição populacional por sexo, observa-se certo equilíbrio percentual entre os sexos. No caso de Nova Mamoré há maior predominância masculina no ensino fundamental, situação que se inverte no ensino médio, com maior predominância feminina. Já em Guajará-Mirim, o ensino fundamental apresentou composição equivalente para ambos os sexos, enquanto que no ensino médio há uma predominância feminina, assim como em Nova Mamoré.

Esses dados nos levam a refletir sobre a continuidade dos estudos no espaço-tempo do ensino fundamental ao ensino médio, especialmente da população masculina. Sabendo que a inserção no mercado de trabalho, o envolvimento com o crime e a migração são algumas variáveis de evasão escolar, a oferta de cursos técnicos profissionalizantes e boas perspectivas de estágios remunerados são indicadores de permanência e êxito escolar nessa região.

Com relação à composição por cor, em todos os grupos estudados a cor parda é predominante. No comparativo entre os dois municípios, Guajará-Mirim apresenta maior número de estudantes que se declararam de cor preta tanto no ensino fundamental e médio.

3.3 Composição por cor

Município	Grupo	Composição	Detalhamento	Resultado
Nova Mamoré	Estudantes do último ano do ensino fundamental	Parda	27 de 45	60%
		Preta	5 de 45	11,11%
		Branca	8 de 45	15,69%
		Amarela	3 de 45	5,88%
	Estudantes do último ano do ensino médio	Parda	22 de 51	35,48%
		Preta	05 de 51	8,06%
		Branca	04 de 51	6,67%
		Amarela	04 de 51	6,67%
Guajará-Mirim	Estudantes do último ano do ensino fundamental	Parda	40 de 62	88,89%
		Preta	06 de 62	13,33%
		Branca	13 de 62	23,53%
		Amarela	01 de 62	1,06%
	Estudantes do último ano do ensino médio	Parda	39 de 60	62,90%
		Preta	07 de 60	11,29%
		Branca	11 de 60	18,33%
		Amarela	01 de 60	1,67%

A cor parda foi a que apresentou maior registro de autodeclaração por parte dos estudantes tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

4 Análise e perspectivas para a atuação do IFRO

Para a população em geral, participante da pesquisa realizada por pesquisadores do IFRO nos municípios de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré, a região necessita de cursos técnicos e profissionalizantes. A percepção dos tipos de curso da população nem sempre podem se coadunar com as perspectivas de empregabilidade local. Apesar disso, acredita-se ser necessário colocar em relevo a percepção da população local, participante da pesquisa, a fim de identificar, *a posteriori* e no bojo do conjunto de resultados do Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim, suas correlações com os vetores de desenvolvimento da região.

Cursos como “Técnico em Administração”, “Manicure/Design de unhas”, “Cabelereiro” foram citados como formas de rápida inserção no mercado de trabalho e garantia de sobrevivência imediata.

Destaca-se que a solicitação da população do Distrito de Iata/Gujará-Mirim para que este lugar seja atendido pelos cursos do IFRO, especialmente cursos rápidos de qualificação profissional com indicativo para a estética como uma das áreas demandadas.

A área de saúde e formação de professores foi destacada pela população em geral como demandas, pois “falta professores nas escolas”, é preciso “priorizar a saúde e a educação” e ofertar “medicina na cidade (Guajará-Mirim)”, o “O IFRO teria que focar com cursos na área da saúde para suprir as necessidades do município e região.”

Há também uma queixa local sobre a falta de diversidades de cursos ofertados pelas instituições de ensino que já atuam na região e uma demanda para cursos na área judicial. Destacou-se também uma experiência

considerada exitosa no que diz respeito à oferta do curso de eletrotécnica pela Diocese de Porto Velho.

Outra área demanda pela população está relacionada à historiografia, arqueologia e turismo, com base na própria história regional “restauração da estrada de ferro” que teria muito potencial para “passeios turísticos” na fronteira.

Cursos de idiomas, especialmente o espanhol, são parte importante da demanda apresentada pela população local. Outra área que necessitaria de investimento em cursos são as áreas de exportação e importação.

4.1 Forças, fraquezas e oportunidades com base na dinâmica populacional

Forças/Potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/Fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar/ ações a implementar
Demanda de formação e escolarização da população jovem.	Baixa escolarização da população jovem na faixa etária atendida pelo IFRO	Estruturação de Política de Assistência Estudantil e de estágios remunerados que promovam o acesso e a permanência com êxito de estudantes de baixa renda.
Presença significativamente presumida de distorção idade-série de estudantes	Alta rotatividade e baixo número de servidores no IFRO – <i>Campus</i> Guajará-Mirim	Criação de mecanismos de permanência de servidores e ingresso da população local em programas institucionais (estagiários, monitores e colaboradores). Elaboração de programa de formação de professores na fronteira em parceria com as secretarias estadual e municipal.

Popula�o constituída por intensa e marcante diversidade cultural.	Desconhecimento da região e de seus grupos sociais.	Elabora�o de programa contínuo de intera�o e integra�o dos servidores do IFRO – <i>Campus</i> Guajará-Mirim com os grupos sociais e institui�es brasileiras e bolivianas.
Protagonismo feminino	Desconhecimento da região e de seus grupos sociais.	Mapeamento das atividades produtivas das mulheres, bem como das problemáticas sociais envolvidas (prostitui�o, narcotráfico etc.) para a cria�o e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

Considera es finais

Diante da análise realizada, as perspectivas de desenvolvimento e crescimento socioeconômico das regiões de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, com rela o   questão demográfica, se constitui prioritariamente em investir na escolariza o e profissionaliza o de jovens e no conhecimento dos grupos sociais existentes na região para identifica o de suas demandas e de como o IFRO pode atendê-las em sua esfera de atua o.

Com rela o às necessidades de forma o em nível técnico profissional para atender o crescimento econômico local e regional, observa-se que, em curto prazo, a popula o demanda a oferta de cursos rápidos, especialmente na área da administra o, est tica, importa o/exporta o, história/turismo, saúde e forma o de professores.

As principais necessidades de pesquisa e extensão para atender o crescimento econômico local e regional referem-se a promover a intera o e a integra o entre os servidores do *Campus* Guajará-Mirim e os grupos sociais presentes na região: indígenas, bolivianos e famílias

mistas que vivem na fronteira, migrantes brasileiros, emigrantes de outros países além da Bolívia, quilombolas e grupos em situação bastante vulnerável como jovens e mulheres.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário (PTDRSS). **Territórios de Rondônia 2013: território Madeira Mamoré**. Disponível em: http://rioterra.org.br/wp-content/uploads/ptdrs/PT-DRS_Territorio_Madeira_Mamore.pdf Acesso em 09 de jan. de 2017.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/publicacoes/demografica.php> Acesso em 10 de jan. de 2017.

GOMES, Emanuel. Guajará-Mirim: “A pérola do Mamoré”. **Gente de Opinião**, ago. 2013. <http://rondoniaempauta.com.br/nl/historia/18978/>. Acesso em: 20 de jan. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 4142 - Pessoas indígenas, por localização do domicílio e condição de indígena**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4142#resultado>. Acesso em 16 de jan. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 3173 - Emigrantes internacionais, por sexo, segundo os continentes e países estrangeiros de destino**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3173#resultado>. Acesso em 17 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1384#resultado>. Acesso em 17 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 3540 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a situação do domicílio, o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3540#resultado>. Acesso em 17 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 3107 - População residente, por situação do domicílio, sexo e grupos de idade - Sinopse.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3107#resultado>. Acesso em 16 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 608 - População residente, por situação do domicílio e sexo - Sinopse.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/608#resultado>. Acesso em 16 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 1309 - População residente, por sexo, situação e localização da área.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/608#resultado>. Acesso em 16 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 3180 - População residente, por nacionalidade, sexo e grupos de idade.** (Ano 2010). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3180#resultado>. Acesso em 16 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 3180 - População residente, por nacionalidade, sexo e grupos de idade.** (Ano 2010). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3180#resultado>. Acesso em 16 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 608 - População residente, por situação do domicílio e sexo – Sinopse.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/608#resultado>. Acesso em 16 de jan. de 2017.

_____. Sistema de Recuperação Automática. **Tabela 1383 - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade por Sexo.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/608#resultado>. Acesso em 17 de jan. de 2017.

PREFEITURA DE NOVA MAMORÉ. **Histórico.** Disponível em: <http://www.novamamore.ro.gov.br/municipio/historico>. Acesso em 18 de jan. de 2017.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da **História Regional (Rondônia).** 4 ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

**DIMENSÃO
SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL**

Situação: Educacional



Situação educacional

Clara Miranda Santos¹⁹

Resumo

Este estudo é resultado da pesquisa realizada por pesquisadores do Observatório Regional do Instituto Federal de Rondônia - IFRO e tem como objetivo analisar as demandas educacionais da região de Guajará-Mirim - RO. A fim de realizar esta pesquisa, foram aplicados questionários, realizadas entrevistas com associações, cooperativas, professores, discentes, gestores do setor público e privado da área binacional (Brasil x Bolívia), e também uma pesquisa documental a respeito da região estudada com base nos indicadores do IBGE e outros dados disponíveis em sites oficiais e de instituições públicas e privadas. Os participantes desse estudo foram moradores da região fronteiriça binacional (população em geral, estudantes do 9º ano do ensino fundamental e estudantes do ensino médio) que se dispuseram a participar da pesquisa. A coleta de dados foi realizada nos municípios brasileiros de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. O objetivo desta situação é realizar um levantamento de dados a respeito da realidade educacional da região estudada, com o propósito de desenhar indicadores quanto às melhores alternativas de eixos de formação e cursos que o IFRO possa ofertar, possibilitando o interesse ao acesso, permanência e êxito aos estudantes. Os resultados apresentaram que, de acordo com a população geral entrevistada, a maior demanda está relacionada à área de saúde, seguida das áreas de Agricultura e Tecno-

¹⁹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Psicóloga do Instituto Federal de Rondônia, pesquisadora do Grupo de Estudos em Filosofia, Tecnologia e Educação - GET/IFRO.

logia da Informação. Para os alunos do 9º ano do ensino fundamental, as áreas de prioridade de formação são em Agricultura, Tecnologia e Comunicação, Saúde e Indústria. Por fim, os estudantes do ensino médio entendem que a maior necessidade de cursos está relacionada à área da Saúde, Indústria e Agricultura.

Palavra-chave: Situação Educacional. Campus Guajará-Mirim. Fronteira Brasil x Bolívia.

1 Introdução

O Instituto Federal de Rondônia – IFRO é uma instituição de ensino criada em 29 de dezembro de 2008 por meio da Lei nº 11.892. O IFRO oferta cursos de Educação Profissional e Tecnológica, bem como na Educação Básica e Superior, e desenvolve pesquisas e produtos de acordo com a demanda da sociedade. Em 2017 o IFRO conta com nove *campi* presenciais e 25 polos de Educação a Distância (IFRO, 2017).

No que tange ao ensino básico, o IFRO oferece cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio, e cursos subsequentes ao ensino médio; quanto ao ensino superior, oferta cursos presenciais de graduação nas áreas de licenciatura, bacharelado e tecnologias; além disso, oferece cursos presenciais de especialização lato sensu. Referente à Educação a Distância, oferece cursos de Formação Inicial e Continuada, cursos técnicos profissionalizantes e especialização lato sensu (IFRO, 2017).

Diante dos tantos desafios que envolvem a missão do Instituto: “Promover educação científica e tecnológica de excelência no estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade”, percebeu-se a importância da implantação do Observatório Regional do IFRO, com o objetivo de definir políticas institucionais, articulando indicadores quantitativos

e qualitativos a fim de otimizar as possibilidades de atuação do IFRO em todas as suas áreas de abrangência.

Em 11 de março de 2016, foi instituído o Grupo de Trabalho do Observatório Regional do IFRO, através da Portaria nº 436, com a finalidade de construir um projeto piloto para o *Campus* Guajará-Mirim, unidade em funcionamento recente, desde 2015, com características particulares por se tratar de uma região fronteira entre Brasil-Bolívia.

1.1 Material e método

A fim de realizar esta pesquisa, foram aplicados questionários, realizadas entrevistas com associações, cooperativas, professores, discentes, gestores do setor público e privado da área binacional (Brasil x Bolívia), e também uma pesquisa documental a respeito da região estudada com base nos indicadores do IBGE e outros dados disponíveis em sites oficiais e de instituições públicas e privadas.

Os participantes desse estudo são moradores da região fronteira binacional (população em geral, estudantes do 9º ano do ensino fundamental e estudantes do ensino médio) que se dispuseram a participar da pesquisa.

1.1 Local da Pesquisa

O município de Guajará-Mirim está situado à margem direita do Rio Mamoré, e faz fronteira com a cidade Boliviana de Guayaramerín. Portanto, a coleta de dados desta pesquisa foi realizada nos municípios bolivianos de Guayaramerín e Riberalta e nos municípios brasileiros de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

1 Situação Educacional

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP, nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, no ano de 2015, foram realizadas 11.660 e 7.783 matrículas, nos níveis pré-escolar, fundamental e médio, respectivamente.

Nível	Matrículas por nível			
	Guajará-Mirim	Nova Mamoré	Rondônia	Brasil
Pré-escolar	1.171	705	380,80	49.165,25
Fundamental	8.869	5.925	2.769,04	278.253,38
Médio	1.620	1.153	648,20	80.748,81

Fonte: INEP

Os quadros a seguir ilustram o quantitativo de escolas públicas (municipais e estaduais) e escolas particulares que atendem ao município de Guajará-Mirim.

Escola Estadual por nível		
Ensino médio	Ensino fundamental II	Zona Rural Fund. II
2	5	2

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Guajará-Mirim

Escola Municipal por nível			
Creche	Educação Infantil	Ensino fundamental I	EJA
3	10	22	1

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Guajará-Mirim

Escola Particular por nível		
Creche	Ensino Infantil ao Fundamental II	Ensino Infantil ao Médio
1	2	2

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Guajará-Mirim

No que se refere ao ensino superior, o município de Guajará-Mirim apresenta duas Instituições; uma pública, Universidade Federal de Rondônia-UNIR e uma particular a Universidade Paulista-UNIP. A UNIR oferta os cursos de graduação na modalidade presencial de Administração, Direito, Gestão Ambiental, Letras/Português e Pedagogia.

A UNIP oferta cursos de Educação a Distância em Bacharelado e Licenciatura: Administração, Artes Visuais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geografia, História, Letras (Português, Português/Espanhol, Português/Inglês), Matemática, Pedagogia, Serviço Social e Sociologia; e cursos tecnológicos em Agronegócio, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Ambiental, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão em Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Hospitalar, Gestão Pública, Logística, Marketing, Processos Gerenciais e Segurança no Trabalho.

É interessante destacar que, nos últimos dados registrados pelo INEP em 2015, o IFRO, ainda em fase de implantação, não havia sido registrado no banco de dados.

3 Resultados obtidos

Nova Mamoré

Para análise dos dados da situação educacional, nos atentamos para as coletas entre a população geral, estudantes do 9º ano de ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio de Nova Mamoré.

Para os entrevistados da **população em geral**, os questionamentos foram sobre necessidade de formação/atualização profissional, tempo disponível para realizar o curso, interesse em estudar a distância, qual o conhecimento sobre o IFRO, se estudaria no IFRO, quais cursos optaria para estudar.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Qual sua maior necessidade de formação/atualização profissional?	QTD	%
Concluir os estudos até o ensino médio	7	10%
Fazer um curso rápido	21	31%
Fazer um curso superior	27	40%
Fazer um curso superior/Fazer um curso rápido	1	1%
Não sei	2	3%
Não tenho necessidade de me atualizar	10	15%
TOTAL	68	100%

Sobre formação para atualização profissional, de acordo com a pesquisa a maioria dos entrevistados (40%) respondeu que sua maior necessidade seria **fazer um curso superior**. Em seguida, 31% responderam que sua maior necessidade seria **fazer um curso rápido**, 15% disseram **não ter interesse em se atualizar**, 10% optaram por **concluir os estudos até o ensino fundamental**, 3% **não souberam responder** e apenas 1% respondeu que sua maior necessidade seria **fazer um curso superior e ao mesmo tempo um curso rápido**.

Qual tempo teria para fazer estes cursos?	QTD	%
Finais de semana e feriados	19	28%
Manhã ou Tarde	5	7%
Manhã ou Tarde/Finais de semana e feriados	1	1%
Não tenho tempo	8	12%
Noite	31	46%
Noite/Finais de semana e feriados	4	6%
TOTAL	68	100%

A respeito do tempo disponível para realização dos cursos, **46% dos entrevistados optariam pelo turno da noite** e 28% prefeririam cursos aos fins de semana e feriados. Apenas 7% dos entrevistados responderam ter os turnos da manhã e tarde disponíveis, e 6% os turnos da noite, fins de semana e feriados.

Sobre a intenção de estudar e a disposição de fazê-lo a distância (via internet), 60% manifestaram interesse e disseram ter computador e internet em casa, 25% não manifestaram interesse, 12% manifestaram interesse, porém não tem computador ou internet em casa, e 3% não manifestaram interesse por não ter acesso a computador ou internet.

O que você sabe sobre o IFRO?	QTD	%
É uma escola pública que oferece ensino técnico profissionalizante	37	54%
Não sei nada	30	44%
Assemelha-se a universidade, mas há várias possibilidades de cursos	1	1%
TOTAL	68	100%

De acordo com os entrevistados, 54% conhecem o IFRO como uma escola pública que oferece ensino técnico profissionalizante, 44% não sabiam nada sobre, e 1% respondeu que se assemelha à universidade, com várias possibilidades de cursos.

Você estudaria no IFRO?	QTD	%
SIM	60	88%
NÃO	8	12%
TOTAL	68	100%

Ao serem questionados se estudariam no IFRO, 88% respondeu que sim e 12% que não. Dentre os que responderam não, 88% disseram não ter interesse, e os demais devido a distância ou desânimo.

Sobre as áreas de preferência para estudar, 24% dos entrevistados optaram pela área da saúde, em seguida, 22% tecnologia e comunicação, 18% formação de professores e outros 18% agricultura; os demais optaram por indústria e serviços.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Em qual destas áreas você estudaria (marcar até duas opções por ordem de interesse)?	QTD	%	Qtd de pessoas que optaram por:	QTD	%
(A) Tecnologia e Comunicação	26	22%	1 Curso	9	14%
(B) Formação de Prof.	21	18%	2 Cursos	53	84%
(C) Agricultura	21	18%	3 Cursos	1	2%
(D) Indústria	13	11%	TOTAL	63	100%
(E) Saúde	28	24%			
(F) Serviços	9	8%			
TOTAL	118	100%			

Que áreas de formação precisam ser incentivadas para as necessidades da Região de Guajará-Mirim (enumere por ordem de prioridade)?	Prioridades de cada curso											
	1°	%	2°	%	3°	%	4°	%	5°	%	6°	%
(A) Tecnologia e Comunicação	8	12,5%	8	13%	11	21%	10	21%	7	15%	7	15%
(B) Formação de Prof.	10	15,62%	13	22%	9	17%	11	23%	4	9%	3	7%
(C) Agricultura	11	17,18%	17	28%	13	25%	7	15%	8	17%	1	2%
(D) Indústria	3	4,68%	4	7%	4	8%	10	21%	9	19%	18	39%
(E) Saúde	32	50%	14	23%	6	11%	5	10%	2	4%	0	0%
(F) Serviços	0	0%	4	7%	10	19%	5	10%	17	36%	17	37%
TOTAL	64	100%	60	100%	53	100%	48	100%	47	100%	46	100%

A respeito das áreas de formação que precisam ser incentivadas para atender as necessidades da região de Guajará-Mirim, **50% dos**

entrevistados definiram a área de saúde com maior prioridade, em seguida a área de agricultura em 2º e 3º lugares, em 4º lugar ficou a formação de professores, em 5º lugar serviços e em 6º lugar a área da indústria, em último lugar tecnologia e comunicação.

De acordo com os resultados obtidos entre os estudantes **do 9º ano de ensino fundamental e 3º ano do ensino médio**, as entrevistas apresentaram questões sobre o tipo de transporte e quanto tempo até chegar à escola, se possui emprego, pretensões em estudar um curso técnico, turno disponível para frequentar o curso, pretensões em cursar o ensino superior e as áreas de interesse. Diante disso, apresentamos os seguintes resultados:

Entrevistados do 9º ano do ensino fundamental

Pretende fazer um curso técnico?	QTD	%
Sim	44	98%
Não	1	2%
Total	45	100%

Se sim, qual o tempo disponível para frequentar estes cursos? (pode ser marcada mais de uma opção):	QTD	%
Integral	2	4%
Manhã	6	13%
Noite	28	62%
Tarde	5	11%
Tarde/Noite	4	9%
Total	45	100%

Entre os estudantes entrevistados, 98% afirmaram ter intenção em fazer um curso técnico, e dentre estes, **62% declaram o turno da noite como tempo disponível para frequentar o curso**, seguido de 13% dos entrevistados que optaram pelo tudo da manhã.

Você sabe as diferenças entre um curso técnico integrado, concomitante e subsequente?	QTD	%
Sim	2	4,44%
Não	43	95,56%
Total	45	100%

Pretende fazer um curso superior?	QTD	%
Sim	44	98%
Não	1	2%
Total	45	100%

No que diz respeito às diferenças as respeito das modalidades de cursos ofertados pelo IFRO (curso técnico integrado, concomitante e subsequente), 95,56% dos estudantes afirmaram não conhecer. Porém, em relação ao curso superior, 98% responderam que pretendem cursar.

Você sabe as diferenças entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo?	QTD	%
Sim	1	2%
Não	44	98%
Total	45	100%

Faria algum curso de licenciatura (formação de professores)?	QTD	%
Não	40	89%
Não sei	1	2%
Sim	2	4%
S/Inglês	1	2%
S/Português	1	2%
Total	45	100%

Quanto ao conhecimento entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, 98% dos estudantes afirmaram desconhecer as dife-

renças. E quando questionados sobre o interesse em cursos de formação de professores, 89% declararam não ter interesse em cursar.

Faria algum curso de Bacharelado?		QTD	%
A	Não	16	36%
B	Não sei o que é um curso de bacharelado	1	2%
C	N/S/engenharia civil	1	2%
D	Sim	11	25%
E	S/ Área de tecnologia	1	2%
F	S/ Engenharia civil	1	2%
G	S/ Informática	1	2%
H	S/administração de empresa	1	2%
I	S/Agricultura	2	5%
J	S/Direito	3	7%
K	S/Engenharia	1	2%
L	S/Engenharia Civil	2	5%
M	S/Engenharia Química	1	2%
N	S/Tecnologia	2	5%
Total		44	100%

Sobre cursos de bacharelado, 36% declararam não ter interesse, 25% afirmaram interesse em cursar. Dentre os que têm interesse, 7% cursariam Direito, seguidos de 5% para os cursos Agricultura e Engenharia Civil.

Faria algum curso a distância (via internet)?		QTD	%
Não		5	11%
Sim		40	89%
Total		45	100%

A respeito dos cursos a distância, 89% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental declararam que fariam um curso a distância.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Em qual destas áreas você estudaria (marcar até duas opções por ordem de interesse)?	Prioridades de cada curso											
	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%
(A) Tecnologia e Comunicação	10	22%	13	32%	6	15%	5	12%	6	15%	1	3%
(B) Formação de Prof.	0	0%	2	5%	2	5%	9	22%	6	15%	20	51%
(C) Agricultura	15	33%	6	15%	9	22%	7	17%	6	15%	1	3%
(D) Indústria	8	18%	8	20%	9	22%	6	15%	6	15%	4	10%
(E) Saúde	10	22%	10	24%	11	27%	4	10%	5	12%	2	5%
(F) Serviços	2	4%	2	5%	4	10%	10	24%	12	29%	11	28%
TOTAL	45	100%	41	100%	41	100%	41	100%	41	100%	39	100%

Referente às áreas que possivelmente estudariam, os entrevistados optaram por ordem de interesse em 1º lugar Agricultura, em 2º lugar Tecnologia e Comunicação, em 3º lugar Saúde, em 4º e 5º lugares cursos relacionados a serviços, em 6º lugar cursos de formação de professores.

Qual seria sua maior dificuldade para prosseguir com os estudos:		QTD	%
A	Desmotivação	1	2%
B	Dificuldade financeira	6	14%
C	Falta de informações sobre os cursos	2	5%
D	Moradia	10	23%
E	Moradia/Não tenho nenhuma dificuldade	1	2%
F	Não tenho nenhuma dificuldade	10	23%
G	Transporte	4	9%
H	Transporte/dificuldade financeira	3	7%
I	Transporte/falta de informações sobre os cursos	2	5%
J	Transporte/falta de informações sobre os cursos/dificuldade financeira	1	2%
K	Transporte/moradia	3	7%
L	Transporte/moradia/dificuldade financeira	1	2%
Total		44	100%

Com relação às dificuldades para prosseguir os estudos, 23% dos entrevistados afirmaram não ter dificuldades, empatado com os que teriam dificuldade com moradia, seguido de 14% com dificuldades financeiras.

Em termos de necessidades profissionais, que cursos rápidos seriam do seu interesse:	QTD	%
Espanhol	1	2%
Espanhol/Informática	1	2%
Espanhol/Inglês	8	18%
Espanhol/Inglês/Informática	1	2%
Informática	3	7%
Informática/Artesanato	4	9%
Inglês	9	20%
Inglês/Artesanato	1	2%
Inglês/Frances	2	4%
Inglês/Informática	9	20%
Inglês/Veterinária	1	2%
Português/Espanhol/Inglês/Informática	1	2%
Artesanato	1	2%
Inglês/Espanhol/Informática	2	4%
Português/Espanhol	1	2%
Total	45	100%

Nos quesitos referentes aos cursos rápidos, os estudantes entrevistados demonstraram interesse em Inglês e Inglês/Informática (20%), seguido de Espanhol/Inglês (18%).

Entrevistados do 3º ano do ensino médio

Pretende fazer um curso técnico?	QTD	%
Sim	49	96%
Não	2	4%
Total	51	100%

Se sim, qual o tempo disponível para frequentar estes cursos? (pode ser marcada mais de uma opção):	QTD	%
Integral	7	15%
Manhã	6	13%
Manhã/Noite	5	10%
Manhã/Tarde/Noite	1	2%
Noite	21	44%
Tarde	5	10%
Tarde/Noite	3	6%
Total	48	100%

Entre os estudantes entrevistados, 96% afirmaram ter intenção em fazer um curso técnico, e dentre estes, 44% declaram o turno da noite como tempo disponível para frequentar o curso, seguido de 13% dos entrevistados que optaram pelo tudo da manhã.

Você sabe as diferenças entre um curso técnico integrado, concomitante e subsequente?	QTD	%
Sim	8	15,69%
Não	43	84,31%
Total	51	100%

Pretende fazer um curso superior?	QTD	%
Sim	50	98%
Não	1	2%
Total	51	100%

No que diz respeito às diferenças a respeito das modalidades de cursos ofertados pelo IFRO (curso técnico integrado, concomitante e subsequente), 84,31% dos estudantes afirmaram não conhecer. Porém, em relação ao curso superior, 98% responderam que pretendem cursar.

Você sabe as diferenças entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo?	QTD	%
Sim	13	25%
Não	38	75%
Total	51	100%

Faria algum curso de Licenciatura (Formação de professores)?	QTD	%
Não	33	65%
Sim	5	10%
S/Biologia	1	2%
S/Direito	1	2%
S/Educação física	1	2%
S/Física	1	2%
S/História	2	4%
S/Letras-Português	1	2%
S/Matemática	2	4%
S/Pedagogia	1	2%
S/Psicologia	2	4%
S/Química	1	2%
Total	51	100%

Quanto ao conhecimento entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, 75% dos estudantes afirmaram desconhecer as diferenças. E quando questionados sobre o interesse em cursos de formação de professores, 65% declararam não ter interesse em cursar.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Faria algum curso de Bacharelado?		QTD	%
A	Não	22	45%
B	N sei o que é um curso de bacharelado	1	2%
C	Sim	3	6%
D	S/Administração	2	4%
E	S/Agropecuária	1	2%
F	S/Delegada	1	2%
G	S/Direito	9	18%
H	S/Enfermagem/Medicina	1	2%
I	S/Engenharia	1	2%
J	S/Agronomia	1	2%
K	S/Marketing	1	2%
L	S/Medicina	3	6%
M	S/Odontologia	1	2%
N	S/Psicologia	2	4%
Total		49	100%

Sobre cursos de Bacharelado, 45% declararam não ter interesse. Dentre os que têm interesse, 18% cursariam Direito.

Faria algum curso a distância (via internet)?	QTD	%
Não	29	58%
Sim	21	42%
Total		50
		100%

A respeito dos cursos a distância, 58% dos estudantes do 3º ano do ensino médio declararam que **não** fariam um curso a distância.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Em qual destas áreas você estudaria (marcar até duas opções por ordem de interesse)?	Prioridades de cada curso											
	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%
(A) Tecnologia e Comunicação	6	13%	7	18%	7	23%	4	13%	7	24%	2	7%
(B) Formação de Prof.	3	7%	4	11%	3	10%	3	10%	9	31%	8	29%
(C) Agricultura	17	37%	6	16%	6	19%	5	17%	0	0%	3	11%
(D) Indústria	0	0%	3	8%	6	19%	9	30%	6	21%	6	21%
(E) Saúde	18	39%	12	32%	3	10%	1	3%	1	3%	4	14%
(F) Serviços	2	4%	6	16%	6	19%	8	27%	6	21%	5	18%
TOTAL	46	100%	38	100%	31	100%	30	100%	29	100%	28	100%

Referente às áreas que possivelmente estudariam, os entrevistados optaram por ordem de interesse em 1º e 2º lugares cursos na área da Saúde, em 3º lugar Tecnologia e Comunicação, em 4º lugar Indústria, em 5º e 6º lugares cursos relacionados Formação de Professores.

Qual seria sua maior dificuldade para prosseguir com os estudos:		QTD	%
A	Desmotivação	2	4%
B	Dificuldade financeira	13	26%
C	Dificuldade financeira/dificuldades familiares	1	2%
D	Falta de informações sobre os cursos	2	4%
E	Falta de informações sobre os cursos/dificuldades financeiras	1	2%
F	Moradia	1	2%
G	Moradia/alimentação/dificuldade financeira	2	4%
H	Moradia/dificuldade financeira	1	2%
I	Não tenho nenhuma dificuldade	6	12%
J	Opções de formação superior próximo de casa	1	2%
K	Transporte	3	6%
L	Transporte/dificuldade financeira	2	4%

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

M	Transporte/moradia	3	6%
N	Transporte/moradia/alimentação/dificuldade financeira	5	10%
O	Transporte/moradia/dificuldade financeira	7	14%
	Total	50	100%

Com relação às dificuldades para prosseguir os estudos, 26% dos entrevistados afirmaram sobre as dificuldades financeiras, 14% afirmaram sobre dificuldade de moradia, transporte e financeira e 12% afirmaram não terem nenhuma dificuldade.

Em termos de necessidades profissionais, que cursos rápidos seriam do seu interesse:	QTD	%
Administração/contabilidade	1	2%
Agricultura	1	2%
Área de matemática	1	2%
Artesanato	1	2%
Artesanato/ Artes	1	2%
Artesanato/Enfermagem	1	2%
Artesanato/física	1	2%
Curso de idiomas	4	8%
Espanhol	1	2%
Espanhol/Artesanato	1	2%
Espanhol/Inglês	3	6%
Informática	13	27%
Informática/ Artesanato	1	2%
Inglês	8	17%
Inglês/doma de cavalo	1	2%
Inglês/Informática	4	8%
Plantio de hortaliças	1	2%
Português	1	2%
Vacinação	1	2%
Vendas	1	2%
Inglês/Francês/Alemão	1	2%
Total	48	100%

Nos quesitos referentes aos cursos de rápidos, os estudantes entrevistados demonstraram interesse em Informática (27%), seguido de Inglês (17%).

Guajará-Mirim

Para análise dos dados da situação educacional, nos atentamos para as coletas entre a população geral, estudantes do 9º ano de ensino fundamental e 3º ano do ensino médio de Guajará-Mirim.

Para os entrevistados do **seguimento população em geral** os questionamentos foram sobre necessidade de formação/atualização profissional, tempo disponível para realizar o curso, interesse em estudar a distância, qual o conhecimento sobre o IFRO, se estudaria no IFRO, quais cursos optaria para estudar.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Qual sua maior necessidade de formação/atualização profissional?	QTD	%
Concluir os estudos até o ensino médio	4	6%
Concluir os estudos até o ensino médio/Fazer um curso rápido	1	1%
Fazer um curso rápido	23	34%
Fazer um curso superior	24	36%
Não sei	2	3%
Não tenho necessidade de me atualizar.	13	19%
TOTAL	67	100%

Sobre formação para atualização profissional, de acordo com a pesquisa a maioria dos entrevistados (36%) respondeu que sua maior necessidade seria **fazer um curso superior**. Em seguida, 34% responderam que sua maior necessidade seria **fazer um curso rápido**, 19% disseram **não ter interesse em se atualizar**, 6% optaram por **concluir os estudos até o ensino médio**, 3% **não souberam responder** e apenas

1% respondeu que sua maior necessidade seria **fazer o ensino médio e ao mesmo tempo um curso rápido**.

A respeito do tempo disponível para realização dos cursos, **58% dos entrevistados optariam pelo turno da noite** e 26% prefeririam cursos pela manhã ou tarde, 11% responderam não ter tempo disponível, e 3% aos finais de semana e feriados, e 2% finais de semana e feriados/noite.

Sobre a intenção de estudar e a disposição de fazê-lo a distância (via internet), 43% manifestou interesse e disse ter computador e internet em casa, 30% manifestou interesse, porém não tem computador ou internet em casa, 18% não manifestou interesse, e 7% não manifestou interesse por não acesso a computador ou internet.

Qual tempo teria para fazer estes cursos?	QTD	%
Finais de semana e feriados	2	3%
Finais de semana e feriados/noite	1	2%
Manhã ou tarde	17	26%
Não marcou porque não tem interesse	1	2%
Não tenho tempo	7	11%
Noite	38	58%
Total	66	100%

De acordo com os entrevistados, 34% dos entrevistados não sabem nada sobre o IFRO, 24% conhecem o IFRO como uma escola pública que oferece ensino técnico profissionalizante, 24% conhecem o IFRO como uma escola pública que oferece ensino técnico profissionalizante superior, 16% respondeu que se assemelha à universidade, com várias possibilidades de cursos, e 1% já ouviu falar.

O que você sabe sobre o IFRO?	QTD	%
É uma escola pública que oferece ensino técnico profissionalizante	16	24%
É uma escola pública que oferece ensino técnico profissionalizante e superior	16	24%
Já ouviu falar	1	1%
Não sei nada	23	34%
Assemelha-se a universidade, mas há várias possibilidades de cursos	11	16%
Total	67	100%

Ao serem questionados se estudariam no IFRO, 84% respondeu que sim e 16% que não. Dentre os que responderam não, 55% disseram não ter interesse.

Você estudaria no IFRO?	QTD	%
SIM	57	84%
NÃO	11	16%
Total	68	100%

Sobre as áreas de interesse para estudar, 28% dos entrevistados optaram pela área de tecnologia e comunicação, 23% pela área da saúde, em seguida 17% agricultura, 15% formação de professores, 12% serviços, e 5% indústria.

A respeito das áreas de formação que precisam ser incentivadas para atender as necessidades de Guajará-Mirim, **60% dos entrevistados definiram a área de saúde com maior prioridade**, em seguida a área de formação de professores em 2º e 3º lugares, em 4º lugar definiram tecnologia e comunicação, em 5º lugar agricultura, serviços e em 6º lugar serviços.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Em qual destas áreas você estudaria (marcar até duas opções por ordem de interesse)?	QTD			Total	%
	1ª	2ª	3ª		
(A) Tecnologia e Comunicação	18	9	1	28	28%
(B) Formação de Professores	10	6	0	16	15%
(C) Agricultura	11	10	0	21	17%
(D) Indústria	3	5	1	9	5%
(E) Saúde	15	17	2	34	23%
(F) Serviços	8	13	0	21	12%
TOTAL	65	60	4	129	100%

Qtd de pessoas que optaram por:	Qtd	%
1 Curso	7	11%
2 Cursos	55	83%
3 Cursos	4	6%
TOTAL	66	100%

Em qual destas áreas você estudaria (marcar até duas opções por ordem de interesse)?	Prioridades de cada curso											
	1	1.0%	2	2.0%	3	3.0%	4	4.0%	5	5.0%	6	6.0%
(A) Tecnologia e Comunicação	8	12%	8	13%	12	21%	14	25%	8	15%	9	16%
(B) Formação de Professores	5	7%	16	25%	13	22%	9	16%	9	17%	4	7%
(C) Agricultura	6	9%	8	13%	10	17%	8	15%	13	24%	13	24%
(D) Indústria	5	7%	11	17%	11	19%	10	18%	12	22%	9	16%
(E) Saúde	40	60%	12	19%	5	9%	5	9%	3	6%	1	2%
(F) Serviços	3	4%	9	14%	7	12%	9	16%	9	17%	19	35%
TOTAL	67	100%	64	100%	58	100%	55	100%	54	100%	55	100%

De acordo com os resultados obtidos entre os estudantes **do 9º ano de ensino fundamental e 3º ano do ensino médio**, as entrevistas apresentaram questões sobre pretensões em estudar um curso técnico, turno disponível para frequentar o curso, pretensões em cursar o ensino superior e as áreas de interesse. Diante disso, apresentamos os seguintes resultados:

Entrevistados do 9º ano do ensino fundamental

Pretende fazer um curso técnico?	QTD	%
Não	3	5%
Não sei	5	8%
Sim	53	87%
Total	61	100%

Se sim, qual o tempo disponível para frequentar estes cursos? (pode ser marcada mais de uma opção):	QTD	%
Manhã	28	52%
Manhã/Noite	4	7%
Noite	10	19%
Tarde	12	22%
Total	54	100%

Entre os estudantes entrevistados, 87% afirmaram ter intenção em fazer um curso técnico, e dentre estes, **52% declaram o turno da manhã como tempo disponível para frequentar o curso**, seguido de 22% dos entrevistados que optaram pelo tudo da tarde e 19% optaram pelo turno da noite.

Você sabe as diferenças entre um curso técnico integrado, concomitante e subsequente?	QTD	%
Sim	11	17,74%
Não	51	82,26%
Total	62	100%

Pretende fazer um curso superior?	QTD	%
Não	4	6%
Não sei	8	13%
Sim	50	81%
Total	62	100%

No que diz respeito às diferenças a respeito das modalidades de cursos ofertados pelo IFRO (curso técnico integrado, concomitante e subsequente), 82,26% dos estudantes afirmaram não conhecer. Porém, em relação ao curso superior, 81% responderam que pretendem cursar.

Você sabe as diferenças entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo?	QTD	%
Sim	9	15%
Não	53	85%
Total	62	100%

Faria algum curso de licenciatura (formação de professores)?	QTD	%
Não	56	90%
Não sei	5	8%
Sim - Educação Física	1	2%
Total	62	100%

Quanto ao conhecimento entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, 85% dos estudantes afirmaram desconhecer as diferenças. E quando questionados sobre o interesse em cursos de formação de professores, 90 % declararam não ter interesse em cursar.

Faria algum curso de Bacharelado?	QTD	%
Não	13	21%
Não sei	48	79%
Total	61	100%

Faria algum curso a distância (via internet)?	QTD	%
Não	23	38%
Sim	38	62%
Total	61	100%

Sobre cursos de bacharelado, 79% declararam que não sabem se cursariam, 21% afirmaram não ter interesse em cursar.

A respeito dos cursos a distância, 62% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental declararam que fariam um curso a distância.

Em qual destas áreas você estudaria (marcar até duas opções por ordem de interesse)?	Prioridades de cada curso											
	1	1%	2	2%	3	3%	4	4%	5	5%	6	6%
(A) Tecnologia e Comunicação	22	34%	11	19%	15	27%	8	15%	2	4%	1	2%
(B) Formação de Professores	0	0%	4	7%	3	5%	5	9%	12	21%	31	57%
(C) Agricultura	12	19%	9	16%	16	29%	13	24%	7	13%	0	0%
(D) Indústria	3	5%	17	30%	12	21%	10	18%	13	23%	2	4%
(E) Saúde	25	39%	13	23%	5	9%	6	11%	6	11%	3	6%
(F) Serviços	2	3%	3	5%	5	9%	13	24%	16	29%	17	31%
Total	64	100%	57	100%	56	100%	55	100%	56	100%	54	100%

Referente às áreas que possivelmente estudariam, os entrevistados optaram por ordem de interesse em 1º lugar saúde, em 2º lugar indústria, em 3º e 4º lugares agricultura, em 5º lugar cursos relacionados a serviços, em 6º lugar cursos de formação de professores.

Em termos de necessidades profissionais, que cursos rápidos seriam do seu interesse:	QTD	%
Artesanato	5	8%
Curso de idiomas	4	7%
Espanhol, informática	1	2%
Espanhol, inglês	3	5%
Espanhol, inglês, informática.	2	3%

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Informática	14	23%
Inglês	21	34%
Inglês e informática	3	5%
Inglês e artesanato	3	5%
Outro - curso de máquinas pesadas	2	3%
Outro – nenhum	1	2%
Português	2	3%
Total	61	100%

Nos quesitos referentes aos cursos de rápidos, os estudantes entrevistados demonstraram interesse em Inglês (34%), seguido de Informática (23%).

Entrevistados do 3º ano do ensino médio

Pretende fazer um curso técnico?	QTD	%
Sim	58	97%
Não	2	3%
Total	60	100%

Se sim, qual o tempo disponível para frequentar estes cursos? (pode ser marcada mais de uma opção):	QTD	%
Integral	3	5%
Manhã	22	37%
Manhã/Noite	3	5%
Manhã/Tarde	1	2%
Noite	27	46%
Noite/Manhã	1	2%
Tarde	2	3%
Total	59	100%

Entre os estudantes entrevistados, 97% afirmaram ter intenção em fazer um curso técnico, e dentre estes, 46% declaram o turno da noite como tempo disponível para frequentar o curso, seguido de 37% dos entrevistados que optaram pelo tudo da manhã.

Você sabe as diferenças entre um curso técnico integrado, concomitante e subsequente?	QTD	%
Sim	23	38,33%
Não	37	61,67%
Total	60	100%

Pretende fazer um curso superior?	QTD	%
Sim	59	98%
Não	1	2%
Total	60	100%

No que diz respeito às diferenças a respeito das modalidades de cursos ofertados pelo IFRO (curso técnico integrado, concomitante e subsequente), 61,67% dos estudantes afirmaram não conhecer. Porém, em relação ao curso superior, 98% responderam que pretendem cursar.

Você sabe as diferenças entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo?	QTD	%
Sim	26	43%
Não	34	57%
Total	60	100%

Faria algum curso de licenciatura (formação de professores)?	QTD	%
Não	43	72%
Não sei o que é uma licenciatura	8	13%
Sim	3	5%
Sim/Administração	1	2%
Sim/Ed. Física	1	2%
Sim/Geografia	1	2%
Sim/Letras	1	2%
Sim/Letras ou Ed. Física	1	2%
Sim/Matemática	1	2%
Total	60	100%

Quanto ao conhecimento entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, 57% dos estudantes afirmaram desconhecer as diferenças. E quando questionados sobre o interesse em cursos de formação de professores, 72% declararam não ter interesse em cursar.

Faria algum curso de Bacharelado?	QTD	%
Não	21	36%
Não sei o que é um curso de bacharelado	30	51%
Sim	2	3%
Sim/Biologia	1	2%
Sim/Direito	3	5%
Sim/Medicina	1	2%
Sim/Não sei	1	2%
Total	59	100%

Sobre cursos de bacharelado, 45% declararam não ter interesse. Dentre os que têm interesse, 18% cursariam Direito.

Faria algum curso a distância (via internet)?	QTD	%
Não	14	23%
Sim	46	77%
Total	60	100%

A respeito dos cursos a distância, 77% dos estudantes do 3º ano do ensino médio declararam que fariam um curso a distância.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Em qual destas áreas você estudaria (marcar até duas opções por ordem de interesse)?	Prioridades de cada curso											
	1	1%	2	2%	3	3%	4	4%	5	5%	6	6%
(A) Tecnologia e Comunicação	15	25%	10	19%	9	17%	7	14%	8	16%	4	8%
(B) Formação de Professores	1	2%	3	6%	5	9%	8	16%	16	32%	18	37%
(C) Agricultura	11	19%	12	22%	15	28%	10	20%	3	6%	3	6%
(D) Indústria	3	5%	7	13%	11	21%	14	28%	9	18%	8	16%
(E) Saúde	26	44%	12	22%	6	11%	4	8%	5	10%	1	2%
(F) Serviços	3	5%	10	19%	7	13%	7	14%	9	18%	15	31%
Total	59	100%	54	100%	53	100%	50	100%	50	100%	49	100%

Referente às áreas que possivelmente estudariam, os entrevistados optaram por ordem de interesse em 1º lugar saúde, em 2º lugar agricultura e saúde, em 3º lugar agricultura, em 4º lugar indústria, em 5º e 6º lugares formação de professores.

Em termos de necessidades profissionais, que cursos rápidos seriam do seu interesse:	QTD	%
Artesanato	5	8%
Curso de idiomas	11	18%
Cursos de Idiomas/Informática	2	3%
Espanhol	2	3%
Espanhol/Inglês	1	2%
Informática	20	33%
Inglês	15	25%
Inglês/Informática	2	3%
Português	1	2%
Técnico em administração	1	2%
Total	60	100%

Nos quesitos referentes aos cursos de rápidos, os estudantes entrevistados demonstraram interesse em Informática (33%), seguido de Inglês (17%) e curso de idiomas (18%).

Considerações finais

Considerando os dados obtidos nas entrevistas realizadas com a população geral da região de Guajará-Mirim, a grande maioria dos participantes afirmou que estudaria no IFRO. De acordo com a pesquisa, a maior necessidade seria fazer um curso de nível superior e cursos de curta duração, e teriam o turno da noite disponível para frequentar o curso superior. Sobre as áreas de preferência para estudar, 24% dos entrevistados optaram pela área da saúde, em seguida 22% tecnologia e comunicação.

A respeito das áreas de formação que precisam ser incentivadas para atender as necessidades da Região de Guajará-Mirim, mais da metade dos entrevistados definiram a área de saúde como a maior prioridade, em seguida em 2º e 3º lugares a área de agricultura, segundo entrevistados de Nova Mamoré, e formação de professores para os entrevistados de Guajará-Mirim.

Portanto, cursos na área da saúde, de acordo com os entrevistados da população em geral, foram declarados como preferência e necessidade para região de Guajará-Mirim.

Sobre os dados levantados a partir da pesquisa realizada com os estudantes do 9º ano do ensino fundamental, foi observado que a maioria tem a intenção em fazer um curso técnico. Em relação ao curso superior, mais de 80% responderam que pretendem cursar. Sobre as modalidades de cursos ofertados pelo IFRO, parece ser interessante discutir um modo de disseminar tal informação para os estudantes do ensino fundamental, a fim de que eles possam tomar conhecimento e futuramente optar de maneira mais precisa sobre qual curso realizar.

Quanto ao conhecimento entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, a maior parte dos estudantes também desconhecem as diferenças. Quando questionados sobre o interesse em cursos de formação de professores, quase 90% declararam não ter interesse em cursar.

Referente às áreas que possivelmente estudariam, os entrevistados de Nova Mamoré optaram por ordem de interesse em 1º lugar Agricultura, em 2º lugar Tecnologia e Comunicação e em 3º lugar Saúde. Já os entrevistados de Guajará-Mirim optaram por ordem de interesse em 1º lugar Saúde, em 2º lugar Indústria, em 3º e 4º lugares Agricultura.

A respeito dos cursos a distância, mais da metade dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental declararam que fariam um curso a distância. Por fim, de acordo com as entrevistas realizadas com os estudantes do 3º ano do ensino médio, aproximadamente 96% afirmaram ter intenção em fazer um curso técnico, e, dentre estes, por volta de 45% declararam o turno da noite como disponível para frequentar o curso.

A respeito das modalidades de cursos ofertados pelo IFRO (curso técnico integrado, concomitante e subsequente), a maior parte dos estudantes afirmaram não conhecer. Porém, em relação ao curso superior, 98% responderam que pretendem cursar.

Quando questionados sobre o interesse em cursos de formação de professores, mais de 65% declararam não ter interesse em cursar.

Referente às áreas que possivelmente estudariam, os entrevistados de Nova Mamoré optaram por ordem de interesse em 1º e 2º lugares cursos na área da saúde, em 3º lugar tecnologia e comunicação, em 4º lugar indústria, em 5º e 6º lugares cursos relacionados formação de professores.

Os entrevistados de Guajará-Mirim optaram por 1º lugar cursos na área da saúde, em 2º lugar agricultura e saúde, em 3º lugar agricultura, em 4º lugar indústria, e em 5º e 6º lugares cursos relacionados

formação de professores. Nos quesitos referentes aos cursos rápidos, os estudantes entrevistados demonstraram interesse em Informática, seguido de Inglês/curso de idiomas.

Forças/Potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/ Fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar/ Ações a implementar
Necessidade de cursos técnicos na região estudada	Dificuldade de mapear a área de necessidade de qualificação da mão de obra da região.	Disseminação de informações sobre o IFRO para comunidade da região estudada (principalmente alunos do ensino fundamental e médio).
Necessidade de cursos de curta duração	Custos elevados para os estudantes que dependem de transporte público para chegar ao IFRO.	Criação de cursos em suas diversas modalidades na área de saúde, agricultura e tecnologia e comunicação.
Necessidade de cursos a distância	Dificuldade de custeio para os estudantes que necessitam de moradia.	Ações de acesso aos estudantes que precisam de transporte para chegar ao IFRO.
	População entrevistada pouco interessada em cursos de licenciatura.	Ações de permanência aos estudantes que precisam de moradia.
		Projetos de pesquisa e extensão para continuar identificando as reais necessidades da região.

- Necessidade de formação em nível técnico profissionalizante para atender o crescimento econômico local e regional: de acordo com os participantes da pesquisa para dimensão educacional estudada, as necessidades educacionais estão voltadas para as áreas de saúde, agricultura, tecnologia e comunicação.
- Necessidade de formação em nível superior para atender o desenvolvimento local e regional: a maioria dos participantes não demonstrou interesse em cursos de licenciatura, a demanda maior pode ser observada para os cursos técnicos e de curta duração.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rondônia-Guajará-Mirim. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/80UN>. Acesso em 13 jan. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA. Breve Estudo da IES. Porto Velho: IFRO, 2017. Disponível em: < <http://portal.ifro.edu.br/apresentacao> > Acesso em: 20 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2015. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

**DIMENSÃO
SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL**

**Situação: étnico-racial, cultural
e política interveniente**



Situação étnico-racial²⁰, cultural e política interveniente

Zenete Ruiz da Silva²¹

Resumo

Este trabalho é resultado da pesquisa de campo realizada por pesquisadores do Observatório Regional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e tem como objetivo fornecer subsídios para a tomada de decisão quanto as melhores alternativas na dimensão Socioeducacional e Cultural, Situação Étnico-Racial, Cultural e Política Interveniente. Os estudos foram realizados na área fronteira binacional do Brasil com a Bolívia, nos municípios brasileiros de Guajará-Mirim e Nova Mamoré com os municípios bolivianos de Guayaramerín e Riberalta. Os sujeitos estudados são migrantes bolivianos, brasileiros, indígenas e não indígenas, ribeirinhos, quilombolas e demais municípios das cidades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré em Rondônia. Para a coleta de dados foram aplicados questionários e realizadas entrevistas a gestores públicos, estudantes, professores, ribeirinhos, quilombolas, além de pesquisa documental e bibliográfica no site do IBGE, INEP, MEC. O objetivo principal foi realizar o levantamento de fatores que contribuam para o desenvolvimento de ações voltadas aos diferentes grupos étnico-raciais, que

²⁰ O emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar as relações tensas advindas das diferenças na cor da pele e nos traços fisionômicos. Demonstra, ainda, a raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios de origem indígena, europeia e asiática. (PNDCN/MEC, 2013, p. 16).

²¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM (2000). Habilitação em Orientação e Supervisão Escolar/UFAM (2001). Especialista em Orientação Educacional/UCAM. Atualmente é pedagoga na Pró-Reitoria de Ensino/PROEN/REITORIA, em Porto Velho/RO.

propicie efetiva mudança comportamental na busca de uma sociedade democrática e plural, em contexto fronteiriço. Pois, é na singularidade das relações étnico-raciais no Brasil que precisamos refletir as políticas implementadas pelas instituições políticas, culturais e educacionais que ainda reproduzem os valores e padrões de uma elite dominante. Os resultados demonstram de um lado a rica diversidade cultural que se entrelaça cotidianamente de modo positivo, mas por outro lado, também revelam inúmeras situações que convergem para uma política intercultural muito apagada, excludente e discriminatória entre os vários sujeitos e suas culturas. A perspectiva é que este estudo apresente elementos socioeconômicos, políticos e culturais que permitam o ingresso, a permanência e o êxito de cidadãos fronteiriços em todos os cursos do IFRO.

Palavras-chave: Étnico-Racial e Cultural. Guajará-Mirim. Nova Mamoré. IFRO.

1 Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) preocupado com fatores responsáveis pela implantação de políticas educacionais de combate à evasão e retenção dos estudantes tem implantado programas e projetos com o objetivo de incentivar à permanência e êxito dos seus estudantes. A criação do Grupo de Trabalho do Observatório Regional por meio da Portaria nº 0439, de 11 de março de 2016 é uma ação que tem como objetivo elaborar tanto a proposta de implantação do Observatório como o projeto piloto para estudos junto à área fronteiriça do *Campus* Guajará-Mirim, uma de suas unidades com funcionamento recente e de características peculiares por estar localizada na faixa de fronteira Brasil x Bolívia.

Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo principal levantar indicadores internos e externos voltados às populações mi-

grantes brasileiras e bolivianas, indígenas e não indígenas, com vistas à articulação e implantação de políticas de promoção às relações étnico-raciais e culturais no contexto do IFRO, compreendidas como direitos humanos fundamentais para a valorização de todas as pessoas. Tais indicadores darão apoio ao planejamento estratégico da instituição.

As pesquisas de campo foram realizadas por profissionais da área da educação, servidores do IFRO que atuam nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim/RO. No primeiro momento foram coletados dados gerais. No segundo momento, os específicos de grupos sociais, conselhos, instituições e empresas, em conformidade com a dimensão e situação proposta, e em órgãos como Consulado Boliviano, Pastoral do Imigrante, Dioceses de Guajará-Mirim e Conselho Indigenista Missionário/Cimi.

O aporte teórico está embasado nos trabalhos de estudiosos da área, através das pesquisas e artigos voltados à temática em questão. As análises e os resultados obtidos neste estudo subsidiarão as políticas de acesso, permanência e êxito dos estudantes do IFRO - *Campus* Guajará-Mirim.

Os instrumentos legais que embasaram a pesquisa e que orientam as temáticas étnico-raciais e culturais, principalmente nas instituições de ensino quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, são as Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP 03/2004, Resolução CNE/CP 01/2004.

Os resultados deixam clara a necessidade de intervenção de toda a sociedade civil organizada, por meio de grupos, organizações, órgãos públicos e demais setores, através de ações de enfrentamento a todas as formas de discriminação e desigualdade social para que todas as pessoas, independentes da cor/raça, religião, etnia sejam valorizadas e respeitadas.

2 Procedimentos Metodológicos

2.1 Materiais e métodos

A pesquisa é qualitativa, com o objetivo de “traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social (PEREIRA, 2016, p. 38)”, cujas informações e indicadores foram coletados em duas pesquisas na área fronteiriça do Brasil/Guajará-Mirim e Nova Mamoré e Guayaramerín/Bolívia, partindo de referenciais teórico-metodológicos e dados empíricos coletados através de estudos já realizados por teóricos da área, sem perder de vista os processos regionais e nacionais que influenciam a dinâmica do mundo do trabalho no estado de Rondônia e nas suas instituições, principalmente no *Campus* de Guajará-Mirim.

Para a coleta de dados foram aplicados questionários, entrevistas, conversas e pesquisa documental junto a associações, cooperativas, instituições, gestores públicos, professores, discentes e empresários da região dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, bem como da fronteira binacional Brasil x Bolívia.

Para a realização das coletas de dados, os pesquisadores tiveram algumas dificuldades devido à indisposição de algumas pessoas diante da proposta de entrevistas, respostas aos questionários e falta de informação por parte dos entrevistados. Esses dados, chamados de “primários”, foram levantados por servidores-pesquisadores do *Campus* Guajará-Mirim junto aos comércios, cooperativas, Instituições e gestores de Guajará-Mirim.

A proposta é a análise do cotidiano desse universo único, porém diverso, formado por um movimento de pessoas e situações carregadas de culturas e interesses sociais e econômicos, tanto do lado brasileiro quanto boliviano. É uma fronteira cultura, onde as pessoas se interessam pela cultura oposta. E como diz Filizola; Furlanetto (2013, p. 1078): “é a celebração da impureza, da mistura, da transformação”.

2.2 O local da pesquisa

O município de Guajará-Mirim, no estado de Rondônia, situa-se numa região de grandes complexidades por ser uma região binacional que faz fronteira com a Bolívia, à margem do Rio Mamoré. Apresenta-se como uma zona franca, além de ter uma grande extensão de terras definidas como unidades de preservação, conservação e terras indígenas. É um município que concentra muitas culturas, resultante da migração.

O município de Guajará-Mirim foi oficialmente instalado em 10 de abril de 1929.. [...] pelo Decreto-Lei nº 5.839, a sua área territorial, somada a uma parte da área territorial do município de Mato Grosso-MT (ex-Vila Bela da Santíssima Trindade), passou a compor o novo município de Guajará-Mirim. Esta composição territorial e sua confirmação definitiva como parte integrante do Território Federal do Guaporé se deu em 31 de maio de 1944 através do Decreto-Lei nº 6.550. Foi através do Decreto-lei, nº 7.470, de 17 de abril de 1945 que o município de Guajará-Mirim e o município de Porto Velho passaram a fazer parte como os dois únicos municípios da divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé, hoje estado de Rondônia. (SANTOS, 2012, p. 6).

Na região de Guajará-Mirim temos a cidade de Nova Mamoré criada pela Lei nº 207 de 6 de julho de 1988. Chamava-se Vila Nova do Mamoré. Um projeto de lei da Câmara Municipal alterou o nome do município para Nova Mamoré. Nesse caso podemos considerar como área de estudo e de influência do *Campus* Guajará-Mirim os municípios bolivianos de Guayaramerín e Riberalta e os municípios brasileiros de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

A cidade de **Guayaramerín** pertencente ao Departamento de Beni – Bolívia foi fundada pelos pioneiros da borracha no ano de 1892. No período de 1905 a 1915 foi chamada de Puerto Sucre e posteriormente recebeu o nome atual. Guayaramerin, Riberalta e Cachuela Esperanza são cidades bolivianas que possuem mais de um século de existência e desenvolveram-se a partir da produção da borracha e castanha. Os

primeiros habitantes migraram do interior da Bolívia para trabalharem nos seringais próximos a fronteira. Naquela época tinham esperança que a ferrovia Madeira-Mamoré cruzasse o Rio Mamoré para escoar a borracha produzida naquele país. No entanto o projeto ferroviário de ligação entre os dois países não foi concretizado a ferrovia permaneceu apenas em solo brasileiro. (SANTOS, 2012, p. 6).

A fronteira recebe grande fluxo de pessoas trabalhadoras e turistas de várias partes de Rondônia e até de outros estados do país, além de estudantes que cruzam a fronteira para estudar nos países fronteiriços. Nesse “montarêu” de vai e vem de pessoas que se cruzam e se encantam nesse universo rico de pessoas, coisas e situações há o entrelaçamento de culturas, demonstradas no modo como os sujeitos interagem e se comportam.

Figura 1 - Visão panorâmica da chegada em Guayaramerín/BO





Fonte: pesquisa de campo – Zenete Ruiz da Silva, 2017

É nesse contexto que a palavra fronteira, aqui trabalhada, vai para além da questão do limite geográfico. Trata-se de uma definição articulada com as questões de ordem cultural, epistemológica, digital, psicológica, entre outras. Entendemos que o conceito de fronteira pode ser ressignificado a partir do olhar humano sob os aspectos de uma realidade em um determinado tempo.

Figura 2 - Visão panorâmica da chegada em Guajará-Mirim/BR



Fonte: pesquisa de campo: Zenete Ruiz da Silva, 2017

Com esse olhar e entendimento   que trazemos a contribui o de Barth (2000) que apresenta a fronteira como um espaço de encontros e desencontros, das afirma es identitárias e das defini es. Embora para alguns estudiosos este conceito esteja mais próximo da ideia de limite, divisa, delimita o e demarca o, o movimento de aproxima o de pessoas e culturas extrapola tais categorias.

Para Raffestin (2005, p. 13),

A fronteira não   uma linha, a fronteira   um dos elementos da comunica o biossocial que assume uma fun o reguladora. Ela   a expressão de um equilíbrio dinâmico que não se encontra somente no sistema territorial, mas em todos os sistemas biossociais.

  muito mais do que uma mera divisão e unifica o dos pontos diversos. Vai além do limite geográfico.   um campo de diversidades.   o encontro com o “diferente” físico e político-social. E   nesse espaço que as rela es se formam e se deformam. Completam-se e d o forma   diversidade,   cultura. E   nesse universo diverso, que por meio de amizades e companheirismo, formam-se famílias, amigos e irmãos, com características e comportamentos diferentes.

Quadro 1 - Popula o da Região Pesquisada

Município	Distância da sede em rela�o ao <i>Campus</i> Guajará-Mirim	Popula�o
Guajará-Mirim	-	41.656*
Nova Mamoré	44 km	22.546*
Riberalta	97 km	89.022**
Guayaramerín	7 km	41.814**
Popula�o Total		195.038

Fonte: * Censo IBGE/2010 e ** Censo INE/2012.

2.3 Os sujeitos pertencentes à temática em questão

O município de Guajará-mirim é o oitavo mais populoso do estado de Rondônia, segundo a estimativa do IBGE²², com aproximadamente 46.631 habitantes. A maior parte da população é de pardos e brancos. A fronteira Guajará-mirim x Guayaramerín é o ponto de encontro de várias culturas. A imigração é fortalecida pelos bolivianos, sírio-libaneses e gregos. A imigração nacional fica por conta dos amazônicos, nordestinos e gaúchos. Daí a diversidade na culinária, nas expressões, sotaques e nomes comerciais.

Os sujeitos desse estudo são moradores migrantes, brasileiros, indígenas e não indígenas, ribeirinhos, quilombolas e demais munícipes das cidades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré residentes na área de fronteira binacional, onde a diversidade cultural faz parte fortemente da vida das pessoas, por estar presente em todos os espaços sociais e educacionais. O que pressupõe a necessidade de se vivenciar relações de respeito à diversidade e cultura do “outro”.

3 Fundamentação teórica

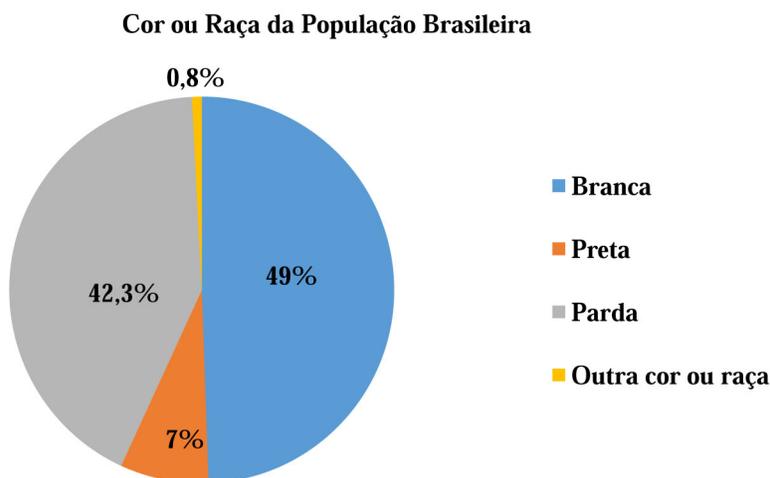
Não é de hoje que o enfretamento das injustiças sociais contra os grupos étnico-raciais, representados pelas comunidades indígenas, populações afrodescendentes rurais e urbanas, como os remanescentes dos quilombolas, é assunto de pauta no meio dos movimentos sociais, na tentativa do reconhecimento para o combate à discriminação e o racismo que ainda permeiam fortemente o meio social.

Segundo dados do IBGE 2010, a população atual do Brasil é de 207.030 milhões de habitantes. Rondônia tem 1.798.391 mil habitantes. As maiores populações indígenas de Rondônia estão concentradas no município de Guajará-Mirim. A maioria está na zona rural do município.

²² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Quanto à cor ou raça, quase metade da população se autodeclara negra ou parda, conforme demonstração no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Autodeclaração da população brasileira quanto à cor ou raça

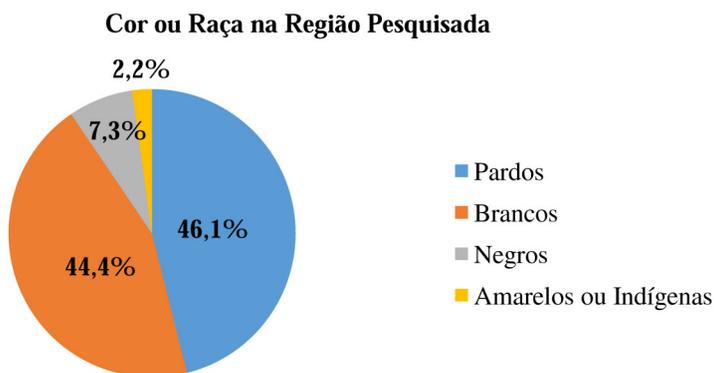


Fonte: PNAD (dados obtidos por meio de pesquisa de autodeclaração). IBGE 2016.

Os números deixam claro que, mesmo sendo a maior população, as políticas sociais, econômicas e educacionais voltadas a esse público não conseguem dar um “tom” de respeito e de igualdade, no sentido afirmação dos valores inestimáveis de suas contribuições atuais e passadas.

Na prática, essa realidade faz dessas populações sujeitos da própria “sorte”, marginalizados e inferiores. Nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré a maior parte da população é de negros, pardos, indígenas, estrangeiros e brasileiros. É o que mostram os dados coletados nessa pesquisa.

Gráfico 2 – Autodeclaração da população da região binacional quanto à cor ou raça



Fonte: PNAD (dados obtidos por meio de pesquisa de autodeclaração). IBGE 2016.

Nas últimas décadas, são inegáveis os avanços na luta contra a discriminação e todo tipo de preconceito contra as populações indígenas, negras, pardas, quilombolas e estrangeiras, contudo, as dimensões de respeito e valorização nos aspectos educacionais e de trabalho ainda são desafios a serem enfrentados neste século.

A implantação da Lei nº 10.639/2003 pelo sistema educacional é, sem dúvida, um marco na história dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, na perspectiva de orientação aos sistemas de ensino quanto à inclusão da diversidade étnico-racial nas suas práticas escolares.

No entanto, sabe-se que ao longo da História do Brasil, discriminação, racismo e preconceito sempre fizeram parte do cotidiano da vida da população afrodescendente, com ênfase maior na vida de mulheres, homens, idosos e crianças vulneráveis socioeconomicamente falando.

Em se tratando de fronteira internacional, os desafios ainda são maiores porque maiores são as culturas, o modo de ser das populações fronteiriças. Não se trata apenas de nacionalidade.

...a identidade na fronteira Brasil-Bolívia pode ser problematizada não apenas por critérios de nacionalidade (brasileiros/bolivianos), mas também por critérios étnicos (índios/não índios). Há uma dupla alteridade do boliviano em solo brasileiro: ao mesmo tempo em que é visto como um “outro” nacional (estrangeiro) é representado com um “outro” indígena, duplicando, em grande média, o estigma social que recai sobre o grupo. Grande parte dos migrantes e residentes bolivianos na fronteira tem, de fato, sua origem nos Aymara ou nos Quéchuas (do altiplano), além dos Kambas e dos Chiquitanos, das terras baixas. (SANTOS, 2012, p. 38).

As manifestações étnico-raciais e culturais são sempre formadas por elementos diversos e diversificadas, tais como a língua, o lazer, as músicas, a culinária, as religiões e as crendices. Observou-se durante esse estudo que a língua, nesse contexto, é um dos elementos culturais mais presentes. Para Santos (2008), no Brasil, a formação da nacionalidade sempre foi negada, há o reconhecimento da contribuição africana apenas na culinária, no folclore, no misticismo e na língua. A África para a maioria dos brasileiros é reduzida à imagem dos quatro “T”: Tribo, Tambor, Terreiro e Tarzan.

O entrelaçamento entre as culturas no contexto Brasil x Bolívia reflete as manifestações étnico-raciais vividas pela população fronteiriça de modo respeitoso, na maioria das vezes, mas também, desrespeitoso em algumas situações. A língua, religião, culinária, música são os elementos culturais mais visíveis e presentes na vida dos fronteiriços.

São elementos culturais que demarcam grupos étnico-culturais constituídos de valores simbólicos e de identidade, mas que não podem ser ignorados, mas sim, respeitados e valorizados.

Observa-se que as relações sociais são estremecidas em decorrência da demonstração de poder entre grupos da população, onde as culturas são colocadas umas como superiores as outras.

Para Santos (apud COSGROVE, 1999), o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura e quanto menos percebido melhor é

a sua concretização. Assim, a cultura dominante aparece geralmente como senso comum.

Após vários debates e discussões de antropólogos, historiadores e demais estudiosos, o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, edita o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, como o dia Nacional da Consciência Negra, como forma de regulamentação e ampliação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes dos quilombolas. Posteriormente é aprovado o Decreto Federal nº 3.912/2001 que traz a definição de quem são os quilombolas.

Art. 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombolas, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

4 Resultados obtidos

Os resultados obtidos através dos indicadores internos e externos coletados durante este estudo vêm de fronteiras nacional e binacional, com perfil inter/multicultural, onde, segundo Albuquerque (2006), há fluxos, mas também obstáculos, separações e misturas, domínios e subordinações, cujas manifestações culturais apresentam algumas situações constatadas durante a pesquisa.

A coleta de dados foi realizada em dois momentos: primário e secundário. Para uma melhor compreensão e análise dos resultados, os dados estão dispostos em tópicos.

4.1 Os dados primários: análises gerais

As primeiras investigações nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, durante a coleta dos dados primários, mostraram a existência de trinta e três (33) organizações sociais distribuídas entre asso-

ciações, centros, cooperativas e diocese, as quais têm como atividades fins o agroextrativismo, o atendimento aos jovens e bolivianos, pesca artesanal, seringueiros, agricultores, produtores gerais, mototaxistas, comércio e indústria, entre outros. Todas com sede em Guajará-Mirim. Dentre estas, cinco são voltadas às populações indígenas. Na área comercial são, aproximadamente, sessenta e sete (67) comércios.

Para os moradores e membros das associações, as relações fronteiriças entre Brasil x Bolívia são distantes e nada amigáveis. Não existe reunião e nem conversa entre as pessoas.

De acordo com os associados, a percepção sobre as comunidades indígenas existentes na região é de desconfiança e de proteção total do governo aos indígenas, os quais destroem a natureza e não são cobrados por isso. Sentem-se desamparados. Fato que deixa os comunitários revoltados contra os índios, dizem os entrevistados.

Quanto às demandas educacionais voltadas às populações fronteiriças, segundo os dados levantados pelos pesquisadores, existe a necessidade da oferta de cursos técnicos profissionalizantes, de curta duração, na área de gestão ambiental, manicure, cabeleireiro, entre outros. Não existe mão de obra disponível para a demanda local.

4.2 Os dados secundários: panorama geral da situação e região pesquisadas

Os dados secundários foram obtidos por meio da pesquisa documental em artigos, teses e dissertações nos sites do MEC, INEP²³, IBGE, IPEA²⁴ e INE²⁵. Para confirmação e maior constatação dos indicadores que mostram a realidade vivida pelas populações de migrantes bolivianos e brasileiros, indígenas e não indígenas no espaço geográfico

²³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

²⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

²⁵ Instituto Nacional de Estatística.

da pesquisa, realizamos visita à Pastoral dos Migrantes de Guajará-Mirim e ao Conselho Indigenista Missionário/Cimi²⁶. Ambas localizadas na cidade de Guajará-Mirim/RO.

Durante a entrevista com os responsáveis por essas associações constatamos que a relação étnico-racial e cultural entre brasileiros e bolivianos, principalmente, ainda é considerada estremecida, fria.

Para a representante da Pastoral dos Migrantes “Lola Rodrigues”, que é boliviana, com dupla nacionalidade, e que vive no Brasil a mais de 20 anos, a discriminação contra bolivianos nessa área de fronteira é muito forte em todos os espaços: escolas, comércio e na sociedade de modo geral. Por isso, aqueles que já conseguiram “acomodar-se” nessa área do Brasil, apoderaram-se de modos e meios para combaterem a discriminação e qualquer tipo de preconceito que tentam lhes impor. Foi o que aconteceu no início da entrevista com a representante da pastoral, quando ao indagar-lhe se era boliviana, ele respondeu: - **Sou boliviana, sim, graças a Deus!**

Essa situação me deixou um pouco assustada porque percebi que essa resposta dizia muito da complexidade das relações interpessoais entre as populações fronteiriças. Todavia, com o decorrer da entrevista, sentindo-se mais segura e à vontade, após conhecer o objetivo e a seriedade do nosso trabalho, conseguimos estabelecer um diálogo rico em informações sobre sua experiência e o trabalho com os migrantes na fronteira brasileira. Afirmou que a discriminação e o preconceito contra bolivianos nas instituições e demais espaços ainda é muito forte.

²⁶ O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas.

Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

Figura 3 - Sede da Diocese de Guajará-Mirim



Fonte: pesquisa de campo: Zenete Ruiz da Silva, 2017.

A entrevista com o representante do Cimi/Guajará-Mirim se deu na sede própria que fica no centro da cidade. Participaram da entrevista, além do representante do Cimi, dois estudantes indígenas que se faziam presente na ocasião.

A região, objeto desse estudo, é formada por brasileiros, bolivianos, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e não indígenas. Os povos indígenas são variados, dentre esses, o de mais destaque em Guajará-Mirim é o povo indígena Wari: os Oro Waram, Oro Nao, Oro Mon e Oro At. Possuem várias aldeias: Lage Velho, Lage



Novo, Sagarana, Capoeirinha, Tanajura, Ricardo Franco, Rio Negro Ocaia, Sotério, Baia das Onças, Graças a Deus, Limoeiro, entre outras.

Em Guajará-Mirim são muitos os descendentes de nordestinos, dentre eles pernambucanos, alagoanos, cearenses, paraibanos e outros. Os descendentes de quilombolas são do Vale do Guaporé, especificamente dos Quilombos de Santo Antônio do Guaporé, Pedras Negras, Paudólio, Comunidade de Jesus e de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Fazem parte dos povos indígenas bolivianos os Chiuitano, Aymara, Baure, Guarayo, Mojo, Itonoma, Movima e Quechua. São populações atendidas pelo Cimi, em Guajará-Mirim, nos serviços da área de saúde e de educação.



Figura 4 - Sede do Cimi /Guajará-Mirim/RO



Fonte: pesquisa de campo: Zenete Ruiz da Silva, 2017.

4.2.1 Características dos Grupos e Associações Étnico-Raciais da Região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré

Por ser uma região que concentra um grande número de pessoas das mais diversas e variadas culturas e etnias, existe um quantitativo considerado de grupos e associações representantes de cada povo: negros, índios e imigrantes, que buscam o entrelaçamento entre essas populações, bem como a garantia dos direitos sociais, econômicos e políticos. Todavia, devido a situações socioeconômicas e política pelas quais passa o país, muitos desses grupos estão desarticulados e sem funcionamento, dizem os entrevistados.

Quadro 2 – Grupos e Associações Culturais e Sociais da Região de Guajará-Mirim

Região	Grupo/ Associação	Atuação/Atividades desenvolvidas
Guajará-Mirim	Organização Oro Wari	Defesa da população e movimentos reivindicatórios através de assembleias, audiência em parceria com o MP, UNIR e demais instituições e órgãos públicos.
	Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliados dos povos indígenas, fortalecendo o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativos, pluriétnico, popular e democrático.
	Associação dos Bolivianos Residentes em Guajará-Mirim	Assistência e apoio ao boliviano residente no Brasil em questões de imigrações e direitos, auxílio na retiradas e traduções de documentos de bolivianos residentes em Guajará-Mirim com dupla nacionalidade, para terem acesso à aposentadoria, atendimento hospitalar, postos de saúde, escolas e empregos no Brasil.
	Associação de Defesa de Direitos Sociais FUNAI	Defesa de causas relacionadas aos direitos humanos, direitos de grupos minoritários étnicos, assim como outros direitos difusos e coletivos.
		Proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil; promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

	Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai)	Órgão responsável para garantir direitos à saúde do índio.
	União Municipal das Associações de Moradores (UMAM)	Ação social com o intuito de trazer a comunidade atendimento na área da saúde, atividades desportivas e de lazer aos cidadãos guajaramirenses.
	Conselho Municipal Das Associações de Moradores dos Bairros de GJ (COMAMB)	
	Associação Indígena Jamaïto	É uma associação privada de Guajará-mirim - RO fundada em 09/04/1997. Sua atividade principal é atividades de associações de defesa de direitos sociais.
	Associação Indígena Awo' Xo' Hwara	Atividades de associações de defesa de direitos sociais.
	Associação Indígena Rio Negro Ocaia	
	Associação Indígena Santo André	

Fonte: pesquisa de campo e documental: Zenete Ruiz da Silva, 2017.

Em relação à saúde das populações indígenas em Guajará-Mirim, as investigações e recomendações do MP demonstram que ainda hoje as reclamações dos vários grupos indígenas estão voltadas a falta de remédios, leitos em hospitais e transporte. O que ocasiona a morte de vários indígenas, sem que alguém tome providência, diz o entrevistado. Com a responsabilidade de atender uma população de mais de cinco mil índios, divididos em 28 aldeias distribuídas ao longo das margens dos rios Mamoré e Guaporé, Pacaás Novos e área terrestre que abrange uma parte do município de Nova Mamoré, a Casai se sente “impotente”. São muitos anos de descasos e reivindicações, afirmam.

Pesquisas e estudos realizados no início deste século apresentam os problemas mais comuns enfrentados por associações e grupos sociais.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Tabela 1 – Principais Problemas Étnicos Enfrentados

Problemas	Frequência
Danos ou ameaça aos recursos naturais do território.	93%
Problemas econômicos e de geração de renda.	77%
Deficiência dos serviços de assistência à saúde.	53%
Deficiência dos serviços educacionais.	51%
Impasses fundiários.	42%
Questões de política interna.	33%
Alcoolismo, narcotráfico, prostituição.	7%

Fonte: Márcio Silva, 2010.

Os povos indígenas da região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré contam com cerca de 100 lideranças pertencentes a 23 povos diferentes. Dentre os muitos assuntos que fazem parte da pauta de reivindicação estão os projetos das usinas do Rio Madeira, ponte binacional Brasil/Bolívia. Existem grandes e fortes desafios para serem superados, tais como: hidrelétricas; mineração e invasões das terras por madeireiros e garimpeiros; aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas; melhor atendimento pela Funasa e Secretaria de Educação; demarcação e fiscalização das terras indígenas, diz o representante do Cimi.

Atualmente a maior área indígena do estado do Rondônia está no município de Guajará-Mirim, cujas reservas estão assim distribuídas:

Tabela 2 – Nações Indígenas do Município de Guajará-Mirim e Nova Mamoré

Reservas	Habitantes	Localização
Pacaás Novos	21.800	Margem esquerda do Rio Pacaás Novos
Ribeirão	48.000	Margem do Rio Ribeirão
Negro Ocaia	104.000	Margem do Rio Negro Ocaia, afluente do Rio Pacaás Novos
Lage	110.000	Margem do Rio Lages

Fonte: Gilson Guedes, 2016.

Dentre as conquistas advindas da luta desses povos estão: o fortalecimento da Organização Oro Wari; formação dos professores indígenas; mudança do administrador da Funai; cargos no governo por indicação das lideranças; reconhecimento, pela Funai, dos indígenas da cidade, com emissão de carteiras de identidade indígena.

Os negativos são: falta de merenda, material didático, kit escolar e instrumento de suporte como computador; falta de reconhecimento e regularização das escolas indígenas, elaboração e execução de projetos para o ensino médio nas aldeias. Na educação o maior problema está na ajuda de custo para os estudantes indígenas que querem fazer o ensino superior e não tem apoio para isso.

A situação de vulnerabilidade desse público está no “Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2012”, divulgado pelo Cimi. Este relatório é um instrumento, no entender do Cimi, de denúncia das violações aos direitos indígenas e, ao mesmo tempo, de explicitação das demandas pela garantia desses direitos. Direitos que são, fundamentalmente, a demarcação das terras, a proteção ao meio ambiente e as políticas públicas que respeitem as diferenças étnicas e culturais, especialmente em saúde, educação, segurança e acesso e usufruto às terras.

A violência praticada contra os povos indígenas tem, segundo os dados, suas causas vinculadas às disputas fundiárias, confinamentos populacionais existentes nas reservas indígenas, acampamentos na beira de estrada, degradação ambiental, política desenvolvimentista governamental, falta de uma política indigenista e tantas outras urgências.

4.2.2 As manifestações étnico-raciais e culturais das populações fronteiriças

Para Beling (2005, p. 81 apud SANTAELLA, 1996, p. 28), “a cultura pode ser definida como sistemas de significação através dos

quais o ser humano ou um grupo particular mantém a sua coesão, seus valores, sua identidade e interação com o mundo”.

Nesse sentido, as expressões culturais dessa fronteira estão sempre bem inteiradas entre os brasileiros e bolivianos. O cotidiano dessa população é recheado de elementos culturais oriundos da mistura dessas culturas, trazidos, inclusive, por nordestinos que vieram na ocasião da extração do látex da seringueira ou da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Trouxeram música, dança, crenças e sua culinária, que se adaptaram ao jeito rondoniense de ser, sem perderem suas essências.

Na região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré as manifestações culturais e raciais estão claramente presentes. Para os entrevistados não há apenas a manifestação e aceitação de um país e/ou local. Elas se misturam e são bem recebidas por todos os migrantes.

Tabela 3 – Manifestação étnico-raciais e culturais na região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré

Manifestações culturais e religiosas			
Música	Culinária	Religiosidade	Festas /Evento cultural
Baião Cumbia Diablada Forró Quadrilhas Salsa Xote Sertaneja Gospel	Empanada de arroz Feijoada Mandioca Massaco Milho Patasco Porco assado Saltinha Tortilhas	Candomblé Feitiços Mandigas Pajelança Terecô Tambor	Encontro dos Filhos e Amigos de Guajará-Mirim Festa do Divino Espírito Santo Festival Folclórico de Guajará-Mirim – Duelo da Fronteira (Boi Malhadinho x Flor do Campo)

Fonte: pesquisa de campo e documental: Zenete Ruiz da Silva, 2017.

A maioria da população ainda preserva a tradição de ouvir rádio. Em Guajará-Mirim a Rádio Educadora AM transmite ao vivo programas religiosos, culturais, sertanejos, caboclos e indígenas, vídeo e músicas em português e espanhol, jornalismo, política e reportagens policiais. A emissora, que foi fundada em 1964, pertence à Fundação Dom Rey e não tem fins lucrativos.

A história dessas culinárias e músicas fronteiriças faz parte de um cenário histórico que se deu após a chegada da população negra da África na condição de escrava. A música, por exemplo, tem sua origem tribal, e, presumivelmente, estava ligada a ritos pagãos encontrados nas civilizações antigas.

Por intermédio dos objetos, das danças, da pintura corporal e dos cantos são transmitidas e/ou registradas as lembranças, os acontecimentos dos mitos, as referências de parentesco, a existência e o aspecto dos seres sobrenaturais. A prova clara dessa realidade são os tempos de cerimônias e rituais e sua grande efervescência artística.

Outra manifestação clara e muito real entre os indígenas diz respeito à produção e ao consumo de alimentos, os quais além de meio de sobrevivência dessa população, as armas e recipientes são objetos artísticos que também são vendidos nas feiras livres e de porta em porta. Os exemplos são: flechas para caçar decoradas com diferentes materiais; cestos de transportar produtos da roça tecidos com cuidado e pintados; conchas e colheres de madeira apresentando figuras de animais esculpidas no cabo. E tipiti, aturá, cestos, entre outros objetos usados nas cerimônias e para guardar alimentos e joias.

De acordo com as orientações do RCNEI (1988, p. 288), “a arte indígena deve ser compreendida por suas diferentes características”. Não é só uma forma de expressar suas habilidades artísticas. É a expressão da vida, do modo de ser de homens e mulheres que sabem o que querem. E de que maneira querem. “A arte, em todas as culturas está relacionada a algum tipo de aprendizagem que envolve a explicação verbal, a observação, o ver fazer e a ação de fazer” (RCNEI, 1988, p. 290).

Na arte se destaca uma das principais manifestações culturais de Rondônia e que transforma Guajará-Mirim em um grande palco onde as agremiações mostram, através das lendas amazônicas, a riqueza cultural da região: é o Festival Folclórico de Guajará-Mirim – Duelo da Fronteira (Boi Malhadinho x Flor do Campo).

Conhecido como o Duelo da Fronteira, o Festival Folclórico de Guajará-Mirim está inserido no Calendário Turístico do Estado. O Festival foi criado em 1995 por moradores da Pérola do Mamoré que pretendiam fazer um parecido com o de Parintins, no Amazonas.

Tradicionalmente o Festival é realizado na segunda quinzena de agosto e pode ser também no final do referido mês. Não tem uma data fixa. O Duelo de Fronteira já ultrapassou as fronteiras de Rondônia e está atraindo turistas de todo o Brasil e dos «hermanos» bolivianos e com isto movimentam os hotéis, restaurantes, comércio e em geral a rede de serviços da Pérola do Mamoré.

Há a constatação da diversidade de religiões existem nesta região. Todavia, o catolicismo ainda se sobressai, mesmo com o crescimento dos evangélicos, distribuídos nas igrejas Batista, Presbiteriana, Assembleia de Deus, Adventistas do Sétimo Dia, Quadrangular, Metodistas e Wesleyanos.

Os cultos afro-brasileiros também atraem bolivianos, indígenas e brasileiros. A Umbanda é o principal segmento religioso, embora se perceba, numa análise imediata, que suas práticas rituais apresentam elementos sincretizados com a Pajelança, Terecô e Tambor de Mina. Atualmente existem duas casas umbandistas na cidade: o Centro Umbandista Nossa Senhora da Conceição dirigido pelo babalorixá Antônio Lamego Borges, e o Terreiro de São Sebastião sob a liderança do babalorixá Eduardo Maia.

Quanto à questão linguística, são inúmeras as situações vivenciadas pela população da fronteira de Guajará-Mirim x Guayaramerín em detrimento do contato lingüístico entre brasileiros e bolivianos. A

existência de pessoas que nascem e crescem em contato com as línguas Portuguesa e Espanhola faz disso uma situação, por vezes, conflituosa. Os filhos e filhas de bolivianos com brasileiros são os indivíduos com mais probabilidade de se tornarem falantes nativos das duas línguas.

Além desse grupo existem ainda outros grupos de migrantes e dos indígenas que podem constituir comunidades bilíngues. Do lado brasileiro, é grande o número de bolivianos que trabalham no comércio e mercado informal. Todavia, a língua que prevalece é o Espanhol, ou simplesmente o “Portunhol”. Percebe-se o esforço para falar a Língua Portuguesa. No entanto, não podemos esquecer que temos aos arredores grupos indígenas de diversas etnias e com diferentes línguas e costumes, muitos já extintos como grupo étnico e outros ainda ativos que foram os primeiros habitantes locais de ambos os lados da fronteira. Do lado brasileiro temos uma grande variedade dialetal de várias regiões do Brasil, oriunda das várias migrações para essa região, predominando a variedade de origem nordestina, a variedade falada no Guaporé por ribeirinhos, a de antigos seringueiros e a de remanescentes de quilombos da região.

Lima; Angenot (2013, p. 5), afirmam que

Nesse contexto de fronteira, a língua de comunicação pode ser usada de forma isolada, hora mesclada e ainda alternada. Isso vai depender de vários fatores, como por exemplo, da familiaridade do falante com os diferentes falares locais, da intenção do falante em se fazer compreender, do domínio do tema da conversa, e do contexto sociolinguístico onde ocorre a interação linguística.

É importante registrar a grande concentração de grupos menores que têm suas línguas e dialetos oriundos de comunidades de terreiro e quilombolas. Suas contribuições linguísticas são remanescentes de ancestralidades africanas. Atualmente são cerca de 11.000 mil pessoas, pertencentes a 29 sociedades indígenas.

4.2.3 Atividades produtivas dos grupos étnico-raciais

Os dados coletados apresentaram as principais atividades econômicas informais realizadas, principalmente pelos migrantes, negros, haitianos e bolivianos. São ambulantes, revendedores de marcas, entre outros.

Ainda são poucos os cursos ofertados pelas instituições de ensino voltadas ao mercado formal de trabalho. Faltam programas, projetos e cursos de capacitação para essa população. Principalmente para as populações que estão em situação de vulnerabilidade econômica.

Durante as entrevistas com comerciantes foram apresentadas as demandas locais para a profissionalização de mão de obra qualificada. Segundo os entrevistados é necessária a oferta de cursos técnicos e superiores, de curta duração, nas áreas da saúde, agrícola, piscicultura e floresta, nos cursos de Técnico em Edificações, Técnico em Transporte Aquaviário, Técnico em Processamento de Pescado e Técnico em Construção Naval.

4.2.4 Diversidade étnica e a relação entre as culturas e seus saberes

As relações entre as culturas e seus sujeitos na fronteira acontecem devido à mobilidade dos migrantes dos dois países, num vaivém espontâneo e por vezes aleatório em todos os espaços sociais.

Para Fleuri (2000, p. 3), “o encontro entre diferentes culturas no Brasil foi produzido a partir de grandes fluxos migratórios” ligados a questão econômica, no período da colonização e, a nível internacional, no período da revolução industrial.

É sempre nesse contexto que se estabelecem tensas relações entre os indivíduos e seus grupos sociais. E neste caso, o espaço escolar como um ambiente de múltiplas relações onde as culturas diferentes se estabelecem, as relações de poder estão sempre carregadas de preconceito e discriminação contra os grupos étnicos e migrantes de países

mais pobres. Por isso Candau (2008, p. 49) afirma que “as relações culturais e étnicas estão permeadas por relações de poder”.

A escola é um universo de relações diversas com padrões culturais diferentes, cujos significados representam o modo de ser, pensar e viver de seus indivíduos. É a forma de expressão de um povo que precisa ser respeitada e valorizada em todos os espaços. E certamente a escola é um desses espaços onde se pensa a valorização e o respeito a essas culturas.

Quando as diferenças culturais são consideradas estereotipadas, focalizam-se apenas as manifestações externas e particulares dos fenômenos culturais. Ou seja, deixa-se de valorizar devidamente os sujeitos sociais que produzem tais manifestações culturais, sem se compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados das culturas que eles tecem.

As relações entre culturas, no contexto escolar fronteiriço, afirmam um projeto educacional intercultural consistente, de respeito à diversidade cultural de cada indivíduo, como possibilidade do desenvolvimento do potencial intelectual dos estudantes.

Para Barth (1998), a noção de fronteira étnica é um importante referencial para entendimento da dinâmica da identidade étnica no contexto da educação escolar indígena, considerando que a escola é também um espaço em que ocorrem interações étnicas. Sua teoria ressalta a atenção às fronteiras sociais, sua criação e manutenção, a partir da constatação de que sociedades não configuram unidades fechadas, autocontidas, limitadas, também permite lidar com o fluxo entre fronteiras, tanto fluxo de pessoal quanto de conhecimentos.

Em Rondônia, como política de assistência à população indígena do estado, o governo criou o Conselho Estadual de Educação Indígena, aprovado pela Lei Complementar nº 884, de 27 de junho de 2016, sancionada no dia 27. O conselho tem caráter deliberativo e de assessoramento técnico. É formado por representantes do poder públi-

co, da Universidade Federal de Rondônia (Unir), da SEDUC, organizações não governamentais, Organização dos Professores Indígenas de Rondônia (Opiron) e representantes dos povos indígenas.

São 25 conselheiros indígenas responsáveis por regiões: Guajará-Mirim, dois titulares e três suplentes; Nova Mamoré, Extrema, Porto Velho, Jaru - Mirante da Serra, Ji-Paraná, Alta Floresta, São Francisco - Seringueiras, Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste, cada qual com um titular e um suplente. O objetivo do Conselho é “propor e acompanhará ações interinstitucionais que garantam a identidade cultural de nossos povos e estratégias para o ensino bilíngue e multilíngue ministrado na língua materna e na Língua Portuguesa”, disse o coordenador indígena, Antônio Puruborá.

4.2.5 As ações afirmativas e as demandas étnico-raciais, culturais e educacionais no IFRO

Depois de aprovada a Lei nº 12.711, sancionada pela então presidente da República, Dilma Rousseff, em 29 de agosto de 2012, a Lei das Cotas, como um ato das ações afirmativas, ganha espaço e destaque nas instituições de ensino. A lei prevê a oferta de 50% das vagas destinadas a estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, distribuídas entre negros, pardos e indígenas, com base nas estatísticas do IBGE.

Para a garantia da efetivação das ações de inclusão desses grupos considerados vulneráveis economicamente falando, foram homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, por meio da Resolução nº 1/2004, juntamente com o Parecer CNE/CP nº 03/2004,

que expressa as políticas de ações afirmativas, no campo educacional, buscam garantir o direito de negros, pardos e cidadãos brasileiros em geral ao acesso em todas as etapas e modalidade de ensino da Educação Básica, em ambiente escolar com infraestrutura adequada (p. 10).

No IFRO, as políticas de ações afirmativas foram implementadas a partir do ano de 2008 com a oferta de vagas destinadas a estudantes pretos, pardos e indígenas, em cumprimento a Lei nº 12.711, de 29/8//2012²⁷, regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012²⁸, e pela Portaria Normativa nº 18, de 11/10/2012²⁹,

Os primeiros grupos contemplados foram os de agricultores e filhos de agricultores, lavradores e idosos com a oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A partir do ano de 2013, passou-se a ofertar nos processos seletivos cotas para pretos, pardos e indígenas. A intenção foi garantir o cumprimento da proposta de inclusão no IFRO, conforme estabelecido em uma das do IFRO para até o ano de 2017 “a ampliação de 10% da reserva de vagas para as ações afirmativas” (PDI, 2014).

Em pesquisa nos Editais dos Processos Seletivos (PSs) do IFRO, referentes ao período de 2010 a 2015, foram constatadas situações que demonstram a implantação de ações inclusivas direcionadas aos sujeitos em situação étnico-racial contemplada com as ações afirmativas, tais como:

- ✓ Oferta de cotas para agricultores e ribeirinhos na 1ª edição do Processo Seletivo, em 2010;
- ✓ No período de 2010 a 2012 as vagas das ações afirmativas

²⁷ Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

²⁸ Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

²⁹ Dispõe sobre a implementação das reservas e vagas em instituições federais de ensino.

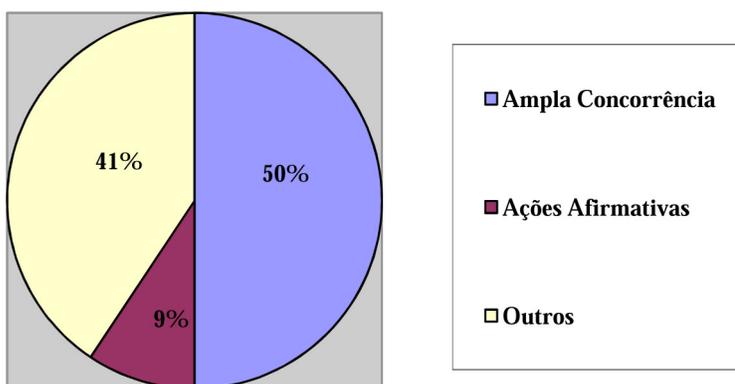
foram assim distribuídas: 10% a 20% para o público da Educação de Jovens e Adultos – EJA; 30% a 50% para agricultores, filhos de agricultores, lavradores e produtores rurais; 10% para o Programa Mulheres Mil e Jequitibá;

- ✓ Nos anos de 2013 e 2014 a distribuição das vagas para cotistas segue o que determina a Lei nº 12.711/2012, o Decreto nº 7.824 e a Portaria Normativa nº 18/2012.

Foi comprovado que a maioria dos estudantes candidatos a vagas para cotistas não compreende ou desconhece o assunto “cotas raciais”, e que a garantia do acesso não significa a permanência e êxito dos estudantes.

Atualmente o número de vagas foi aumentado e cada grupo social (pretos, pardos e indígenas) teve seu percentual de ofertas garantido individualmente. De modo a garantir que as vagas dos cotistas sejam preenchidas apenas pelos cotistas – pretos, pardos e indígenas.

Gráfico 3 - Vagas Ofertadas: ações afirmativas e ampla concorrência – 2010 a 2015



Fonte: pesquisa documental realizada pela autora em 2015.

O MEC apresentou ações como garantia de oportunidades educacionais para todas as pessoas vulneráveis. Para isso aprovou leis, regulamentos, pareceres e demais documentos voltados à formalização com objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização das identidades.

Ações e documentação legal sobre o assunto:

Diretrizes Nacionais Curriculares Nacionais de Educação para a Diversidade Étnicorracial; Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) – 2003; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) - 2004; Resolução CNE/CP N° 001/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; Parecer CNE/CP N° 0003/2004, de 13/05, expressa as políticas de ações afirmativas para estudantes negros e negras; Ações afirmativas de acesso e permanência na educação superior através de bolsas integrais: PROUNI – 2004; Programa Universidade para Todos – 2004; Programa UNIAFRO – 2004; Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA) – 2004; Coleção Educação para Todos – 2004; Programa Brasil Quilombola - 2004; Agenda Social Quilombola – 2004; Programa Diversidade na Universidade – 2002; Projetos Inovadores de Cursos (PIC) – 2007; Programa Cultura Afro – 2005-2006; Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Etnorracial 2004-2005.

Quadro 3 – Estratégias de acesso e permanência de estudantes afrodescendentes e indígenas

Ação	Projeto/ Programa	Atividade	Estud. Benefic.	Result. Alcanç.
Projetos Inovadores de Curso (PICS)	Programa Diversidade na Universidade - Projetos em 10 UF desenvolvidos por 89 instituições.	Cursos preparatórios para vestibulares populares e comunitários voltados para afro-brasileiros e indígenas.	13.623 Negros e indígenas	15% dos estudantes ingressaram na universidade

Auxílios a Estudantes Universitários	Programa Diversidade na Universidade Projeto 10 UF, 116 projetos.	Cursos de formação de professores e no desenvolvimento de materiais didáticos relativos à implementação da Lei n. 10.639/2003.	15.067	22% dos estudantes ingressaram na universidade
UNIAFRO (2)	39 PROJETOS		214 estudantes de universidades	Dados não disponíveis

Fonte: pesquisa documental – Zenete Ruiz da Silva, 2016.

Considerações finais

Neste trabalho mostramos a realidade étnico-racial, cultural e política existente em um contexto territorial separado política e geograficamente em dois países e municípios distintos.

Há a interação entre grupos diferentes, com vários elementos culturais, com costumes, línguas, crenças etc. que se relacionam em contradição a imposição de um limite político de discriminação entre esses grupos.

O resultado da pesquisa mostrou que muitos são os problemas e as situações vivenciadas por jovens e adultos de grupos socialmente desfavorecidos, especialmente de populações afrodescendentes e de povos indígenas.

Mostrou ainda que a gestão linguística na fronteira ainda soa como um sistema sonoro pragmático, marginalizado que mais segrega do que inclui. Principalmente os dialetos e as línguas dos indígenas.

A falta de domínio da Língua Portuguesa pelos estudantes bolivianos apresenta-se como um “tropeço” para estes. Pois, para a maioria,

não dominar o português é um fato que dificulta a compreensão e a aprendizagem das disciplinas. O que colabora para um resultado negativo nas avaliações e, em alguns casos, a reprovação e a evasão escolar são inevitáveis.

Freire (2004) defende o uso da língua como uma forma de expressão de mundo, da história e da cultura de um povo. A linguagem é cultura e está dentro desta. Por isso, o processo pedagógico deve usar a língua como ponto de partida e não de chegada como proposta de ensino.

Na educação um dos maiores problemas enfrentados pelos estudantes indígenas diz respeito à continuidade dos estudos. Quando concluem o ensino fundamental são obrigados a ir para o distrito de Surpresa, a 280 km de Guajará-Mirim, nas confluências entre os rios Mamoré e Guaporé, onde existe uma escola com a modalidade de ensino médio do campo, ou vir para Guajará-Mirim, onde está a maioria das escolas que oferecem ensino médio.

Tão difícil de descrever quanto de se entender, a fronteira proporciona o conhecimento de um mundo intercultural, cheio de novidades boas e ruins, cujos fluxos fronteiriços demonstram também a exploração do narcotráfico, a prostituição, o roubo, entre outros. Todavia, o nosso olhar de pesquisa voltou-se para os encontros multiculturais que permeiam esse espaço fronteiriço, cujos sujeitos têm e buscam um ambiente de valorização da sua cultura, das oportunidades e do respeito ao migrante. Essa foi a leitura do nosso trabalho.

As falas, observações e investigações ouvidas e recebidas refletem uma realidade socioeducacional, cultural e política ainda obscura e surpreendente diante do que se pensa que seja a implementação da política de respeito às culturas. E o preconceito, principalmente contra bolivianos e indígenas, ainda se apresenta de modo muito forte.

As manifestações étnico-raciais e culturais expressam a diversidade dos fluxos no espaço fronteiriço, a qual reflete em todos os espa-

ços sociais e que refletem nas salas de aula, são barreiras para o entrelaçamento entre os diversos saberes culturais e pedagógicos.

Não se deve admitir apenas a existência de diferentes culturas, mas também buscar entender a singularidade e a originalidade das linguagens, valores, símbolos e estilos diferentes de comportamento que são tecidos pelas pessoas em seu contexto histórico e social peculiar. Não se consideram as diferenças culturais a partir de uma classificação hierárquica, pois nenhuma cultura deveria ser vista como melhor ou pior, mais rica ou mais pobre do que a outra, uma vez que cada uma faz sentido em si mesmo e pode ser enriquecida ou transformada na relação com outras culturas. A complexidade da relação entre culturas evidencia a necessidade de análise da abordagem existencial de diferentes tipos de jogos de relações.

Quanto à questão das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais no contexto fronteiriço há que se pensar na oferta de uma educação com respeito aos valores culturais, definindo-se a formação básica, com garantia da promoção do bem de todos, sem preconceitos, com prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao racismo.

Para Candau & Koff (2006, p. 490),

A educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global, que deve afetar todos os atores e a todas as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do professor, a relação com a comunidade, etc.

A perspectiva intercultural defende outra forma de se conceber o ensino. Uma educação de reconhecimento do “outro”, embora compreendamos que as relações entre “nós” e os “outros” estejam carregadas de estereótipos e ambiguidade, conforme declara Candau (2008, p.

23): “Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades...”. Ou seja, uma proposta de educação intercultural que gere nos espaços escolares relações sociais com capacidade para uma convivência social respeitosa entre as pessoas e os grupos com características culturais diferentes.

Quadro 4 - Indicadores - Forças, fraquezas e oportunidades na Situação Étnico-Racial, Cultural e Política

Forças/potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar e ações a implementar
Vagas para as populações indígenas nos cursos técnicos e superiores.	Pouca procura pelas vagas disponíveis.	Mais divulgação dos cursos técnicos e superiores disponíveis para o público indígena.
Políticas de Ações Afirmativas: cotas para o ingresso de negros, pardos e indígenas em todos os cursos e níveis de ensino.	Baixa quantidade de vagas destinadas para cotistas.	Ampliação do número de vagas para cotistas.
Quantitativo expressivo de associações e grupos sociais na região fronteira Guajará-Mirim/BR x Guayaramerín/ BO.	Poucas parcerias entre os grupos sociais e o IFRO no contexto fronteira.	Fomentação de projetos e programas em defesa dos direitos sociais dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade.
Assistência estudantil às populações fronteiriças socioeconomicamente vulneráveis.	Falta de transporte público escolar para atendimentos aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis.	Ação para oportunizar para a população estudantil o acesso ao <i>Campus</i> do IFRO em Guajará-Mirim, através de projetos em parceria (Estado x IFRO).
Cursos técnicos de nível médio e superior para atendimento ao mercado local.	Não oferta de cursos de curta duração para o atendimento as demandas étnico-raciais.	Cursos de extensão para as populações estrangeiras, ribeirinhas e quilombolas.
Acordo binacional para o intercâmbio de estudantes brasileiros e bolivianos.	Falta de acordo formal para o transporte fluvial entre os dois municípios fronteiriços para o transporte de estudantes.	Buscar parcerias para a oferta de transporte fluvial entre Guajará-Mirim e Guayaramerín.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Auxílios a estudantes negros e indígenas.	Não incentivo aos estudantes egressos.	Bolsas para permanência de estudantes negros e indígenas egressos dos FICs.
Capacitação/formação de professores e profissionais da educação qualificados.	Falta de professores com formação para a diversidade étnico-racial.	Formação continuada de professores na temática da diversidade étnico-racial para a superação das manifestações de preconceitos, racismos e discriminações para uma sociedade democrática e plural.
Ações afirmativas voltadas para a promoção do acesso, permanência e êxitos dos grupos étnico-raciais.	Não acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes pertencentes aos cotistas de grupos étnico-raciais.	Ações voltadas ao acompanhamento de estudantes dos grupos étnico-raciais.
Pesquisas na temática Étnico-Racial e Cultural.	Desconhecimento dos estudos sobre as políticas institucionais das áreas de remanescentes de quilombolas, negros e pardos.	Formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados.
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs).	Pouca discussão e estudos das políticas de enfrentamento das populações afrodescendentes e indígenas.	Criação dos NEABIs em todos os <i>campi</i> do IFRO.
Implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008.	Não cumprimento das Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008.	Orientação quanto ao ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino, bem como da temática indígena.

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Referências

AGUILERA URQUIZA, A. H. Educação Escolar Indígena no Brasil: os caminhos de uma “guinada política e epistemológica”. In: NASCIMENTO, Claudomiro G. (Org.) **Versos e Reversos da Educação**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010. (p. 71 – 88).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luíz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTH, Frederik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BRAND, Antônio; NASCIMENTO. Adir Casaro. A escola indígena e sustentabilidade: perspectivas e desafios. Anais do III Seminário Internacional: **Educação intercultural movimentos sociais e sustentabilidade**: perspectivas epistemológicas e propostas metodológicas. Florianópolis, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

_____. **Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena/organização Luís Donisete Benzi Grupioni. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

_____. REDENET. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (SETEC). **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes**. Brasília: Setec/MEC, 2010. Disponível em:

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL/ MEC/SEF. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Brasília: MEC; SEF, 2002.

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Culturas e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 1998.

COSTA, Gusraivo Villela Lima da. Os bolivianos em Corumbá-MS: Conflitos e Relações de Poder na Fronteira. **MANA** 21(1): 35-63, 2015 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590?0104-93132015v21n1p035>.

FILIZOLLA, Roberto; FURLANETTO, Beatriz Helena. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N. 1, p. 1071-1089, 2013. (ISSN -2237-1419).

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais. IN: LINHARES, C. F. [et al]. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____, Reinaldo Matias. **Intercultural: estudos emergentes**. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

FORQUIM, Jean Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

FREIRE. **Ação cultural para a liberdade** – e outros escritos. 12. ed. – São Paulo: Paz e Terra S/A, 2007.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koo- gan, 1989.

HERNAIZ, Ignácio. **Educação na diversidade: experiência e desafios na educação intercultural bilíngue**. 2ª Ed. Brasil: Ministério da Educação, 2007.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponí- vel em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em 09 de mar. de 2016.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Maria et AL. (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB Porto Alegre, 1998. p.41-49.

MaCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário**. Porto Alegre: Art- med editora, 2000.

Marcio Silva, « **Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira: um rá- pido sobrevôo** », *Ponto Urbe* [Online], 7 | 2010, posto online no dia 31 De- zembro 2010, consultado o 29 Janeiro 2017. URL : <http://pontourbe.revues.org/1650> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1650

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**, 2009.

PEREIRA, Rosa Martins Costa (org.). **Aprendendo a pesquisar: estudos, vivências e experiências**. – Porto Velho: IFRO/PROPESP, 2016.

PETCHENIK, Bárbara Bartz. **Cognição e cartografia**. Geocartografia. n. 6, São Paulo: USP 1995.

PIMENTA, José. **Povos indígenas, fronteiras amazônicas e soberania na- cional**. Algumas reflexões a partir dos Ashaninka do Acre. Comunicação apre- sentada na Mesa Redonda: GRUPOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA SBPC – Manaus 2009.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**.

PIOVESAN, FLAVIA. **Ações afirmativas e direitos humanos**. Revista USO. São Paulo, n. 69, p. 36-43, março/maio 2006.

RAFFESTIN, Claude. Prefácio. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Org.). **Território sem limites**. Campo grande, UFMS, 2005.

RELPH, Edward C. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Geografia v.4, n 7, 1-25, abril, 1979.

SANTOS, Rosenverck Estrela Santos. Educação e relações étnico-raciais no Brasil: monoculturalismo e a construção da identidade negra. **Revista Espaço Acadêmico** - nº 91 – mensal – dezembro de 2008, ano VIII- ISSN 1519.6186.

SILVA, Cristhian Teófilo da. **Identificação étnica, territorialização e fronteiras**. In. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.113-140, jul. 2005.

SILVA, Sidney A. **Nacionalidade e etnicidade na tríplice fronteira norte**. Cadernos Ceru, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. – (Coleção estudos culturais em educação)

_____. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. – Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TASSINARI, A. M. I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação. In: LOPES da SILVA, A; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha. Cidadania, relações étnico-raciais e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705-718, set./dez, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e (des) colonialidade: **Perspectivas críticas e políticas**. Tema preparado para o XII Congresso ARIC, Florianópolis, Brasil, 29 de Junho de 2009.

Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR Nº 605 de 20 de Maio de 2008. **Contribuições para a implementação da Lei 10.639/2003**. MEC/UNESCO.

DIMENSÃO ECONÔMICA

Situação: Econômica



Diagnóstico econômico de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, Rondônia³⁰

Sergio Francisco Loss Franzin³¹

Resumo

A pesquisa consiste em um estudo documental e de dados de levantamento de campo sobre perfis econômicos regionais. O estudo objetivou, em geral, fazer o diagnóstico econômico de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, Rondônia, voltado para o atendimento às demandas locais pelo IFRO, Campus Guajará-Mirim. A maior parte do estudo está concentrada no mapeamento de arranjos produtivos, identificados com base no Quociente Locacional (QL) para a indústria, comércio e serviços, segundo a fórmula de Crocco et al. (2003), e em um Índice de Especialização (IE) para a agropecuária, a partir de proposições de Franzin (2016). As matrizes de dados foram as da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2012 (BRASIL, 2014); dos Censos do IBGE (BRASIL, 2016g, h); e da Relação Nominal de Empresas da Junta Comercial do Estado (Jucer) em Guajará-Mirim (RONDÔNIA, 2016). A outra parte do estudo utiliza os quadros demonstrativos de levantamentos de campo feitos por meio de questionários. As regiões têm perfil agropecuário e extrativista, embora Guajará-Mirim seja região de fronteira com a Bolívia e constituída de área de livre comércio. Os APLs identificados foram semelhantes nos dois municípios,

³⁰ Pesquisa desenvolvida para o Observatório do IFRO, com recursos da própria Instituição.

³¹ Mestre em Letras e Doutorando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Ji-Paraná. E-mail: sergio.loss@ifro.edu.br.

com exceção de um caso para cada município: Sociobiodiversidade, Fruticultura, Mandiocultura, Pecuária de Carne e Leite, Suinocultura, Piscicultura e Avicultura. Não se confirmaram o Turismo nem o Artesanato, pelas matrizes utilizadas. As principais forças e oportunidades para atuação do IFRO nas regiões são a existência de grandes lacunas de ensino, pesquisa e extensão tecnológica. As fraquezas e ameaças decorrem principalmente da complexidade da região de fronteira.

Palavras-chave: Economia. Guajará-Mirim. Nova Mamoré. IFRO.

1 Introdução

Esta abordagem faz parte do Projeto de Pesquisa Diagnóstico Regional Guajará-Mirim, do Observatório Regional do Instituto Federal de Rondônia (IFRO, 2016), para a continuidade da implantação do *Campus* Guajará-Mirim e a oferta de cursos e serviços. A delimitação é a análise da situação econômica local, envolvendo, além desta região, o Município de Nova Mamoré, contíguo a ele na porção norte.

A abertura de *campi* nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros cresceu exponencialmente desde a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da Lei 11.892 (BRASIL, 2008), passando de 140 unidades de educação profissional da esfera pública federal, entre 1909 e 2002, para 644, entre 2003 e 2016, ou seja, um aumento de 360%.

Eram 119 municípios atendidos, e agora são 568 (ampliação do alcance em cerca de 377%), conforme se observa no sítio eletrônico da Rede (BRASIL, 2016a). Os Institutos Federais (IFs) foram criados, segundo a referida Lei, com a finalidade de atender às demandas regionais de ensino profissionalizante, extensão institucional, pesquisa aplicada e produção e divulgação científica e tecnológica. Sua proposta de atendimento às demandas locais está orientada especialmente nos incisos I a

IV do artigo 6º da Lei 11.892 (BRASIL, 2008). De acordo com o inciso IV, devem

orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

A indução do desenvolvimento é, portanto, um dos princípios de criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Para tal, deve oferecer qualificação profissional geradora de soluções tecnológicas com sustentabilidade ambiental e redução das desigualdades inter e intrarregionais. A condição econômica, que é moduladora dos aspectos sociais de uma região, é objeto de estudo e interferência positiva dos Institutos, nas sequências verticais e horizontais dos diversos cursos, programas, projetos e serviços a serem oferecidos.

O problema que se colocou para esta pesquisa parcial foi: qual o perfil econômico dos Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré (RO) diante dos desafios de implantação e estruturação do *Campus* Guajará-Mirim do Instituto Federal de Rondônia?

O diagnóstico econômico, como uma das abordagens a serem feitas para a implantação de IFs e respectivos *campi* na Rede Federal, justifica-se pela necessidade de reconhecimento dos espaços de atuação, a fim de se prevenirem erros de planejamento, seja no dimensionamento das unidades de oferta, seja na escolha das formações diante das demandas a conhecer. Este reconhecimento deve ser frequente, devido à dinâmica dos mercados e negócios e da velocidade de alteração dos processos sociais e econômicos nos novos tempos.

Além disso, observa-se que Guajará-Mirim e seu entorno consistem em uma região diferenciada, pela condição de área de livre comércio de Guajará, de fronteira com a Bolívia e de distanciamento em relação à capital de Rondônia e aos principais polos de desenvolvimento ligados pela Rodovia BR 364, que canaliza os fluxos para fora do Estado. É

considerada uma região dinâmica nas tipologias microrregionais expressas no Relatório da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2012), mas sem a identificação de características que comprovem o enquadramento no mesmo documento. Este Relatório é uma proposta de revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional a cargo do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005). Sendo dinâmica, significa que a região possui potencialidades a serem aproveitadas por meio de interferências indutivas de desenvolvimento.

A abordagem é imprescindível para as tomadas de decisão do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), tanto pelos objetivos de criação da Rede Federal (voltada para a indução de arranjos produtivos, culturais e sociais locais — APLs), quanto pelas necessidades de gestão, que precisa se amparar em referenciais específicos para o planejamento de seus serviços e formação de infraestrutura e quadro de pessoal. Em vista da falta de referenciais do tipo, o estudo servirá também para outras propostas de políticas públicas locais.

O estudo objetivou, em geral, fazer o diagnóstico econômico de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, Rondônia, voltado para o atendimento às demandas locais pelo IFRO, *Campus* Guajará-Mirim. Especificamente, pretendeu-se oferecer um mapeamento dos APLs locais, por município, e a identificação de forças e oportunidades e de fraquezas e ameaças no cenário do desenvolvimento regional circunscrito.

2 Referencial teórico

Os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré estão englobados pela Mesorregião Madeira-Guaporé do estado de Rondônia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 1990, p. 8), a mesorregião é

uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.

Esta Mesorregião concentra apenas 10 dos 52 municípios do Estado, cuja outra parte é abrangida pela Leste Rondoniense. Guajará-Mirim é polo da Microrregião 2, e Nova Mamoré, entretanto, faz parte da Microrregião 1, de Porto Velho. As microrregiões, ainda segundo o IBGE (BRASIL, 1990), são conjuntos de áreas que se integram conforme as atividades econômicas envolvidas.

O IBGE (BRASIL, 2007) também classifica Nova Mamoré como uma região de influência de Guajará-Mirim, razão pela qual as duas cidades são relacionadas neste estudo. A influência é determinada, segundo ele, por meio da identificação das principais ligações de transportes e do fluxo de moradores em busca de produtos e serviços na região. A cidade de Guayara-Merín, da Bolívia, e os Municípios limítrofes de Costa Marques, São Miguel, Governador Jorge Teixeira e Campo Novo também devem ser considerados nestas relações de influência direta ou reversa, especialmente quanto ao aspecto econômico, influenciado pela Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM).

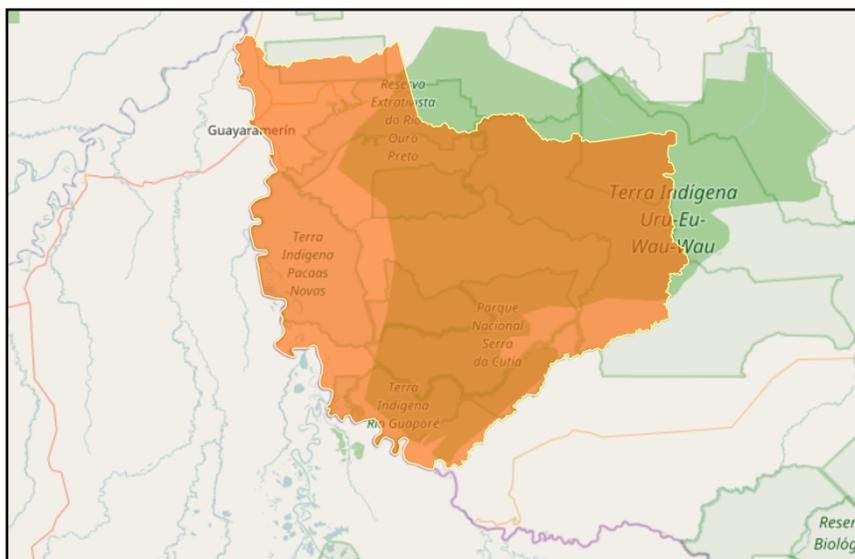
2.1 Perfil de Guajará-Mirim

Guajará-Mirim está localizada no extremo oeste do Estado, na ponta da Rodovia RO 425, fazendo fronteira com a cidade boliviana de Guayaramerín. As duas cidades são separadas pelo Rio Mamoré, navegável, e que permite o trânsito entre elas, onde o comércio é destaque: na cidade boliviana, por seus produtos de importação; na brasileira, por sua condição de zona franca. De acordo com o histórico da região apresentado pelo IBGE (BRASIL, 2016b), Guajará-Mirim possui dois

distritos, Surpresa e Iata, criados pelas Leis Municipais 670 e 671, respectivamente, de 1998.

A população de Guajará-Mirim foi estimada em 47.048 pessoas para 2016, em uma unidade territorial de 24.855,724 km² em 2015. A densidade demográfica projetada, de 1,88 hab/km², é baixa, comparando-se com a do Estado, de aproximadamente 7,52 hab/km². É a quarta menor densidade de Rondônia, à frente apenas de Pimenteiras do Oeste, São Francisco do Guaporé e Chupinguaia, conforme os dados do IBGE no censo de 2010 (BRASIL, 2016b). Em extensão territorial, fica atrás apenas de Porto Velho. Trata-se de um local cuja ocupação é bastante rarefeita, portanto, com grandes áreas de reservas indígenas e de extrativismo, conforme se observa na figura 1.

Figura 1 - Localização de Guajará-Mirim



Fonte: IBGE (BRASIL, 2016b)

Segundo o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado (ZSEE) (RONDÔNIA, 2010), as principais atividades do Município voltam-se para turismo, pesca e agroextrativismo. Este Zoneamento ordenou o mapa de Rondônia em três zonas e suas subdivisões: a Zona 1, de uso agropecuário, agroflorestal e florestal; a Zona 2, de conservação e manejo sustentável; e a Zona 3, constituída de unidades de conservação. A tendência econômica parcial apontada adiante se justifica, em parte, pelo fato de o local estar inserido quase plenamente na Zona 3, composta por áreas de preservação ambiental. O Zoneamento indica que há seis Terras Indígenas (Igarapé Lage, Pacaás Novos, Guaporé, Rio Negro Ocaia, Sagarana e Uru-Eu-Wau-Wau), da subzona 3.3; três Unidades de Conservação, de Proteção Integral (Reservas Biológicas Rio Ouro Preto e Traçadal, e Parque Nacional Serra da Cutia) e quatro de Uso Sustentado (Reservas Extrativistas Rio Ouro Preto, Pacaás Novos, Barreiro das Antas e Rio Cautário), das subzonas 3.1 e 3.2. Ainda segundo o Zoneamento, a região abrange também as subzonas 1.2 e 1.3, que caracterizam ocupação acelerada especialmente por exploração agropecuária, e as subzonas 2.1 e 2.2, destinadas à conservação ambiental e manejo sustentável.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Guajará-Mirim tem baixa expressão na agropecuária (3,68%) e na indústria (3,66%), de modo que é alta nos serviços (44,88%), na administração e serviços públicos (27,19%) e nos impostos (20,58%). O PIB *per capita* é de R\$ 16.774,11 — o 13º entre os 52 municípios do Estado, onde este mesmo PIB é de R\$ 14.958,943, conforme a média entre todas as unidades, apresentadas pelo IBGE em relação ao período de 2013 (BRASIL, 2016c). O PIB *per capita* é referência para políticas públicas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional (MI), em sua primeira e segunda conformação (BRASIL, 2005; 2012). É um dos indicadores de referência para a percepção de diferenças inter-regionais e condições de desenvolvimento locais e intrarregionais.

O rendimento domiciliar *per capita* mensal em Guajará-Mirim, ainda segundo o IBGE (BRASIL, 2016b), quanto a 2010, foi de até

meio salário mínimo para 10,67% da população de “Pessoas de 10 anos ou mais de idade com Classes de Rendimento Nominal e Mensal [...]” e de meio até um salário mínimo para 18,87% deste mesmo grupo. Ou seja, quase 30% das pessoas do enquadramento não tinham rendimentos acima de um salário mínimo; outros 39,73% não tinham rendimento algum. São envolvidas no conjunto 33.018 pessoas (79,26%) das 41.656 residentes no Município naquele ano.

O ndice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Guajará-Mirim  médio, de 0,657 ponto em 2010, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2016). A educação apresenta a pior contribuição, com ndice 0,519, e a longevidade, a melhor, com 0,823, enquanto a renda é de 0,663. Os ndices são próximos aos do Estado, onde a renda contribui com 0,712, e a educação, com 0,577, caracterizando também um IDHM médio (0,690) no mesmo ano. Entretanto, por se tratar de uma área de livre comércio, o desempenho da dimensão econômica poderia ser mais expressivo, diante do ndice estadual.

A condição de área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM), estabelecida por meio da Lei 8.210 (BRASIL, 1991) e regulamentada pelo Decreto Federal 843 (BRASIL, 1993), é uma das características de individualização local e que auxilia na determinação da tipologia regional, como microrregião diferenciada. Além disso, a ALCGM caracteriza um dos mais importantes aspectos econômicos locais, especialmente pela relativa isenção fiscal, assim estabelecida no artigo 3 do mesmo Decreto (BRASIL, 1993):

Art. 3 A entrada de mercadorias estrangeiras na ALCGM far-se-á com suspensão dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados.

 1 A suspensão dos tributos de que trata o “caput” deste artigo será convertida em isenção quando as mercadorias forem destinadas a:

- a) consumo e venda internos;
- b) beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

- c) agricultura e piscicultura;
- d) instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza;
- e) estocagem para exportação ou reexportação para o mercado externo;
- f) atividades de construção e reparos navais;
- g) internação como bagagem acompanhada, observado o mesmo tratamento previsto na legislação aduaneira para a Zona Franca de Manaus.

A isenção fiscal prevista no mesmo artigo não se aplica aos seguintes produtos, conforme o § 2º do artigo 3º do Decreto supracitado:

- a) armas e munições de qualquer natureza;
- b) automóveis de passageiros;
- c) bens finais de informática;
- d) bebidas alcoólicas;
- e) perfumes;
- f) fumos e seus derivados.

Os benefícios estão previstos até 2018, segundo o Decreto, ou 2016, segundo a Lei de criação da ALCGM. Estudos mais específicos devem verificar os benefícios da criação desta área e a forma como vêm sendo aproveitados, como em relação à fixação de atividades econômicas e ao fluxo de turistas.

2.2 Perfil de Nova Mamoré

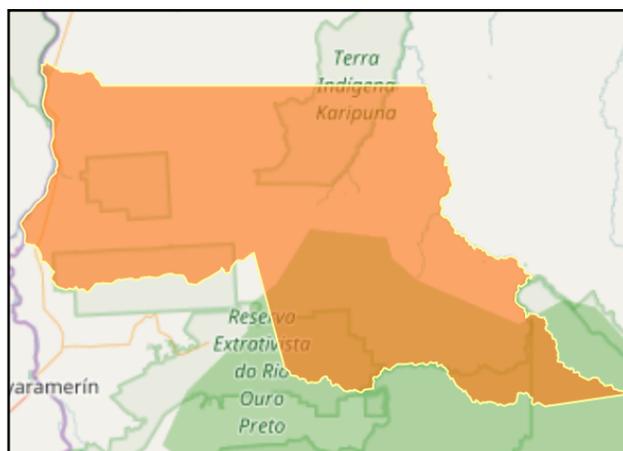
O Município de Nova Mamoré está localizado também a oeste do Estado, na fronteira com a Bolívia e no limite com Guajará-Mirim (ao sul), Porto Velho (ao norte), Buritis e Campo Novo (a leste), conforme os mapas do IBGE (BRASIL, 2016b). Possui como distritos Araras, a 40 km da sede; Palmeira, localizado na Linha 20, também a 40 km da

sede; Nova Dimensão, na Linha 28, a 58 km da cidade; e Jacinópolis, a 134 km da sede, conforme o histórico disposto no site da Prefeitura local (NOVA MAMORÉ, 2016).

Segundo os dados do IBGE (BRASIL, 2016b), a população de Nova Mamoré estimada para 2016 foi de 28.255 pessoas, em uma unidade territorial atualizada de 10.071,643 km². A densidade demográfica prevista era então de 2,80 hab./km², caracterizada como uma das mais baixas do Estado, porém maior que a de Guajará-Mirim. Seu território também possui áreas indígenas em grande proporção e algumas reservas legais, conforme se observa na figura 2.

De acordo com o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado (RONDÔNIA, 2010), as áreas indígenas de Nova Mamoré são Karipunas, Igarapé Ribeirão e Laje, dentre as quais a segunda localiza-se integralmente no município. Elas compõem a subzona 3.3, mas há também as áreas correlatas de uso sustentado (subzona 3.1) e de proteção integral (subzona 3.2), além das áreas de baixa densidade populacional (subzona 1.3) e de acelerado processo de ocupação a partir da zona urbana (1.2), assim como aquelas de “[...] alta fragilidade natural e baixo potencial econômico”, segundo o Zoneamento (p. 26).

Figura 2 - Localização de Nova Mamoré



Fonte: IBGE (BRASIL, 2016b)

O PIB local, conforme o Censo 2013 do IBGE (BRASIL, 2016c), tem forte expressão da agropecuária (32,42% do total), embora o índice relativo à administração e serviços públicos seja maior (38%). A indústria atinge apenas 7,43% de representação, e os serviços, 17,6%. Trata-se, portanto, de uma região de perfil agropecuário. O PIB *per capita* é relativamente baixo, ao valor de R\$ 11.739,50 — o 39º do Estado. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE (BRASIL, 2016b), um total de 36,58% das “Pessoas de 10 anos ou mais de idade com Classes de rendimento nominal mensal [...]” recebiam até um salário mínimo mensal, dentro de um grupo de 17.777 pessoas; este total correspondia a 78,85% da população naquele ano.

O IDHM (0,587) é mais baixo que o do Estado e de Guajará-Mirim, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2016); o fator renda equivale a 0,619, a longevidade é igual a 0,769, e a educação corresponde a 0,424. Observa-se que, também nesta região, a educação é o fator com o pior desempenho no conjunto que forma o IDHM, dentro do escopo desta pesquisa e do estado de Rondônia.

3 Metodologia³²

Esta é uma pesquisa mista com duas fases bem marcadas: a) de estudo documental, para análise de dados secundários e mapeamento de arranjos produtivos, culturais e sociais locais (APLs); b) de levantamento de dados de campo, para estudos de demanda por formação profissional. Esta é uma classificação baseada nos procedimentos de pesquisa, conforme os conceitos de Gil (2002).

³² Este delineamento procedimental está presente na tese de doutorado, já qualificada, de Franzin (2016), para defesa em 2017.

3.1 Estudo documental

O estudo documental, que complementa o bibliográfico, envolve três bases de dados principais: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) relativa ao ano de 2012, fornecida pela Secretaria Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, agência de Porto Velho (SRTE/RO) (BRASIL, 2014), utilizada para o mapeamento de APLs a partir da empregabilidade; as pesquisas de extração vegetal, silvicultura (2014) e agropecuária (2015), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2016f, g), para o mapeamento de APLs a partir da produção relativa segundo a dimensão territorial, compondo um Índice de Especialização (IE); e a Relação Nominal de Empresas da Junta Comercial do Estado de Rondônia em Guajará-Mirim (Jucer) (RONDÔNIA, 2016), atualizada para este ano.

O mapeamento de APLs com base na empregabilidade baseou-se na fórmula do Quociente Locacional (QL) apresentada por Crocco et al. (2003). O QL é a relação do volume de emprego de uma região, por setor, com o volume de emprego de uma matriz de referência, geralmente a nacional, conforme a seguinte fórmula:

Fórmula 1 - Quociente Locacional (QL) com base em uma matriz nacional

$$Q = \frac{E_j^i / E_j}{E_B^i / E_B}$$

E_j^i = Emprego do setor i na região j
 E_j = Emprego total na região j
 E_B^i = Emprego do setor i no Brasil
 E_B = Emprego Industrial Total no Brasil

Fonte: Crocco et al. (2003)

Existe especialização de um setor, com condições de apontar a presença de um APL, se os resultados da aplicação da fórmula forem iguais ou superiores a um e, ainda segundo Crocco et al. (2003), houver pelo menos dez negócios diretos e 20 associados no mesmo setor. Como em Rondônia há rarefação de negócios e baixa densidade industrial em face de outras regiões do país, optou-se por uma adaptação da fórmula, a fim de contemplar de forma mais adequada a realidade local, conforme instrui Costa (2010). A fórmula 2 contempla uma matriz estadual para estudo dos resultados microrregionais ou municipais.

Fórmula 2 - Quociente Locacional (QL) adaptada para uma matriz estadual

$$Q = \frac{E_j^i / E_j}{E_R^i / E_R}$$

E_j^i = Emprego do setor i na Microrregião j
 E_j = Emprego total na Microrregião j
 E_R^i = Emprego no setor i em Rondônia
 E_R = Emprego total em Rondônia

Fonte: Franzin (2016), adaptada de Crocco et al. (2003)

A fórmula do Quociente Locacional é bastante apropriada para o campo da indústria, onde há maior formalização de emprego, mas não para o campo da agropecuária e extrativismo, cuja mão de obra é predominantemente informal, especialmente nos negócios de agricultura familiar. Assim, foi utilizada uma outra fórmula para o mapeamento de APLs, aplicável ao setor não industrial, que identifica o Índice de Especialização (IE), ou seja, o volume de produção segundo a dimensão territorial, cujo resultado de referência para configuração de APLs também deve ser igual ou superior a um. A fórmula 3 é o instrumento utilizado.

Fórmula 3 - Índice de Especialização (IE), aplicado ao campo da agropecuária

$$IE = \frac{P_j^i / P_R^i}{T_j / T_R}$$

P_j^i / P_R^i = Produção da região (*j*) dividida pela produção do Estado, por item (*i*)

T_j / T_R = Território da região (em km) dividido pelo território total do Estado

Fonte: Franzin (2016)

Fonte: Franzin (2016)

Observe-se que, enquanto o Quociente Locacional é apurado por setor (madeireiro, alimentício, agrícola, etc.), o Índice de Especialização se define por produto (arroz, feijão, banana, etc.), em vista da diversidade de unidades de produção entre eles (por quilo, tonelada, metros cúbicos, litros, frutos, etc.).

Para a melhor definição dos APLs, são considerados também, com base nas referências de Crocco et al. (2003), em uma análise multivariada, a participação relativa do emprego (PRE) por setor, utilizando-se o instrumental da fórmula 4.

Fórmula 4 - Participação Relativa do Emprego (PRE) por setor

$$P = E_j^i / E_M \times 100$$

E_j^i = Emprego do setor *i* na Região *j*

E_M = Emprego total na matriz de referência (estadual/RO, microrregional/MR ou municipal/M)

Fonte: Franzin (2016)

Fonte: Franzin (2016)

Espera-se que haja especialização quando o volume de emprego

do setor seja de pelo menos 1%. Como no setor do extrativismo, silvicultura e agropecuária o indicador de referência é a produção (PRP), sobre ela incidem os cálculos afins, conforme a fórmula 5.

Fórmula 5 - Participação Relativa da Produção (PRP) no setor primário

$$P = P_j^i / P_M \times 100$$

P_j^i / P_M = Produção da região (*j*) dividida pela produção total da matriz de referência (*M*) (estadual/RO, microrregional/MR ou municipal/M), por item (*i*)

Fonte: Franzin (2016)

Fonte: Franzin (2016)

Novamente espera-se que haja pelo menos 1% de representação estadual — agora sobre o volume de produção de cada produto — para que o dado seja considerado como indicador de APL. Esta representação percentual, nos dois casos (do emprego e da produção), combinada com a apuração do QL ou do IE e a identificação da densidade de negócios diretos e associados, permitirá identificar quais os APLs potenciais que existem na região em estudo. Neste escopo, a densidade de negócios foi definida para pelo menos dez negócios diretos e dez associados; e a representação percentual (PRE/PRP) se sobrepôs ao QL e ao IE para o corte seletivo de APLs potenciais, em razão da rarefação de negócios nos dois municípios investigados. Para melhor identificação do volume de negócios, foi utilizada a Relação Nominal de Empresas dos dois Municípios, fornecida pela Jucer (RONDÔNIA, 2016), em e-mail datado de 24 de novembro de 2016.

Um APL precisa de estudos descritivos específicos para o reconhecimento de sua configuração, visto que envolve uma rede de inter-relações entre empresas e/ou produtores e um fluxo de bens e serviços, conforme se observa no conceito de Costa (2010). Assim, foi feito um mapeamento como referência para estudos complementares.

Em síntese, este estudo envolve a combinatória dos seguintes índices: o Quociente Locacional (QL = emprego) ou Índice de Especialização (IE = produção do setor primário), a participação relativa do emprego ou produção (PRE; PRP) e a densidade de negócios, cujos resultados foram organizados em tabelas, tomando-se por referência uma ampla discussão já empreendida por Franzin (2016) a respeito do mapeamento de APLs em Rondônia.

3.2 Levantamento de demanda

O levantamento de demanda por cursos de formação profissional foi realizado por uma equipe de profissionais do IFRO nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré durante o ano de 2016, tendo por referência o Projeto de Pesquisa “Diagnóstico Regional Guajará-Mirim”, que faz parte dos Cadernos de Campo do Observatório do IFRO (IFRO, 2016). A equipe aplicou, para análise de perfis socioeconômicos e interesses por formação profissional, oito questionários, com questões abertas e fechadas: um direcionado à população em geral; um junto a estudantes do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio de escolas públicas; um para associações representativas e cooperativas de trabalhadores; para empresários e profissionais dos ramos hoteleiro, imobiliário e de transportes (um para cada ramo); um para representações civis e empresas de maior empregabilidade; um para gestores públicos da educação municipal e estadual nas regiões abrangidas; e outro para a Prefeitura Municipal. A aplicação se deu em separado em Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Neste estudo, foram aproveitados quase exclusivamente os dados relativos ao perfil econômico das regiões abrangidas.

4 Mapeamento dos arranjos produtivos locais

Os APLs são referência de política pública para a promoção do desenvolvimento regional; destacam-se, por exemplo, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2005), especialmente em sua proposta de revisão, apresentada na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) (BRASIL, 2012). Eles não são um objeto novo surgido no campo socioeconômico e cultural, mas sim um objeto reconhecido em suas singularidades mais complexas. São considerados atualmente não apenas como cadeias produtivas. Segundo Costa (2010, p. 126-127), um APL é visto como um “[...] espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços”. Este conceito de APLs é mais abrangente do que aquele limitado aos *clusters*, porque a industrialização, segundo North (1977), não é condição para a existência de APLs ou para a explicação da dinâmica de desenvolvimento.

O reconhecimento de APLs é imprescindível para o planejamento na gestão institucional, como a do IFRO. Afinal, não se pode induzir desenvolvimento sem o reconhecimento dos campos de demanda. A metodologia de Crocco et al. (2003) para o cálculo do quociente locacional (QL), completada pela de Franzin (2016), para a apuração do índice de especialização (IE) no âmbito da produção agropecuária e extrativismo, permitiu a identificação dos APLs existentes nos Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, assim como uma comparação com outros mapeamentos já feitos.

Os levantamentos de Costa (2010) junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) não apontam nenhum APL em Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Os resultados que aparecem no Observatório Brasileiro de APL (OBAPL), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao Ministério

da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (BRASIL, 2016d), contém apenas dois APLs em Guajará-Mirim: “Sociobiodiversidade” e “Turismo”. O Núcleo Estadual de APL (NEAPL), da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) (RONDÔNIA, 2012), indica apenas os APLs de Guajará-Mirim lançados no portal do OBAPL e o APL do Artesanato para todo o estado (RONDÔNIA, 2014).

A não identificação de outros APLs pode ser resultante da ausência de pesquisas, porque existe uma maior diversificação de atividades econômicas do que as apresentadas. Um APL se configura pela prevalência de uma ou mais atividades em relação a outras, com relativa expressão produtiva diante de uma matriz de referência (nacional, estadual, microrregional, local). A não identificação pode ser resultante também da concepção de arranjos, como se eles existissem somente após uma homologação institucional, quando na verdade eles nascem da dinâmica dos negócios locais e depois, sim, podem ser formalizados para melhor receberem apoios das políticas públicas. Os APLs não nascem prontos, com um sistema de governança estabelecido, por exemplo, mas sim como um conjunto de atividades e negócios que vai tomando forma com o tempo, independentemente de regulação governamental ou institucional, embora esta regulação possa ocorrer desde cedo. Assim, devem ser diferenciados entre si os APLs formalizados e os não formalizados. Este estudo trata da identificação primária de APLs, os quais precisam ser descritos em outros estudos, de modo que eles podem ser considerados como APLs potenciais inicialmente.

4.1 Arranjos produtivos de Guajará-Mirim

Partiu-se da hipótese de que Guajará-Mirim não possuía apenas os APLs da Sociobiodiversidade e do Turismo, devido ao perfil agropecuário do Estado e à condição de Área de Livre Comércio do Município. A tabela 1 traz os indicadores de empregabilidade e de volume de empreendimentos da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS),

fornechos pela Secretaria Regional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Porto Velho/RO, relativa a 2012 (BRASIL, 2014), tendo por referência descritiva a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), do IBGE (BRASIL, 2016e).

Tabela 1 — Indicadores de empregabilidade do Município de Guajará-Mirim, segundo a RAIS/2012

	Atividade (Conforme a CNAE 2.0)	QL (= 1) na Matriz Estadual	PRE/M (%)	PRE/MR (%)	PRE/RO (%)	Nº de Negócios por Setor (≥ 10)	Nº de Negócios Asso- ciados (> 10)
1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios — minimercados, mercearias e armazéns	2,01	5,15	3,18	0,05	36	78
2	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	1,72	3,01	1,86	0,03	36	17
3	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1,10	2,22	1,37	0,02	30	2
4	Criação de bovinos	0,69	1,57	0,97	0,02	35	4

QL = Quociente locacional do volume de emprego com base 1 como referência de análise de especialização
PRE = Participação relativa do volume de emprego do setor no Município (M), Microrregião (MR) e Estado
Fonte: Franzin (2016), com dados da SRTE/MTE/RO (BRASIL, 2014)

Devido à baixa densidade demográfica e à rarefação de negócios no município, fez-se um corte do índice de representação do emprego pela matriz microrregional (PRE/MR). Entretanto, a tabela conserva os indicadores do quociente locacional (QL) com base na matriz estadual e os índices de representação percentual também em relação ao Município e ao Estado, na tabela, além do volume de negócios diretos e de negócios associados.

São 12 as atividades com o maior índice de representação de empregabilidade em Guajará-Mirim, mas apenas seis têm participação

relativa e volume de estabelecimentos suficientes para caracterizar arranjos produtivos em potencial. A “Administração pública em geral”, com a maior representação no emprego, foi excluída dos indicadores do quadro por não caracterizar arranjo produtivo, mas sim atividade de manutenção. Foram excluídos também os referenciais “Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários”, “Atividades de atendimento hospitalar”, “Transporte coletivo de carga”, “Crédito cooperativo” e “Comércio atacadista de bebidas” por não terem um volume de negócios suficiente, sejam os diretos ou os relacionados.

Como algumas atividades concentram o comércio de alimentos, foram combinadas em uma só referência, no primeiro item da tabela 1. Elas podem ainda ser associadas a mais atividades, como as da produção agropecuária, dos serviços de importação e exportação e outros, mas não identificados na RAIS de 2012 (BRASIL, 2014).

O item 2, “Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção”, tem um QL expressivo (1,72), mas fraca representação diante da matriz estadual (0,03%), ao mesmo tempo em que não encontra vínculo com um setor de produção, como serrarias ou construção civil, na RAIS; o item 3, “Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios”, também tem QL suficiente (1,10) e participação relativa de boa expressão no Município (2,20%), mas esta também é baixa diante da matriz estadual e não encontra correlação com alguma indústria ou, por exemplo, atividade de oferta de insumos.

Dentre as quatro atividades econômicas com participação relativa de pelo menos 1%, volume de negócios diretos igual ou superior a 10 e volume de negócios associados também superior a 10, a criação de gado é a única fora do setor terciário. Apenas ela, segundo os dados de empregabilidade, pode figurar como um arranjo produtivo, embora tenha QL baixo (0,69) e pouca participação relativa diante da matriz estadual (0,02%). Justifica-se o seu apontamento pela representação na

matriz microrregional (0,97%) e pelo volume de empreendimentos (35 diretos e 32 associados).

Os APLs “Sociobiodiversidade”, “Turismo” e “Artesanato”, apontados pelo NEAPL, não puderam ser comprovados pelos dados da RAIS de 2012 (BRASIL, 2014). Segundo a Relação Nominal de Empresas fornecida pela Junta Comercial do Estado (Jucer), Escritório Regional de Guajará-Mirim, em e-mail datado de 24 de novembro de 2016 (RONDÔNIA, 2016), há um conjunto de 26 hotéis no município, dentre os quais se pode destacar, pelo perfil de valorização do espaço natural da floresta, o Hotel Pakaas, distante a cerca de 20 km da zona urbana; outros dois também se localizam fora da zona urbana. Apesar de o volume de empreendimentos ser suficiente, a empregabilidade registrada é baixa no setor. A tabela 2 identifica os principais setores por volume de negócios, a partir da mesma Relação Nominal de Empresas da Jucer (RONDÔNIA, 2016), tomando-se por corte um total de pelo menos 20 empresas por atividade, a fim de manter o princípio de representação que os cálculos de mapeamento determinam, como em relação ao Quociente Locacional. A tabela 2, entretanto, é apenas complementar.

Tabela 2 — Lista Nominal de Empresas de Guajará-Mirim em 2016

Item	Atividade (conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas do IBGE — Classe CNAE 2.0)	Quant. de Empresas
	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	269
	Comércio varejista em geral com predominância de produtos alimentícios — minimercados, mercearias, armazéns [...]	184
	Comércio varejista de materiais de construção em geral	77
	Cabeleireiros, manicure e pedicure	69
	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	64
	Restaurantes e similares	61
	Comércio varejista de bebidas	54
	Comércio varejista de carnes – açougues	47
	Atividade não informada ou extinta	42
	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	42

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças [...]	42
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	40
Comércio varejista de móveis	38
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios [...]	38
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	34
Comércio varejista [...] com predominância de produtos alimentícios — supermercados	33
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	33
Obras de alvenaria	31
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	30
Comércio atacadista de materiais de construção em geral	29
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	26
Construção de edifícios	26
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	26
Hotéis	26
Comércio varejista de bicicletas e triciclos	25
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	24
Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não motorizados	24
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	23
Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	22
Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	20
Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	20
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	20
Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	20
Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	20

Fonte: Jucer (RONDÔNIA, 2016)

O maior volume de empresas, na tabela 2, são as de comércio e serviços. Destaca-se primeiramente o “Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios”, com 269 empresas, e o comércio de alimentos,

tanto no varejo (302 empresas, itens 2, 8, 14 e 16) quanto no atacado (84 empresas, itens 5 e 30). Somam-se ainda os restaurantes, bares e lanchonetes, no mesmo setor de alimentos.

Há predominância também de negócios do setor de construção civil. Os itens 3, 18, 20 e 22 aglomeram 163 empresas. Ademais, os destaques são do transporte rodoviário de carga, atividades relacionadas à higiene e beleza, suprimentos de informática, eletrodomésticos, comércio e oficinas de veículos, farmácia, artigos de cama, mesa e banho e serviços de manutenção na área de refrigeração, além de atividades não identificadas.

Especificamente no campo da indústria, ainda conforme a Relação Nominal da Jucer (RONDÔNIA, 2016), predominam empresas da construção civil (64, incluindo serralherias), fabricação de móveis com predominância de madeira (16), confecções (17) e produção de alimentos (49), incluindo-se três laticínios. No setor de transporte, predomina o rodoviário de carga (53) e o de navegações (14); os demais são pouco expressivos. As 2.484 empresas do setor terciário compreendem 83,80% do volume total do município, segundo a mesma Relação Nominal.

Deve ser destacado também o “Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos”, com 11 unidades, e o “Comércio varejista de tintas e materiais para pinturas” (seis unidades), como indicadores de possível APL do setor de Artesanato, apontado pelo NEAPL (RONDÔNIA, 2014) em um Plano de Desenvolvimento que localiza a atividade por polo; Guajará-Mirim, neste Plano, faz parte do Polo Madeira Mamoré, que inclui Porto Velho como núcleo e os municípios de Candeias do Jamari, Itapuã d’Oeste e Nova Mamoré como parte do conjunto.

Os dados de volume de produção, no setor agropecuário e do extrativismo, são observados na tabela 3, que envolve a produção por município e microrregião, a representação desta produção no Estado e o Índice de Especialização (IE) na microrregião e no Estado. São mantidos na tabela apenas os arranjos produtivos potenciais com pelo menos 1%

de representação em relação ao Estado, ou os que tenham menor representação, mas sejam significativos na combinatória com outros produtos de mesma natureza. Os dados sobre extração vegetal são de 2014, e os demais, de 2015, presentes nos censos do IBGE (BRASIL, 2016f, g).

Os produtos com maior Índice de Especialização estadual (IE-RO) são os da sociobiodiversidade, especialmente a castanha-do-pará (IE-RO 3,25) e o açaí (IE-RO 2,88). Estes produtos têm menor especialização na Microrregião porque esta mesma Microrregião possui maior expressão que apenas o Município no cenário de Rondônia, para os mesmos produtos. Destacam-se ainda o látex coagulado (IE-RO 1,39) e o óleo de copaíba (IE-RO 1,36), cuja expressão é aproximada nos indicadores estaduais e microrregionais. Estes indicadores confirmam, portanto, o APL Sociobiodiversidade apontado pelo NEAPL/RO (RONDÔNIA, 2012), presente também no portal do OBAPL (BRASIL, 2016d). A produtividade dos itens de extração vegetal não é medida pelo IBGE, exceto o látex coagulado, mas sem indicação sobre Rondônia. No Brasil, este produto chegou a 1.446 t em 2014 (BRASIL, 2016f) e uma produtividade de 2.188 kg/ha.

Tabela 3 — Dados de produção silvícola, extrativa (2014) e agropecuária (2015) de Guajará-Mirim

Mod.	Produto	Unid.	Produção no Município	Produção na Microrregião	Repres. no Estado (%)	IE-MR	IE-RO
Extração vegetal	Castanha-do-Pará	T	632	674	34,09	1,54	3,25
	Açaí	T	486	541	30,26	1,47	2,88
	Látex coagulado	T	22	35	14,57	1,03	1,39
	Óleo de copaiba	T	1	1	14,29	1,64	1,36

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Lavouras perma- nentes	Mamão	T	24.000	51.000	3,08	0,77	0,29
	Coco-da- -baía	Mil Frutos	28	28	2,10	1,64	0,20
	Goiaba	T	10	10	1,86	1,64	0,18
	Limão	T	14	14	0,81	1,64	0,08
	Maracujá	T	70	88	0,80	1,30	0,08
Lavouras tempo- rárias	Abacaxi	Mil Frutos	185	275	1,06	1,10	0,10
	Amendoim (em casca)	T	1	1	2,38	1,64	0,23
	Mandioca	T	9.000	18.695	1,57	0,79	0,15
Pecuária	Bovino — rebanho efetivo	Cabe- ças	127.103	806.943	0,95	0,26	0,09
	Equino — rebanho efetivo	Cabe- ças	1.823	8.135	1,10	0,37	0,10
	Suíno — rebanho efetivo	Cabe- ças	1.782	9.052	0,77	0,32	0,07
	Suíno — matrizes	Cabe- ças	449	1.851	1,18	0,40	0,11
	Caprino — rebanho efetivo	Cabe- ças	71	401	0,64	0,29	0,06
	Ovino — rebanho efetivo	Cabe- ças	1.627	8.367	1,46	0,32	0,14
	Vacas orde- nhadas	Cabe- ças	1.974	30.649	0,30	0,11	0,03
	Leite de vaca	Mil litros	2.426	38.508	0,30	0,10	0,03
	Aquicultura: pirarucu	Kg	53.018	127.345	0,69	0,68	0,07
	Aquicultura: tambaqui	Kg	453.599	1.089.511	0,70	0,68	0,07

IE = Índice de especialização na Microrregião (IE-MR) e no Estado (IE-RO)
Fonte: Franzin (2016), a partir de dados do IBGE (BRASIL, 2016f, g)

Apenas quatro lavouras permanentes têm participação relativa suficiente para a caracterização de APLs, embora com Índice de Especialização baixo no âmbito estadual: o coco-da-baía, a goiaba e o limão, com Índice de Especialização Microrregional 1,64 nos três casos, e o Maracujá, com IE-MR 1,30. O mamão pode ser incluído no conjunto por se tratar também de uma fruticultura e ter representação de pelo menos 3,08% no Estado. Sem uma análise contextual relativa, nenhum destes produtos, entretanto, poderia figurar como APL potencial, pelo baixo Índice de Especialização Estadual individualmente.

O mamão chegou a 24.000 kg/ha no município, diante da produtividade nacional de 50.056 kg/ha; a produção do maracujá em 2015 se aproximou da média nacional de 14.448 kg/ha em 2014, mas uma matéria da revista Globo Rural (2014) indica que a planta pode chegar a 50.000 kg/ha, com a nova variedade “rubi”; a produção do coco-da-baía também se aproximou da regularidade, com 7.000 frutos/ha diante da média nacional de 7.823 frutos/ha, mas ficou distante da excelência de 18.900 frutos/ha em Pernambuco; a laranja, com 9.000 kg/ha, distanciou-se da produtividade nacional de 23.477 kg/ha e ainda mais dos resultados do Paraná, de 35.000 kg/ha; o alcance da lavoura de limão em 2015 é ainda menos expressivo, com 4.667 kg/ha frente a um total de 25.390 kg/ha no Brasil em 2014; o abacaxi, com 18.500 frutos/ha, obteve pouco mais da metade do total do Paraná, onde se atingiram 31.166 frutos/ha. Estes dados de produtividade estão contidos no atual Anuário Estatístico do IBGE (BRASIL, 2015a) — referência para as discussões a seguir também.

São igualmente pouco especializadas as lavouras temporárias no cenário de Rondônia. Os produtos abacaxi, amendoim em casca e mandioca têm baixo Índice de Especialização Estadual, entre 0,10 e 0,23, mas representam mais de 1% da produção do Estado. Na Microrregião, há uma especialização de 1,10, 1,64 e 0,79, respectivamente. O abacaxi se acrescenta ao conjunto potencial da fruticultura, embora com produção relativamente baixa, enquanto a mandioca se destaca pelo alto volume de produção, quase a metade da Microrregião.

A produtividade do amendoim no município foi de aproximadamente 25% da obtida em Tocantins (3.960 kg/ha). A mandioca (18.000 kg/ha) possui resultados melhores que os nacionais (15.227 kg/ha), mas eles ainda ficaram abaixo dos obtidos no Acre (29.388 kg/ha) e na média de Rondônia (22.055 kg/ha).

A representatividade da pecuária do município é relativamente menor. Apenas os equinos, matrizes suínas e ovinos possuem pelo menos 1% do total do Estado, mas com baixo volume de produção. Os bovinos, apesar de um Índice de Especialização estadual precário (0,09), possuem produção considerável e, a eles, podem ser associados o volume de vacas ordenhadas, a produção de leite e outros rebanhos de porte médio ou alto, como os equinos, caprinos e ovinos, no conjunto da pecuária de carne e leite. No setor da aquicultura, destaca-se o tambaqui com 453.599 kg, apesar da baixa especialização. O pirarucu é outro que se destaca pelo volume de produção relativa na Microrregião, com 53.018 kg, mas podem ser citados também os grupos jatuarana, piabanha e piracanjuba, pacu e patinga, e pintado, cachara, cachapira, pintachara e surubim, como espécies associadas neste conjunto.

Pode-se deduzir dos indicadores do IBGE (BRASIL, 2016g) a produtividade do leite e de ovos de galinha, para o escopo da pesquisa. O rebanho de 1.974 vacas do município chegou a 3 litros de leite por vaca ao dia, enquanto a média nacional foi de 3,78 em 2015. Na Argentina, chegou a 13,5 em 2011, e no Equador, a 12,95, segundo Zoccal (2013). A produção de ovos de galinha foi de 0,28 ovo por ave ao dia, quando se espera pelo menos a relação de 1 para uma.

Observa-se que a produtividade é menor que aquela dos indicadores de referência utilizados em quase todos os casos no município. A produtividade do maracujá e do coco-da-baía, embora regulares em face dos resultados nacionais, também pode ser melhorada com incremento tecnológico, para perseguir os resultados de melhor expressão alcançados por outros estados. A produtividade da mandioca, que supera a média nacional, também pode ser ampliada, em vista do total alcançado pelo Acre, também da Região Norte do país.

4.2 Arranjos produtivos de Nova Mamoré

A partir dos insumos da RAIS, fornecidos pela Secretaria Regional do MTE, em Porto Velho, relativos a 2012 (BRASIL, 2014), nenhuma atividade econômica pôde ser considerada como um arranjo produtivo em potencial, porque não atingiu 1% de participação relativa no volume total de empregos do Estado nem alcançou o mínimo de negócios diretos e associados. O maior volume de empregos no município corresponde à administração pública em geral (865) e ao comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho (147).

A tabela 4 indica as principais empresas do município por atividade e quantidade, a partir da Relação Nominal da Jucer (RONDÔNIA, 2016). O corte para este demonstrativo se deu para as atividades com pelo menos 10 empresas, tendo em vista a população do município.

Tabela 4 - Lista Nominal de Empresas de Nova Mamoré em 2016

Item	Atividade (conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas do IBGE — Classe CNAE 2.0)	Quant. de Empresas
	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	120
	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios — minimercados, mercearias e armazéns	81
	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	48
	Serrarias com desdobramento de madeira	43
	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	30
	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motocicletas	28
	Restaurantes e similares	28
	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	27
	Comércio varejista de materiais de construção em geral	26
	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	24
	Comércio varejista de bebidas	21
	Comércio varejista de medicamentos veterinários	20
	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	19
	Cabeleireiros, manicure e pedicure	17

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (glp)	13
	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	13
	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	12
	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	12
	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	12
	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	11
	Comércio varejista de artigos de armarinho	10
	Comércio varejista de madeira e artefatos	10
	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	10
	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	10

Fonte: Jucer (RONDÔNIA, 2016)

Assim como ocorre em Guajará-Mirim, e segundo a Relação Nominal da Jucer (RONDÔNIA, 2016), o maior volume de empresas se dá na atividade do “Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios”, com 120 empreendimentos, seguida pelo “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios — minimercados, mercearias e armazéns” (81), serviços de bares (48) e “Serrarias com desdobramento de madeira” (43). Além da indústria madeireira, apenas a fabricação de serralheria possui um volume de empresas igual ou superior a dez; se associadas duas ou mais atividades, o volume de negócios aumenta, como a produção de pão e outros produtos de padaria e confeitaria, com 12 empresas no Município, no ano. A predominância, portanto, é do comércio e serviços, nesta ordem, mas com empregabilidade relativa baixa, conforme se apurou pelos dados da RAIS de 2012 (BRASIL, 2014).

O comércio do setor automobilístico também é expressivo (40 empresas), com maior volume de negócios em peças e acessórios para motocicletas e motonetas (28). Outras atividades, do ramo de farmácia, bares e tratamento estético, também se destacam, por se tratar de neces-

sidades e hábitos comuns em praticamente todas as regiões em que uma pesquisa do tipo seja feita.

No setor da indústria, destacam-se, além das “Serrarias com desdobramento de madeira”, a “Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias” (10 empresas) — que é ligada ao ramo da construção civil —, as atividades de produção de artefatos de madeira (15) e a fabricação de alimentos em padarias e outros meios (30), incluindo-se três laticínios e um frigorífico. No ramo dos transportes, destacam-se as atividades de transporte rodoviário de carga (18).

Considerando-se a empregabilidade ou o volume de produção, apenas no setor agropecuário há indicadores suficientes para a caracterização de APLs, conforme mostra a tabela 5. Ressalta-se que, na tabela, os dados de Nova Mamoré estão associados aos da Microrregião de Guajará-Mirim (MR-2), pelo foco do estudo, e não aos da Microrregião de Porto Velho (MR-1), da qual Nova Mamoré faz parte.

O conjunto de produtos da sociobiodiversidade é bem representativo em Nova Mamoré, porque todos ultrapassam 1% de representação no Estado. A extração de três toneladas de óleo de copaíba corresponde a quase 50% do rendimento em todo o Estado, de modo que possui excelente Índice de Especialização (IE-RO 20,20). O rendimento do açaí é o segundo mais representativo, com 6,91% da produção estadual e IE-RO 1,65. Lenha e madeira também se sobressaem em todos os indicadores, mas é a madeira em tora de extração vegetal, com 43.629 m³ no ano, que mais se destaca. Em relação à Microrregião de Guajará-Mirim, açaí, castanha e látex não se destacam, conforme o baixo IE-MR sinalizado na tabela 5, porque estes produtos têm grande desempenho no conjunto dos municípios locais e não no respectivo polo microrregional.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Tabela 5 - Dados de produção silvícola, extrativa (2014) e agropecuária (2015) de Nova Mamoré

Mod.	Produto	Unid.	Produção no Município	Produção na Microrregião de Guajará	Repres. no Estado (%)	IE-MR	IE-RO
Extração vegetal	Óleo de copaíba	T	3	1	42,86	2,15	10,20
	Açaí	T	111	541	6,91	0,83	1,65
	Castanha-do-pará	T	53	674	2,86	0,32	0,68
	Látex coagulado	T	2	35	1,32	0,23	0,32
	Madeira em tora	M³	43.629	71.185	1,16	2,48	0,28
Lavouras permanentes	Banana em cacho	T	2.388	1.257	3,09	7,69	0,74
	Cacau em amêndoa	T	57	—	1,00	—	0,24
	Coco-da-baía	Mil Frutos	14	28	1,05	2,02	0,25
	Goiaba	T	25	10	4,66	10,12	1,11
	Laranja	T	60	162	0,92	1,50	0,22
	Maracujá	T	88	88	1,00	4,05	0,24
Lavouras temporárias	Abacaxi	Mil Frutos	262	275	1,51	3,86	0,36
	Amendoim em casca	T	1	1	2,38	4,05	0,57
	Mandioca	T	27.945	18.695	4,87	6,05	1,16
	Melancia	T	296	60	2,46	19,97	0,59
Pecuária	Bovinos — efetivo total	Cabeças	565.040	806.943	4,22	2,83	1,00
	Vacas ordenhadas	Cabeças	36.427	30.649	5,46	4,81	1,30
	Leite de vaca	Mil litros	44.568	38.508	5,45	4,69	1,30
	Bubalinos	Cabeças	417	119	6,53	14,19	1,56
	Equinos	Cabeças	8.139	8.135	4,90	4,05	1,17
	Suínos — efetivo total	Cabeças	9.977	9.052	4,33	4,46	1,03
	Suínos — matrizes	Cabeças	1.889	1.851	4,95	4,13	1,18
	Caprinos	Cabeças	144	401	1,29	1,45	0,31
	Ovinos	Cabeças	3.202	8.367	2,88	1,55	0,69
	Galináceos — efetivo total	Cabeças	93.236	110.864	2,48	3,40	0,59
	Galináceos	Cabeças	43.821	52.105	2,40	3,40	0,57
	Ovos de galinha	Mil dúzias	377	448	1,77	3,41	0,42

IE = Índice de especialização na Microrregião (IE-MR) e no Estado (IE-RO)
Fonte: Franzin (2016), a partir de dados do IBGE (BRASIL, 2016f, g)

Dentre as lavouras permanentes, destacam-se as frutíferas, incluindo-se as lavouras temporárias do abacaxi e melancia. Todos os produtos, com exceção da laranja, possuem representação igual ou superior a 1% em face do montante total do Estado, por produto. Nenhuma destas frutíferas, entretanto, atingiu o Índice de Especialização 1 no Estado. Apenas a banana se aproximou do indicador, com IE-RO 0,74 e 2.388 toneladas no ano de 2015. O cacau em amêndoa é um produto apontado na Microrregião de Porto Velho, mas não na de Guajará-Mirim, de modo que não possui IE-MR.

A produtividade do cacau em amêndoa (1.781 kg/ha) e do maracujá (14.667 kg/ha) supera a média nacional, dentre as frutíferas, especialmente no caso do cacau, em que a média nacional é de 372 kg/ha (BRASIL, 2015a) e a expectativa da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) (BRASIL, 2015b) é de 1.200 a 1.500 kg/ha.

Novamente a mandioca se destaca por município, com significativo volume de produção, ao atingir 4,87% da produção do Estado e IE-RO 1,16. Sua produtividade foi de 32.684 kg/ha em 2015, segundo o Anuário do IBGE — mais que o dobro da média nacional. O amendoim em casca, embora com 2,38% de representação no Estado, rendeu apenas uma tonelada no mesmo ano. Ressalte-se ainda a ausência de cereais, como milho, feijão e arroz, no conjunto dos produtos com dados de rendimento apresentados pelo IBGE para o período de 2015 (BRASIL, 2015a).

Na pecuária, o efetivo de bovinos é de 4,22% do volume de cabeças do Estado, de modo que se configura como um indicador de perfil econômico significativo, inclusive por alcançar Índice de Especialização Estadual mínimo (IE-RO 1). O volume de vacas ordenhadas também se destaca, com 5,46% do efetivo do Estado, assim como o leite, cujos 44.568.000 litros no ano levaram a 5,45% de representação estadual e IE-RO 1,30. A produtividade do leite, entretanto, foi inferior à média nacional, ao atingir apenas 3,35 litros por vaca ao dia.

O volume de cabeças de bubalinos, equinos, caprinos e ovinos é baixo, mas, pela representação percentual e pelas características de produção associada à bovinocultura, foram indicados na tabela 5 como composição do APL da Pecuária de Carne e Leite. Observa-se ainda boa representação percentual, acima de 1%, para os suínos (efetivo total e matrizes) e galináceos, incluindo-se o volume de produção de ovos de galinha — embora, no caso dos galináceos, a especialização estadual seja baixa, com produtividade de 0,28 ovos por galinha ao dia. No cenário microrregional de Guajará-Mirim, entretanto, todos os produtos da pecuária de Nova Mamoré atingiram uma significativa especialização, acima de 1.

4.3 Síntese dos resultados de mapeamento de APLS

Tal como se observa nos demais municípios do Estado (FRANZIN, 2016), o comércio de produtos alimentícios predomina quanto ao volume de emprego, seguido, no caso de Guajará-Mirim, pelo “comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção” e o varejo de “artigos do vestuário e acessórios”. Embora Guajará-Mirim seja Área de Livre Comércio, não prevalece a empregabilidade em empresas de venda de eletrônicos, máquinas e outros produtos com vantagens fiscais previstas, nem naquelas de estocagem para exportação, beneficiamento de produtos, produção agropecuária, turismo e demais atividades incentivadas. De todo modo, o comércio deve ser tratado como setor vinculado e não como setor principal para a definição de APLs, visto que ele é consequente de outras fontes de economia e atividades. Também se destaca um grande volume de empregos na administração pública, que igualmente não configura APL por si mesma. A indústria é incipiente na região em estudo, então a predominância é do setor primário, conforme a combinatória dos dados de emprego da RAIS de 2012 (BRASIL, 2014) e da produção agropecuária e extrativa indicada nos censos de 2014 e 2015 do IBGE (BRASIL, 2016f, g). O quadro 1 especifica os APLs identificados.

Quadro 1 - Arranjos produtivos locais de Guajará-Mirim e Nova Mamoré

Município	APLs
Guajará-Mirim	1 Produtos da Sociobiodiversidade
	2 Fruticultura
	3 Mandiocultura
	4 Pecuária de Carne e Leite
	5 Suinocultura
	6 Piscicultura
Nova Mamoré	1 Produtos da Sociobiodiversidade
	2 Fruticultura
	3 Mandiocultura
	4 Pecuária de Carne e Leite
	5 Suinocultura
	6 Avicultura

Fonte: Elaboração própria (2016)

Foram encontrados, portanto, cinco APLs afins entre os dois municípios e um diferenciado para cada qual, a Piscicultura em Guajará-Mirim e a Avicultura em Nova Mamoré. Não foi identificado o APL Turismo, presente nas indicações do Núcleo de Estudos de Arranjos Produtivos Locais de Rondônia (NEAPL/RO), (RONDÔNIA, 2012) e no site do Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (BRASIL, 2016d). Entretanto, não se nega a possibilidade de existência do APL, haja vista que o emprego — o indicador de mapeamento para este caso — também pode estar afetado pela informalidade ou outras circunstâncias que a metodologia aqui utilizada não identifica. Por sua vez, o NEAPL/RO e o OBAPL não identificam os demais APLs aqui mapeados.

Os Produtos da Sociobiodiversidade são praticamente os mesmos nos dois municípios, exceto que se acrescenta a madeira em tora de extração vegetal em Nova Mamoré. A maior ênfase é para castanha-do-pará e açaí em Guajará-Mirim, e copaíba e açaí em Nova Mamoré, chegando em todos estes casos com significativo Índice de Especiali-

zação estadual. No setor da Fruticultura, são comuns nas duas regiões o coco-da-baía, a goiaba, o maracujá e o abacaxi, acrescentando-se o mamão e o limão em Guajará-Mirim, e a banana, o cacau e a laranja em Nova Mamoré.

São comuns também o amendoim e a mandioca, mas desconsiderou-se o amendoim no quadro de APLs em função do baixo volume de produção (apenas uma tonelada em cada município), apesar do suficiente índice de representação no Estado. No setor da pecuária, o APL Pecuária de Carne e Leite envolve principalmente bovinos e produção de leite, aos quais foram associados, no quadro 1, os bubalinos, ovinos, equinos e caprinos, pela sistemática comum de criação associada. Embora seja baixo o Índice de Especialização (IE-RO 0,09) da produção de bovinos em Guajará-Mirim, a sua representação percentual no Estado combinada com o volume de produção e a proximidade com uma região de influência, onde o produto é significativo, justificam a sua indicação como APL local também.

Foram identificados ainda o APL Piscicultura, em Guajará-Mirim, com significativa produção de tambaqui e pirarucu, e o APL Avicultura em Nova Mamoré, com destaque para galináceos e produção de ovos.

5 Dados de levantamento de campo

A pesquisa realizada por meio de questionários, aplicados pela equipe do Observatório do IFRO, com modelos encartados nos Cadernos de Campo (IFRO, 2016), atualizou dados sobre renda *per capita* e identificou algumas características e expectativas de empresários e representações associativas sobre o mercado local. Questões como renda, custos de alimentação e existência ou não de auxílios financeiros de políticas públicas, dentre outras, foram levantadas junto aos residentes da zona urbana; questões focadas em condições de produção ou de serviços se aplicaram a empresários e representantes com negócios nos municípios.

5.1 Dados levantados em Guajará-Mirim

Por meio do questionário aplicado aleatoriamente a 68 pessoas da comunidade urbana de Guajará-Mirim, pela equipe do Observatório do IFRO (IFRO, 2016), observou-se que 42,65% dos entrevistados possuem renda familiar mensal de até um salário mínimo, e 36,76%, de mais de um a até três salários mínimos, enquanto 4,41% não possuem renda e apenas 16,18% contam com renda superior à apontada nos demais casos. Cerca de 12% destas pessoas gastam até R\$ 200,00 com alimentação durante o mês para a família; quase 59% gastam mais que R\$ 200,00 e até 800,00 ao mês com os mesmos custos, enquanto 27,94% gastam mais que esta faixa limite. Caracteriza-se um grupo de baixo rendimento, cujos custos com alimentação também são consequentemente baixos na maioria das vezes. Um total de 14,71% do contingente recebe Bolsa-Família do Governo Federal, e 1,47% compreende aposentados.

Por ramo específico de negócios, foram entrevistados cinco empresários ou representantes do setor hoteleiro, cuja maioria já atua há mais de quatro anos no setor. Afirmam que as ocupações dos leitos se dão muito mais em razão de viagem de negócios do que de turismo ou compras. O custo da diária é de até R\$ 70,00 em 60% dos casos; nos demais, fica entre R\$ 70,00 e 100,00; as mensalidades variam entre R\$ 800,00 e 2.000,00. Os entrevistados, em 20% do contingente, afirmam que a ocupação dos leitos está muito fraca ou razoável e em processo de decadência; outros 20% a veem como boa ou razoável e em crescimento, enquanto nos demais casos observa-se uma ocupação razoável e apenas em feriados prolongados. Durante as férias de julho e dezembro e quando há “Festival de Cultura”, ocorre o maior volume de ocupações. As áreas que demandam qualificação, segundo a metade dos apontamentos dos entrevistados, são as de atendimento (incluindo recepção); os demais indicam alimentação, governança e saúde, higiene, organização e limpeza. Os cursos mais esperados são aqueles de curta duração, entre 40 e 300 horas.

Do segmento das cooperativas e associações foram entrevistados os representantes das seguintes entidades: Associação de Jovens e Estudantes do Estado de Rondônia, Associação Primavera do Rio Pakaas Nova, Associação de Mulheres Agroextrativistas do Município de Guajará-Mirim, Associação dos Bolivianos Residentes em Guajará-Mirim e Associação Colônia dos Pescadores Z-2, de Guajará-Mirim. As principais atividades destas instituições (60%) são do setor agropecuário, incluindo-se pesca artesanal. A maioria delas (60%) possui mais de 100 associados. Contam com pouca infraestrutura, mas se dispõem a ceder espaços e materiais disponíveis para possíveis parcerias.

No setor de transportes, foram entrevistados cinco empresários. Em 80% das repostas, indicam que a dependência do transporte intermunicipal é alta e que os deslocamentos são feitos principalmente para compras (80%) e visitas a amigos e parentes (60%). Os apontamentos são semelhantes em relação ao deslocamento na fronteira, com 80% de frequência para compras e 20% para atendimento de saúde e estudos.

Especificamente, foram entrevistados ainda cinco dos maiores empregadores da região, envolvendo os setores de alimentos, atendimento médico, eletrodomésticos e eletrônicos, materiais de construção e abate de bovinos. A quantidade de empregados atual é de 21 a 30 em 60% deste escopo; em um dos casos (10%), a empresa conta com mais de 50 funcionários, e em outro, com 11 a 20.

5.2 Dados levantados em Nova Mamoré

Em Nova Mamoré foi entrevistada a mesma quantidade aleatória de pessoas da população em geral (68), a respeito de seus perfis socioeconômicos e necessidades e interesses. De acordo com seus apontamentos, 63,24% possuem renda familiar mensal de um a três salários mínimos. A proporção com este ganho é bem maior do que a de Guajará-Mirim, embora os dados do Censo de 2010 do IBGE (BRASIL, 2016b) indiquem que o PIB *per capita* de Nova Mamoré seja infe-

rior ao de Guajará-Mirim. São 22,06% os que têm rendimento familiar mensal de até um salário mínimo, e 11,76% os que recebem mais de quatro salários mínimos; apenas 2,94% dos entrevistados não possuem renda. Um total de 51,47% deste grupo destina R\$ 600,00 a 800,00 de seu ganho para custeio de alimentação, e 16,18% gastam de R\$ 200,00 a 400,00 com a mesma despesa; quase 1/3 (29,41%) gasta mais que R\$ 800,00, 1,47% gasta apenas R\$ 200,00 e 1,47, entre R\$ 600,00 e 800,00. Apenas 10,29% recebem auxílio governamental (bolsa-família).

Quatro representantes do setor hoteleiro, com mais de quatro anos no ramo de serviço, indicaram em outro levantamento que a principal motivação para a procura por hotéis é o trabalho ou negócios. As diárias individuais custam até R\$ 70,00, e as mensalidades, até R\$ 800,00. Os hotéis respectivos possuem entre 14 e 30 leitos. Seus representantes consideram que a tendência de mercado para o segmento é fraca, mas em processo de crescimento. Possuem um fluxo maior durante a semana e principalmente em férias de fim de ano. As expectativas por formação estão relacionadas majoritariamente ao atendimento e qualidade dos serviços, especialmente por meio de cursos rápidos, de 40 a 300 horas.

No setor de transportes, foram entrevistados seis representantes, cinco dos quais do serviço de mototáxi. Mais de 80% deles consideram que a população local tem fraca ou nenhuma dependência de contratação de transportes intermunicipais para satisfazer as suas necessidades cotidianas. O principal motivo do deslocamento, em mais de 80% dos casos, é o atendimento de saúde, seguido pelo interesse por lazer (50%) ou compras (33,33%).

Em um quarto levantamento da equipe do Observatório do IFRO, foram entrevistados os representantes das cinco empresas com maior volume de empregados no município, das áreas da construção civil, agropecuária, confecções e calçados, e gêneros alimentícios. Duas empresas (40%) empregam entre cinco a dez pessoas; uma (20%), de 11 a 20 pessoas; e outras duas (40%), de 21 a 30 e 31 a 40 pessoas, respectivamente. A maioria das empresas (80%) importam de outros estados e/ou de outros

municípios de Rondônia, que não incluem Guajará-Mirim, exceto uma (20%), segundo os apontamentos dos entrevistados; já a destinação é para todo o Estado e, no caso de uma das empresas, para a Bolívia, referente à indústria têxtil. A expectativa de formação para os funcionários é por cursos técnicos de um a dois anos de duração ou cursos de 40 a 300 horas.

Considerações finais

A localização de Guajará-Mirim em zona de fronteira e sua condição de área de livre comércio, tendo Nova Mamoré como região influenciada, leva os dois municípios a uma condição diferenciada, tanto favorecida por políticas de comercialização e industrialização, quanto afetada pelo distanciamento em relação a centros de maior densidade populacional e volume de negócios do Estado. De acordo com o perfil econômico da região e o mapeamento de APLs, há um largo campo de pesquisa, formação profissional e atividades extensionistas no setor primário e comércio de produtos de zona franca e varejo de alimentos.

No município de Guajará-Mirim, a maior concentração de rendimentos se dá no setor de serviços, com 44,88% do PIB; em Nova Mamoré, a prevalência por setor de negócios é da agropecuária, com PIB de 32,42%. A condição de zona franca, que deveria potencializar o comércio, tem provocado, portanto, efeito inferior ao esperado em Guajará-Mirim, enquanto Nova Mamoré não sofre influência desta condição, pois se autodetermina com o perfil agropecuário, com pouca mobilidade de negócios para a cidade de Guajará-Mirim. Observa-se também, nas duas cidades, que a indústria tem baixíssima expressão no PIB.

As indicações dos APLs de Turismo e do Artesanato, pelo NEA-PL (RONDÔNIA, 2012; 2014), não se confirmam a partir do volume de emprego e de negócios em Guajará-Mirim, tanto nos demonstrativos da RAIS de 2012 (BRASIL, 2014), quanto na Relação Nominal de Empresas da Jucer (RONDÔNIA, 2016), embora haja 26 hotéis no município. Entende-se, porém, que existem potencialidades, mas que

estão subexploradas na prática, por razões que precisam ser estudadas em específico, por setor, com maior aprofundamento descritivo.

Destacam-se, nos dois municípios, APLs não identificados pelas instituições não governamentais até então, com prevalência da agropecuária, a partir dos censos do IBGE de 2014 e 2015 (BRASIL, 2016f, g): Fruticultura, Mandioca, Pecuária de Carne e Leite, Suinocultura, Piscicultura e Avicultura. O volume de produção dos APLs da agropecuária com baixa representação diante de uma matriz estadual e a boa representação dos produtos da sociobiodiversidade podem ser decorrentes, em parte, da restrição da abertura da fronteira agrícola pelas áreas de conservação ou preservação permanente.

O quadro 2, a seguir, mostra a relação entre forças/oportunidades e fraquezas/ameaças das duas regiões, sem separação por município, por se tratar de um raio concêntrico de dois municípios com mesmos APLs e pelo fato de Nova Mamoré ser região influenciada por Guajará-Mirim. As indicações do quadro são resultantes da observação dos dados de empregabilidade, produção agropecuária e extrativa, volume de negócios e reconhecimento dos condicionantes geográficos e políticos parciais.

Quadro 2 — Relação entre forças/oportunidades e fraquezas/ameaças nos Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, segundo o viés econômico

Item	Fator	Forças	Fraquezas
	Comércio	Área de livre comércio	Não aproveitamento suficiente de incentivos para industrialização e outras previsões do Decreto Federal 843/1993
	Indústria	Grande volume de matéria-prima do setor primário	Baixa quantidade de indústrias e de tipos de produtos industrializados
	Serviços	PIB elevado	Pouco aproveitamento de potencialidades locais, como do turismo e de outros serviços para além de mecânica de automóveis e outras oficinas
	Turismo	Volume de hotéis	Baixa empregabilidade, que caracteriza pouca procura no setor
	Recursos naturais	Diversidade e importância	Exploração limitada e desconhecimento das boas práticas de manejo

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

	APLs	Volume de produção, especialmente da mandioca e produtos da sociobiodiversidade	Baixa produtividade relativa na maioria dos casos
	Ensino	Lacunas por formação técnica e tecnológica	Desconhecimento relativo da região de fronteira e falta de experiência na formação por intercâmbio com a Bolívia.
	Pesquisa	Existência de instituições e recursos (Instituto Federal — IFRO e Universidade Federal — UNIR)	Possível limite de recursos para investimento
	Extensão	Existência de instituições e recursos (IFRO e UNIR)	Desconhecimento relativo da região de fronteira e, ainda que previamente, das condições de produção locais
Item	Fator	Oportunidades	Possíveis Ameaças
	Comércio	Maior investimento em atacado	Condições conflitantes de importação e exportação e seus fatores de regulação; limites de mercado
	Indústria	Diversificação e intensificação da produção, para agregar valor aos produtos	Limitações da instalação e produção, decorrentes, por exemplo, da insuficiência de políticas de incentivo, despreparo profissional, dentre outras, a conhecer
	Serviços	Intensidade do comércio	Saturação de determinados segmentos de mercado
	Turismo	Riqueza natural exuberante e movimento cultural diversificado, pela condição de fronteira; volume de hotéis	Ausência de mais políticas de incentivo ao turismo e de condições para maior atração das pessoas; desconhecimento da melhoria da malha viária, que esteve em precárias condições por muito tempo
	Recursos naturais	Diversificação de recursos e abundância relativa de produtos	Riscos de aumento da atividade predatória e mau aproveitamento dos recursos, por falta de especialização
	APLs	Aumento da produtividade e fortalecimento das cadeias	Falta de governança e despreparo profissional para o incremento e a sustentabilidade
	Ensino	Formação profissional	Dificuldades de atendimento a uma região com dois perfis: de desenvolvimento comercial e de produção agropecuária; relativa desarticulação ainda com pesquisa e extensão
	Pesquisa	Conhecimento das condições de desenvolvimento	Insuficiente disponibilidade de recursos e profissionais para atender a toda a demanda; relativa desarticulação ainda com ensino e extensão
	Extensão	Difusão tecnológica, formação cultural e atendimento específico ao setor produtivo e comunidades	Insuficiente disponibilidade de recursos e profissionais para atender a toda a demanda; relativa desarticulação ainda com ensino e pesquisa

Fonte: Franzin (2016)

A atuação do IFRO, *Campus* Guajará-Mirim, diante deste quadro, inscreve-se diretamente em todas as indicações relativas a ensino, pesquisa e extensão, as quais também perpassam as demais indicações do quadro, pelo fato de todas elas serem objeto de interferência por meio das ações institucionais. O enfoque nos APLs sob o viés econômico é ainda maior, pois cabe aos Institutos fortalecê-los, e para tal é preciso reconhecer, compreendê-los e preparar pessoas para o desenvolvimento de suas atividades e negócios. É preciso levantar e difundir, por exemplo, quais as melhores práticas para a colheita e preparo da castanha e do açaí; quais as razões que colocam a mandioca com os melhores resultados de Rondônia e do Brasil, mas piores que os do Acre; quais as medidas de impacto mais urgentes para o aumento da produtividade do leite, bem abaixo da média estadual e nacional, dentre outras medidas de interferência e investimento.

Para atendimento aos interesses e necessidades por formação profissional, pesquisa e extensão, devem ser considerados os apontamentos do público demandante direto (os potenciais estudantes), as indicações dos empresários e as características socioproductivas da região. Segundo a apuração de APLs e volume de negócios, observa-se que são necessários cursos de curta duração em todos os segmentos produtivos, para especialização de atividades; cursos técnicos para os setores de serviços, comércio e produção agropecuária e agroindustrial; cursos superiores verticalizados nestes segmentos. A pesquisa é necessária como fonte de informação sobre as condições de produção e desenvolvimento, e a extensão como instrumento de orientação e preparo à rentabilidade e sustentabilidade.

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Rondônia**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/rondonia>. Acesso em: 11 out. 2016.

BRASIL. Ceplac. **Características gerais do cacau**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/cacau.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2015b.

_____. IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Vol. 1, Rio de Janeiro: o Instituto, 1990.

_____. _____. **Regiões de influência das cidades**. Brasília: o Instituto, 2007.

_____. _____. **Anuário Estatístico do Brasil 2015**. Vol. 75, Rio de Janeiro: o Instituto, 2015a.

_____. _____. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110010&search=rondonia|guajara-mirim>>. Acesso em: 11 out. 2016c.

_____. _____. **Classe CNAE 2.0 e Subclasses CNAE 2.2**. Disponível em: <http://cnae.ibge.gov.br/?option=com_cnae&view=estrutura&Itemid=6160&tipo=cnae&versao_classe=7.0.0&versao_subclasse=9.1.0>. Acesso em: 13 out. 2016e.

_____. _____. **Estados: Rondônia**. Brasília: o Instituto. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em: 11 out. 2016b.

_____. _____. **Extração vegetal e silvicultura: 2014**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=11&search=rondonia>>. Acesso em: 1º nov. 2016f.

_____. _____. **Produção agrícola municipal: lavoura permanente — 2015; Produção agrícola municipal: lavoura temporária — 2015; Pecuária — 2015**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=11&search=rondonia>>. Acesso em: 1º nov. 2016g.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: MI, 2005.

_____. _____. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional: documento de referência**. Brasília: MI, 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. SRTE/RO. **RAIS 2012**. Porto Velho, 2014. (Planilhas fornecidas por e-mail datado de 28 de abril de 2014).

_____. OBAPL. **APL no Brasil**. Disponível em: <<http://portalapl.ibict.br/>>. Acesso em: 1º nov. 2016d.

_____. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 30 set. 2016a.

_____. Presidência da República. **Decreto 843**: regulamenta a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que cria a Área de Livre Comércio da Guajará-Mirim ALCGM, no Estado de Rondônia e dá outras providências. Brasília: a Presidência, 1993.

_____. _____. **Lei 8.210**: cria a Área de livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. Brasília: a Presidência, 1991.

_____. _____. **Lei 11.892**: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: a Presidência, 2008.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010.

CROCCO, M. A. ET AL. **Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

FRANZIN, S. F. L. **Modelo de gestão, tecnologia e políticas públicas: o IFRO e o desenvolvimento regional em Rondônia**. 2016. 434 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. (Qualificada).

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBO RURAL. **Embrapa desenvolve maracujá mais resistente e com alta produtividade**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agro-negocios/noticia/2014/05/embrapa-desenvolve-maracuja-mais-resistente-e-com-alta-produtividade.html>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Cadernos de campo: Projeto de Pesquisa Diagnóstico Re-**

gional Guajará-Mirim. Vol. 1. Porto Velho: Observatório do IFRO/PRODIN, 2016.

NORTH, D. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia Regional e Urbana: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, 1977.

NOVA MAMORÉ. Prefeitura. **Histórico**. Disponível em: < <http://www.novamamore.ro.gov.br/municipio/historico>>. Acesso em: 11 out. 2016.

Rondônia. Jucer. **Lista nominal de empresas de Guajará-Mirim e Nova Mamoré**. Arquivos em Programa Excel, da Microsoft, enviados por e-mail datado de 24 de novembro de 2016. Guajará-Mirim/RO: Jucer, 2016.

_____. NEAPL. **APLs priorizados pelo NEAPL/RO — MDIC — ano 2012**. Porto Velho: NEAPL, 2012.

_____. _____. **Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Artesanato de Rondônia**. Porto Velho: NEAPL/RO, 2014.

_____. Sedam. **Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia: planejamento para o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental**. Porto Velho: Sedam, 2010.

ZOCCAL, R. Produção mundial e nacional de leite. In: **Alternativas para produção sustentável na Amazônia**. Brasília: Embrapa, 2013.

DIMENSÃO ECONÔMICA

**Situação: Mobilidade intra e intermunicipal e
fatores de acessibilidade ao *campus*
Guajará-Mirim (RO)**



Mobilidade intra e intermunicipal e fatores de acessibilidade ao *campus* Guajará-Mirim (RO)

Josélia Fontenele Batista³³

Laura Borges Nogueira³⁴

Resumo

O presente trabalho visa apresentar uma discussão sobre a mobilidade intra e intermunicipal e fatores de acessibilidade ao Campus Guajará-Mirim (RO) de alunos do Ensino Fundamental – EF e Ensino médio – EM e da população dos Municípios de Guajará-Mirim – GJM e Nova Mamoré – NM. Os dados primários utilizados foram os dados da pesquisa de campo realizada pelo Observatório do IFRO, conforme metodologia já explicitada; os dados secundários foram coletados em sites oficiais e pesquisas bibliográficas correlatas. O Campus Guajará-Mirim se mostrou de localização fácil e acessível à população dos dois municípios; o deslocamento a pé e de bicicleta são mais utilizados e atendem às características locais em Guajará-Mirim. Para o deslocamento de pessoas de NM ao campus GJM, o transporte de ônibus demonstrou-se mais adequado considerando os fatores de custo e tempo de deslocamento.

Palavras-chave: Deslocamento. Campus Guajará-Mirim. Acessibilidade.

³³ Professora EBTT do IFRO, licenciada e bacharel em Geografia (UNIR/2000), mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR/2007), doutora em Geografia (UFPR/2014).

³⁴ Professora EBTT do IFRO, licenciada em Letras (UNIR/1999), mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR/2010).

Introdução

A mobilidade espacial da população sempre foi objeto de diversos estudos locacionais, pois pode se tornar um fator de sucesso ou insucesso para vários empreendimentos. Em se tratando de educação pública, podemos dizer que pode se tornar um fator interveniente nos processos de acesso, permanência e êxito da clientela. Portanto, a acessibilidade das populações mais distantes e vulneráveis que podem e devem ser público-alvo da unidade deve ser objeto de análise dos gestores. Sabe-se que as motivações econômicas são as principais causas de deslocamentos espaciais pela população.

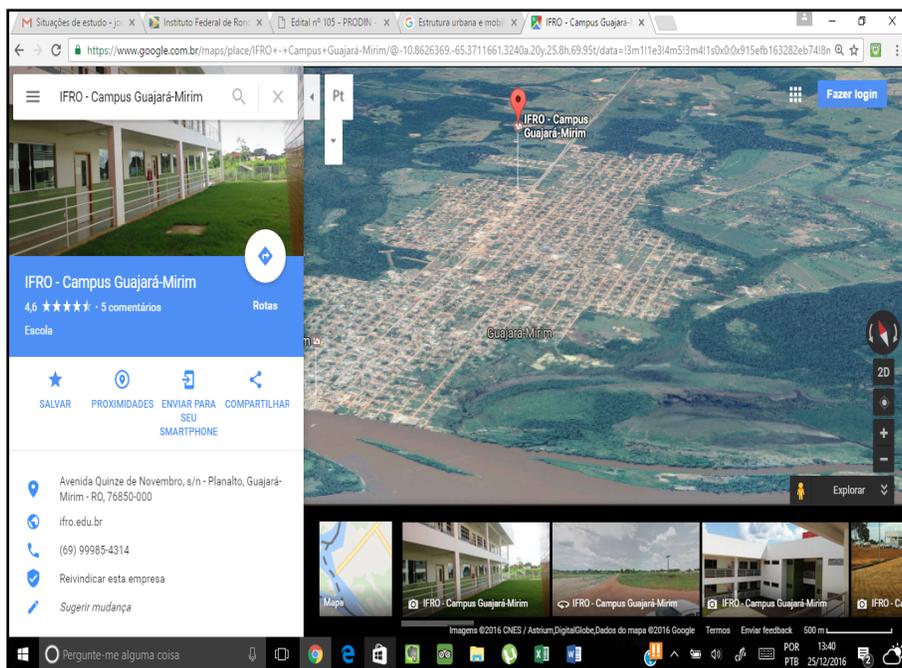
Ofertas de trabalho e estudo são fortes atratores populacionais, contudo há fatores como custos e tempo que em geral inviabilizam as tentativas da população em acessar os mecanismos de mobilidade social. O IBGE (2015) traz um estudo sobre os Arranjos Populacionais Urbanos do Brasil, o qual aborda a mobilidade sob a perspectiva dos movimentos pendulares para trabalho e estudo e a integração entre as áreas urbanas. Em Rondônia, estão classificadas nestes arranjos as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim. Guajará-Mirim é indicada por sua forte relação com a cidade gêmea Guayaramerín, que envolveria uma população de 82.100 pessoas. Embora este relatório enfoque os deslocamentos com origem nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré em relação ao *Campus* Guajará-Mirim, ainda se abordará a movimentação na fronteira por meio dos questionários aplicados à população brasileira.

O *Campus* do IFRO em Guajará-Mirim – GJM, embora esteja com endereço de Avenida Quinze de Novembro, s/n - Planalto, Guajará-Mirim - RO, 76850-000, na verdade localiza-se na margem direita da BR- 425 (sentido Porto Velho-Guajará-Mirim), na saída da cidade, limites do perímetro urbano (Figura 01).

Relatório Final

Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Figura 01 – Localização do Campus Guajará-Mirim/IFRO em imagem da cidade de Guajará-Mirim.



Fonte: Google Maps, 2016.

Em termos de possibilidades de deslocamentos, trabalha-se com a mobilidade intramunicipal (dentro do município) e a intermunicipal com a cidade de Nova Mamoré, sem perder de vista as interações com a cidade boliviana de Guayaramerín, que será objeto de estudo específico em outra oportunidade.

No território brasileiro, a cidade de GJM tem como principal via de acesso³⁵ a BR-425 que se encontra com a BR-364 no trevo a 132 km (sentido GJM-PVH). Esta via corta a área urbana de Nova Mamoré – NM até chegar ao município de Porto Velho. As distâncias e tempo de deslocamento podem ser observados a partir do Quadro 01.

³⁵ O Rio Mamoré também é outra via de acesso, mas de pouca representação no contexto da pesquisa.

Quadro 01 – Distâncias entre Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho

Cidades	Distâncias	Tempo médio de deslocamento de carro
GJM a NM	48,1 Km	40 Minutos
GJM a Porto Velho	328 KM	4 Horas

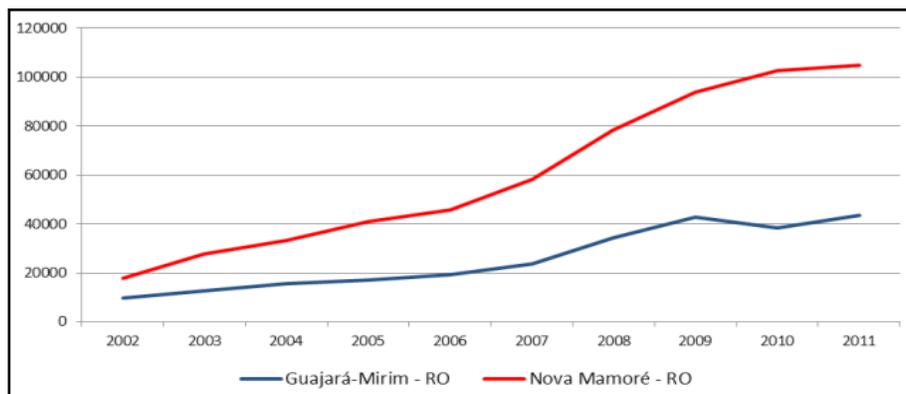
Fonte: Organizado pelas autoras com base em Google Maps, 2016.

Nesta análise, os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré serão tratados separadamente. Espera-se com este estudo contribuir para que os gestores do *Campus* GJM encontrem alternativas para promover o acesso ao *campus* e também políticas de permanência que contemplem as questões de mobilidade socioespacial.

1. A mobilidade intramunicipal e intermunicipal de Guajará-Mirim

A cidade de Guajará-Mirim está na classificação de cidades pequenas como aquelas até 100.000 habitantes. A mesma teve sua formação associada à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1907. Por sua posição geográfica na área de fronteira, e tendo uma área mais a oeste no estado de Rondônia, sofreu poucos impulsos na Marcha para o Oeste brasileiro que dinamizou a economia rondoniense por meio das atividades agropecuárias. Os Projetos de Colonização Agrícola (Década de 1970) instalados no município não obtiveram o êxito esperado na época. Só a partir da segunda metade da década de 2000 a região passou a sofrer impulsos econômicos da nova fase de desenvolvimento rondoniense: a agropecuária (Gráfico 01) (BATISTA, 2014).

Gráfico 01 – PIB e valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (mil reais).

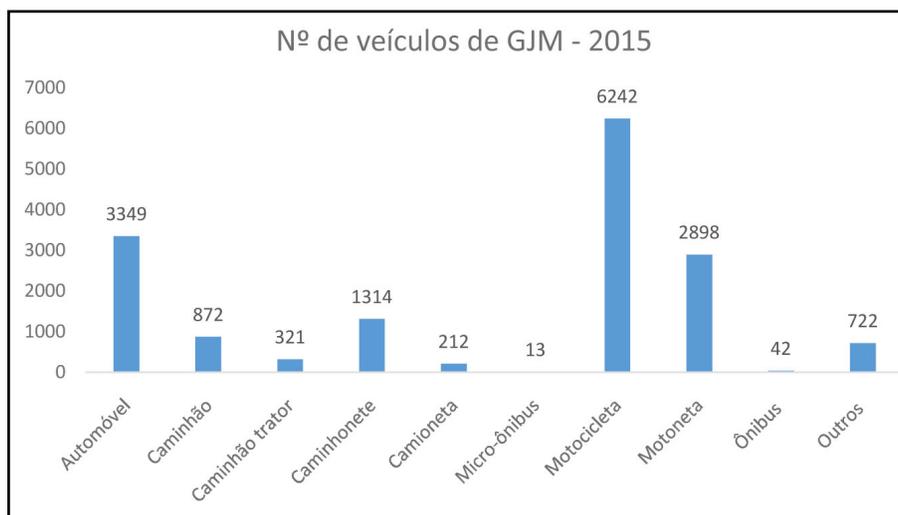


Fonte: Batista, 2014.

Assim, a mobilidade para a região de Guajará-Mirim, que não apresenta grande quantidade de fluxo, é feita em sua maioria por carros particulares, táxis lotação saindo das cidades e distritos de Porto Velho e Nova Mamoré, e por uma empresa de ônibus (a Ype, antiga Viação Rondônia). As motivações de deslocamento são variadas, mas não especificamente por um vetor de crescimento econômico.

A frota de veículos da cidade está expressa no Gráfico 02, onde se destaca as motocicletas e motonetas, pois a cidade não tem transporte público e estes são os tipos de veículos motorizados de mais baixo custo de manutenção e consumo de combustível, tornando-os mais populares e acessíveis.

Gráfico 2 - Número de Veículos de GJM - 2015



Fonte: organizado pelas autoras com base em <http://cidades.ibge.gov.br> – Frota de Guajará-Mirim.

Importante ressaltar que a frota é informada pelo DENATRAN ao IBGE, dessa forma outros tipos de equipamentos como bicicleta, carroça, e outras, não podem ser computadas nesta informação.

1.1 Mobilidade dos alunos de GJM

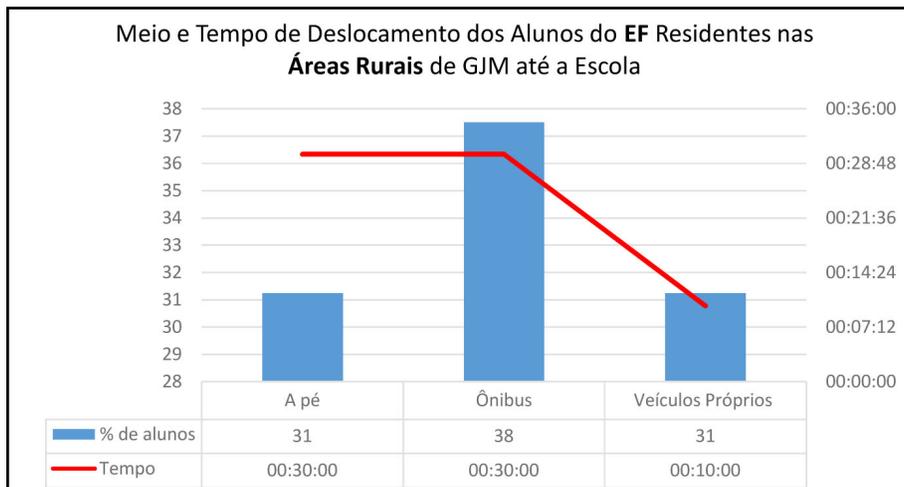
Nos questionários direcionados aos alunos do Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM) (IFRO, 2016), os deslocamentos intramunicipais em GJM foram trabalhados separadamente por situação da população (Rural e Urbana), porque cada área tem fatores de mobilidade diferenciados. Foram considerados os meios de transporte indicados, exclusivamente e em associação.

1.1.1 Características dos deslocamentos dos alunos das áreas rurais

Nos gráficos 03 e 04, temos os dados dos residentes das áreas rurais e nos gráficos 05 e 06, temos informações dos residentes das áreas urbanas, respectivamente.

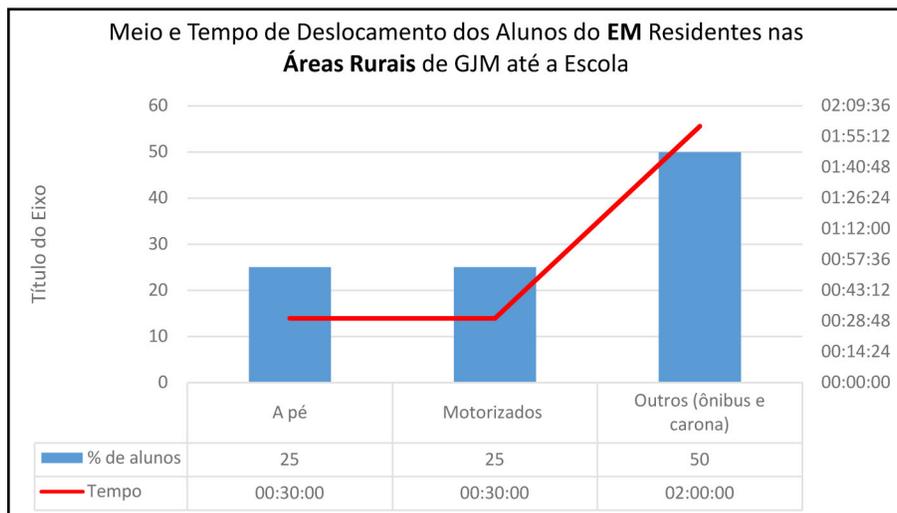
Nas escolas pesquisadas, os alunos de EF e EM residentes nas áreas rurais utilizam em sua maior parte o ônibus da prefeitura que faz o transporte dos alunos, seguido pelo transporte a pé (31% no EF e 25% no EM). Apenas no EM o tempo de deslocamento, mesmo a pé, excede trinta minutos. Apenas um aluno pesquisado indica que leva mais de uma hora para se deslocar até a escola e utiliza tipos de transporte de forma alternada.

Gráfico 03 - Meio e Tempo de Deslocamento dos Alunos do EF Residentes nas Áreas Rurais de GJM até a Escola



Fonte: Dados de Campo do Observatório do IFRO, 2016.

Gráfico 04 - Meio e Tempo de Deslocamento dos Alunos do EM Residentes nas Áreas Rurais de GJM até a Escola

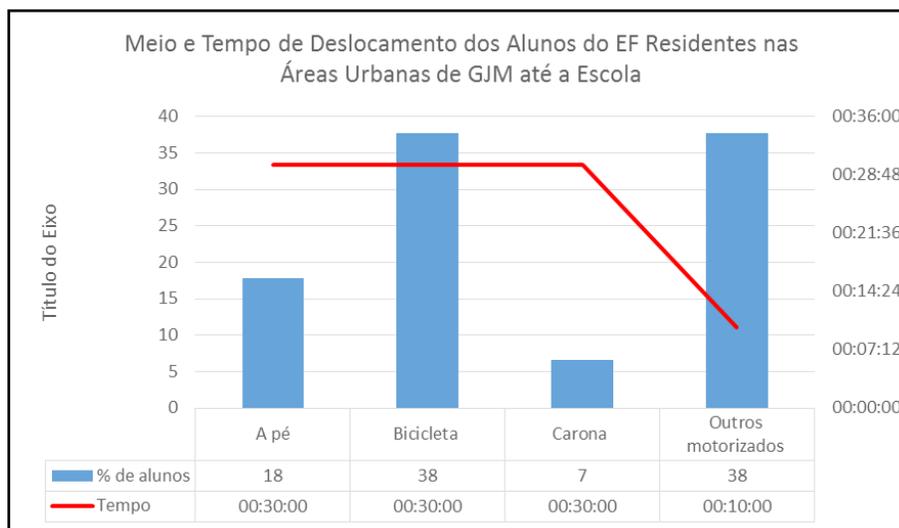


Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

1.1.2 Características dos deslocamentos dos alunos das áreas urbanas

Nos deslocamentos dos alunos residentes nas áreas urbanas de GJM (Gráficos 05 e 06) os principais meios de transporte são a bicicleta (38% no EF e 55% no EM) e o deslocamento a pé (18% no EF e 7% no EM). No EF é frequente a indicação de veículos motorizados (38%). Isto decorre também do fato da idade dos alunos ser baixa, muitos pais os levam para a escola, o que nem sempre ocorre com o aluno do EM.

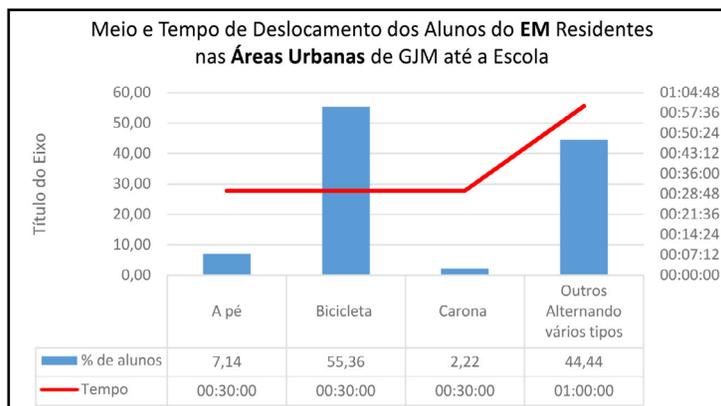
Gráfico 05 - Meio e Tempo de Deslocamento dos Alunos do EF
Residentes nas Áreas Urbanas de GJM até a Escola



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Assim como no EF, os alunos do EM das áreas urbanas utilizam em sua maioria a bicicleta, ou outros, alternando motos, carros e ônibus. Destaque para a carona no EM.

Gráfico 06 - Meio e Tempo de Deslocamento dos Alunos do EM
Residentes nas Áreas Urbanas de GJM até a Escola

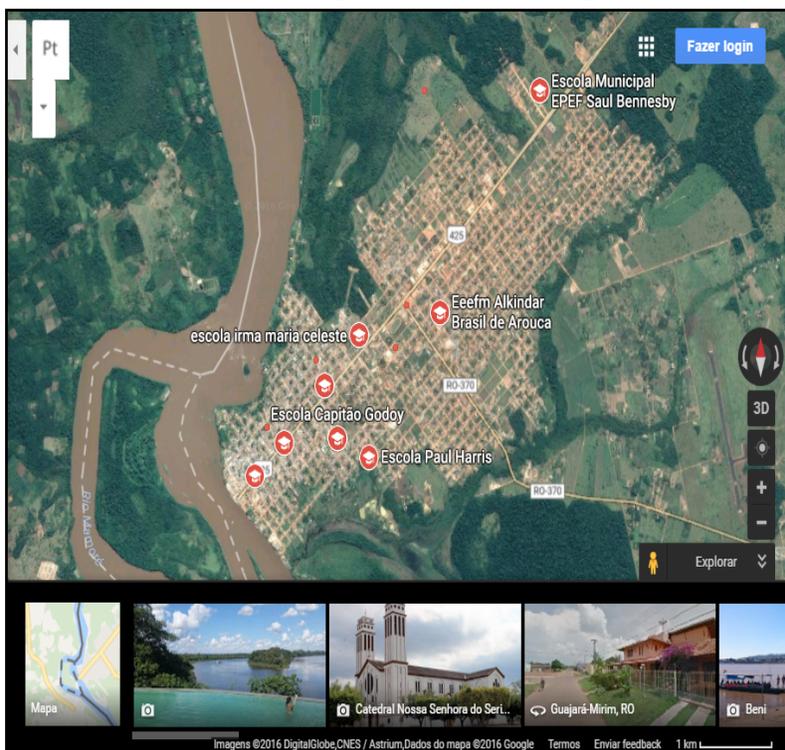


Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

É possível concluir que para os alunos das áreas rurais, o transporte de ônibus fornecido pela prefeitura ainda é o principal transporte e mais importante para o atendimento dos alunos das áreas rurais em GJM. Assim, qualquer iniciativa de atendimento da clientela das áreas rurais deve analisar as condições desse transporte e seus horários para garantir um melhor desempenho dos alunos.

A cidade de GJM tem uma área relativamente grande, onde num corte longitudinal da área urbana pode-se chegar a 12 km de extensão em relevo plano. A distribuição de mais da metade das escolas públicas está na área central (sudoeste da cidade - Figura 02), gerando uma concentração das unidades, o que vai exigir maior deslocamento dos alunos. Esses fatores elevam o uso da bicicleta como meio de deslocamento.

Figura 2 – Distribuição Espacial das Escolas do Município de GJM



Fonte: Google Maps, 2016.

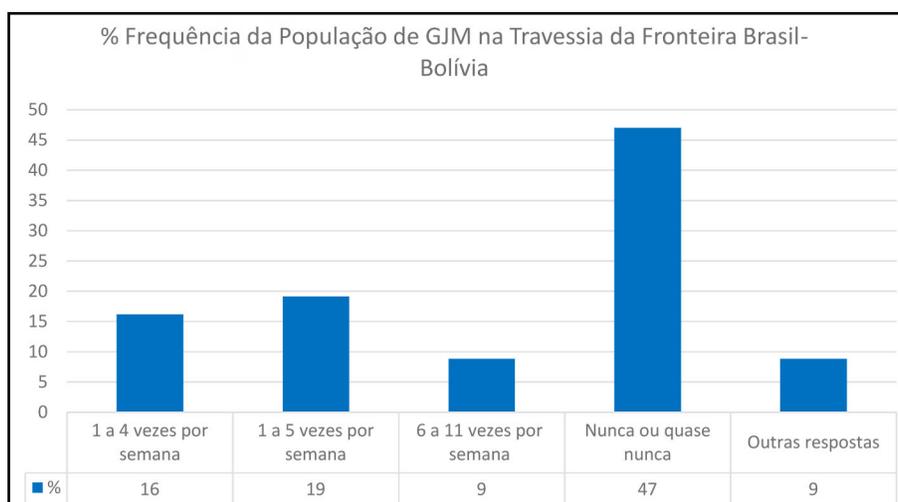
Os alunos das áreas urbanas têm, no deslocamento a pé ou de bicicleta, transportes sem custo financeiro permitindo ao *Campus* GJM mais flexibilidade nos horários de funcionamento dos cursos e na realização das atividades extraclasse.

Dessa forma, na cidade de GJM, a clientela não encontrará maiores dificuldades para acessar o *Campus* GJM, exceto no período chuvoso que poderá refletir em faltas e atrasos.

1.2 Características dos deslocamentos da população de Guajará-Mirim

Apesar de GJM estar incluída no arranjo populacional GJM – Guayaramerín, como indicado por IBGE (2015), a pesquisa de campo sobre a frequência em que a população faz a travessia para a Bolívia indicou que 47% da população residente em GJM nunca ou quase nunca faz a travessia, seguida da indicação de 1 a 5 vezes por semana que corresponde a 19% do total (Gráfico 07).

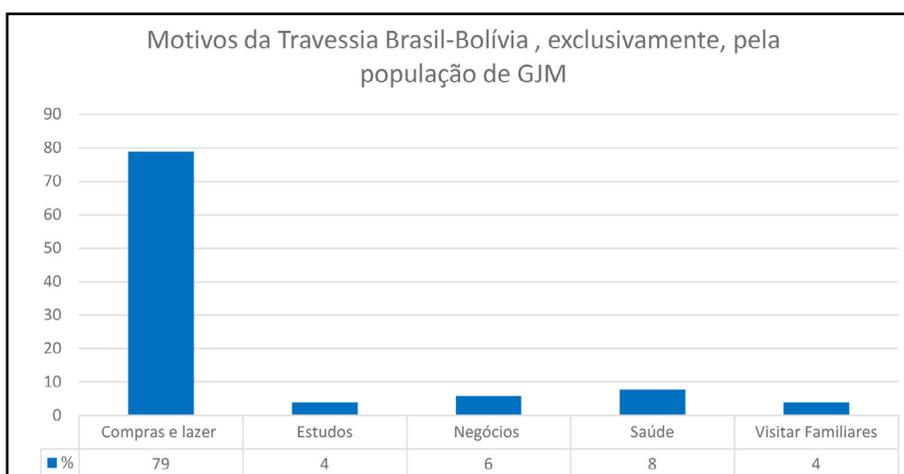
Gráfico 07 - Frequência da População de GJM na Travessia da Fronteira Brasil- Bolívia



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Dentre os que fazem a travessia, o motivo (Gráfico 08) exclusivo principal (79%) é para compras e lazer, seguido da busca por serviços de saúde (8%), negócios (6%) e estudo e visita a familiares (4%). Assim, verifica-se que as relações da população de GJM com Guayaramerín não são fortemente ligadas a trabalho e estudos, embora existam, como está descrito no arranjo populacional.

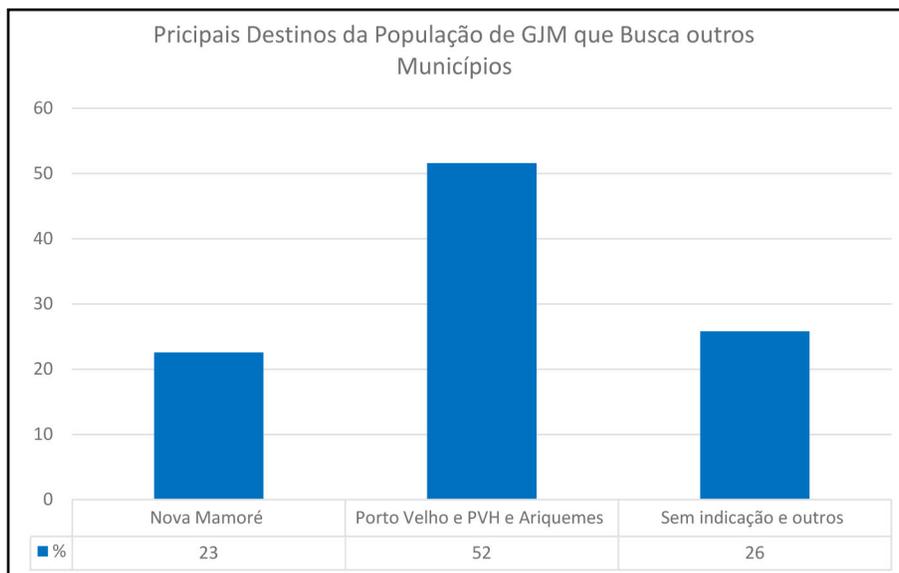
Gráfico 08 - Motivos da Travessia Brasil-Bolívia, exclusivamente, pela população de GJM



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Quanto à busca de outros municípios para suprir necessidades, 54% da população diz que não o faz. Dentre os que fazem (46%), têm como destinos principais (Gráfico 09) principalmente a cidade de Porto Velho (52%) e outras do eixo da BR-364 (52%), seguido de Nova Mamoré (23%).

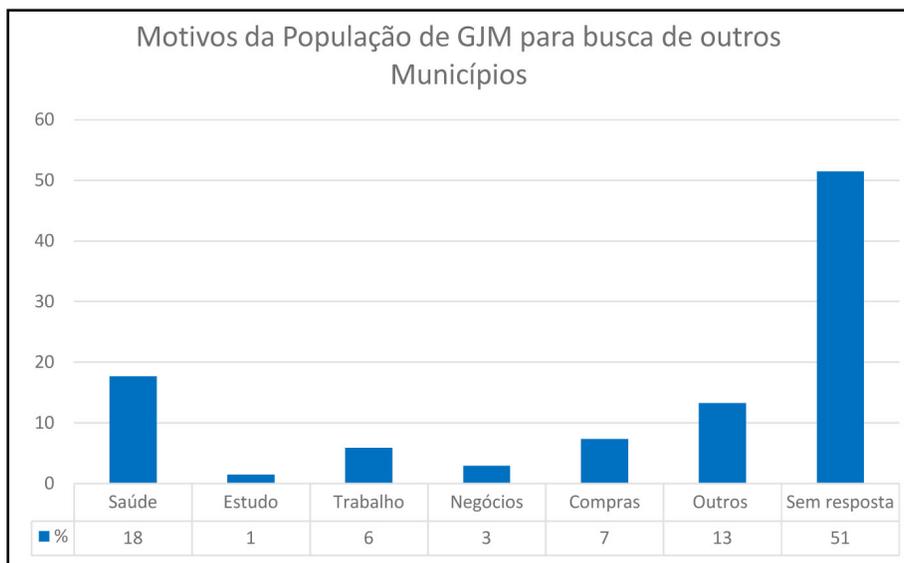
Gráfico 09 - Principais Destinos da População de GJM que busca outros municípios



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

A busca por cidades maiores diz respeito à oferta de serviços e estrutura mais expressiva que em cidades pequenas, sendo a saúde o principal motivo exclusivo (Gráfico 10) indicado, seguido de outros (13), compras (7%), trabalho (6%) e estudo (1%).

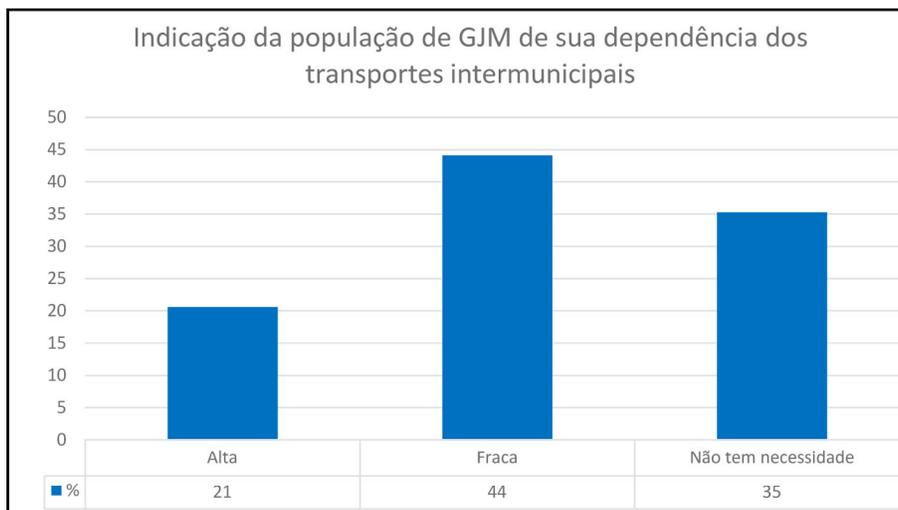
Gráfico 10 - Motivos da população de GJM para busca de outros municípios



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Quanto à percepção da população em relação a sua dependência dos transportes intermunicipais (Gráfico 11), a maioria (44%) indicou dependência fraca e 35% indicou não depender deste tipo de deslocamento.

Gráfico 11 - Indicação da População de GJM de sua dependência dos transportes intermunicipais

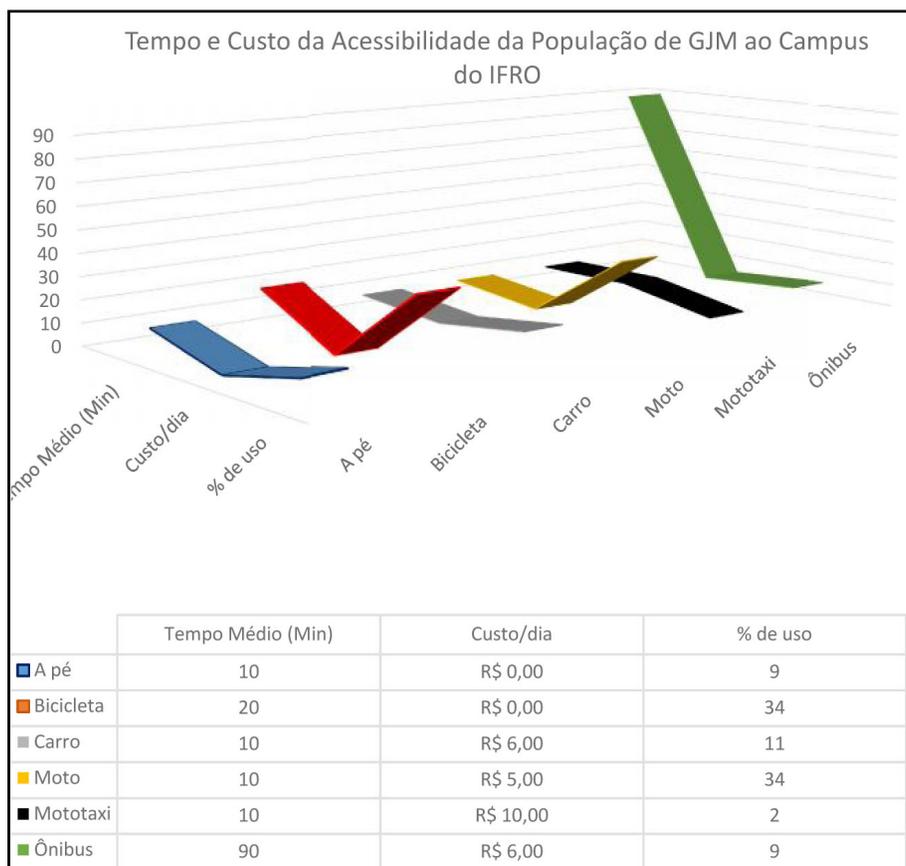


Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Tal percepção de dependência (de fraca a inexistente) pode estar ligada ao fato de que a cidade de Guajará-Mirim é relativamente bem estruturada com hospitais, escolas, *campus* da universidade, polos de educação a distância de faculdades privadas e as relações comerciais com os municípios da Bolívia permitem um bom atendimento local.

Quanto à acessibilidade ao *Campus* Guajará-Mirim/IFRO (gráfico 12), a população residente indicou, dentro dos usos exclusivos, a bicicleta (34%) considerando o curto tempo e baixo custo da sua utilização atendendo satisfatoriamente as necessidades. Os maiores custos ficaram para o mototáxi e o carro.

Gráfico 12 - Tempo e Custo da Acessibilidade da População de GJM ao Campus do IFRO



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

É importante reiterar o uso da bicicleta como principal veículo utilizado, o que deve ser observado nas políticas estudantis, podendo ainda o *campus* substituir os auxílios transportes, no período de chuvas, com a compra de ônibus e criação de uma linha exclusiva para atendimento interno na cidade com horários fixos para a entrada e saída de alunos. Isso otimizaria os recursos e potencializaria a aquisição de equipamentos a serem utilizados em aulas de campo e visitas técnicas. Outra questão é que no período chuvoso os alunos poderão ter mais dificuldade de deslocar ao *campus*.

2. A mobilidade intramunicipal e intermunicipal de Nova Mamoré

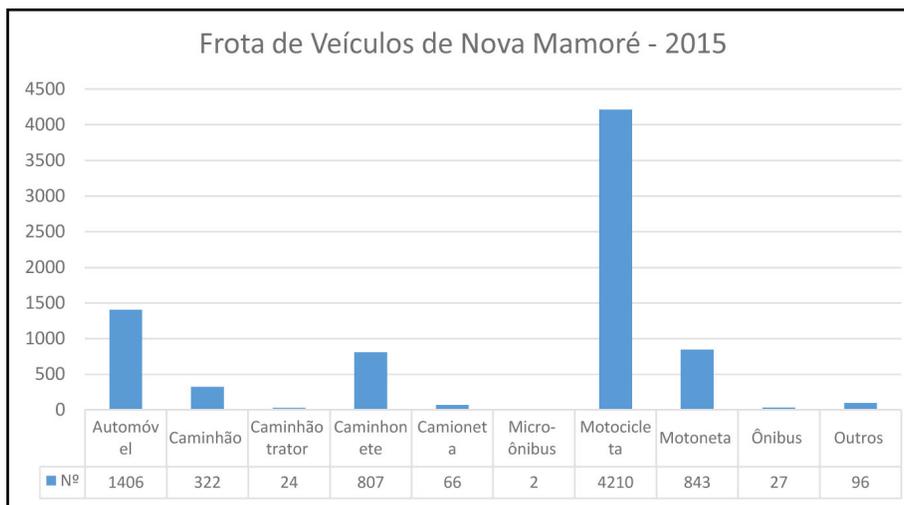
A cidade de Nova Mamoré, assim como Guajará-Mirim, está na classificação de cidades pequenas, e também teve sua formação associada à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM, em 1907, quando o ponto de parada da estrada ficava em Vila Murтинho, próximo ao Porto Murтинho. Quando a EFMM teve sua primeira desativação (1966), a população migrou para as margens da BR-425 buscando locais para fugir da estagnação econômica. O novo povoado foi denominado de Vila Nova do Mamoré, atual localização. O povoado foi aumentando com famílias oriundas de Vila Murтинho, do Iata e do Projeto de Colonização Agrícola Sidney Girão, esse último implantado em Guajará-Mirim em 1972 e sem resultados esperados (IBGE, 2016).

Nova Mamoré possui uma população de 22.546 habitantes, mas vem apresentando impulsos da expansão da fronteira agropecuária do gado, em especial no eixo da BR-421 (BATISTA, 2014).

A cidade não possui rodoviária, apenas um ponto de parada de ônibus às margens da BR-425. O deslocamento interno na cidade é feito a pé, de bicicleta, em mototáxi, táxi e veículos motorizados particulares.

A frota de veículos da cidade está expressa no Gráfico 13, onde se destaca as motocicletas e motonetas que são os tipos de veículos motorizadas de mais baixo custo de manutenção e consumo de combustível, tornando-os mais populares e acessíveis.

Gráfico 13 - Frota de Veículos de Nova Mamoré - 2015



Fonte: organizado pelas autoras com base em <http://cidades.ibge.gov.br> – Frota de Nova Mamoré.

2.1 Características dos deslocamentos dos alunos de Nova Mamoré

Os deslocamentos de Nova Mamoré são aqui divididos também entre os alunos do ensino fundamental e médio devido às peculiaridades que as faixas etárias têm em relação ao deslocamento onde os alunos do EF são mais acompanhados pelos pais e instituições, enquanto os do EM tem maior independência.

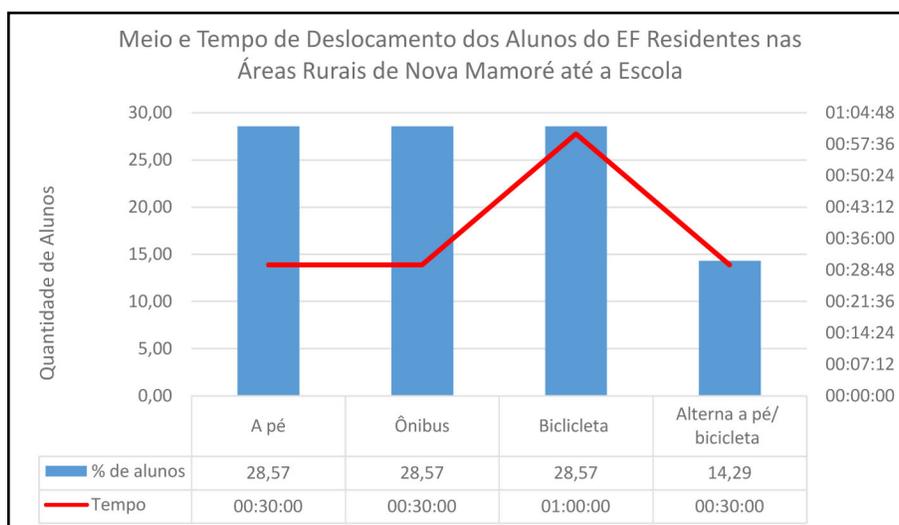
2.1.1 Alunos das áreas rurais

A situação de deslocamentos das áreas rurais de Nova Mamoré apresenta parcela significativa de alunos que utilizam a bicicleta (28,57% no EF e 7,69% no EM) como meio de transporte (Gráficos 14 e 15). Importante considerar que neste meio de transporte, o tempo de deslocamento do aluno de NM pode superar uma hora, o que é ruim para o aluno que já chega à escola cansado do esforço físico.

O deslocamento a pé é maior no EF (28% no EF e 15,38% no EM), não superando trinta minutos. No EF os deslocamentos a pé, de ônibus e de bicicleta estão em equilíbrio.

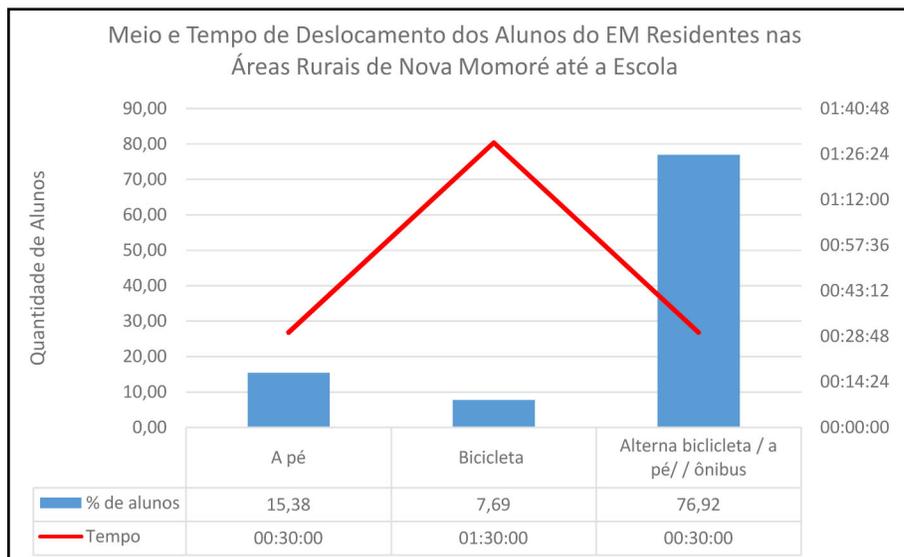
O uso do ônibus só foi mencionado em seu uso exclusivo no EF, o que atende a cerca de 29% desta população estudantil. No EM, 76% da população informa que usa veículos alternados, como bicicleta, ônibus e outros.

Gráfico 14 - Meio e Tempo de Deslocamento dos Alunos do EF Residentes nas Áreas Rurais de Nova Mamoré até a Escola



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO (IFRO, 2016)

Gráfico 15 - Meio e Tempo de Deslocamento dos Alunos do EM Residentes nas Áreas Rurais de Nova Mamoré até a Escola

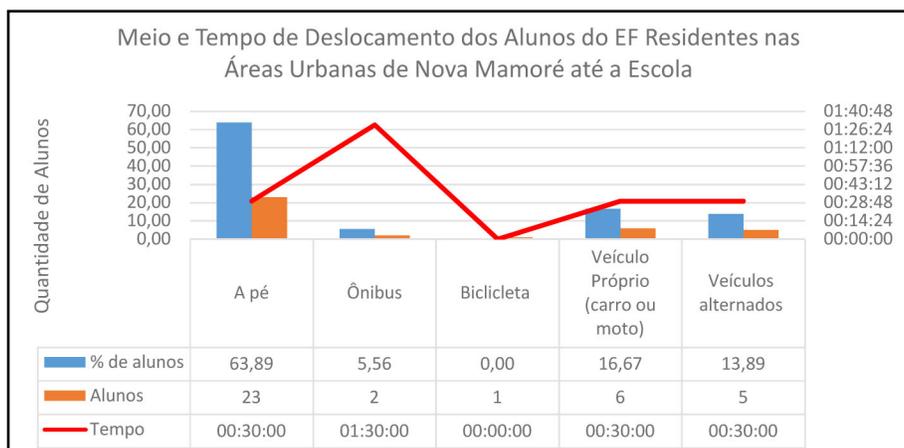


Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO (IFRO, 2016).

2.1.2 Alunos das áreas urbanas

A população estudantil das áreas urbanas de Nova Mamoré tem como principal meio de deslocamento andar a pé (Gráfico 16 e 17). Interessante verificar a baixa utilização da bicicleta que não foi sequer mencionada no EM, mesmo que a pé o aluno chegue a levar mais de uma hora para chegar à escola.

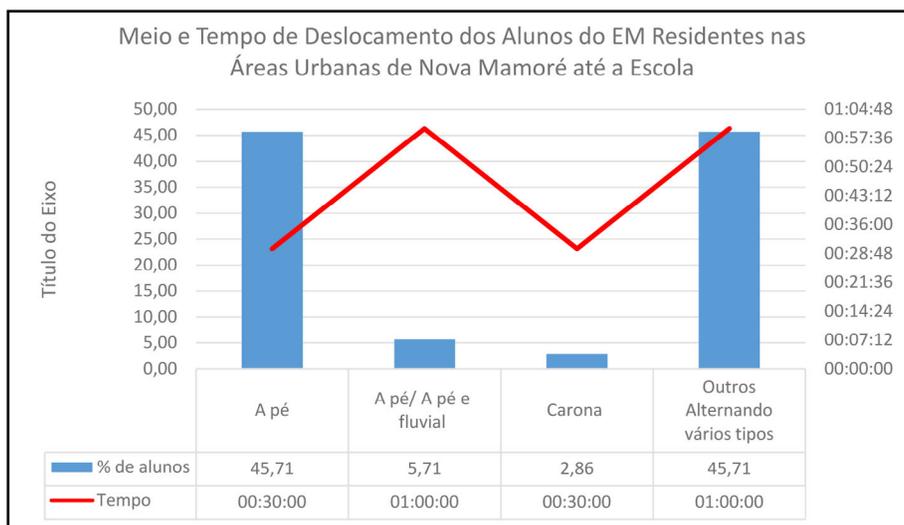
Gráfico 16 - Meio e Tempo de Deslocamento dos Alunos do EF
Residentes nas Áreas Urbanas de Nova Mamoré até a Escola



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO (IFRO, 2016).

O uso de veículos próprios foi mais indicado no EF (Gráfico 14) enquanto no EM foi mais indicado o uso de tipos variados 45% (Gráfico 17), incluindo a carona 2,86%. No EM o aluno vai só para a escola, o que lhe dá liberdade de utilizar recursos variados que possam ajudar; enquanto que no EF, a maioria dos deslocamentos é realizada com membros da família, o que dificulta a carona ou outra utilização.

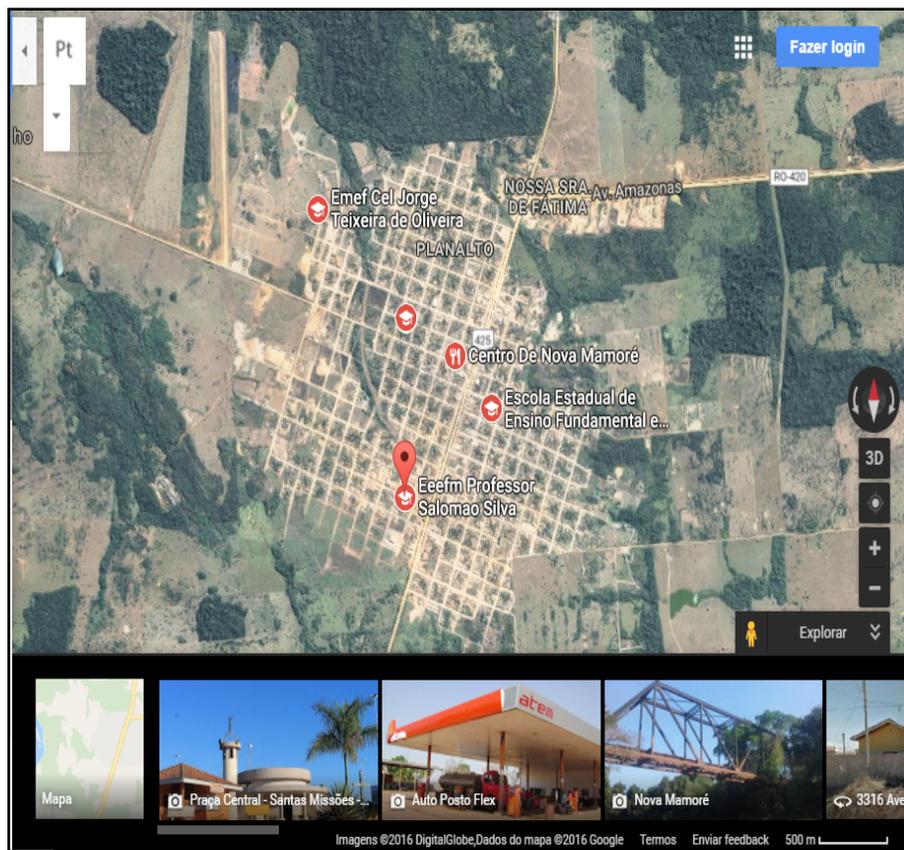
Gráfico 17 - Meio e Tempo de Deslocamento dos Alunos do EM Residentes nas Áreas Urbanas de Nova Mamoré até a Escola



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO (IFRO, 2016).

Como a cidade tem área urbana reduzida, o deslocamento a pé atende as necessidades. A cidade possui quatro escolas dispersas na área, permitindo a acessibilidade dos alunos da área urbana (Figura 02). O relevo da cidade é relativamente irregular, com ladeiras e ruas encascalhadas, o que pode estar inibindo o uso da bicicleta.

Figura 2 – Distribuição Espacial das Escolas do Município de NM

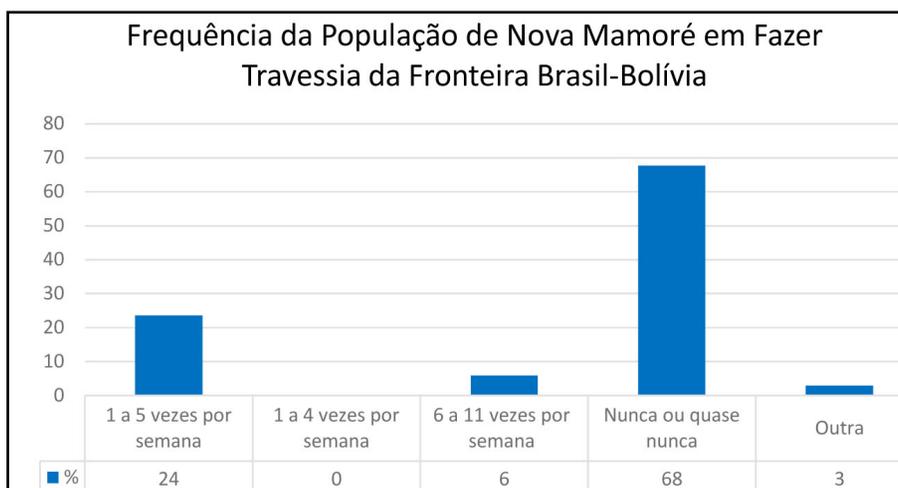


Fonte: Google Maps, 2016.

2.2 Características dos deslocamentos população de Nova Mamoré

Considerando os deslocamentos da população em geral de Nova Mamoré para fazer a travessia para a Bolívia, percebe-se (gráfico 18) que a maioria da população (68%) não a realiza de nunca a quase nunca, denotando uma baixa ligação com aquela área.

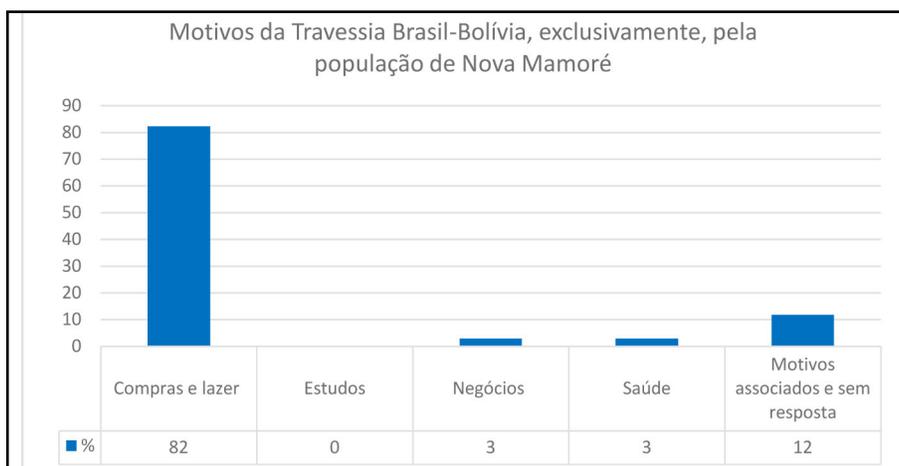
Gráfico 18 - Frequência da População de Nova Mamoré em fazer Travessia da Fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Entre a população que realiza a travessia para a área boliviana (33%), o motivo exclusivo mais citado é para compras e lazer (82%), conforme indica o gráfico 19. Saúde foi citada por 3% da população, e estudo, nenhuma vez.

Gráfico 19 - Motivos da Travessia Brasil-Bolívia, exclusivamente, pela população de Nova Mamoré

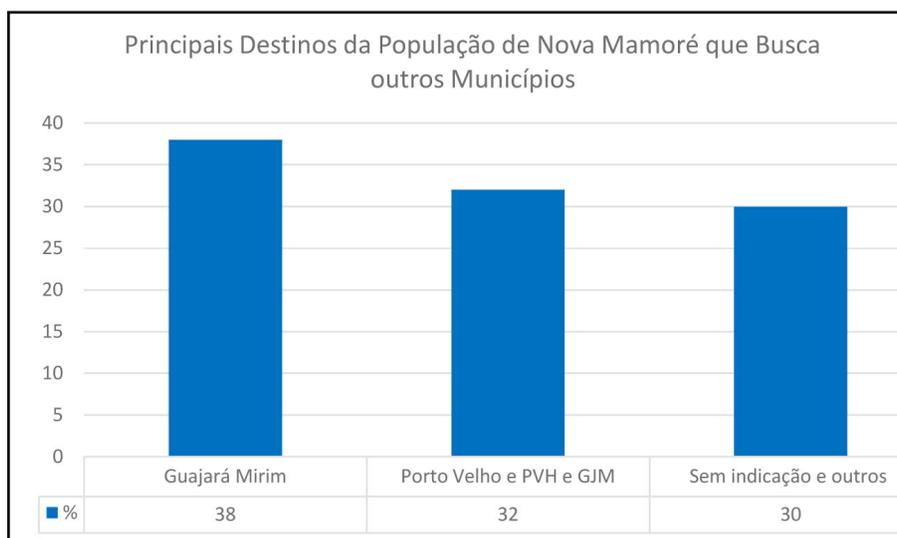


Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Ao serem questionados se buscam outros municípios, 74% afirmaram que sim. Isso se justifica pelo fato de a cidade não possuir certos serviços essenciais. Entretanto, podemos aqui destacar hospitais e instituições públicas de ensino superior, a não ser polos de educação a distância, o que ainda está em fase de assimilação pela população rondoniense e que carece de infraestrutura de acesso à internet para tal. Segundo dados do Censo 2010, em NM havia 529 dos 6.552 total de domicílios com acesso a internet, ou seja, menos de 10% dos domicílios.

Dentre os principais destinos em Rondônia (Gráfico 20), a cidade de Guajará foi a mais citada (38%), seguida de municípios e localidades associadas; Porto Velho e Guajará-Mirim (de forma associada) foram indicadas por 32%.

Gráfico 20 - Principais destinos da população de Nova Mamoré que busca outros municípios

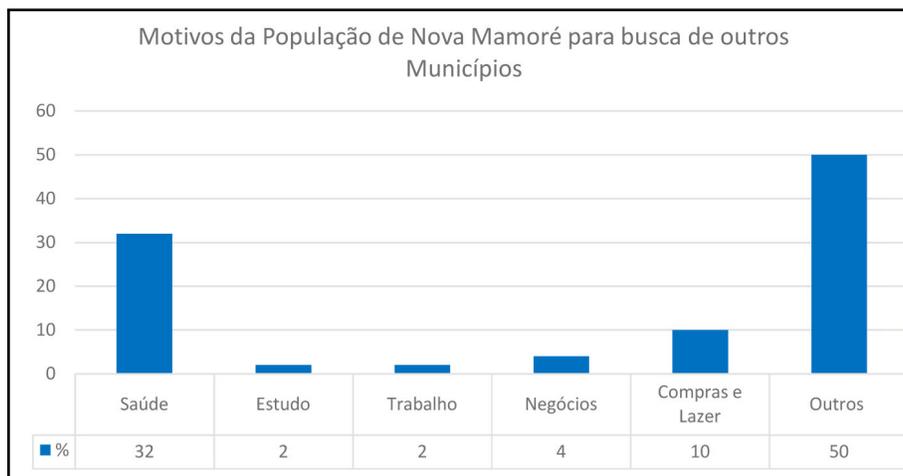


Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Quanto aos motivos de busca de outros municípios (Gráfico 21), a indicação de forma exclusiva da saúde foi a maior (32%), seguido de compras e lazer (10%), negócios (4%), trabalho (2%) e estudo (2%).

Outros motivos que em geral são os mesmos indicados, mas de forma associada ficaram com 50%, apenas reforçando as necessidades mencionadas.

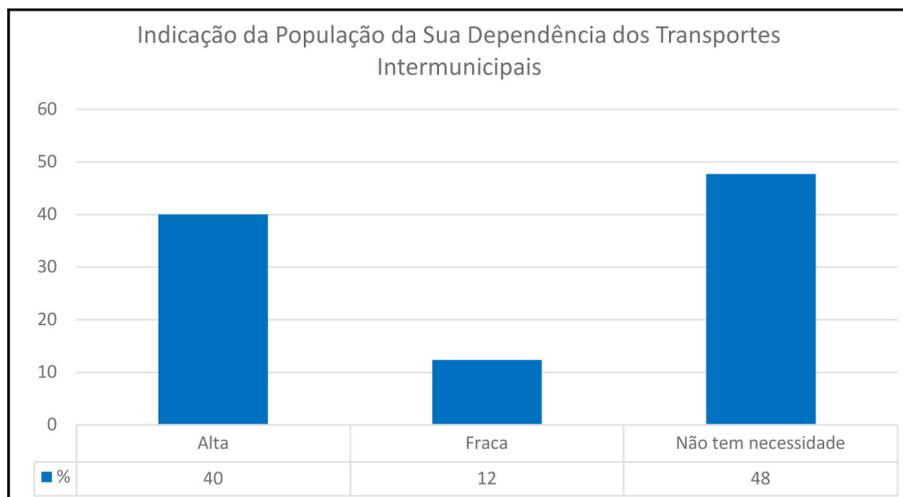
Gráfico 21 - Motivos da população de Nova Mamoré para busca de outros municípios



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Embora 74% da população tenha indicado que busca outros municípios para certas necessidades, 48% desta considerou sua dependência do transporte intermunicipal como inexistente (Gráfico 22), e 40% a considerou como alta.

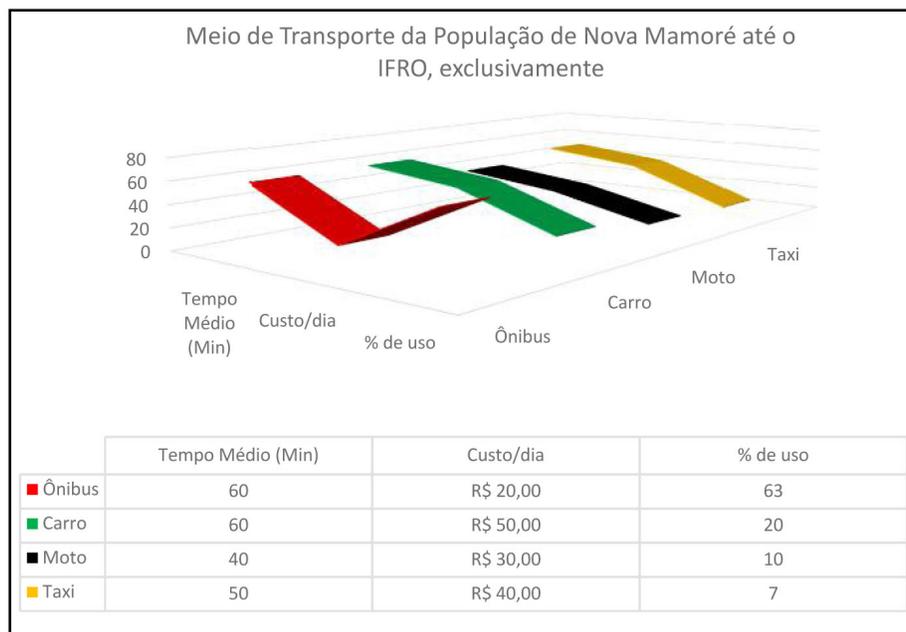
Gráfico 22 - Indicação da População da Sua Dependência dos Transportes Intermunicipais



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Quanto às possibilidades, custos e tempo de deslocamento até o *Campus* do IFRO em Guajará-Mirim, a população indicou que gastaria um tempo médio de uma hora em cada trajeto, sendo o ônibus o de menos custo e com tempo semelhante aos outros tipos de transporte (Gráfico23).

Gráfico 23 - Meio de Transporte da População de Nova Mamoré até o IFRO, exclusivamente



Fonte: dados de campo do Observatório do IFRO, 2016.

Dessa forma, em Nova Mamoré, para que a população tenha acesso ao *Campus* Guajará-mirim será necessária a participação da iniciativa privada ou de acordos de cooperação com o poder público para viabilizar o acesso, além do uso das políticas de assistência estudantil com base nestes custos.

Conclusão

Com base nas análises dos indicadores, podemos representar as principais conclusões a partir do Quadro 2:

Quadro 2 – Principais Considerações Sobre a Mobilidade Intra e Intermunicipal em GJM e NM

Forças/potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/ fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar/ações a implementar
<ul style="list-style-type: none"> • Em Guajará-Mirim o deslocamento realizado a pé ou de bicicleta denota que a localização do <i>campus</i> é acessível, não havendo impedimento para funcionamento dos cursos em três turnos. • Em Nova Mamoré, o transporte mais barato e viável é o ônibus, o que deve ser computado dentro das políticas de permanência com os auxílios de transporte para estes alunos que se enquadrem nos critérios. Também não há restrições de horários que melhor atendam a essa população, considerando o tempo de deslocamento. • Os alunos das áreas rurais também devem ser objeto de políticas diferenciadas quanto aos auxílios para transporte. • Devido a sua localização na BR-425, o <i>campus</i> é de fácil acesso tanto em Guajará-Mirim, como para os moradores de Nova Mamoré. Como o <i>campus</i> da UNIR é próximo ao <i>campus</i> do IFRO, os ônibus públicos e privados de transporte não terão dificuldade para realizar o atendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos das áreas rurais também devem ser objeto de políticas diferenciadas quanto aos auxílios para transporte. • Os custos elevados no deslocamento de NM para GJM podem ser um fator restritivo. • No período de chuvas, os alunos que vêm a pé e de bicicleta poderão ser mais fortemente afetados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Política de atendimento aos alunos das áreas rurais tanto para o auxílio transporte como auxílio moradia, para aqueles que tiverem um tempo de deslocamento superior a uma hora e trinta minutos. • Realizar acordos e convênios com entes públicos e privados para realizar o transporte dos alunos de forma gratuita ou com menos custo. • Atentar para os horários das aulas em articulação com os horários dos ônibus para assegurar que os alunos que utilizam o transporte seletivo, não sejam prejudicados com saídas antecipadas e atrasos. • No período de chuvas, o <i>campus</i> pode promover acordos com empresas ou promover campanhas da “carona amiga” para viabilizar o acesso dos alunos ao <i>campus</i>.

- Não há perceptivas de grande dinamização populacional e econômica no curto e médio prazo. Assim, os deslocamentos não tendem a sofrer grandes modificações.
- Podem ser oferecidos cursos em todos os turnos regulares.

Referências

Google Maps. Site de busca de localização. **Identificar a localização buscada.** Disponível em <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em 26 de dezembro de 2016.

IFRO/OBSERVATÓRIO DO IFRO. **Estudo de Viabilidade de Implantação do Campus Guajará-Mirim:** Pesquisa de Campo, 2016a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO). Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). Cadernos de campo: Projeto de Pesquisa Diagnóstico Regional Guajará-Mirim. Vol. 1. Porto Velho: Observatório do IFRO/PRODIN, 2016b.

BATISTA, Josélia Fontenele. **A EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA EM RONDÔNIA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E A PAISAGEM (1970-2012).** UFPR, 2014. Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR.

IBGE. <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 26/12/2016.

SUFRAMA. Área de Livre Comércio. Disponível em <http://www.suframa.gov.br/suframa_descentralizadas_alcs_guajaramirim.cfm>. Acesso em 27/12/2016.

IBGE. **Biblioteca do IBGE.** Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/rondonia/novamamore.pdf>> Acessado em 27/12/2016.

DIMENSÃO ECONÔMICA

**Situação: Moradia, localização
e imobiliária interveniente**



Moradia, localização e imobiliária interveniente

Jardel de Souza Pereira³⁶

Resumo

Essa análise foi produzida no âmbito do Projeto Diagnóstico Regional de Guajará-Mirim, que tem como intuito fomentar a tomada de decisões institucionais sobre o itinerário formativo e a inserção regional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – Campus Guajará-Mirim em sua área de abrangência. Das dimensões estudadas, a econômica abrange, em um dos seus aspectos, a situação moradia, localização e imobiliária interveniente. Contudo, este estudo tem como objetivo o que influencia a moradia e a localização geográfica bem como as atividades econômicas voltadas a imobiliária interveniente.

Palavras-chave: Moradia. Localização. Imobiliária Interveniente. Guajará-Mirim. Nova Mamoré. IFRO.

1 Introdução

Com uma extensão territorial em uma área de 24.856 km², dos quais 96.856 km² constituem-se em áreas protegidas, destinadas às Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas, Parques Estaduais e Parques Nacionais, o município de Guajará-Mirim apresenta particularidades que são exclusivas em sua região no estado de

³⁶ Especialista em Gestão Pública pela Centro Universitário São Lucas. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia.

Rondônia. Limita-se ao norte com os municípios de Nova Mamoré e Campo Novo de Rondônia; ao sul com o município de Costa Marques e a República da Bolívia; e a leste com os municípios de São Miguel do Guaporé e Governador Jorge Teixeira. Possui dois distritos: a Vila do Iata e Surpresa.

Os municípios de Guajará-Mirim/RO/BR e Guayaramerín/Beni/RO compõe um conjunto de 32 cidades-gêmeas existentes em todo o território brasileiro. A Bolívia é o país que possui maior extensão de fronteira com o Brasil, nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Com relação à territorialização dos migrantes internacionais, ao considerar os locais de residência dos migrantes a partir dos censos nacionais de população constata-se o papel importante das fronteiras.

Nos últimos anos, observou-se o aumento de estudos sobre a migração boliviana no Brasil. Entretanto, pouco se tem estudado sobre os migrantes brasileiros na Bolívia. Em Guayaramerín, por exemplo, estima-se que em 2002 havia 182 brasileiros residentes, mas no espaço fronteiriço das cidades-gêmeas Guajará-Guayara a visibilidade migratória fica a cargo dos bolivianos residentes no “lado” brasileiro.

Assim, depreende-se que uma das características da população boliviana que circula em Guajará-Mirim é não possuir como indicador a representatividade demográfica, mas a posição que o município brasileiro ocupa como centro regional, isto é, com melhores oportunidades para acesso a serviços e à inserção socioeconômica.

A formação da população de Guajará-Mirim, com aproximadamente 1.500 na década de 1930, era composta por elementos das mais diversas nacionalidades: gregos, turcos, barbadianos, portugueses, ingleses, americanos, franceses. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001), caracterizando-se por uma população diversificada culturalmente desde suas origens. Na mesma época, Guayaramerín na Bolívia possuía uma população estimada em 400 pessoas.

Antes da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, Guajará-Mirim se chamava Porto Espiridião e já se constituía como importante entreposto comercial, onde os seringalistas se instalaram para dar seguimento aos negócios da borracha. A origem do município é considerada por estudiosos a partir de 1912, ano da conclusão da Madeira-Mamoré. Somente foi elevada a condição de município e, em 1943, a município do Território Federal do Guaporé.

De acordo com Teixeira e Fonseca (2001) até os anos finais do século XIX, Guajará-Mirim constituía-se apenas de alguns seringais, sem nenhuma povoação que chamasse a atenção. Com a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré teve início a formação de um núcleo urbano a partir do ponto final da estrada de ferro. A região tinha seus seringais explorados pela *Guaporé Rubber Company*, então gerenciada pelo Coronel Paulo Saldanha.

O Município de Nova Mamoré está localizado na porção noroeste/norte do estado de Rondônia. Faz divisa com a República Federativa da Bolívia e o Rio Madeira, pela porção Oeste; com os Municípios de Porto Velho, Buritis de Campo Novo, na porção leste; na porção sul, com o Município de Guajará-Mirim e, na porção norte, com o município de Porto Velho. Sua área geográfica é de 10.072 km², o que o coloca como o 4º município do Estado em extensão territorial.

Em seu território encontram-se localizadas três reservas indígenas: Terras Indígenas Igarapé Ribeirão, Reserva dos Karipunas e Terras Indígenas Laje, bem como uma Unidade de Preservação Permanente, o Parque Estadual Guajará-Mirim que, apesar do nome, encontra-se com 95% de sua área em território de Nova Mamoré. Em seu território também se encontram parte do Parque Extrativista Jaci-Paraná, do Parque Extrativista Preto, Parque Nacional Pacaás Novos e Terras indígenas Uru-eu-wau-wau. **Suas vias de acesso:** através de estrada: BR 425 e BR 421 (linha D). A BR 425 dá acesso à Porto Velho – 280 km de distância de Nova Mamoré e, a Guajará-Mirim, distante 48 km de Nova Mamoré. A BR 421 dá acesso aos Distritos de Palmeiras e Nova

Dimensão, estendendo-se até o Parque estadual Guajará-Mirim, na divisa com os Municípios de Campo Novo Buritis.

De acordo com o último Censo Demográfico nacional, a população residente em Nova Mamoré é de 22.546, destes 22.397 se declaram brasileiros natos, 36 brasileiros naturalizados e 113 estrangeiros (IBGE, 2010).

A seguir serão apresentados os indicadores populacionais e análise dos municípios Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

2 Localização

2.1 Guajará-Mirim

O município fronteiro de Guajará-Mirim, localizado na Região Amazônica, é um município que no passado vivenciou um período de prosperidade proporcionada por suas riquezas naturais e pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Tal prosperidade rendeu ao município o título de “A Pérola do Mamoré”.

A mencionada urbe é um caso muito específico no que toca à questão urbana na Amazônia. Diferente da maioria das cidades amazônicas localizadas beira-rio, atualmente a principal ligação deste município com o mundo exterior não é o rio, mas sim a BR-425, uma estrada isolada e em questionável estado de conservação. Com o encerramento das atividades da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1972) e o fechamento do aeroporto local, esta estrada constitui a única via de transporte de passageiros e produção desta cidade.

O mencionado município possui uma área de 24.856 Km²; atualmente 96,45% de seu território é constituído por áreas protegidas, destinadas às Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas, Parques Estaduais e Parques Nacionais. Devemos aqui ressaltar que este fato implica diretamente na participação local frente à produção de gêneros agropecuários do estado de Rondônia.

O município limita-se ao norte com os municípios de Nova Mamoré e Campo Novo de Rondônia; ao sul com o município de Costa Marques e a República da Bolívia; e a leste com os municípios de São Miguel do Guaporé e Governador Jorge Teixeira. Guajará-Mirim possui também dois distritos: a Vila do Iata e Surpresa.

2.2 Nova Mamoré

Com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, no início do Século XX, surgiram várias povoações ao longo do percurso da ferrovia entre Porto Velho e Guajará-Mirim. Dentre elas existia a Vila Murtinho, que se localizava em frente à foz do Rio Beni no Rio Mamoré, que a partir dali se juntam para formar o Rio Madeira.

No início da década de 1960 foi construída a BR-29 (hoje BR-364), que ligaria Brasília ao Acre, última obra de grande vulto do governo do Presidente Juscelino Kubitschek. A partir da BR-29 (hoje BR-364) surgiu a BR-425, que liga a Vila de Abunã a cidade de Guajará-Mirim. A abertura do trecho de estrada que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim e a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM, em 1966, provocaram a decadência de Vila Murtinho, que vivia em torno do movimento da ferrovia.

Com a abertura do ramal ligando o povoado com a BR-425, os moradores migraram para a margem da rodovia e fundaram uma nova povoação, que chamaram de Vila Nova, em alusão a Vila Murtinho, que passava a ser a “Vila Velha”.

O projeto de emancipação tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Vila Nova, porém, ao ser encaminhado ao IBGE, foi devolvido porque já existiam unidades político-administrativas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná com o nome escolhido. O deputado Rigomero Agra, autor do projeto, escolheu o nome de Vila Nova do Mamoré em homenagem ao impor-

tante rio que banha o município, separa o Brasil da Bolívia e se junta ao Rio Beni para formar o Rio Madeira.

Mamoré significa “mãe dos homens”, ou é uma alteração de “mamuri”, nome de um peixe comum na região, também conhecido como matrinchã. Com o nome de Vila Nova do Mamoré, o município foi criado em 6 de julho de 1988, através da Lei nº 207, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com área desmembrada do município de Guajará-Mirim e foi revogada a Lei nº 202, em 15 de junho de 1988.

Por iniciativa da Câmara Municipal, o nome do município foi mudado para Nova Mamoré, através da Lei Municipal nº 081, de 13 de setembro de 1991, assinada pelo prefeito José Brasileiro Uchôa. A mudança do nome não teve validade porque uma lei municipal não pode modificar uma lei estadual.

O nome de Vila Nova Mamoré foi mudado para Nova Mamoré no dia 17 de dezembro de 1993, através da Lei nº 531, assinada pelo deputado Silvernani César dos Santos, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

3 Moradia

A situação das moradias em Rondônia tem origem na ocupação desordenada do Estado nas décadas de 1970 e 1980. Muitos antes disso, no final do século XIX e início do século XX, ocorreu um fluxo migratório desordenado em busca de esperança, condições de empregabilidade e de acesso às riquezas da região responsáveis pela presença de pessoas oriundas de outros países e das regiões brasileiras (nordeste, sul e sudeste).

Os ciclos do ouro e da borracha foram os grandes responsáveis pela movimentação de pessoas em Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de

1903, o Brasil se comprometia a construir uma estrada de ferro, ligando os portos de Santo Antônio do Rio Madeira, em Porto Velho, ao de Guajará-Mirim, no Rio Mamoré, destinada ao escoamento dos produtos bolivianos.

A extração do látex, no ciclo da borracha, foi sem dúvida, o ponto decisivo na vida do município. A construção do transporte ferroviário – Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – veio acelerar o povoamento, contribuindo no incremento da agricultura, além do extrativismo vegetal proporcionado pela vasta e rica vegetação natural existente. Isso contribuiu, para construção de moradias com arquitetura colonial e com aspecto de residências comuns baseadas no modelo português e espanhol.

Ao longo da ferrovia surgiram diversos povoados. Dois cresceram transformando-se nos primeiros municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim. A ferrovia foi responsável pela ocupação do eixo dos rios Mamoré e Madeira. No entanto, a abertura das Linhas Telegráficas serviu para a expansão da ocupação no eixo do rio Guaporé. As terras da bacia do Guaporé pertenciam ao Mato Grosso, as quais foram desmembradas e incorporadas ao Território Federal do Guaporé, atual estado de Rondônia.

No entanto, no âmbito da discussão sobre a ocupação e domínio da Amazônia, o órgão de excelência para executar o planejamento estatal foi o Incra. A principal função do Incra era distribuir a terra, e, ainda, o desenvolvimento do campo através do cooperativismo, arrendatários, parceiros e uso de terras públicas. Este órgão era encarregado de fazer levantamentos periódicos, inquéritos, pesquisas de documentação e o fornecimento de dados indispensáveis à caracterização das propriedades.

Para estimular a migração o governo produziu símbolos e realizou a propaganda que projetava simbolicamente a região como o “Eldorado”, lugar onde o migrante encontraria fartura. A propaganda mostrava a Amazônia com suas riquezas naturais que ainda não haviam sido

exploradas, reafirmando o Eldorado com seu ‘grande vazio demográfico’. Além da propaganda utilizou instrumentos jurídicos para respaldar a ação do Estado na região, como por exemplo, o Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, que definiu:

Art. 5º Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e promover o aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou de parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos.

O PIC Sidney Girão foi criado pela portaria do Incra nº 692, de 13 de agosto de 1971. Inicialmente foram assentadas 638 famílias em lotes de 100 ha. Foi registrado em nome da União no primeiro cartório de registro de imóveis de Guajará-Mirim, em 30 de dezembro de 1977. Através da portaria nº 319, de 18 de março de 1988, foram emancipados 60.000 ha do assentamento. As terras foram adquiridas pelo Incra por arrecadação. Foi realizado o parcelamento final averbando 9.749,5627 ha, aumentando a capacidade do assentamento para 686 famílias, numa área total de 69749,5627 ha; atualmente o assentamento já está consolidado (INCRA15, 2013).

A sede do Incra que administrava o PIC Sidney Girão localizava-se na Vila Nova. As terras do assentamento ficavam às margens da BR-425 e se estendiam entre os rios Lages e Ribeirão. 16 A maioria das parcelas estava distante da sede do município e da sede do Incra, Guajará-Mirim e Vila Nova, dificultando, em parte, o deslocamento e execução das atividades técnicas. Além da distância, não existiam estradas para escoar a produção, causando enormes prejuízos aos colonos.

O PIC Sidney Girão teve papel importante para a ampliação territorial do município de Nova Mamoré, pois pela Lei Municipal n.º 54, de 09 de julho de 1990, foi criado o distrito do PIC Sidney Girão e as terras do assentamento foram anexadas ao município. Em 2007, houve uma nova divisão territorial do município de Nova Mamoré que pas-

sou a contar com quatro distritos: Araras, Palmeiras, Nova Dimensão e Jacinópolis, incluindo em seu território Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas.

O PIC Sidney Girão foi o único projeto de colonização criado no período do Governo Militar na Mesorregião Madeira-Guaporé, especificamente, localizado na microrregião de Guajará-Mirim. O intenso processo de colonização pelo qual passou o estado de Rondônia, em especial a Mesorregião Madeira-Guaporé que contava com uma cobertura original de Floresta Ombrófila Densa e Aberta.

No início dos anos de 1990, Guajará-Mirim foi beneficiada legalmente por estar entre os municípios da Amazônia Legal que foram inseridos no rol das cidades que proporcionam os incentivos fiscais as empresas visando o fomento de emprego e o desenvolvimento local. As empresas são cadastradas adotando critério legais no regime tributário diferenciado, por estarem inseridas nas chamadas zonas de livre comércio.

A cidade de Nova Mamoré, distante 310 quilômetros de Porto Velho, capital de Rondônia, está se transformando em uma verdadeira fronteira agrícola. Foi o que constatou a equipe de reportagem do Diário Rural, em recente visita ao município e empresários, comerciantes e pecuárias.

Se recuperando de uma das maiores enchentes, quando a cidade ficou isolada por mais de 40 dias do resto do Brasil, o município conseguiu superar com muita determinação, em curto espaço de tempo, a retomada do crescimento e hoje o comércio está sendo puxado pela força da agricultura.

A cidade sempre foi um dos maiores municípios produtores de leite do Estado, mas a pecuária começa a ceder espaço para a produção de grãos. Muitos empresários estão investindo na produção de arroz na região e o agronegócio começa a ganhar destaque na zona rural. Decorrente disso, muitos agricultores estão montando seu próprio negó-

cio na região e saindo do anonimato. É visível para quem transita pela BR-425 testemunhar um fluxo grande de pessoas em Nova Mamoré. O movimento é bem maior que Guajará-Mirim, município localizado na fronteira com a Bolívia e onde comércio sempre foi o carro-chefe da economia através da Área de Livre Comércio de Guajará.

Nova Mamoré, assim como outros municípios, foi afetada drasticamente com a queda na transferência de recursos através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A salvação da lavoura no município foi o crescimento do agronegócio. Os programas de assistência técnica rural também contribuíram para deixar o município rico.

Pode se constatar em Nova Mamoré que o reflexo da crise econômica passou bem longe da cidade. Diferente de Porto Velho, onde o preço dos imóveis apresentou uma queda drástica nos últimos cinco meses, no município o valor de venda das propriedades rurais teve um crescimento de 6%.

Com o desenvolvimento local permeia o incentivo e fomento de áreas voltadas para habitação e avanço de moradias. No entanto, o município de Guajará-Mirim tem um problema a ser resolvido na questão de legalização das terras urbanas e rurais.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Guajará-Mirim tem seu território na amostra de 2010, um total de 10.633 domicílios particulares permanentes. Destes, 9.455 estão localizados em áreas urbanas e 1.208 em áreas rurais.

Ainda com informações oficiais, o IBGE (IBGE, 2010) publicou os seguintes dados, que estão registrados cerca de 6.352 domicílios, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais. Isso representa 60% dos domicílios registrados em relação ao município de Guajará-Mirim/RO.

3 Imobiliária interveniente

O setor de construção civil é responsável pela criação de aproximadamente 22,4 mil vagas em todo o país, segundo a pesquisa mensal do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), realizada em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse setor proporciona uma renda urbana significativa, visualizada na abertura de novos empreendimentos habitacionais e comerciais, como edifícios habitacionais, casas, centros comerciais, atacadistas, varejistas, bancos, salas comerciais, farmácias, padarias, supermercados, materiais de construção, enfim a existência de diversos setores localizados nos municípios, bairros e regiões metropolitanas.

O crescimento acelerado dos mercados de bens e serviços, constituídos dos mercados industriais, varejistas, financeiro, entre outros, impulsiona o crescimento das cidades, apresentando uma relação direta com a economia do país, tornando-se responsável por gerar emprego e renda. Esse fato pôde ser visto nas últimas décadas com a estabilidade macroeconômica que ajudou a manter os padrões de consumo. Essa estabilidade possibilitou que muitas pessoas passassem a diversificar seu capital de investimentos e isso é um dos motivos da expansão dos mercados.

O aquecimento desse setor decorre do fato de que, no Brasil, ainda há um déficit habitacional, estimado em 7,9 milhões de moradias, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que é vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Esse déficit representa o número de moradias que precisariam ser construídas para contemplar a parcela da população abrigada de maneira improvisada em favelas ou em habitações irregulares, o que corresponde a 14,9% dos domicílios existentes no país.

No município de Nova Mamoré uma das grandes dificuldades em potencializar o mercado imobiliário está associada ao aspecto da legalização das áreas urbanas. Parte das propriedades rurais encontra-se

em uma situação em melhor uso e registro das terras. O problema da regularização fundiária é crônico em todo estado de Rondônia.

O município de Guajará-Mirim tem avançado na questão dos registros definitivos das áreas urbanas e rurais. Apesar de estudos apontarem que mais de 90% da cobertura vegetal do município está em reserva florestal ou ecológica.

Em 2004, o governo federal em articulação com o poder executivo municipal de Guajará-Mirim iniciou o Programa Terra Legal. Tal projeto era conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário que viabilizará títulos de imóveis rurais cujas posses anteriores a dezembro de 2004.

Foram beneficiadas as famílias nos quatro distritos não desmembrados, tais como: Araras, com cerca de cinco mil famílias; Palmeiras, na linha 20, com duas mil famílias; Nova Dimensão (na linha 28), que é o maior assentamento, com mais cinco mil famílias, e; Jacinópolis, com cerca duas mil famílias no aguardo da titularização. Já em Nova Mamoré, o evento foi extensivo aos números de famílias não contempladas por projeto de regularização fundiária.

Ainda em complementação às ações de legalização da terra em 2016, foram ampliadas com o Programa de Regularização Fundiária Urbana “Papel Passado”, uma iniciativa do governo federal em parceria com o governo de Rondônia, que tem como proposta regularizar mais de oito mil títulos para a população carente dos municípios de Castanheiras, Corumbiara, Guajará-Mirim, Machadinho do Oeste, Nova Mamoré e São Miguel do Guaporé.

Ainda que existam diversos programas locais e nacionais de incentivo à regularização fundiária, diversas propriedades ainda se encontram em situação irregular tanto nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

O poder público não tem ações corretivas e paliativas visando regularizar as propriedades urbanas e rurais. Com isso, o poder executivo municipal deixa de arrecadar e aumentar suas receitas tributárias, pois partes destas ações dependem, diretamente, de promover o registro público das propriedades urbanas e distritais.

O que tem contribuído para permanência local dos moradores das regiões de Guajará-Mirim e Nova Mamoré são as instalações das instituições de ensino públicas e privadas. Como existe diversificação e uma democratização do ensino básico ao superior, possivelmente isso tem contribuindo não só para formação de profissionais, mas para os próprios moradores que desejam contribuir com o desenvolvimento socioeconômico dos seus respectivos municípios.

5 Considerações finais

Com base nas informações coletas em pesquisas secundárias, com alternativas textuais e tratativas voltadas ao tema em questão, foi possível diagnosticar preliminarmente que os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré são considerados cidades de formação histórica que tiveram uma projeção territorial devido aos mais diversos eventos de expansão territorial no estado de Rondônia.

Com isso, sua população é formada com base na migração territorial e de forma desordenada, sem incentivos legais, o que gerou o desenvolvimento local de forma diversificada. A exemplo de Guajará-Mirim, no aspecto da localização, que se desenvolveu por se tratar de uma região tipicamente de fronteira. Além disso, o Governo Federal propiciou sua inserção no rol das cidades declaradas de livre comércio, permitindo o fomento e instalação de empresas voltadas aos diversos ramos do comércio regional.

Considerando ainda os aspectos das moradias em que seus registros são incipientes e que não traduzem a realidade local, um percentual das moradias se deve aos servidores civis e militares que fazem parte

da segurança de fronteira e que atuam nos diversos órgãos públicos. E que 60% das propriedades privadas não possuem registro definitivo dos seus imóveis. Um grave problema até mesmo aos proprietários que encontram dificuldades em obter créditos financeiros nas instituições de fomento e de crédito devido às irregularidades encontradas.

Outro fator que prejudica algumas propriedades rurais é a situação de reserva florestal. Mais 90% da região rural de Guajará-Mirim é monitorada legalmente para que não haja um desmatamento predatório por parte dos proprietários e posseiros locais.

O município de Nova Mamoré destaca-se por sua predominância da atividade rural, embora exista um crescimento populacional urbano que incentiva a adesão de novos empreendimentos locais. Nova Mamoré tem problemas semelhantes em relação a regularização fundiária. No entanto, nos últimos anos tem obtido melhoras significativas, mesmo sem haver registros oficiais das propriedades urbanas e a legalização de seus domicílios.

O cenário dos municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim ganha importância local quando da instalação das unidades de instituições de ensino públicas e privadas. Isso permite que parte dos moradores e do público-alvo com este perfil estudantil deixe de migrar para outras cidades com polos universitários.

Além disso, essas instituições de ensino podem contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região.

Quadro 01 - Indicadores - Forças, Fraquezas e Oportunidades

Forças/potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar/ações a implementar
Parcerias com o Poder Público e Privado na dinâmica da regularização fundiária dos municípios.	Pouca atratividade local de cultura, esporte e lazer.	Fomentar pesquisas em áreas voltadas a fixação e fluxo de pessoas.
Reestruturação da cidade voltada para atendimento ao turismo local com oferta de cursos em determinadas áreas.		Propor ações ou eventos que estimulem o potencial da região com a contribuição da comunidade e de empregados do ramo e de outros setores econômicos
Promoção de cursos e participação em feiras de empreendimentos imobiliários.		Formação de gestores relacionados à regularização fundiária.
		Criar programas de ações estudantis de modo a atender aos alunos (médio/superior) de outras localidades.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário (PTDRSS). **Terrtorios de Rondônia 2013:** território Madeira Mamoré. Disponível em: http://rioterterra.org.br/wp-content/uploads/ptdrs/PT-DRS_Territorio_Madeira_Mamore.pdf Acesso em 02 de março de 2017.

PREFEITURA DE NOVA MAMORÉ. **Histórico.** Disponível em: <http://www.novamamore.ro.gov.br/municipio/historico> . Acesso em 20 de março de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rondônia-Guajará-Mirim. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/80UN>. Acesso em 03 de abril de 2017.

PORTAL GUAJARÁ NOTÍCIAS. Rondônia-Guajará-Mirim. Disponível em: <http://www.portalguajara.com>. Acesso em 03 de abril de 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: MI, 2005.

_____. _____. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional**: documento de referência. Brasília: MI, 2012.

IBGE. **Biblioteca do IBGE**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/rondonia/novamamore.pdf>> Acessado em 04 de abril de 2017

DIMENSÃO GEOPOLÍTICA-INSTITUCIONAL

Situação: Ordenamento territorial



Ordenamento territorial: Abordagens para o planejamento institucional do IFRO – *Campus Guajará-Mirim*

Gilberto Paulino da Silva³⁷

Resumo:

A abordagem do Ordenamento Territorial com a perspectiva de subsidiar o Planejamento da implantação e oferta de cursos no Campus Guajará-Mirim (Instituto Federal de Rondônia – IFRO) vale-se da incontínente necessidade de maximizar as potencialidades regionais através das oportunidades que a presença de uma instituição do porte do Instituto na região pode representar. Entender que o planejamento da unidade será mais profícuo se considerar as organizações manifestas no território de sua influência é passo importante para o sucesso institucional e, conseqüentemente, da comunidade atendida. O presente relatório foi concebido a partir do levantamento de dados secundários em bases oficiais a partir da análise dos mesmos, foi possível montar uma visão geral sobre os usos do solo em cada município da região de influência, bem como dos programas nos quais se insere aquelas localidades.

Palavras-chaves: Ordenamento Territorial. Planejamento. Desenvolvimento local.

³⁷ Técnico em Assuntos Educacionais, pesquisador institucional do IFRO (2013), licenciado em História pela Universidade Federal de Rondônia e mestrando em Geografia pela UNIR (2017).

1 Introdução

O presente estudo versa sobre a região do estado de Rondônia, composta pelos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Os municípios foco deste estudo são áreas diretas de impacto da implantação de uma unidade acadêmica do Instituto Federal de Rondônia, cuja atuação deverá influenciar no Ordenamento Territorial local. No que tange a este trabalho, é necessário esclarecer que o mesmo se constitui como parte de um estudo institucional cujos objetivos estão voltados para a apresentação do conjunto de situações verificadas, através da pesquisa de dados primários, efetuada “in loco” nos municípios, a fim de se produzir um relatório capaz de nortear as decisões da gestão referentes à oferta de cursos que possam potencializar o desenvolvimento local e regional.

Neste contexto, o tema da situação do Ordenamento Territorial da região estudada conecta a compreensão sobre o que foi apurado nas demais situações estudadas porque ele possibilita compreender os elementos dorsais que concorrem para que tenhamos determinadas formas de organização do território, determinadas políticas de incentivos ao desenvolvimento econômico e social, determinadas orientações e legislações concernentes ao uso dos solos rurais e urbanos, a disponibilidade de usos dos recursos naturais e da preservação das florestas, bem como, compreender como a população local e os agentes públicos e privados projetam o futuro dos municípios.

Na abordagem deste trabalho, em decorrência dos objetivos propostos no sentido de alcançar potenciais beneficiários com a implantação do *Campus* Guajará-Mirim, bem como levantar os potenciais eixos de oferta de cursos naquela unidade sem prejuízo para a qualidade da análise, desprezaremos as subdivisões territoriais definidas pelo IBGE de modo a estabelecer o marco de atuação institucional do IFRO na diversidade observada, no território e áreas de influência, compreendendo os dois municípios brasileiros como áreas de influência do *campus* e, portanto, sujeitos a produzir e a sofrer influências na conformação das

propostas e nos resultados dos serviços de educação profissional, científica e tecnológica a serem ofertados.

Ambos os municípios brasileiros foco de influência direta do *Campus* Guajará-Mirim localizam-se na área fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e o Estado Plurinacional da Bolívia, (fig.1).

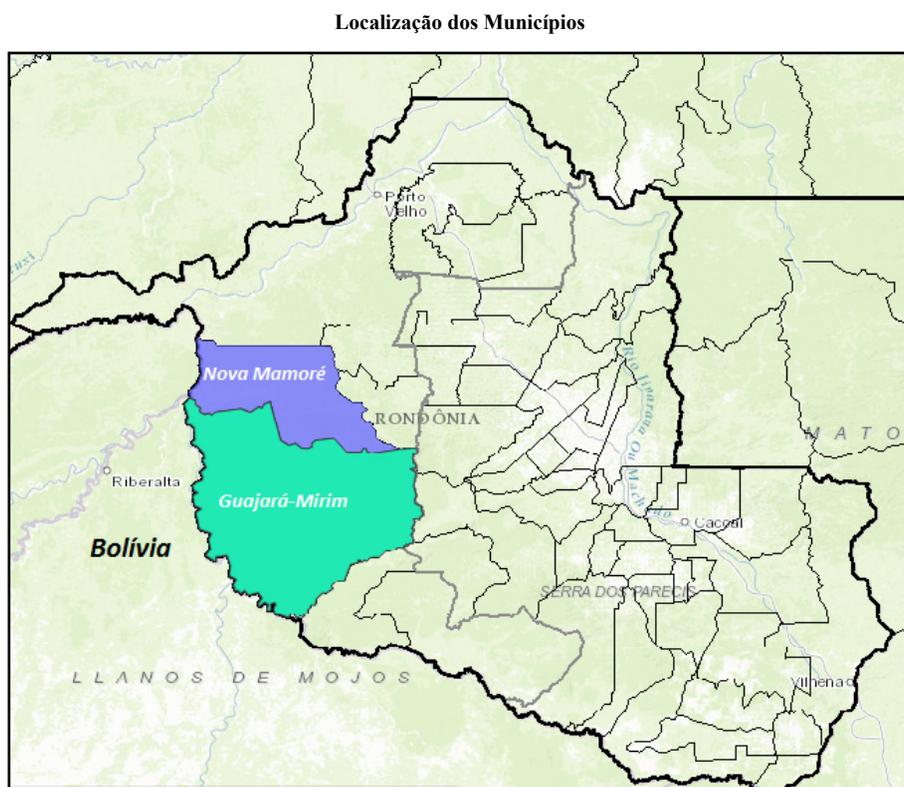


Figura 1. Fonte: <http://odr.mi.gov.br>

Os municípios que compõem a região estudada apresentam características bastante particulares e diversas do que se observam nos demais municípios que compõem o estado de Rondônia. Para além das relações fronteiriças com a Bolívia, que resulta tanto na inclusão dos

municípios na faixa de fronteira, essa relação binacional proporciona a Guajará-Mirim e Guayaramerim a condição de cidades-gêmeas.

A iniciativa de se instalar uma unidade do Instituto Federal de Rondônia naquela região vem ao encontro do que preconiza a Lei de Criação dos Institutos Federais, 11.892 de 29 de dezembro de 2008, na qual se define como missão institucional dos Institutos a interiorização da oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade e, consequentemente, a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local e regional através da oferta de cursos que estejam imbricados com os arranjos produtivos locais e com o modo de vida que se estabelece na área de influência da unidade.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008).

Assim, para que se efetive como resultados o que se expressa nas finalidades da criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – RFEPCT, é fundamental que ocorra a melhor coesão possível entre os atores sociais do território, isto é, aqueles que efetivamente empreendem esforços no sentido de organizar, fomentar e executar os diversos interesses que convergem para o desenvolvimento local da região. O Instituto federal, as associações comerciais, Organi-

zações não Governamentais (ONGs), sindicatos de trabalhadores e patronais, poder público municipal e estadual, universidade, entre outros, são os atores do Ordenamento Territorial da região onde está instalada a unidade do Instituto Federal de Rondônia.

2 Metodo de desenvolvimento da pesquisa

Este estudo foi desenvolvido com base na análise documental que sedimenta a organização territorial da região, bem como na análise de dados coletados em pesquisa de campo realizada junto à população e a agentes locais, públicos e privados, que de alguma forma representam os diversos interesses políticos, econômicos, sociais e ecológicos, indutores do desenvolvimento que permeiam os territórios guajaramirense e nova-mamoreense.

Uma primeira abordagem que se deve fazer no campo do Ordenamento Territorial é a abordagem trazida pelo Dicionário da Língua Portuguesa on-line (2005), onde o ordenamento é:

O ato de ordenar; ordenação de um território: estudo profundo e detalhado de um território (país, região, etc.) para **conhecer** todas as suas **características** e que constituirá a base para a **elaboração de um plano** cuja finalidade é a **utilização racional desse território**, ou seja, **o aproveitamento das potencialidades**, a maximização da produção a par com a **proteção do ambiente**, visando o **desenvolvimento socioeconômico** e a melhoria da qualidade de vida.

Esta é, portanto, uma definição que se molda com bastante aderência ao objetivo do estudo que desenvolvemos porque trata da interligação entre elementos que estão presentes no espaço territorial em que se desenvolve o presente estudo.

Para melhor organizar a compreensão e para melhorar a contribuição do estudo para a inserção institucional do IFRO na região, vamos tratar de demonstrar como se dá, atualmente, a relação entre os interesses diversos que compõem a região e apresentar a atual fase do

Ordenamento Territorial da mesma através dos programas e projetos governamentais e das percepções das organizações da sociedade civil sobre os usos do solo, da floresta e dos recursos naturais para a promoção do desenvolvimento e do futuro da região.

Por ordenamento territorial podemos compreender, conforme o que define a Carta Europeia do Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1988, p.9 e 10), “a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade. *É, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto. O ordenamento do território deve ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais que influenciam a organização do espaço*, deve, por isto, procurar conciliar estes fatores da forma mais harmoniosa possível.

Para o interesse deste trabalho, vamos adotar o caráter prospectivo do ordenamento do território, ou seja, compreender a ordem vigente do território e prospectar um futuro a partir das percepções e anseios individuais e de grupos, públicos e privados que se apresentam no território. Veja-se em primeiro lugar a definição de caráter prospectivo do ordenamento territorial proposta por Lacaze (1998, p.127):

relação sobre o futuro, baseada na análise rigorosa das tendências de evolução resultantes do passado (retrospectiva) e do presente, bem como a pesquisa dos fatos portadores do futuro. A prospectiva distingue-se da futurologia mais inventiva neste sentido, visto ser antes de mais uma técnica de ajuda à decisão.

É, portanto, o sentido de prospecção do futuro planejado que consiste a presença do Instituto Federal na região, não apenas no sentido de ser mais um ator social no processo de ordenamento, mas sim, um ator que contribuirá sobremaneira na caracterização socioeconômica e ambiental da região onde está inserido.

As Áreas de Preservação e as Terras Indígenas no Contexto do Planejamento institucional: distribuição do solo dos municípios da região, por tipo de usos

No que tange à organização da distribuição das terras pertencentes aos municípios componentes da região estudada, observa-se uma marcante diferença entre a configuração dos usos da terra no município de Guajará-Mirim e no Município de Nova Mamoré. Em linhas gerais, embora ambos os municípios dispunham de amplas porções das terras sob suas dominialidades comprometidas em áreas de preservação (uso sustentável ou *áreas de preservação permanente*), a configuração do uso do solo em cada um deles é bem diferente.

No mapa abaixo (figura 2) observa-se os limites dessas áreas, que, somadas aos limites das áreas de reserva indígena, (limite amarelo = áreas de proteção integral; limite rosa áreas de uso sustentável e limite vermelho, as terras indígenas), configuram, de maneira geral, o modo como os municípios da região ordenam seu espaço socioeconômico e ecológico.

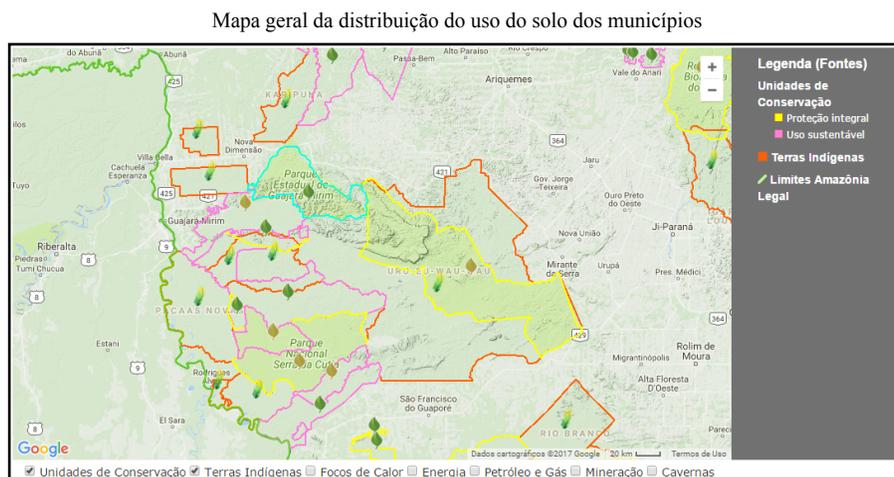


Figura 2. Fonte: <http://odr.mi.gov.br/>

O quadro 1, informa os percentuais das áreas dos municípios de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré que estão sob algum tipo de proteção/preservação ambiental.

Quadro da distribuição do uso do solo dos municípios da região

Município	Outras Áreas protegidas	Áreas Indígenas	Total
Guajará-Mirim	41,57%	50,49	92,6
Nova Mamoré	53,55%	19,93%	73,48

Quadro 1: Quadro da distribuição do uso do solo dos municípios da região. Fonte: IBGE/2010

Para efeito de compreensão dos dados acima apresentados, utilizaremos o conceito de “áreas protegidas” para designar o conjunto de áreas sob algum tipo de proteção efetivada pelo estado, que estejam presentes nos municípios estudados, a exemplo das Reservas Biológicas (REBIO), Reservas Extrativistas (RESEX) e os Parques.

Áreas Protegidas, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos.

Assim sendo, considerando que os municípios da região estudada apresentam como áreas de maior extensão territorial as reservas extrativistas, as reservas biológicas e os parques, valemo-nos destes conceitos para estabelecer posteriores análises sobre a relação destas áreas com o processo de desenvolvimento local vislumbrado para a região.

Resex

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Rebio

Reserva Biológica: tem como objetivo a proteção integral da biota e demais tributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Parque

Parque Nacional, Estadual e Natural Municipal: tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Principais Unidades de Conservação da Região estudada por categoria e categoria de manejo.

Unidade de Conservação: PARQUE NACIONAL DE PACAÁS NOVOS		
Esfera Administrativa		Federal
Categoria de Manejo		Parque
Bioma declarado		Amazônia
Categoria		Proteção Integral
Informações Complementares		
Municípios Abrangidos		Alvorada D'Oeste (RO), Campo Novo de Rondônia (RO), Governador Jorge Teixeira (RO), Guajará-Mirim (RO), Mirante da Serra (RO), Nova Mamoré (RO).
Plano de Manejo		Sim
Uso dos Recursos		
Ordem Utilização	Tipo de Recurso	Observação
1	Atividade indireta (visitação, turismo)	
Unidade de Conservação: PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CUTIA		
Esfera Administrativa		Federal
Categoria de Manejo		Parque
Bioma declarado		Amazônia
Categoria		Proteção Integral
Informações Complementares		O parque integra um mosaico de áreas protegidas formado por várias Unidades de Conservação e Terras Indígenas, constituindo o Corredor Ecológico Guaporé/ItenezMamoré. A área abriga cerca de 290 espécies de aves, 72 espécies de peixes, 140 espécies de anfíbios e répteis e mais de 30 espécies de mamíferos. O entorno do parque é habitado por uma comunidade de assentados (Distrito de Surpresa), extrativistas e indígenas, acrescentando grande riqueza cultural à região. Apesar do difícil acesso, o parque e as outras áreas protegidas do entorno sofrem pressão de caça, garimpo, desmatamento e grilagem de terras.
Municípios Abrangidos		Costa Marques (RO), Guajará-Mirim (RO)
Plano de Manejo		Sim
Uso dos Recursos		
Ordem Utilização	Tipo de Recurso	Observação
1	Recursos Hídricos	As atividades da Unidade são desenvolvidas quase que totalmente por via fluvial.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Unidade de Conservação: RESERVA EXTRATIVISTA BARREIRO DAS ANTAS		
Esfera Administrativa		Federal
Categoria de Manejo		Reserva Extrativista
Bioma declarado		Amazônia
Categoria		Uso sustentável
Informações Complementares		A unidade está localizada no mosaico da Serra da Cutia, da qual fazem parte o Parque Nacional Serra da Cutia, a Reserva Extrativista Estadual do Pacaás Novos, as Reservas Extrativistas Federal e Estadual do Rio Cautário e as Terras Indígenas Pacaás Novos, Negro Ocaia e UruEuWauWau. Além das áreas protegidas relacionadas acima há outras que compõem o Corredor Ecológico. Guaporé-Itenez/Mamoré (Brasil/Bolívia).
Municípios Abrangidos		Guajará-Mirim (RO)
Plano de Manejo		Sim
Uso dos Recursos		
Ordem Utilização	Tipo de Recurso	Observação
1	Produtos não madeiros	Entre estes destacam-se a castanha e o látex da seringueira, comercializados pela comunidade.
2	Pesca	A pesca realizada é apenas para subsistência. Não há comercialização de pescado.
3	Produtos madeiros	Há uso desses produtos para a construção das casas dos comunitários, embarcações e equipamentos como remos, para uso da própria comunidade.
4	Fauna	A caça realizada é apenas para a subsistência e complementarmente à pesca e à criação de pequenos animais.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Unidade de Conservação: RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAUTÁRIO		
Esfera Administrativa		Federal
Categoria de Manejo		Reserva Extrativista
Bioma declarado		Amazônia
Categoria		Uso Sustentável
Informações Complementares		A RESEX Federal Rio Cautário está inserida em uma região de fundamental importância para conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do bioma amazônico, assim como para manutenção de populações tradicionais e comunidades indígenas. Trata-se de uma área estratégica também do ponto de vista do desenvolvimento econômico do estado de Rondônia, uma vez que a região possui grandes áreas utilizadas para pecuária e expansão da fronteira agrícola.
Municípios Abrangidos		Guajará-Mirim (RO)
Plano de Manejo		Não
Uso dos Recursos		
Ordem Utilização	Tipo de Recurso	Observação
1	Produtos não madeireiros	Extrativismo da Castanha, borracha e copaíba.
2	Pesca	Atividade de subsistência.
3	Fauna	

Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>

Unidade de Conservação: RESERVA EXTRATIVISTA RIO OURO PRETO		
Esfera Administrativa	Federal	
Categoria de Manejo	Reserva Extrativista	
Bioma declarado	Amazônia	
Categoria	Uso Sustentável	
	Proteção. RESEX-ROP, possui imensa biodiversidade e também compreende grande manancial de águas, formadas por importantes nascentes, rios e igarapés. Isso se deve ao seu relevo diferenciado, repleto de serras e paisagens heterogêneas, que também guardam uma das maiores diversidades de Avifauna do Estado.	
Municípios Abrangidos	GuajaráMirim (RO), Nova Mamoré (RO)	
Plano de Manejo	Sim	
Uso dos Recursos		
Ordem Utilização	Tipo de Recurso	Observação
4	Produtos não madeireiros	

Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>

De acordo com o texto da Constituição Federal brasileira, as terras são bens da União, sendo reconhecida aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Desse modo, a existência de percentual bastante significativo de terras indígenas demarcadas nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, é, de um lado, elemento peculiar no contexto do ordenamento territorial, visto que requer atenção específica dos organismos envolvidos nos processos de desenvolvimento no contexto da sustentabilidade socioambiental e, por outro lado, é elemento potencializador da preservação ambiental, da fauna e flora.

Embora não esteja transparente nos discursos das autoridades locais, tampouco nas entrevistas realizadas junto a representantes de setores da economia regional, é evidente, em outros estudos acadêmicos, que as tensões causadas por interesses divergentes são latentes, no

que se refere ao que é praticado e ao que é intenção de se praticar, em termos de uso do solo e dos recursos.

Costa (2015 apud ANDRADE, 2004) destaca que atualmente existem três posições diante do contexto Amazônico, no que se refere à preservação e ao uso do solo e dos recursos: 1) a dos que desejam intensificar o uso e exploração dos recursos naturais da região sem nenhuma preocupação ambiental; 2) os que desejam promover a exploração, obedecendo a critérios conservacionistas; e 3) os que radicalizam as pretensões de preservar a Amazônia como santuário ambiental de forma intocada pelo ser humano.

Na região dos municípios estudados, é possível constatar defensores das três posições e o avanço visível do desmatamento e da exploração dos recursos naturais, pressionando as áreas de conservação e as terras indígenas.

O mapa abaixo (Figura 3), de 2014, apresenta os focos de calor e as manchas do desmatamento verificadas naquele ano.

Mapa do foco de calor na região de Guajará e Nova Mamoré em 2014

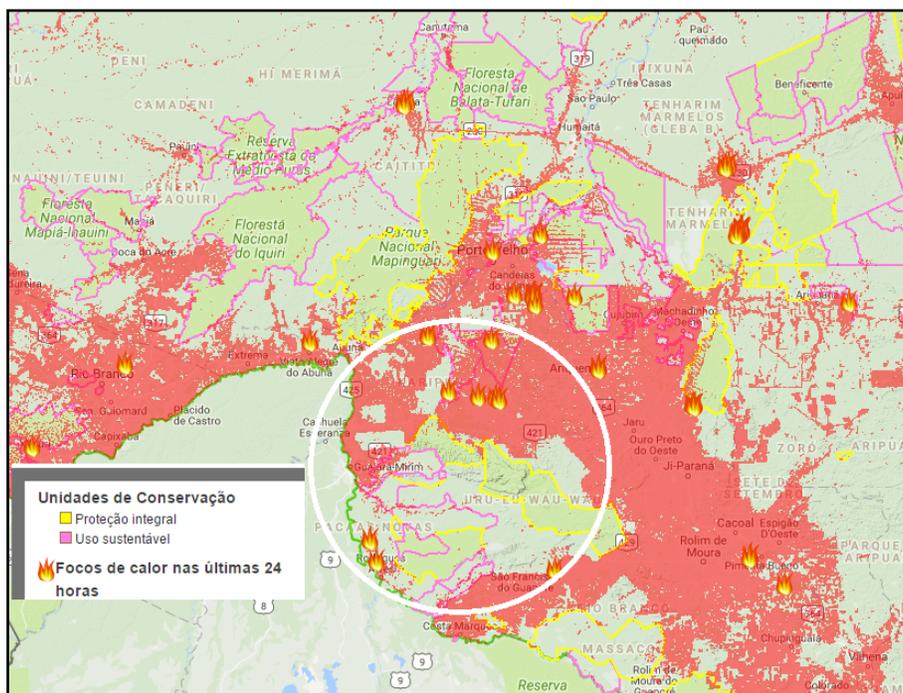


Figura 3 - focos de calor e mancha de desmatamento

Este processo é iniciado, normalmente, com a abertura oficial ou clandestina de estradas que permitem a instalação de ocupações irregulares e, particularmente, a expansão do uso da terra, sobretudo no entorno das unidades de conservação e terras indígenas, potencializando conflitos agrários e conduzindo, a reboque, o processo ordenamento do território agrário da região.

Quadro das Terras Indígenas nos municípios da região estudada

TI's no Município Percentual da área do município ocupada pela TI	% em relação ao município
T I Igarapé Lage	2,30
T I Rio Negro Ocaia	4,17
T I Pacaás Novas	11,43
T I Uru-eu-wau-wau	18,32
T I Sagarana	0,75
T I Rio Guaporé	4,60
% DA ÁREA DO MUNICÍPIO OCUPADA POR TIs	41,57

Dados SEDAM (2002), ISA (2013) e MMA (2013).

Usos do solo rural no Município de Nova Mamoré

No município de Nova Mamoré, diferentemente do que ocorre em Guajará-Mirim, há maior diversificação do uso do solo, extrapolando bastante o limite das atividades extrativistas reguladas pela ocorrência de áreas de preservação. O município de nova Mamoré, muito pelo histórico de sua constituição, possui parte das terras sob seu domínio ocupadas com projetos de colonização e assentamentos rurais voltados para a agricultura e pecuária.

Quadro de projetos de colonização em Nova Mamoré

Projeto	Tipo	Tipo de uso	Área em ha
PIC Sidney Girão	Projeto de Colonização	Não Protegida	69.749,5627
PA Francisco João	Projeto de Colonização	Não Protegida	13.550,6100
PA Floriano Magno	Projeto de Colonização	Não Protegida	49.389,8919
PA Esmosina Pinho	Projeto de Colonização	Não Protegida	34.563,7335
PA Ivo Inácio	Projeto de Colonização	Não Protegida	12.655,3752
PA Marechal Rondon	Projeto de Colonização	Não Protegida	11.474,0000
PA Igarapé Azul	Projeto de Colonização	Não Protegida	10.616,0000
PA Rosalina Lecy	Projeto de Colonização	Não Protegida	3.005,0000
PA Pau Brasil	Projeto de Colonização	Não Protegida	14.825,0000
PA Ribeirão	Projeto de Colonização	Não Protegida	12.900,0000

Fonte: INCRA/2010

Assim, há de se considerar que o município apresenta características e interesses que exigirão do Planejamento institucional do IFRO, *Campus* Guajará-Mirim, ações que possam convergir para o atendimento dessas diversidades de interesses existentes nos Arranjos Produtivos Locais daquele município de modo a contribuir para alavancar o desenvolvimento regional.

Situação das Políticas públicas no contexto do Ordenamento Territorial da região

São apontadas como políticas públicas para a região guajaramireNSE, as seguintes:

1 Projetos de faixa de fronteira – Ministério da Integração Nacional - MIN (Especialmente voltados à segurança da fronteira)

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios reunindo aproximadamente dez milhões de habitantes. Em Rondônia, a faixa de fronteira com a República da Bolívia é de 1.373 km, sendo 263 km pelo Rio Mamoré e 1.210 km pelo rio Guaporé (ATLAS, 2002; CAVALCANTE, 2006). O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDDF é um programa do Governo Federal e tem por objetivo promover o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul (BRASIL, 2004).

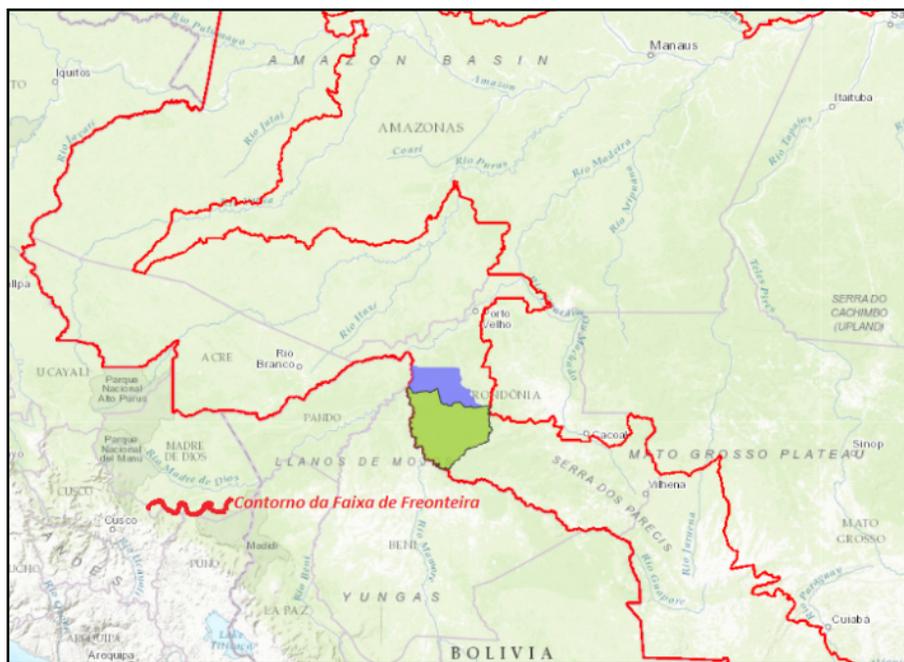


Figura 5- Faixa de fronteira

<http://odr.mi.gov.br/>

2 Zoneamento Socioeconômico-ecológico

O Zoneamento Ecológico e Econômico de Rondônia foi criado através da Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000, e constitui-se no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado. O ZSEE tem por objetivo orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável.

3 Corredor Ecológico

O Corredor Ecológico foi criado em 2001 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Corredor Ecológico Binacional possui uma área de aproximadamente 23 milhões de hectares, compreendendo as bacias dos rios Guaporé/Itenez/Mamoré entre o Brasil e a Bolívia, mais precisamente entre o estado de Rondônia e o Departamento (Estado) del Beni. Tem como objetivo incrementar o ecoturismo na região tendo em vista existir, no lado brasileiro, trinta áreas protegidas: um parque nacional e três estaduais, uma floresta nacional e uma estadual de rendimento sustentável, três reservas biológicas, duas estações ecológicas, uma reserva extrativista federal e cinco estaduais e treze terras indígenas. Na parte boliviana, o corredor conta com oito unidades de conservação nos municípios do nordeste dos departamentos de Santa Cruz e Beni, e do leste de Pando (CAVALCANTE, 2006).

4 Área de Livre Comércio (SUFRAMA) e Área de Livre Comercio de Guajará-Mirim

A ALCGM foi criada pela Lei n° 8.210, de 19 de julho de 1991, cujo objetivo é estabelecer uma área de livre comércio de importação e exportação, sob regimento fiscal especial com a finalidade de promover o desenvolvimento da região fronteira de Guajará-Mirim visando incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a Política de integração latino-americana. Está lei foi regulamentada pelo Decreto n° 843, de 23 junhos 1993.

5 Cidade Verde

O município de Guajará-Mirim recebeu o Título de “Cidade Verde” reconhecido pelo Governo Federal obtido em maio de 2009, na cidade do Rio de Janeiro, o qual foi outorgado pelo Instituto Ambiental Biosfera, em razão de seu mosaico de áreas protegidas, que fazem des-

te município um dos maiores Brasil e, quiçá do mundo, em termos de áreas preservadas (92,06% de sua extensão territorial).

6. Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo

O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR foi uma iniciativa do Governo Federal em promover o ecoturismo na Amazônia brasileira como alternativa para o desenvolvimento sustentável da região. A proposta do PROECOTUR foi de integrar os polos de ecoturismo por meio de roteiros com atrativos complementares, dotando-os de toda a infraestrutura e serviços públicos para o atendimento aos visitantes. O município de Guajará-Mirim foi reconhecido pelo Governo Federal, Estadual e Municipal como um dos polos de ecoturismo do estado de Rondônia. De acordo com a EMBRATUR o segmento do turismo mais promissor para Rondônia é o do ecoturismo. Os polos de ecoturismo estão localizados ao longo da área de abrangência dos Rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Machado.

Além destes programas que de algum modo fomentam o desenvolvimento local, a região é alvo de processos de planejamento em nível estadual, como se observa nas ações do Planejamento Estratégico Estadual de Rondônia 2016 – 2020, no qual há uma série de ações previstas voltadas para os municípios, respeitando as especificidades regionais.

Interessante salientar que a despeito dessa gama de possibilidades decorrentes do tipo de ordenamento do território e da localização geográfica dos municípios da região, não se vislumbra tradução dessas oportunidades em políticas públicas efetivas para o desenvolvimento da região. Ficou patente, nas entrevistas realizadas com todos os segmentos da sociedade, os gestores públicos e os representantes de setores diversos, que há carência na qualificação dos serviços públicos ofertados, o que, de certa forma, conduz a dificuldade de acessar recursos para o desenvolvimento de projetos de interesse social. Assim, a presença de

uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, com foco para a profissionalização da população, configura-se numa oportunidade para aquisição de conhecimentos nessas áreas.

Perspectivas do IFRO no processo de inserção regional, do ponto de vista do Ordenamento Territorial

Das Informaoes aqui apresentadas, depreende-se que, se de um lado a região padece de certa estagnação econômica, do outro, apresenta um grande potencial de desenvolvimento combinado com a sustentabilidade ambiental, o respeito às diversidades socioculturais presentes na região e a necessária integração com a sociedade boliviana.

A possibilidade de superação das dificuldades apresentadas pelas comunidades dos dois municípios, presentes nas pesquisas de dados primários, não poderá ser alcançada a partir de fatores exógenos. As possíveis soluoes deverão ser gestadas e conduzidas a partir de dentro da região e, neste sentido, o *Campus* Guajará necessita estabelecer-se na região como um componente dela própria e desenvolver a capacidade de planejar o desenvolvimento regional, dentro de suas limitaoes e possibilidades, a partir dessa diversidade de componentes e interesses, como um mediador-condutor de um processo que é complexo e desafiador.

Por fim, destaque-se que a imersão de uma unidade do Instituto Federal numa das regioes mais interioranas do estado precisa considerar que o mundo do trabalho moderno não mais se prende  formação que esteja única e exclusivamente pautada pelos APL's, visando à empregabilidade. O mundo moderno contempla outras formas de trabalho que vão além da empregabilidade, englobando, assim, uma produtividade autnoma do egresso e potencializando deste modo, a presença da instituição na região.

Como apontamentos a serem considerados no processo de planejamento da unidade, destacamos:

- necessidade da retomada das tratativas de identificar os itinerários Formativos do *campus* a partir da identidade de Fronteira ou Binacional daquela unidade;
- planejar ofertas que sejam para além da região de influência direta do público brasileiro;
- considerar as diversidades como fator de importância na conformação dos cursos e dos itinerários formativos dos mesmos;
- considerar os projetos de pesquisa e extensão como indispensáveis para o atendimento de comunidades extrativistas e indígenas alocadas em áreas distantes e de difícil acesso;
- consolidar-se como uma instituição que trabalha para construir um ordenamento territorial que seja planejado para o futuro, conscientes de que para isso, é necessário uma educação capaz de preparar cidadãos sustentáveis.

Referências:

ALVES, Larissa da Silva Ferreira. **Culturas de ordenamento territorial: conceituações e perspectivas histórico analíticas.**

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Brasília: MI, 2005.

COSTA, Gean et al. (2015). Ocupações ilegais em unidades de conservação na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Bom Futuro no estado de Rondônia/Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 8 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 33-49, dx.doi.org/10.17127/got/2015.8.003.

GASPER, Jorge. **Conceito de Ordenamento Territorial**, 1995.

DIMENSÃO GEOPOLÍTICA-INSTITUCIONAL

Situação: Sustentabilidade e meio ambiente



Sustentabilidade e meio ambiente na região de influência da cidade de Guajará-Mirim

Josélia Fontenele Batista³⁸

Maranei Rohes Penha³⁹

Luiz Cleyton Holanda Lobato⁴⁰

Resumo

O presente relatório tem por objetivo apresentar a situação da sustentabilidade e meio ambiente na região de influência da cidade de Guajará-Mirim que abrange a porção sudoeste de Rondônia incluindo os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Esta análise se apoia na base conceitual de Espaço Total proposta por Müller-Plantenberg e Ab'Saber (1998) que é o arranjo e o perfil adquiridos por uma determinada área em função da organização humana que lhe foi imposta ao longo do tempo. A metodologia se processa a partir de dados qualitativos e quantitativos secundários coletados em pesquisas já realizadas e em sites oficiais. Os resultados indicam a necessidade de

³⁸ Professora EBTT do IFRO, licenciada e bacharel em Geografia (UNIR/2000), mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR/2007), doutora em Geografia (UFPR/2014).

³⁹ Professora EBTT do IFRO, licenciada em Geografia (UNIR/1997), mestre em Geografia (UNIR/2008), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências e Matemática, pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT

⁴⁰ Geógrafo, doutor em Geografia, atua na área de Geoprocessamento, Geociência, Gestão do Território. Analista da Base Territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Pesquisador colaborador do Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental e do Laboratório de Gestão e Planejamento Ambiental, ambos da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

atenção a áreas agroecológicas dadas a características da população e da organização espacial nos municípios de influência do Campus Guajará-Mirim.

Palavras-Chave: Meio ambiente. Saúde. Agroecologia.

Introdução

As cidades de Guajará-Mirim - GJM e Nova Mamoré - NM estão classificadas como cidades pequenas (até 100.000 habitantes). As mesmas tiveram sua formação associadas à economia gomífera e, por conseguinte, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1907. Por suas localizações geográficas na área de fronteira e estando mais a oeste no estado de Rondônia, sofreu poucos impulsos na Marcha para o Oeste brasileiro a qual dinamizou a economia rondoniense por meio das atividades agropecuárias na década de 70 e promoveu intensas modificações na paisagem natural do estado com a substituição da floresta por culturas e pasto. Os Projetos de Colonização Agrícola (Década de 70), instalados no município não obtiveram o êxito esperado na época (BATISTA, 2014).

A origem do município de Guajará-Mirim está ligada a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, onde acima da última cachoeira dos Rios Mamoré e Madeira, fora construído um galpão do lado direito do Rio Mamoré, formando-se ali um pequeno povoado que se chamou “Quadro”, o qual pertencia ao estado do Mato Grosso.

O nome do povoado foi modificado para Vila de Esperidião Marques e em 1928 transformado em município sob o nome de Guajará-Mirim, que em Tupi Guarani significa “Cachoeira Pequena” (Cabral, 2003). Guajará-Mirim localiza-se entre as longitudes oeste 65° e 65° 30’ e latitude sul 10° 30’ e 12° 30’, limitando-se com os municípios de Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, Governador Jorge Teixeira, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Costa Marques.

Nova Mamoré situa-se na confluência dos Rios Beni e Mamoré, os quais formam o Rio Madeira. Menciona-se a existência de um povoado a margem direita do rio por volta dos séculos XVII e XVIII, porém o município surgiu a partir da instalação de Vila Murтинho, a qual teve relação direta com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Com a desativação da EFMM em 1972 (primeira etapa de desativação) e a abertura da estrada que liga Porto Velho a Guajará-Mirim, BR-425, a população migrou para a margem da mesma, originando um novo povoado, denominado Vila Nova do Mamoré.

Em 1988, Nova Mamoré foi desmembrado do município de Guajará-Mirim, sob o novo nome. Possui uma extensão territorial de 9.500 Km², localizando-se entre as longitudes oeste de 64° e 65° 20' e a 10° 23' de latitude sul. O município limita-se com Porto Velho, Campo Novo de Rondônia, Buritis e Guajará-Mirim.

Com a interrupção da economia gomífera que impulsionou a região até 1956 a economia local foi abalada. A área de Livre Comércio Guajará-Mirim – ALCGM foi idealizada durante o ano de 1988, como alternativa para impulsionar a economia da região. Esta iniciativa demonstrou-se promissora atraindo a população do estado para compras de gêneros importados que eram atrativos devido as isenções e como alternativa de lazer (SUFRAMA, 2017).

Esta política foi abalada na década de 90 com a alta do real em relação ao dólar e a expansão do comércio eletrônico (década de 90 e 2000) a partir dos gêneros que eram mais procurados naquela área (eletroeletrônicos), levando a nova estagnação econômica da área só rompidada com a expansão das atividades agropecuárias a partir da segunda metade da década de 2000.

A década de 90 também é, em Rondônia, uma década de intensas modificações do cenário ecológico como reflexo das políticas ambientalistas internacionais e nacionais. O Polonoroeste e Planaflores foram a maior expressão destas políticas sob o viés do Desenvolvimento Susten-

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

tável implantadas em Rondônia com efeito na Rio - 92. Desta política temos a origem das diversas unidades de conservação cujas datas de criação retomam este período, conforme pode se observar nos Quadros 01 e 02.

Quadro 01- Áreas Especiais de Guajará-Mirim

Município de GUAJARÁ-MIRIM	Área da UC no Município (km²)	Criação
Terra Indígena (TI) Ig. Lage	570,8492	Decreto 86.347 - 10/09/1981
Resex Rio Ouro Preto	1527,5698	Decreto nº 99.166, de 13/03/1990
R Biológica Rio Ouro Preto	570,1498	Decreto nº 4580, de 28/03/1990
Resex Pacaás-Novas	3506,1912	Decreto nº 6953, de 14/07/1995
Terra Indíg. (TI) Rio Negro Ocaia	1037,2615	Portaria 185 - 24/02/2011
Terra Indígena (TI) Pacaás-Novas	2841,3970	Decreto 256 - 30/10/1991
Reserva Biológica Traçadal	246,8677	Decreto nº 4583, de 28/03/1990
Terra Indíg. (TI) Uru-eu-wau-wau	4552,7532	Decreto 275 - 30/10/1991
Parque Nacional Pacaás Novas	991,6738	Decreto nº 84019, de 21/09/1979
Terra Indígena (TI) Sagarana	187,4970	Decreto s/n - 24/05/1996
Terra Indígena (TI) Rio Guaporé	1143,5998	Decreto s/n - 24/05/1996
Resex Cautário	682,9395	Decreto nº 7028, de 08/08/1995
Parque Estadual Guajará-Mirim	48,1596	Decreto nº 700, de 27/12/1996
Resex do Rio Cautário	738,1749	Decreto nº S/N, de 07/08/2001
Resex Barreiro das Antas	1072,3425	Decreto nº Sem Número de 07/08/2001
Parque Nacional Serra da Cutia	2836,117	Decreto nº Sem Número, de 01/08/2001
Total área unid. de conservação	22553,5435	-
Área do Município	24783,0533	-
% de Unidades de Conservação	91,0039	-

Fonte: Base digital utilizada para a 2ª aproximação do ZSEE/RO, que resultou no mapa do Zoneamento aprovado pela Lei 233 de 06 de junho de 2000 e MMA (2017) e ISA (2017).

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Quadro 02- Áreas Especiais de Nova Mamoré

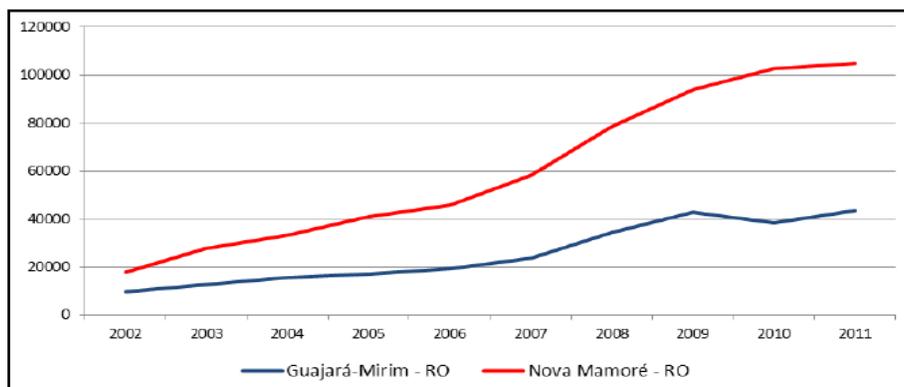
Município de NOVA MAMORÉ	Área da UC no Município (km²)	Criação
Terra Indígena (TI) Ig. Ribeirão	487,6978	Decreto 86.347 - 10/09/1981
Terra Indígena (TI) Karipunas	808,2479	Decreto s/n - 09/09/1998
Resex Jaci-Paraná	236,6717	Decreto nº 7335, de 17/01/1996
Parque Estadual Guajará-Mirim	1950,3879*	Decreto nº 700, de 27/12/1996
Terra Indígena (TI) Igarapé Lage	515,3439	Decreto 86.347 - 10/09/1981
Terra Indíg. (TI) Uru-eu-Wau-Wau	380,8419	Decreto 275 - 30/10/1991
Parque Nacional Pacaás Novos	231,5625	Decreto nº 84019, de 21/09/1979
Resex Rio Ouro Preto	538,9496	Decreto nº 99.166, de 13/03/1990
Total área unid. de conservação	5149,7032	-
Área do Município	10131,6694	-
% de Unidades de Conservação	50,8278	-

*Área reduzida em 2014, não computada para a abertura da estrada parque.

Fonte: Base digital utilizada para a 2ª aproximação do ZSEE/RO, que resultou no mapa do Zoneamento aprovado pela Lei 233 de 06 de junho de 2000 e MMA (2017) e ISA (2017).

O município de Guajará-Mirim e Nova Mamoré têm apresentado acréscimo nos valores do PIB (Gráfico 01) por influência das atividades agropecuárias. Contudo, Guajará apresenta menor crescimento em função da limitação de uso da área para fins agrícola em decorrência de que mais 90% de sua área são destinadas a área de conservação e Nova Mamoré tem cerca de 50% de sua área na mesma condição.

Gráfico 01 – PIB e Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)



Fonte: Batista, 2014.

O fato dos municípios estarem recebendo incrementos populacionais positivos para as áreas rurais e aumento do PIB por influência da agropecuária, neste caso, chega a ser preocupante, uma vez que a maior parte das atividades desenvolvidas utilizam baixa tecnologia (BATISTA, 2014), sendo estas mais degradadoras, frente a tantos impedimentos impostos pelo caráter preservacionista imposto legalmente à área.

A questão que se impõe à sociedade sob a premissa do Desenvolvimento Sustentável - DS é semelhante ao enigma da esfinge onde um conceito que nasce no âmbito político é posto para a comunidade científica e aos gestores em geral. A natureza não deveria ser vista como uma barreira ao desenvolvimento socioeconômico como tem ocorrido com o município de Guajará Mirim. O desafio é como criar mecanismos de desenvolvimento socioeconômico com menos impacto sobre os recursos naturais.

Temos que ver a produção sob a perspectiva da divisão dos tipos de atividades econômicas: primárias, secundárias e terciárias. As atividades primárias como a agricultura e a pecuária em suas formas tradicionais seriam aquelas que alteram drasticamente os recursos naturais e

estariam, nesse caso, excluídas das possibilidades para a área de GJM e NM, mas o extrativismo é uma possibilidade real.

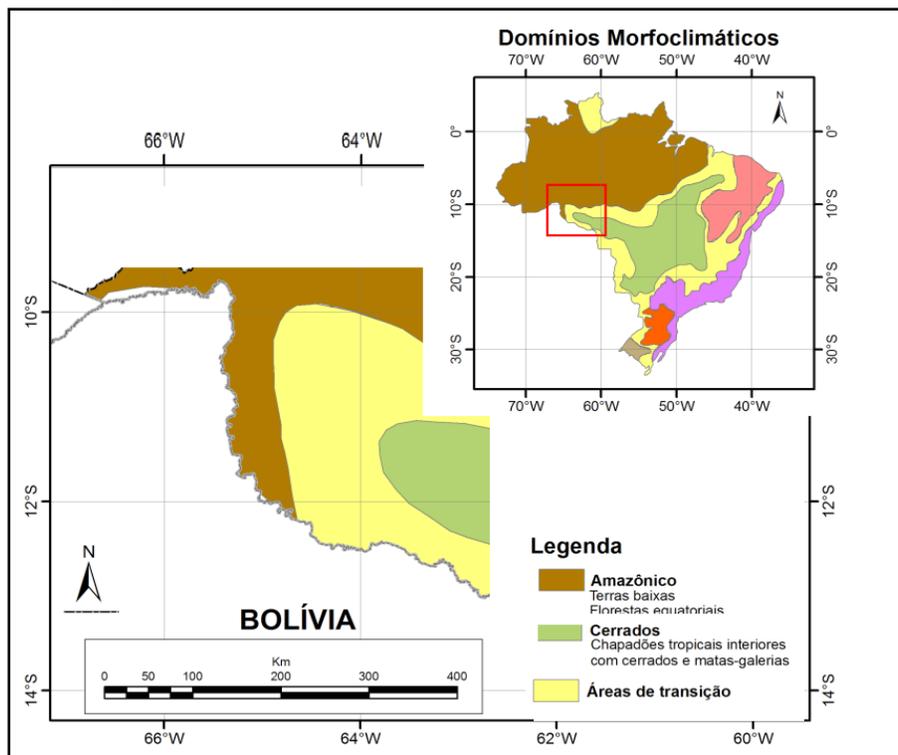
As atividades secundárias relativas à transformação da matéria prima, no caso, a indústria, requer em sua base três situações conjuntas: proximidades dos mercados consumidores ou viabilidade econômica na logística de transporte para estes, acesso às matérias primas a serem transformadas e mão de obra qualificada, esta última de mais fácil solução devido às possibilidades de qualificação local ou dos fatores migratórios que a economia impõe. De fato, o que se observa é que a região de Guajará-Mirim não apresenta as duas primeiras condições (proximidade a mercados consumidores e facilidade de acesso a matérias primas tradicionais), por este motivo as políticas de instalação de empresas teriam mais dificuldades de sucesso.

As atividades terciárias, relativas a serviços como comércio, turismo e lazer também são uma possibilidade real de atrativos paisagísticos para a região. Dessa forma, se desenham em linhas gerais as possibilidades de atuação do IFRO para a região de GJM, ou seja, desenvolvimento na área das atividades **primárias e terciárias**, isto porque ao se pensar em cursos, temos que nos atentar às possibilidades de atuação e desenvolvimento da população local, possibilidades de estágio e atendimento as demandas locais.

2. Caracterização Fisiográfica

Para a caracterização fisiográfica da região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré optou-se pela classificação de Ab'Sáber (2003) que diferencia as regiões ecológicas em Domínios Morfoclimáticos como resultado da interação do relevo, solo, clima e vegetação numa perspectiva geossistêmica. Dessa forma a região possui dois domínios explícitos: o domínio Amazônico e áreas de transição Cerrado-Amazônia conforme se verifica na Figura 01.

Figura 01 – Domínios Morfoclimáticos na Região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré

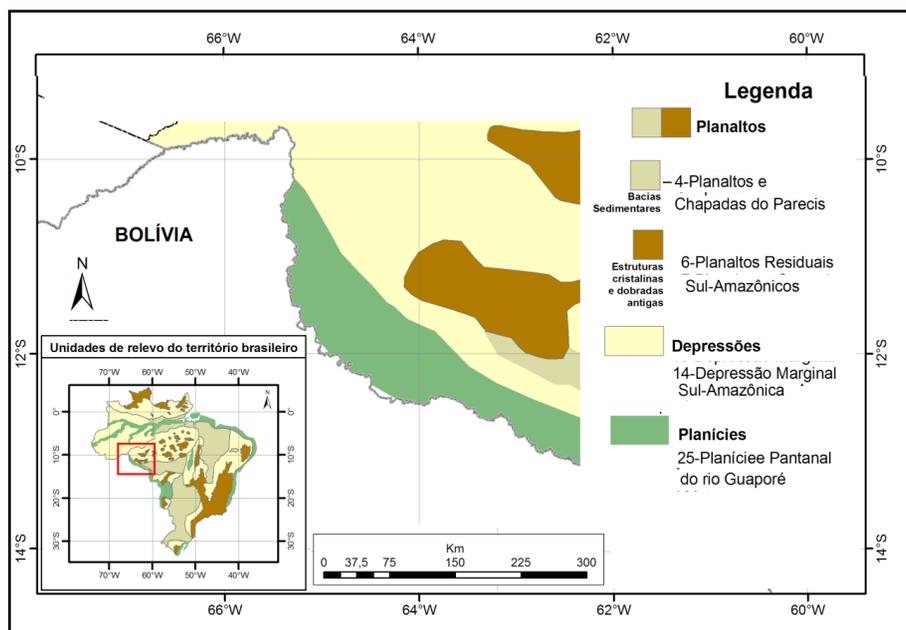


Fonte: Adaptado de Batista, 2014.

O clima na área do município corresponde ao Equatorial (quente e úmido o ano todo) e com dois períodos bem definidos: seco de maio a setembro e úmido de outubro a abril. A vegetação divide-se nos seguintes tipos florestais: Floresta Ombrófila Densa (Da e Ds) na região de planície e Floresta Ombrófila Abertas (As e Ab), Savanas ou Cerrados (SO e Sd) nas áreas mais elevadas.

Entre as principais unidades de relevo no município destacam-se duas unidades principais: a Planície e Pantanal do Guaporé que na porção sudoeste da área (mais próxima da área urbana de Guajará-Mirim) apresenta desníveis dos Planaltos Residuais Sul Amazônicos também citado por Brasil (1978) (Figura 02).

Figura 02 - Unidades de Relevo da região de Guajará-Mirim



Fonte: Adaptado de Batista, 2014.

A unidade de maior altitude é a Serra dos Pacaás Novos como representante dos Planaltos Residuais Sul-Amazônicos onde o desnível entre os dois principais tipos de relevo se evidencia (Foto 01).

Foto 01 – Imagem da planície e pantanal do Guaporé tirada do alto da Serra dos Pacaás Novos em GJM

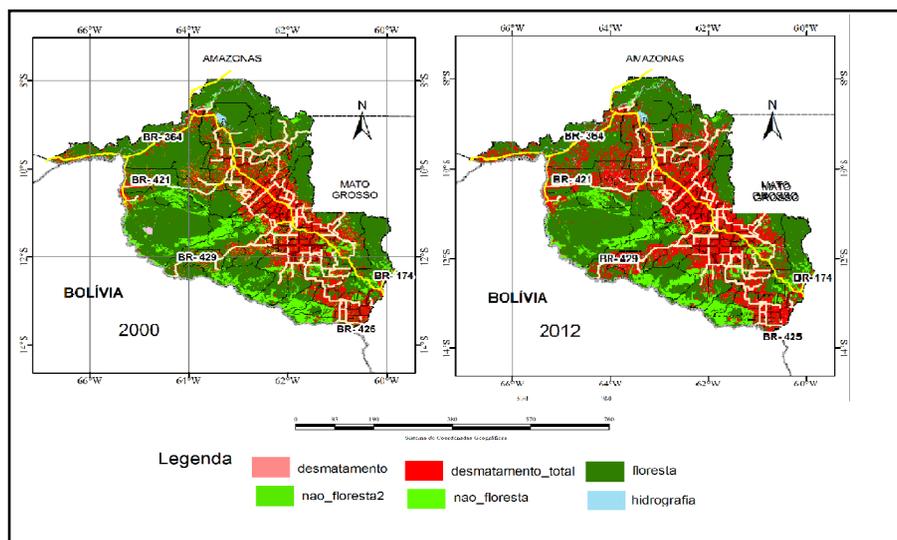


Fotografia: Josélia Fontenele Batista, 2012.

Temos então a serra dos Pacaás Novos que correspondem aos Planaltos Residuais da Amazônia Meridional e as Planícies de terras altas e terras inundáveis do Vale do Mamoré-Guaporé. O ponto mais alto de Rondônia é desta unidade sendo o Pico do Tracoá e localizado no município de Campo Novo de Rondônia. Quanto à hidrografia as bacias mais importantes além do Rio Guaporé, principal rio da região, temos as bacias dos Rios Ouro Preto, Pacaás Novos e Cautário, na margem esquerda do Guaporé (SEDAM, 2002).

O município de GJM apresenta baixo impacto na alteração das áreas naturais devido à quantidade de áreas especiais definidas, fazendo com que o uso do solo seja restrito, o que gerou pouco desmatamento e pouca alteração na cobertura florestal nativa no período de 2000 a 2012 como se verifica na Figura 02. Por outro lado, o município de NM, em especial ao longo da BR-421 mostra intensas modificações.

Figura 02 - Tendências de ocupação e uso do solo em substituição a floresta



Fonte: Batista, 2014.

Crescimento populacional e economia estão diretamente relacionados devido as necessidades de trabalho e renda, pois áreas estagnadas ou deprimidas economicamente tem características repulsivas de população.

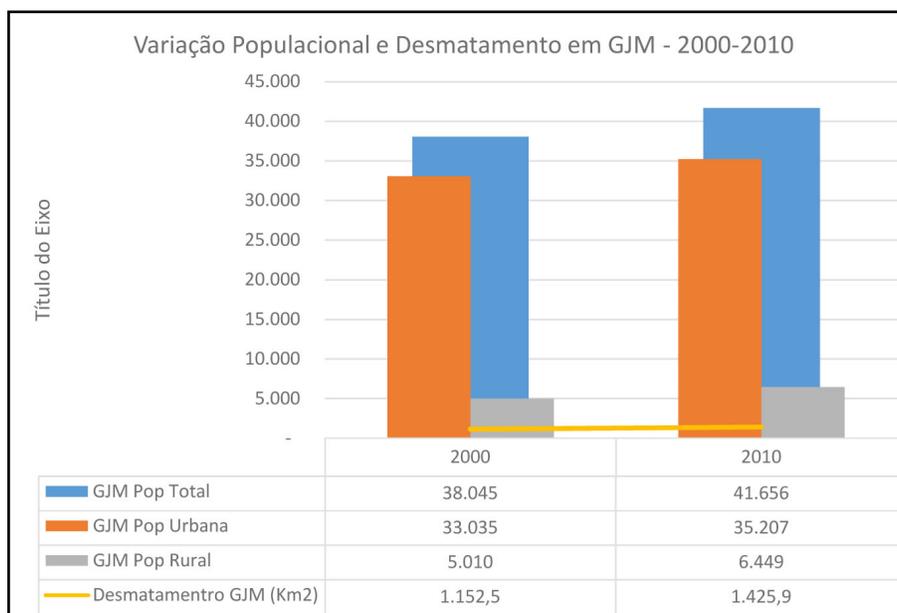
Dessa forma, equacionar o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade ambiental é fator crítico atual para a região, até porque o empobrecimento da população leva a outros tipos de problemas ambientais de ordem da qualidade de vida, inclusão social, entre outros. Por se constituir uma região de fronteira, sabe-se dos problemas relacionados a atividades ilícitas, crimes contra a vida e contra a natureza, sem que estes sejam devidamente coibidos.

3 Meio ambiente e saúde da população

Em Guajará-Mirim, o crescimento populacional entre 2000 e 2010 foi de 8,67%, contudo, foi maior nas áreas rurais (22, 31%) que nas áreas urbanas (6,17), fato que está na contramão da tendência na-

cional que é de urbanização. Isto porque o potencial gerador de empregos na área urbana não se alterou nos últimos anos e apesar das restrições ecológicas no município, o desmatamento aumentou 19,17% (Gráfico 03).

Gráfico 03 - Variação Populacional e Desmatamento em GJM - 2000-2010



Fonte: Organizado pela autora com base em Censo 2000 e 2001 e Prodes/INPE, 2017.

É importante destacar que Guajará-Mirim tem a maior população indígena do estado de Rondônia, com 3.998 indígenas, segundo dados do Censo 2010. Destes 228 residiam nas áreas urbana e 3.770 nas áreas rurais, ou seja, mais de 50% da população rural de GJM é indígena e o crescimento populacional nas áreas rurais também está ligado ao crescimento vegetativo e as políticas nacionais de fixação de proteção do índio no Brasil.

Nas observações de campo realizadas por Batista (2014), as características da paisagem de GJM denotam atividades de baixa tecno-

logia e baixo retorno econômico. Também temos historicamente um baixo número de famílias assentadas (323) conforme Quadro 03, e o tipo de assentamento.

Quadro 03 – Assentamentos em Guajará-Mirim

Nome Pa	Capacidade	Famílias Assentadas	Área Pa (Km²)	Dt Criação
Reserva Extrativista Barreiro das Antas	10	9	107.234,3	04/11/2002
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto	178	178	204.583	05/09/2003
Reserva Extrativista Rio Cautário	14	14	73.817,5	06/07/2005
Pds Dom Xavier Rey	80	79	31.644	31/05/2007
Resex Pacaas Novos	60	43	353.219	04/11/2010

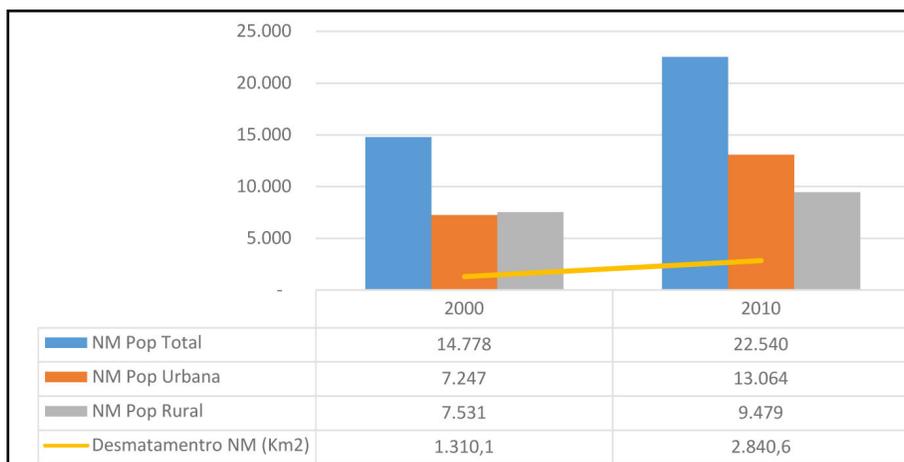
Fonte: INCRA, 2017. <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

Guajará-Mirim não tem apresentado grandes atrativos ao crescimento populacional por meio dos movimentos migratórios. Mesmo a atividade primária do tipo agropecuária não tem muita atratividade, embora esteja presente.

Situação diferente ocorre em Nova Mamoré onde o crescimento populacional foi de 34,44, sendo que na área urbana foi de 44,53% e 22,55% nas áreas rurais. A partir do crescimento das atividades agropecuárias, as taxas de desmatamento também se tornaram expressivas no período com uma ampliação de área desmatada em torno de 53% em NM o que deve ser considerado alto (Gráfico 04).

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Gráfico 04 – Evolução da População e do Desmatamento no Período de 2000 a 2010 em NM e GJM



Fonte: organizado pela autora com base em Censo 2000 e 2001 e Prodes/INPE, 2017.

Nova Mamoré, por sua localização na confluência das rodovias BR-421 e BR-425, recebe influências das políticas de desenvolvimento agropecuário do novo ciclo de crescimento econômico de Rondônia, como mostra o Quadro 04, onde a partir de 2000 foram assentadas mais de 1.369 famílias.

Quadro 04 – Assentamentos em Nova Mamoré

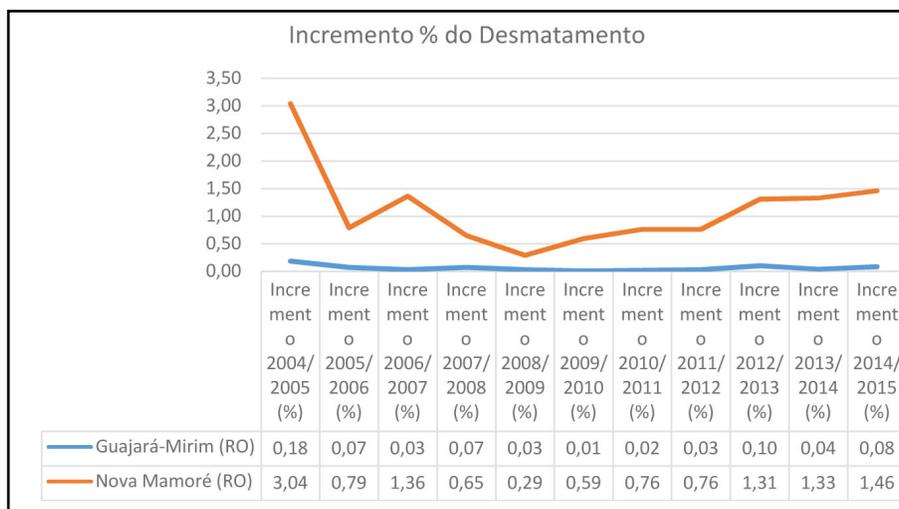
Nome Pa	Código Ibge	Capacidade	Famílias Assentadas	Área Pa (Km ²)	Dt Criação
Pic Sidney Girão	1100338	686	3	69.749,56	13/08/1971
Pa Francisco João	1100338	181	178	13.550,61	31/07/2000
Pa Floriano Magno	1100338	257	243	16.463,3	31/07/2000
Pa Esmosina Pinho	1100338	205	199	11.521,24	24/08/2000
Pa Ivo Inacio	1100338	153	146	12.655,38	31/07/2000
Pa Marechal Rondon	1100338	200	106	11.474	05/12/2002
Pa Igarapé Azul	1100338	200	113	10.616	05/12/2002
Pa Rosana Lecy	1100338	100	61	3.005	28/11/2001
Pa Pau Brasil	1100338	221	193	14.825	05/12/2002
Pa Ribeirão	1100338	250	133	12.900	05/12/2002

Fonte: INCRA, 2017.

A cidade de NM se interliga aos distritos de Nova Dimensão (Nova Mamoré) e União Bandeirantes (Porto Velho) que têm apresentado maior dinamismo, além de que depois da cheia histórica do Rio Madeira que interditou a BR-364 e abertura da estrada parque em 2014 (Parque Estadual Guajará-Mirim), os fluxos com o município de Buritis se intensificaram.

Dessa forma, enquanto em GJM os índices de incremento na área desmatada estão positivos, porém baixos, em NM os índices são variáveis com queda até 2009, quando voltaram a aumentar pela da expansão da fronteira agropecuária (Gráfico 05).

Gráfico 05 - Incremento % do Desmatamento em GJM e NM 2005-2015



Fonte: Organizado pela autora com base em dados do PRODES/INPE, 2017.

Importante destacar que acompanhando o crescimento populacional, cabe ao poder público suprir as necessidades básicas da popula o e em se tratando das questões ambientais, pois o saneamento tem efeitos diretos sobre a saúde da popula o. Dentre os principais serviços públicos de saneamento temos a coleta de lixo e o abastecimento de água, além da existência de instala es sanitárias nos domicílios.

Quanto à coleta de lixo, o poder público cobre prioritariamente as áreas urbanas tendo cobertura de 79,51% em GJM e 47,01% em NM (Quadro 05). Importante destacar que a parcela não coletada tanto nas áreas rurais como urbanas em geral tem destinação inadequada sendo queimada, enterrada ou depositada em rios ou solos desprotegidos, aumentando a proliferação de vetores transmissores de doenças e contaminando o ambiente.

Quadro 05 – Domicílios com coleta de lixo

Município	Situação	Nº de Dom	%
Guajará-Mirim - RO	Total	8499	79,55
Guajará-Mirim - RO	Urbana	8495	79,51
Guajará-Mirim - RO	Rural	4	0,04
Nova Mamoré - RO	Total	2998	47,01
Nova Mamoré - RO	Urbana	2877	45,12
Nova Mamoré - RO	Rural	121	1,9

Fonte: Tabela 1395 - IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Outra situação ainda persistente no Brasil, com destaque para os estados mais pobres, é a existência de domicílios sem adequadas instalações sanitárias. Com destaque para o banheiro com algum tipo de esgotamento, seja para vala, fossa ou rio. Em GJM ainda há 2,3% de domicílios nestas condições e em NM 4,33% (Quadro 06). Destaque para 1,21% destes que estão na zona urbana do município de GJM.

Denota-se que a partir destas informações que esta população não só está sujeita a condições de vulnerabilidade ambiental, como também a possibilidade de contaminação de outras pessoas a partir dos lançamentos dos dejetos no ambiente.

Quadro 06 – Domicílios que não tinham banheiro,
nem sanitário, nem esgotamento sanitário.

Município	Situação	Nº	%
Guajará-Mirim - RO	Total	246	2,3
Guajará-Mirim - RO	Urbana	129	1,21
Guajará-Mirim - RO	Rural	117	1,1
Nova Mamoré - RO	Total	276	4,33
Nova Mamoré - RO	Urbana	32	0,5
Nova Mamoré - RO	Rural	244	3,83

Fonte: Tabela 1394 - Censos Demográficos, 2010.

Quanto ao abastecimento de água, sabe-se que o estado de Rondônia é extremamente deficitário no fornecimento de água a partir de rede geral de água tratada. Havendo ampla oferta de água subsuperficial, a população atende sua demanda, na maioria dos casos, pela escavação de poços. Nestes casos aumenta-se o risco de contaminação da população por via hídrica como também a contaminação de toda a água do aquífero fazendo proliferar mais doenças.

Dessa forma a população de GJM e NM está nesta condição de vulnerabilidade. Em Guajará 44,74% da população é atendida por rede geral, sendo a maioria desta (44,67%) na área urbana. A maioria da população utiliza o poço ou nascente na propriedade (48,6%) (Quadro 07).

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Quadro 07 - Forma de abastecimento de água dos Domicílios em Guajará-Mirim

Município	Situação	Tipo de abastecimento	Nº de Dom	%
Guajará-Mirim – RO	Total	Total	10684	100
Guajará-Mirim - RO	Total	Rede geral	4780	44,74
Guajará-Mirim - RO	Total	Poço ou nascente na propriedade	5192	48,6
Guajará-Mirim - RO	Total	Poço ou nascente fora da propriedade	431	4,03
Guajará-Mirim - RO	Total	Carro-pipa ou água da chuva	1	0,01
Guajará-Mirim - RO	Total	Rio, açude, lago ou igarapé	237	2,22
Guajará-Mirim - RO	Total	Poço ou nascente na aldeia	1	0,01
Guajará-Mirim - RO	Total	Poço ou nascente fora da aldeia	-	-
Guajará-Mirim - RO	Total	Outra	42	0,39
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Total	9479	88,72
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Rede geral	4773	44,67
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Poço ou nascente na propriedade	4366	40,86
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Poço ou nascente fora da propriedade	299	2,8
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Carro-pipa ou água da chuva	1	0,01
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Rio, açude, lago ou igarapé	6	0,06
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Poço ou nascente na aldeia	-	-
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Poço ou nascente fora da aldeia	-	-
Guajará-Mirim - RO	Urbana	Outra	34	0,32
Guajará-Mirim - RO	Rural	Total	1205	11,28
Guajará-Mirim - RO	Rural	Rede geral	7	0,07
Guajará-Mirim - RO	Rural	Poço ou nascente na propriedade	826	7,73
Guajará-Mirim - RO	Rural	Poço ou nascente fora da propriedade	132	1,24
Guajará-Mirim - RO	Rural	Carro-pipa ou água da chuva	-	-
Guajará-Mirim - RO	Rural	Rio, açude, lago ou igarapé	231	2,16
Guajará-Mirim - RO	Rural	Poço ou nascente na aldeia	1	0,01
Guajará-Mirim - RO	Rural	Poço ou nascente fora da aldeia	-	-

Fonte: Tabela 1395/Censo Demográfico, 2010.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Em NM a situação é ainda mais preocupante, pois apenas 6,66% da população é atendida por rede geral de esgoto, e desta, a maioria (6,45%) está na área urbana. O poço ou nascente estão presentes em 88,25% do total dos domicílios como forma de abastecimento (Quadro 08).

Quadro 08 - Forma de abastecimento de água dos Domicílios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré - 2010

Município	Situação	Tipo de abastecimento	Nº de Dom	%
Nova Mamoré - RO	Total	Total	6377	100
Nova Mamoré - RO	Total	Rede geral	425	6,66
Nova Mamoré - RO	Total	Poço ou nascente na propriedade	5628	88,25
Nova Mamoré - RO	Total	Poço ou nascente fora da propriedade	236	3,7
Nova Mamoré - RO	Total	Carro-pipa ou água da chuva	-	-
Nova Mamoré - RO	Total	Rio, açude, lago ou igarapé	72	1,13
Nova Mamoré - RO	Total	Poço ou nascente na aldeia	-	-
Nova Mamoré - RO	Total	Poço ou nascente fora da aldeia	-	-
Nova Mamoré - RO	Total	Outra	16	0,25
Nova Mamoré - RO	Urbana	Total	3779	59,26
Nova Mamoré - RO	Urbana	Rede geral	411	6,45
Nova Mamoré - RO	Urbana	Poço ou nascente na propriedade	3171	49,73
Nova Mamoré - RO	Urbana	Poço ou nascente fora da propriedade	183	2,87
Nova Mamoré - RO	Urbana	Carro-pipa ou água da chuva	-	-
Nova Mamoré - RO	Urbana	Rio, açude, lago ou igarapé	5	0,08
Nova Mamoré - RO	Urbana	Poço ou nascente na aldeia	-	-
Nova Mamoré - RO	Urbana	Poço ou nascente fora da aldeia	-	-

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Nova Mamoré - RO	Urbana	Outra	9	0,14
Nova Mamoré - RO	Rural	Total	2598	40,74
Nova Mamoré - RO	Rural	Rede geral	14	0,22
Nova Mamoré - RO	Rural	Poço ou nascente na propriedade	2457	38,53
Nova Mamoré - RO	Rural	Poço ou nascente fora da propriedade	53	0,83
Nova Mamoré - RO	Rural	Carro-pipa ou água da chuva	-	-
Nova Mamoré - RO	Rural	Rio, açude, lago ou igarapé	67	1,05
Nova Mamoré - RO	Rural	Poço ou nascente na aldeia	-	-
Nova Mamoré - RO	Rural	Poço ou nascente fora da aldeia	-	-
Nova Mamoré - RO	Rural	Outra	7	0,11

Fonte: Tabela 1395/Censo Demográfico, 2010.

A partir destas condições gerais de vida da população é possível fazer uma correlação com o perfil epidemiológico da região, o qual foi divulgado em 2010 via DATASUS em cadernos de informações de saúde de Rondônia (DATASUS, 2017). Nos Quadros 09 e 10 temos as principais causas de internações por grupo de idade. Apesar da data da publicação, a título de análise geral, as correlações são válidas porque as condições de vida da população não se alteraram.

Do ponto de vista ambiental em Guajará-Mirim, a faixa etária de um a quatro anos, em relação a internações teve 19% relacionadas a doenças infecciosas e parasitárias, as quais tem grande correlação com a o saneamento básico que é deficitário (Quadro 09).

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

Quadro 09 - Distribuição Percentual das Internações por Grupo de Causas e Faixa Etária - CID10 - (por local de residência) – Guajará-Mirim - 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	12,5	19,0	14,3	-	7,7	6,1	5,4	-	2,4	7,1
II. Neoplasias (tumores)	-	-	35,7	8,3	7,7	11,3	8,9	9,4	11,9	9,5
III. Doenças do sangue, órgãos hemat. e transt. imunitária	-	-	7,1	-	-	1,7	-	3,1	2,4	1,4
IV. Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	-	-	7,1	-	-	-	10,7	12,5	11,9	3,7
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	3,5	-	-	-	1,4
VI. Doenças do sistema nervoso	-	9,5	-	-	7,7	0,9	-	3,1	2,4	1,7
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	3,1	2,4	0,3
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastoide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	6,1	23,2	21,9	21,4	9,2
X. Doenças do aparelho respiratório	31,3	28,6	-	8,3	-	2,6	8,9	6,3	7,1	9,2
XI. Doenças do aparelho digestivo	6,3	-	-	-	7,7	15,7	12,5	6,3	9,5	10,2
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	7,1	8,3	-	1,7	1,8	6,3	4,8	2,4
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	-	-	-	8,3	7,7	-	-	-	-	0,7
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	16,7	-	8,7	10,7	3,1	4,8	6,4
XV. Gravidez, parto e puerpério	-	-	-	8,3	15,4	12,2	-	-	-	5,8
XVI. Algumas afec. originadas no período perinatal	43,8	4,8	-	-	-	-	-	-	-	5,1
XVII. Mal cong. de formid. e anomalias cromossômicas	3,1	14,3	7,1	-	-	-	-	-	-	1,7
XVIII. Sint. sinais e achad. anorm. ex. clín. e laborat	-	-	-	-	-	-	-	3,1	2,4	0,3
XIX. Lesões enven. e alg. out. conseq. causas externas	3,1	19,0	21,4	41,7	46,2	29,6	14,3	21,9	16,7	23,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	4,8	-	-	-	-	3,6	-	-	1,0
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DATASUS, 2017.

Chama-nos a atenção a quantidade elevada de internações por causas externas, em especial na faixa etária de 10 a 14 anos (41%), 15 a 19 anos (46,2%) e 20 a 49 anos (29,6%) das intenções ligadas a lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas as quais serão mais à frente detalhadas. A tendência nacional e rondoniense é a elevada mortalidade infanto-juvenil ligada a homicídios; isto se correlaciona a atividades ilícitas, brigas e outros tipos de violência.

Em Nova Mamoré cuja situação de saneamento é mais deficitária que em Guajará Mirim as internações por causas infecciosas e parasitárias são ainda maior e acometem mais faixas etárias infanto-juvenis (Quadro 10). Destaque para doenças do aparelho respiratório também com altos índices de internação na mesma faixa etária. Vale destacar que apesar de NM ter apresentado ao longo dos anos maior crescimento populacional, ainda assim, os percentuais de lesões por outras causas externas é expressivamente menor que em GJM.

Relatório Final
Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim – Etapa Brasil

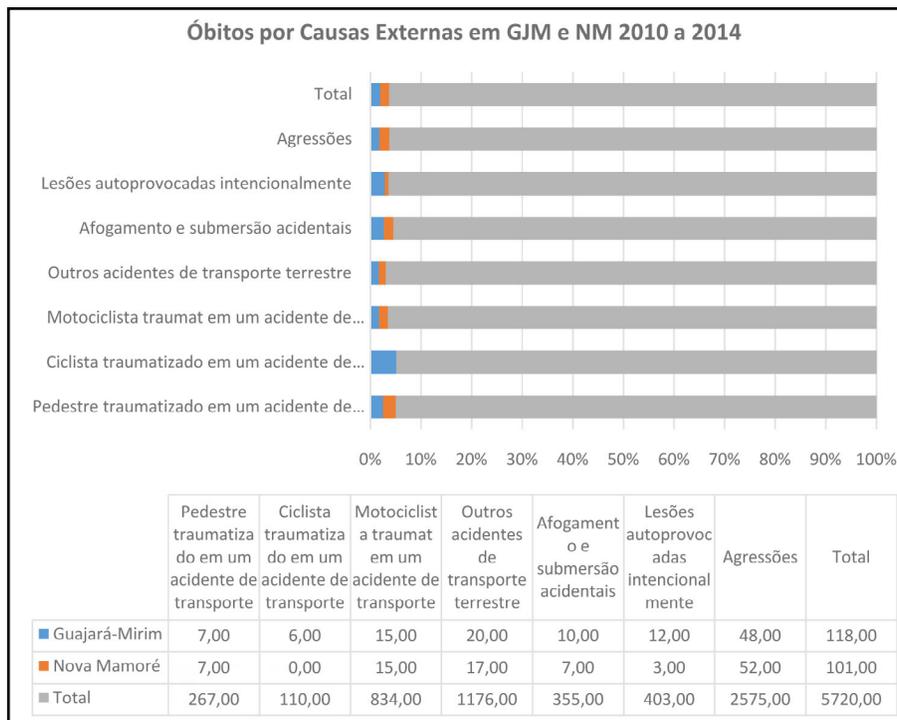
Quadro 10 - Distribuição Percentual das Internações por Grupo de Causas e Faixa Etária (por local de residência) - CID 10 - Nova Mamoré - 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	31,9	29,1	36,6	23,3	3,9	10,1	12,3	15,0	13,5	13,7
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	1,6	3,9	7,9	3,8	3,6	3,3
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt. imunitár	-	-	-	-	-	-	0,9	1,3	1,8	0,2
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6,4	2,5	-	2,3	0,8	3,4	5,3	10,0	9,9	3,6
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	0,3	-	-	-	0,2
VI. Doenças do sistema nervoso	2,1	-	-	2,3	0,8	0,7	1,8	-	-	0,8
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-	0,1
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	2,3	0,8	3,4	23,7	20,0	23,4	5,8
X. Doenças do aparelho respiratório	25,5	51,9	29,3	20,9	3,1	5,9	14,9	22,5	24,3	13,2
XI. Doenças do aparelho digestivo	2,1	-	2,4	4,7	6,3	6,9	12,3	7,5	7,2	6,5
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2,1	5,1	2,4	11,6	0,8	1,7	5,3	5,0	4,5	2,8
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	0,3	-	-	-	0,2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	6,4	3,8	14,6	18,6	13,3	16,5	12,3	6,3	5,4	13,7
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	7,0	60,9	36,6	-	-	-	26,5
XVI. Algumas afec. originadas no período perinatal	12,8	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5
XVII. Malif cong deformid e anomalias cromossômicas	4,3	-	2,4	-	-	-	-	-	-	0,3
XVIII. Sint. sinais e achad anorm ex clin e laborat	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	4,3	7,6	12,2	7,0	7,8	9,3	2,6	6,3	4,5	7,9
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	2,1	-	-	-	-	1,0	0,9	1,3	0,9	0,8
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DATASUS, 2017.

Considerando a atipicidade dos números das causas externas, numa análise mais detalhada, buscando-se as causas de óbitos por esse CID constata-se que as agressões são expressivas nos dois municípios (Gráfico 06).

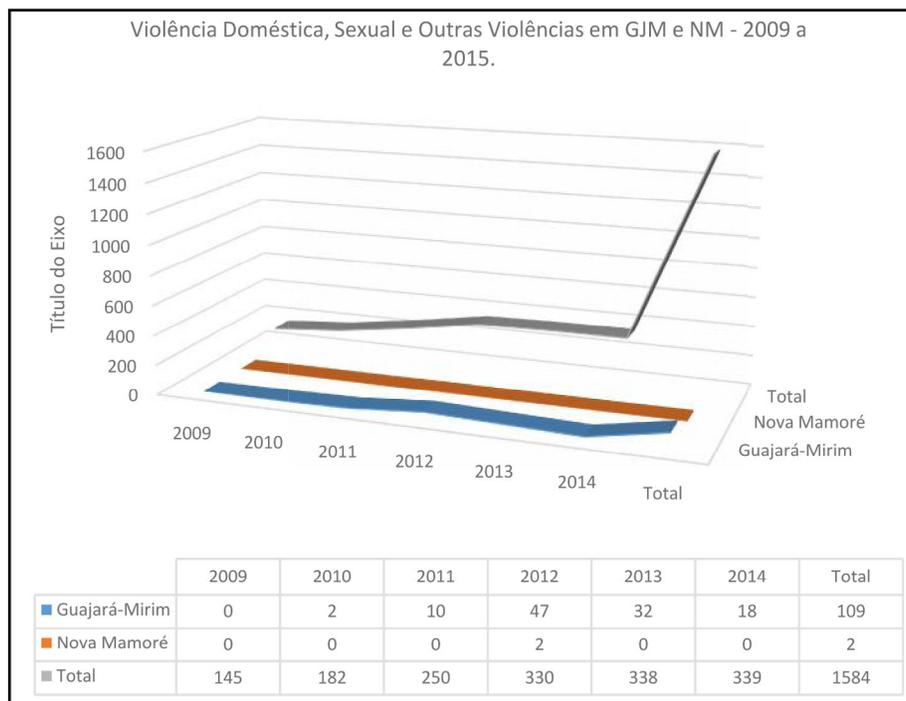
Gráfico 06 - Óbitos por Causas Externas 2010 a 2014 – Rondônia



Fonte: DATASUS, 2017.
*“Total” diz respeito a Rondônia.

Observando as notificações de atendimentos por motivos de violência doméstica, sexual e outras que, em geral, acometem mais as mulheres, números bem expressivos em Guajará-Mirim em relação ao estado de Rondônia onde no período de 2009 a 2014, 6,88% de todas as notificações estaduais deste CID são daquele município (Gráfico 07).

Gráfico 7- Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências – GJM, NM e Rondônia (2009-2015)



Fonte: DATASUS, 2017.

Considera es finais

A situa o ambiental na região de Guajará-Mirim apresenta nuances diferenciadas, pois quando se trata de sustentabilidade as questões ecológicas, econômicas e sociais devem ser vistas em conjunto. Dessa forma verifica-se uma baixa sustentabilidade em toda a região já que quando uma variável parece apresentar bons indicadores, outras mostram índices piores.

A situa o em Guajará-Mirim   de alto  ndice de preserva o e conserva o ecológica das matas, enquanto que as condi es de saúde da popula o não acompanham a qualidade ambiental desejada. Altos

índices de violência demonstram fragilidades socioeconômicas que devem ser objeto de políticas, pois estas vulnerabilizam a população de maneira geral.

Em Nova Mamoré, enquanto os índices de desmatamento aumentam, o que torna a questão ecológica como foco prioritário para a sustentabilidade; os índices de violências foram menores que em Guajará-Mirim. Por outro lado, o crescimento econômico nem sempre representa bem-estar para a população, prova disto são os altos índices de internações infanto-juvenis por causas relacionadas à falta de saneamento básico adequado.

Temos municípios com realidades socioeconômicas e ambientais bem diversas. Do ponto de vista de inserção do *Campus* GJM no eixo dos vetores de produção local com foco no desenvolvimento socioeconômico da região, o ***campus deve investir no enfoque ecológico e de inclusão produtiva na região***. Sabe-se do alto valor agregado que a Amazônia produz em seus produtos, desta forma há setores e empresas carentes de desenvolvimento e tecnologias limpas, *marketing* ecológico, selo verde, produtos oriundos do extrativismo vegetal que podem ter valor agregado com a industrialização e as devidas certificações.

O *Campus* GJM pode se tornar o referencial internacional como polo de inovação com campo da ecologia, desenvolvimento sustentável e inclusão produtiva por meio do aproveitamento dos recursos naturais. Dessa forma temos a síntese da situação da sustentabilidade e meio ambiente da região do *Campus* GJM no Quadro 11.

Quadro 11 – Quadro Síntese da Situação

Forças/Potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/ Fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar/ Ações a implementar
<ul style="list-style-type: none"> • Muitas áreas especiais para pesquisas; • Presença de populações indígenas e de agricultores familiares; • Localização geográfica diferenciada que proporciona projeção nacional em suas ações; • Potencialidades paisagísticas e culturais para aproveitamento turístico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de meios de transportes variados (veículos traçados e barcos) para atender atingir as populações mais afastadas; • Regime de trabalho que não contempla atividades em outras localidades, além da Unidade de Lotação; • O <i>campus</i> está mais estruturado e focado nas ações de atendimento as populações urbanas as quais têm oportunidades de trabalho e geração de renda mais limitada. É necessário investir nas relações campo-cidade criando fluxos econômicos de exploração e transformação de matérias primas em produtos comercializáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar termo de cooperação com as instituições públicas (FUNAI, SEDAM, Polícia Federal, Governo Estadual e Secretarias Municipais) para a elaboração de projetos e execução a partir do compartilhamento de infraestruturas e pessoal; • Criar mecanismos de Educação a Distância, não exclusivamente pela internet para o atendimento a populações mais distantes; • Investimentos em pesquisas e ações de extensão de base agroecológica; • Investir em áreas do empreendedorismo ecológico e por meio do e-commerce. • Pesquisa e extensão realizarem um estudo sobre a Zona Franca Verde e possibilidades de atuação do <i>campus</i>.

1. Perspectivas futuras da situação para a região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré:

- As perspectivas futuras para a região são de continuidade da atual estagnação econômica em GJM e de dinamismo agropecuário em NM.
- A aprovação da zona franca verde, sem uma política de aproveitamento por si não apresentará mudanças.

2. Necessidades de formação em nível técnico profissionalizante para atender o crescimento econômico local e regional, sob o enfoque da sustentabilidade, meio ambiente e turismo:

- Técnico em Agroecologia;
- Técnico em Zootecnia;
- Técnico em segurança do trabalho;
- Técnico em cozinha;
- Técnico em agente comunitário de saúde;
- Técnico em carpintaria (dar enfoque ecológico para o uso de madeiras reaproveitadas, certificadas e com design moderno);
- Técnico em comércio exterior;
- Técnico em agrimensura;
- Técnico em biocombustíveis;
- Técnico em biotecnologia.

Quanto aos cursos superiores, não recomendamos que o IFRO implante cursos de tecnologia, exceto se focados na atuação como profissionais autônomos devido à baixa empregabilidade destes cursos, **devendo-se priorizar bacharelados e licenciaturas** tais como:

- Biotecnologia;
- Engenharia agrônômica;
- Agronegócio;
- Ciências biológicas ou biologia (licenciatura).

Antes de se pensar em um curso, apenas pelo seu caráter inovador, temos que analisar o contexto local para absorção de estagiários e empregabilidade. Um curso não consegue ser atrator de indústrias, e sim de população estudantil. Dessa forma, por estas possibilidades de verticalização há maior possibilidade de sucesso estão explicitas no Quadro 12:

Quadro 12 – Síntese de Cursos com maior viabilidade e possibilidade de verticalização

Cursos Técnicos	Cursos superiores	Áreas para atuação por meio de cursos de Pós Graduações e FICs
Técnico em Agroecologia Técnico em Zootecnia Técnico em agrimensura Técnico em Biocombustíveis Técnico em carpintaria* Técnico em informática com ênfase no desenvolvimento de sistemas	Engenharia agrônoma Agronegócio Ciências biológicas ou biologia (licenciatura)	<i>E-commerce</i> e sustentabilidade socioambiental Certificações ambientais Prestação de serviços para turismo ecológico

* Curso pode ser implantado em caráter experimental com baixo custo, trazendo os equipamentos existentes no *Campus* Ji-Paraná.

3. Principais necessidades de atividades de pesquisa e extensão para atender o crescimento socioeconômico local e regional e a inclusão produtiva das populações.

Pesquisa

- Biocombustíveis, fármacos e cosmetologia a base de produtos da floresta.
- Métodos de produção agroecológica passíveis de utilização nas terras indígenas, reservas extrativistas e por agricultores familiares.
- Métodos de produção agropecuários inovadores para aumentar a produção e a produtividade em larga escala minimizando os impactos ambientais negativos para a região de Nova Mamoré.

- Incentivo a criação de aplicativos e sistemas de informação para dar suporte às atividades comerciais de conexão com o mundo para a comercialização dos produtos da floresta.
- Pesquisas na área de saúde com foco em ações sanitárias de prevenção de doenças e controle de vetores de doenças.
- Levantamentos de possibilidades de novos nichos econômicos para desenvolvimento socioeconômico (possibilidades econômicas, potencialidades ecoturísticas, estímulos à formação de clusters econômicos em especial na área do turismo, etc.).

Extensão

- Ofertas de cursos nas áreas agroecológica e do turismo com foco na produção e comercialização de produtos e serviços variados (com enfoque ecológico e social).
- Estímulo a atividades empreendedoras (e-commerce e outras) voltadas à produção agroflorestal ou de públicos em situação de vulnerabilidade social.
- Assessorias diversas a empresas visando o desenvolvimento de métodos e práticas inovadoras de gestão e produção de cunho socioambiental.
- Disseminação de boas práticas sanitárias.
- Ações voltadas ao combate da violência, em especial doméstica, sexual e contra a mulher que embora pareça não ter relação com a temática analisada não pode ser aqui desprezada como um efeito da falta de desenvolvimento da região fazendo proliferar as formas mais degradantes de condições de vida.

Referências

Ab'Sáber, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BATISTA, Josélia Fontenele. **A EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA EM RONDÔNIA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E A PAISAGEM (1970-2012)**. UFPR, 2014. Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **RADAMBRASIL**. Folha SC.20 Porto Velho; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1978.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em <www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em: 4 jan. 2017.

DATASUS – Departamento de Informática do SUS/Brasil. **Cadernos de Saúde de Rondônia**. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/ro.htm>> Acesso em: 3 jan. 2017b.

DATASUS – Departamento de Informática do SUS/Brasil. **TABNET/ Epidemiologia e Morbidade**. <www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>. Acesso em: 3 jan. 2017a.

INCRA. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

RONDÔNIA. **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho/RO: SEDAM, 2002.

SUFRAMA. Área de Livre Comércio. Disponível em <www.suframa.gov.br/suframa_descentralizadas_alcs_guajaramirim.cfm> Acesso em: 27 dez. 2016.

INPE. **PROJETO PRODES - MONITORAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA BRASILEIRA POR SATÉLITE/ Dados por Município**. Disponível em <www.dpi.inpe.br/prodesdigital/report.php>. Acesso em: 4 jan. 2017.

ISA – Instituto Socioambiental. **Consulta as Terras Indígenas**. Disponível em <<http://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigena>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO



Itinerário Formativo

Percepção do *Campus* Guajará-Mirim

Proposta de itinerário formativo para o IFRO – *Campus* Guajará-Mirim

A proposta de itinerário formativo que apresentaremos a seguir tem como base os objetivos dos Institutos Federais descritos no Art. 5 da Lei N. 11.892/2008:

ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
1. Ministar Educao Profissional, Técnica de nível médio; 2. Ministar, em nível de graduao: - cursos superiores de tecnologia e bacharelado; - cursos de licenciatura. 3. Ministar, em nível de ps-graduao: - cursos <i>Lato Sensu</i> - cursos <i>Stricto Sensu</i> (mestrado e doutorado).	Realizar pesquisas aplicadas para desenvolver solues técnicas e tecnológicas para atender às demandas reais da sociedade.	1. Ministar cursos de formao inicial e continuada de trabalhadores; 2. Desenvolver atividades de extensão, em articulao com a sociedade e com ênfase na produo, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

O itinerário formativo do IFRO – *Campus* Guajará-Mirim foi elaborado com base em:

- a) Dados primários coletados por meio de aplicao de questionários e entrevistas nos grupos estudados nos municípios de Guajará-Mirim e distrito de Iata e no município de Nova Mamoré e distrito de Araras;

- b) Dados secundários e cruzamento com dados primários analisados por equipe de pesquisadores especialistas por situação de estudo;
- c) Consulta aos servidores do IFRO – *Campus* Guajará-Mirim, após discussão dos resultados da pesquisa realizada no dia 18 de abril de 2016 e
- d) Audiência pública com a população local e representantes da sociedade civil dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, realizada na Câmara Municipal de Guajará-Mirim no dia 19 de abril de 2017.

Apenas para fins didáticos, os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) foram inseridos na categoria “ensino”. Destacamos que a oferta desses cursos é realizada no âmbito da categoria “extensão”.

Itinerário Formativo proposto pelo *Campus* Guajará-Mirim

Ensino

Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

- Informática (básica);
- Auxiliar Comercial;
- Saúde comunitária;
- Vigilância em Saúde;
- Reabilitação de Dependentes Químicos;
- Estética;
- Libras;
- Controle de Qualidade

- Cooperativismo;
- Cenografia;
- Música;
- Reciclagem;
- Gastronomia;
- Hotelaria;
- Guia Turística;
- Cálculo de Medicação;
- Gestão Contábil para Associações;
- Empreendedorismo para Artesãos;
- Manipulação de Resíduos Eletrônicos;
- Capacitação Tecnológica para Professores das redes públicas e privadas;
- Acompanhamento de Processos de Produção Industrial e Comercial;
- Cursos das áreas básicas do ensino/ nivelamento;
- Ecoturismo.

Itinerário Formativo proposto pelo *Campus* Guajará-Mirim

Ensino

Cursos Técnicos

- Manutenção Automotiva;
- Refrigeração e Climatização;
- Agroindústria;

- Enfermagem;
- Análises Clínicas;
- Farmácia;
- Rede de Computadores;
- Cooperativismo;
- Vigilância em Saúde.

Cursos Superiores

- Ciências Contábeis;
- Nutrição;
- Enfermagem
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Farmácia.

Pós-Graduação

- Comércio Exterior;
- Educação para a Diversidade Étnico-Racial (Inclusão) para professores;
- Gestão Pública.

Itinerário Formativo proposto pelo Campus Guajará-Mirim

Extensão

- Incubadoras de Empresas/ Empresas Júnior;
- Participação em Olimpíadas de Conhecimento;
- Formação de Professores em Artes Visuais e Música;
- Oficinas sobre coleta seletiva e tratamento adequado do lixo;
- Feiras de Pequenos Produtos;
- Eventos culturais (Sarau/Festivais);
- Projetos para criação de softwares;
- Núcleos de estudos de Agroecologia;
- Cursos nas comunidades;
- Atividades de integração das redes de educação;
- Manejo e Produção de Açaí.

Itinerário Formativo proposto pelo *Campus* Guajará-Mirim

Pesquisa

- Populações, Cultura e Línguas Indígenas;
- Saúde Tropical e Métodos e Diagnóstico.

Itinerário Formativo proposto pela Comunidade local em Audiência Pública

Ensino

Cursos de Formação Inicial e Continuada

- Horticultura;
- Direitos Humanos;
- Pessoas em situação de vulnerabilidade/indocumentadas;
- Cursos que atendam as demandas da construção das hidrelétricas;
- Reciclagem;
- Gestão de Pessoas ou Recursos Humanos;
- Técnicas de Manejo e Produção de Castanha;
- Empreendedorismo;
- Oferta de cursos em espanhol e/ou inglês instrumental e das línguas indígenas da região.

Técnicos

- Atividades extrativistas que atendam aos arranjos locais;
- Pesca;
- Logística;
- Gestão de estoque;
- Finanças;
- Segurança no trabalho;
- Comércio exterior;

- Turismo;
- Horticultura;
- Cursos que atendam as demandas da construção das hidrelétricas.

Graduação

- Comércio exterior;
- Verticalizar os cursos técnicos, conforme cenários.

Pós-Graduação

- Professores indígenas/Educação indígena.

Itinerário Formativo proposto pela Comunidade local em Audiência Pública

Pesquisa

- Mercado local;
- Inserção de egressos de cursos do IFRO;
- Identificação das necessidades locais das comunidades ribeirinhas;
- Manejo de pirarucu;
- Produção e manejo da castanha;
- Tratamento de água para comunidade ribeirinha e de indígenas que consumem;
- Agropecuária e os impactos ambientais locais em Nova Mamoré.

Extensão

- Criação do centro de idiomas e de linguísticas (incluindo línguas indígenas);
- Formação de grupo ou escola de líderes de acesso à comunidade local para realização de ações sociais;
- Cursos de extensão voltadas ao Mercosul.

Dificuldades

- Pessoas indocumentadas;
- Vulnerabilidade social;
- Transporte de estudantes do porto ou de bairros distantes até o IFRO;
- Ausência da valorização das obras na literatura regional;
- Área da saúde: dificuldade de empregabilidade;
- Dificuldades de acesso de estudantes de Nova Mamoré e de Nova Dimensão ao campus do IFRO em Guajará-Mirim;
- Péssimas condições dos trabalhadores de carga/descarga de mercadores (chapas);
- Baixa empregabilidade dos profissionais de gestão ambiental.

Propostas

- Implantação de polo EAD do IFRO em Nova Mamoré para a oferta especialmente de cursos técnicos;
- Criação de Centro de Idiomas;
- Parceria IFRO – UNIR.

Ata da Sessão de Audiência Pública de Apresentação e Discussão dos Resultados da Pesquisa de Diagnóstico do *Campus* Guajará-Mirim – Etapa Brasil - do Observatório do IFRO

Data	19 de abril de 2017	
Horário	08 horas	
Local	Câmara Municipal do Município de Guajará-Mirim	
Presentes	Vagner Schoaba	Diretor do <i>Campus</i> do IFRO/Guajará-Mirim
	Maria Fabíola de Assumpção Santos	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional do IFRO
	Rosa Martins Costa Pereira	Coordenadora do Grupo de Trabalho do Observatório do IFRO
	Josélia Fontenele Batista	Professora do <i>Campus</i> do IFRO/Porto Velho Calama e Pesquisadora do Observatório
	Sérgio Loss Franzin	Professor do <i>Campus</i> Ji-Paraná e Pesquisador do Observatório
	Jardel de Souza Pereira	Administrador do IFRO e Pesquisador do Observatório do IFRO
	Ademar Sheid	Professor(es)/Universidade Federal de Rondônia
	Gabriel Vilard	
	Auxiliadora Pinto	
	Zufla Santos	
	Rolando Villar	Universidad Autónoma del Beni – UAB
	Delvair Faustino	CLINIMED
	Milton Saul Tamo	Associação Nova Vida
	Vitor Hugo Cuellar	Universidad Autónoma del Beni – UAB/
	Caroll Cuellar	Estudante de Medicina - Universidad Autónoma del Beni – UAB
	Ana Vitória	Aluna – <i>Campus</i> Guajará-Mirim/IFRO e Observatório do IFRO (Nova Mamoré)
	Kele Marques	Aluna – <i>Campus</i> Guajará-Mirim/IFRO e Observatório do IFRO (Guajará-Mirim)
	Tiago Ramos	Aluno – <i>Campus</i> Guajará-Mirim/IFRO e Observatório do IFRO (Nova Mamoré)
	André Baier	Vereador no Município de Nova Mamoré
	Sidney Frazão de Almeida	Técnico agrícola/EMATER
	José Avilhareda	ASPROP/ASMAGM
	Regis Herbel	Diocese

Abertura da sessão de audiência pública do Observatório:

Às nove horas da manhã, dos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, iniciou-se e na câmara municipal do município de Guajará-Mirim, a sessão ordinária da audiência pública que apresentou os resultados da pesquisa institucional aplicada sobre o diagnóstico local do projeto de Diagnóstico Regional do Observatório do Instituto Federal de Rondônia – etapa Brasil.

Compuseram a mesa o diretor do *Campus* Guajará-Mirim, Vagner Schoaba, a Pró-Reitora de desenvolvimento institucional, Maria Fabíola, e a coordenadora do grupo de trabalho, Rosa Martins, com seus respectivos pronunciamentos que deram início as atividades da audiência pública. Na oportunidade, a coordenadora do grupo de trabalho iniciou a fala sobre as principais ações realizadas durante o projeto, relatando as etapas durante o projeto desde o início até o resultado apresentado. Citou a importância da coleta de dados primários e secundários por pesquisadores selecionados pelos editais. Foram divididas em oito dimensões. Foi apresentado durante a sessão, um resumo dos vídeos institucionais, sendo apresentado com a mensagem do reitor do Instituto Federal de Rondônia destacando as principais ações do IFRO e as contribuições que serão necessárias com uso das informações coletadas por meio de pesquisas. Após a apresentação do vídeo institucional, foram expostos os resultados das situações estudadas no projeto. Dimensão socioeducacional: situação populacional, pelos pesquisadores Rosa Martins Costa Pereira, Leonardo Araújo e Braulio Gherardt, por meio de vídeo institucional. Dimensão educacional: situação educacional pela pesquisadora Clara Miranda, por meio de vídeo institucional. Diagnóstico econômico de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, apresentado pelo pesquisador Sérgio Loss por meio de apresentação presencial. Dimensão étnico-racial e política interveniente, apresentando a síntese da situação atual pela pesquisadora Zenete Ruiz, por meio de vídeo institucional. Dimensão mobilidade intra e intermunicipal e fatores de acessibilidade ao *Campus* Guajará-Mirim pela pesquisadora Laura Borges. Dimensão geopolítico institucional, na situação sustenta-

bilidade e meio ambiente, pela pesquisadora Josélia Fontenele, de forma presencial. Dimensão econômica, na situação da localização, moradia e imobiliária interveniente, pelo pesquisador Jardel de Souza Pereira e a dimensão econômica, na situação do ordenamento territorial, apresentado pelo pesquisador Gilberto Paulino silva por meio de vídeo institucional. Após as exposições das situações mencionadas, foram apresentados os resultados em síntese de proposta da pesquisa nas áreas finalísticas do IFRO. A seguir foram apresentadas as propostas de itinerário formativo construídas pelo *Campus* Guajará-Mirim sob a coordenação do observatório no dia 18 de abril de 2017 e, posteriormente, apresentou-se a proposta de itinerário formativo a partir dos resultados da pesquisa realizada pelo observatório. Dando continuidade, Rosa Martins destacou que as propostas apresentadas se referem às demandas da região, algumas poderão ser atendidas pelo IFRO, outras poderão ser atendidas por meio de realização de parcerias e outras só poderão ser atendidas por outras instituições. A seguir abriu-se para que o público presente se pronunciasse sobre os resultados apresentados e apresentassem propostas de ensino, pesquisa e extensão: Zuíla (professora da UNIR), cursos sobre horticultura, cerca de 70% das hortaliças produzidas por bolivianos estão sendo vendidas em supermercados e no comércio geral. Destacou sobre a dificuldade de documentação para cursos regulares pela comunidade boliviana. E questionou: quais seriam as ações do IFRO em relação às pessoas vulneráveis e sem documentação? Na oportunidade, Vagner Schoaba destacou que para os cursos de curta duração não necessitam de formalidades de documentos, exceto para cursos superiores e técnicos que necessitam de cadastro de pessoa física. A professora Patrícia da UNIR, na oportunidade, destacou a importância de ações voltadas aos direitos humanos, sendo cursos ou extensão que envolvessem a temática. Citou a ausência de transporte público, mas para atendimento aos alunos poderiam ofertar o transporte para deslocamento do porto ao *campus* do IFRO. Citou qual será interlocução social do IFRO com mercado de trabalho, de modo a estabelecer parceria entre IFRO, UNIR e demais parceiros no mercado de trabalho local, empregabilidade de alunos do IFRO e o vislumbre de

verbas e investimentos federais que propiciem ações de políticas públicas locais. Na oportunidade, o diretor-geral do *Campus* Guajará-Mirim destacou que o IFRO já mantém uma interlocução e ações voltadas aos direitos humanos. Na oportunidade, citou que há em andamento um projeto de oferta de vagas em pós-graduação *latu senso* aos professores indígenas e que existem ações de pesquisa em comunidades ribeirinhas para identificação das necessidades locais (a exemplo da comunidade ribeirinha de Ricardo Franco). Além disso, citou ações voltadas a empregabilidade dos jovens egressos do IFRO. Destacou os novos cursos que estarão em andamento, a exemplo do curso de técnico em enfermagem. Gabriel Villardi, professor do curso de gestão ambiental/UNIR, destacou ações planejamento de cursos que atendem as demandas de construção das usinas hidrelétricas na região. Destacou a importância de atender as necessidades voltadas ao mercado local e de inserção de jovens e a importância de ações voltadas para reciclagem, bem como os processos que norteiam esta atividade. Outro ponto tocado, foram ações voltadas às áreas de saúde, mencionou a dificuldade de formação de profissionais e de empregabilidade após formação dos mesmos, associado a esta demanda sobre investimentos na área. Ainda na oportunidade destacou a fala do magnífico reitor. Em réplica aos pontos destacados pelo professor Gabriel, o diretor do *Campus* Guajará-Mirim justificou que na época do início da pesquisa do observatório, havia apenas uma indicação para construção das hidrelétricas. Destacou ainda sobre a importância de implantar o curso de técnico em enfermagem. Falou sobre os investimentos que serão feitos de modo atender aos alunos que se encontram em uma situação vulnerável economicamente. Além disso, destacou os programas de assistência estudantil. André Luiz, vereador de Nova Mamoré, falou sobre as dificuldades de acesso dos alunos de Nova Mamoré e Nova Dimensão ao *campus* do IFRO, tendo com proposta instalação de um polo para cursos técnicos em EAD (proposta de cursos e ações que atendam a diversificação da produção) na cidade de Nova Mamoré e região. Sidney Frazão, técnico agrícola da SEAGRI apresentou a proposta: curso técnico em pesca como atividade extrativista aos pescadores do distrito de surpresa e re-

gião, bem como as comunidades indígenas da região de Nova Mamoré; curso rápido em gestão de pessoas ou recursos humanos para melhor atender ao público em geral. Vanessa, representante da empresa Arcadis, propôs uma linha de pesquisa de manejo do pirarucu. Existe um subprograma de atividade pesqueira na cidade de Guajará-Mirim realizada pela empresa Arcadis junto à Usina de Jirau e associação de pescadores de Guajará-Mirim. José Vereda, extrativista, presidente da associação extrativista de Rio Preto, propôs ações e cursos técnicos no manejo e na produção da castanha com arranjo produtivo local e de empreendedorismo. Propôs ações de pesquisa ou ações voltadas para tratamento de água para comunidade ribeirinha e de indígenas que consomem. Rosivan, aluno do curso de gestão ambiental/UNIR, comentou sobre ações da pesquisa sobre agropecuária e os impactos ambientais locais em Nova Mamoré. A professora Auxiliadora da UNIR destacou e teve como proposta a criação do centro de idiomas e de linguística tendo como sugestão: oferta de cursos em espanhol e/ou inglês instrumental. Destacou que há uma ausência da valorização das obras na literatura regional e se dispôs a contribuir nas ações do centro de idiomas e linguísticas. Regis, da diocese de Guajará-Mirim, apresentou como proposta o curso técnico em logística e gestão de estoque. Falou sobre as condições dos trabalhadores de carga/descarga de mercadores (chapas). Destacou a necessidade de cursos nas áreas de finanças, trabalhistas, segurança no trabalho e comércio exterior. Ray gomes, aluno de gestão ambiental/UNIR, propôs uma pós-graduação ou curso técnico na área de turismo. Falou que há dificuldades de empregabilidade dos profissionais de gestão ambiental. Prof. Victor Cuéllar, professor da Universidad do Beni e do Instituto Superior de Comércio da Bolívia (UAB/INCOS), destacou o trabalho da pesquisa do Observatório, tendo como proposta: grupo ou escola de líderes de acesso a comunidade local para realização de ações sociais. A professora Patrícia, da UNIR, propôs cursos de extensão voltadas ao Mercosul, em razão da inserção da Bolívia. Ratificou a importância de formação de líderes. Professor Décio, do IFRO – *Campus* Guajará-Mirim, mencionou a importância da data comemorativa ao “Dia do Índio” e ressaltou a ausência de representante da população

indígena na audiência pública. A professora Rosa destacou que a pesquisa com as populações indígenas e rurais será desenvolvida em outro momento, em projeto específico, e que os resultados apresentados se referem ao estudo com população da área urbana do município de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré. Luciene Pereira, representante da colônia de pescadores de Guajará-Mirim, propôs cursos voltados ao manejo do pirarucu. Prof. Vagner Schoaba respondeu alguns questionamentos e sugestões feitas pela plenária. Informou ainda que todas as sugestões foram anotadas e serão ofertadas dentro das possibilidades do *campus*. A seguir a presente ata foi lida e aprovada pelos presentes e, eu Jardel de Sousa Pereira, lavrei e assinei esta ata que segue assinada pelos presentes.

ITINERÁRIO FORMATIVO
Conclusões da Pesquisa/Observatório



Itinerário formativo – Conclusões da pesquisa

Após a análise dos dados primários e secundários, cruzamentos de indicadores econômicos, informações qualitativas e consulta pública, apresentamos as áreas como demandas de formação, de pesquisa e extensão para região de Guajará-Mirim.

É importante destacar que as áreas se referem à região. O IFRO pode não ter estrutura e condições de atender as áreas identificadas pelas pesquisas, mas o diagnóstico foi realizado com o objetivo de contribuir para que outras instituições educacionais atuem em parceria com o IFRO ou que planejam ofertas próprias, considerando e aprofundando os resultados dessa pesquisa.

Áreas Demandas de Formação

- Serviço
- Comércio
- Produção e agroindustrial e agropecuária

Cursos FIC e Graduação

- *E-commerce* e sustentabilidade socioambiental;
- Certificações ambientais;
- Prestação de serviços para turismo ecológico.

Cursos Técnicos

- Técnico em agroecologia;
- Técnico em agrimensura;
- Técnico em biocombustíveis;
- Técnico em carpintaria⁴¹;
- Técnico em informática com ênfase no desenvolvimento de sistemas.

Cursos Superiores

- Engenharia agrônoma
- Agronegócio
- Ciências biológicas ou biologia (licenciatura)

Propostas Para Pesquisa

- Realizar pesquisas descritivas sobre as condições de produção de cada APL e apresentar propostas de intervenção para induzir desenvolvimento.
- Desenvolver pesquisas aplicadas nas cadeias produtivas, do tipo pesquisa-ação ou pesquisa participante, para suprir lacunas tecnológicas.
- Ampliar pesquisas sobre alternativas de desenvolvimento para regiões de fronteira.

⁴¹ Verificar a possibilidade de transferir para o *Campus* Guajará-Mirim o laboratório do Curso de Floresta do *Campus* de Ji-Paraná.

- Biocombustíveis, fármacos e cosmetologia a base de produtos da floresta.
- Métodos de produção agroecológica passíveis de utilização nas Terras Indígenas, Reservas Extrativistas e por agricultores familiares.
- Métodos de produção agropecuária inovadores para aumentar a produção e a produtividade, minimizando os impactos ambientais negativos para a região de Nova Mamoré.
- Incentivo a criação de aplicativos e sistemas de informação para dar suporte às atividades comerciais de conexão com o mundo para a comercialização dos produtos da floresta.
- Pesquisas na área de saúde com foco em ações sanitárias de prevenção de doenças e controle de vetores de doenças.
- Levantamos de possibilidades de novos nichos econômicos para desenvolvimento socioeconômico (possibilidades econômicas, potencialidades ecoturísticas, estímulos a formação de círculos de produção econômica (cooperação organizacional), em especial na área do turismo, etc.).
- Formação identitária na fronteira: grupos e expressões culturais que interagem no espaço fronteiriço.
- Pesquisa sobre os índices de distorção idade-série dos estudantes de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.
- Estudos sobre analfabetismo e analfabetismo funcional, considerando o baixo domínio das línguas portuguesa e espanhola pela própria população residente na fronteira.
- Estudos socioeconômicos das famílias e estudantes de Guajará-Mirim e Nova Mamoré a fim de criar políticas de assistência estudantil que sejam relevantes para o acesso, permanência e êxito escolar.
- Estudos sobre a inserção profissional de egressos do IFRO.
- Levantamento de demandas para EJA, turnos e modalidades de oferta.

Propostas para Extensão

- Articuladamente com o ensino e a pesquisa, desenvolver cursos de curta duração e projetos de intervenção nos setores produtivos.
- Desenvolver a extensão tecnológica nos APLs, para orientar medidas de superação da baixa produtividade.
- Propor projetos e ações para empreendedorismo rural, industrial e de serviços, a fim de agregar valor a produtos existentes e gerar outros.
- Oferta de cursos nas áreas agroecológica e do turismo com foco na produção e comercialização de produtos e serviços variados (com enfoque ecológico e social).
- Estímulo a atividades empreendedoras (*e-commerce* e outras) votadas à produção agroflorestal ou de públicos em situação de vulnerabilidade social.
- Assessorias diversas a empresas visando o desenvolvimento de métodos e práticas inovadoras de gestão e produção de cunho socioambiental.
- Disseminação de boas práticas sanitárias.
- Ações voltadas ao combate da violência, em especial a doméstica, sexual e contra a mulher, que embora pareça não ter relação com a temática analisada, não pode ser desprezada como um efeito da falta de desenvolvimento da região, fazendo proliferar as formas mais degradantes de condições de vida.
- Cursos que aliem escolarização com profissionalização
- Fomentar o empreendedorismo, considerando a baixíssima faixa salarial predominante da população residente nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.
- Implantação do Centro de Idiomas.

ISBN 978-65-5025-013-3



9 786550 250133

E-book